



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM COMUNICAÇÃO E
SOCIEDADE - PPGCOM

**CRISE ECONÔMICA E DESONERAÇÃO DO IPI NOS JORNAIS
BRASILEIROS: SILÊNCIO DOS ECONOMISTAS E QUADROS
PERFORMATIVOS**

Palmas (TO), novembro de 2018.

VANILDO LISBOA VELOSO

**CRISE ECONÔMICA E DESONERAÇÃO DO IPI NOS JORNAIS
BRASILEIROS: SILÊNCIO DOS ECONOMISTAS E QUADROS
PERFORMATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Sociedade.

Orientador: Professor Dr. Antônio José Pedrosa Neto

Palmas (TO), novembro de 2018.

FICHA CATALOGRÁFICA

FONTE: <https://sistemas.uft.edu.br/ficha/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

V443c Veloso, Vanildo Lisboa.

Crise econômica e desoneração do IPI nos jornais brasileiros: silêncio dos economistas e quadros performativos. / Vanildo Lisboa Veloso. – Palmas, TO, 2018.

196 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2018.

Orientador: Antônio José Pedroso Neto

1. Política de desoneração do IPI. 2. Jornalismo econômico. 3. Campo dos economistas. 4. Performatividade na economia. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

VANILDO LISBOA VELOSO

“Crise econômica e desoneração do IPI nos jornais brasileiros: silêncio dos economistas e quadros performativos”

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 29/11/2018


Banca Examinadora:



Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto
Universidade Federal do Tocantins
Orientador



Prof. Dr. Célio Antônio Alcântara Silva
Universidade Federal do Tocantins
Primeiro avaliador



Profa. Dra. Ana Carolina Bichoffe
Universidade Federal de São Carlos
Segundo avaliador



Profa. Dra. Verônica Dantas Meneses
Universidade Federal do Tocantins
Terceiro avaliador

Profa. Dra. Liana Vidigal
Universidade Federal do Tocantins
Suplente

À minha mãe, Maria Ivete Lisboa Veloso. À memória de meu pai, Pedro Veloso, presença constante em minha vida.

“La vida me enseñó una cosa: cada ser humano es una unidad, pero nadie es más que nadie...”.
“Pertenezco a una generación que quiso cambiar el mundo, fui aplastado, derrotado, pulverizado,
pero sigo soñando que vale la pena luchar para que la gente pueda vivir un poco mejor y con un
mayor sentido de igualdad”. José (Pepe) Mujica

AGRADECIMENTOS

Ao Ser Maior pela luz que continua a me guiar.

Às minhas irmãs, irmãos, sobrinhos e sobrinhas.

Ao meu orientador, Pedroso Neto, agradeço pela paciência e dedicação no decorrer das orientações. Todo meu respeito e admiração.

Aos professores do Mestrado com os quais tive o prazer de conviver e aprender, muito obrigado!

Aos amigos do mestrado e da vida: Elvio Marques, Rose Dayanne, Tainne Moreira. Muito obrigado pelo auxílio nesse processo. Vocês tornaram essa caminhada mais leve, alegre e extremamente privilegiada. Todo meu respeito e carinho pelo que construímos até aqui!

Aos queridos: Ademar Rodrigues, Beatriz Damas, Danilo Araújo, Fernanda Rodrigues, Gabriela Sabará, Hayla Menares, Maíra Bellini, Neusa Hackenhaar, Pedro Correa, Raquel Etges, Rogéria Costa, Simone Neves, Thairine Lima e Victor Sabará. Obrigado pela amizade e paciência durante esse processo.

VELOSO, Vanildo L. **Crise econômica e desoneração do IPI nos jornais brasileiros: silêncio dos economistas e quadros performativos.** 2018. 196 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

RESUMO

Esta dissertação consiste em uma análise sobre a cobertura jornalística da política fiscal de desoneração do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), entre julho de 2008 e junho de 2010, como resposta à crise econômica mundial. A análise ocorreu por meio da observação dos quatro principais jornais impressos do Brasil e suas editoriais de economia: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Valor Econômico. O objetivo do estudo foi verificar se os jornais impressos brasileiros, objetos dessa pesquisa, refletiram em seus conteúdos categorizados, enquadramentos e vozes a homogeneidade das análises, se a produção científica e a produção das matérias jornalísticas refletiu o silêncio do campo dos economistas quanto à política adotada, se os jornais atuaram com agentes prescritivos e indutivos na economia colaborando para a performatividade da política de desoneração do IPI. A pesquisa também utilizou a ótica de três metodologias diferentes: análise de conteúdo, enquadramento e vozes. Para a contextualização teórica discutimos o campo da produção simbólica, o campo dos jornalistas e o dos economistas e a performatividade na economia. Na área do jornalismo econômico, abordamos questões históricas da formação da especialidade no Brasil. Na área econômica, procuramos apresentar a contextualização da crise econômica mundial e as medidas adotadas pelo governo brasileiro como resposta à crise. No desenvolvimento do trabalho observamos menor homogeneidade entre os jornais para análise de conteúdo categórico, enquadramento e vozes; que a manifestação do campo dos economistas existiu, porém em quantitativo pequeno para produção científica, bem como silêncio para a produção de matérias e que foi possível verificar o efeito prescritivo e indutivo na economia, colaborando assim, para a performatividade na economia da política fiscal de desoneração do IPI e ainda, que o trabalho não mostra o campo dos economistas e o jornalismo de economia financeirizados, bem como mostra a forte incorporação dos agentes do campo jornalístico na editoria de economia.

Palavras-chaves: IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados; Jornalismo econômico; Crise econômica; Conteúdo, enquadramento e vozes do jornalismo.

VELOSO, Vanildo L. **Crise econômica e desoneração do IPI nos jornais brasileiros: silêncio dos economistas e quadros performativos.** 2018. 196 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

ABSTRACT

This dissertation consists in an analysis of the journalistic coverage of fiscal policies of exemption of the Tax on Industrialized Products (IPI), between July 2008 and June 2010, as a response to the world economic crisis. The analysis occurred by means of observing the four main printed newspapers in Brazil and their economic editorials: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo and Valor Econômico. The objective of this study was to verify if the Brazilian printed newspapers, subjects of this research, reflected in their categorized content, framework and voices the homogeneity of the analyses, if the scientific production and the production of journalistic articles reflected the silence of the field of economics with regards to the adopted policy, if the newspapers acted as prescriptive and inductive agents in the economy collaborating towards the performativity of the exemption policy of the IPI. The research also utilized the optics of three different methodologies: analysis of content, framework and voices. For theoretical contextualization, we discussed the field of symbolic production, the field of journalists and of economists and the performativity in the economy. In the area of economic journalism, we approached historical aspects of the formation of the specialty in Brazil. In the area of economics, we aimed to present the contextualization of the world economic crisis and the measures adopted by the Brazilian government in response to the crisis. During the development of the work, we observed less homogeneity between the newspapers for the analysis of categorical content, framework and voices; that the manifestation of the field of economists existed, however, quantitatively small for scientific production, as well as silence for the production of articles and that it was possible to verify the prescriptive and inductive effect on the economy, thus collaborating towards the performativity in the economy of the fiscal policies of exemption of the IPI and also, that the work does not show the field of economists and economic journalism financed, as well as shows the strong incorporation of agents of the journalistic field in economic editorials.

Key-words: Tax on Industrialized Products; Economic journalism; Economic crisis; Content, frameworks and voices of journalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Circulação média diária de Jornais do Brasil no período janeiro a dezembro de 2015.... 117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Categorias para análise de conteúdo categórica.....	123
Quadro 2. Categorias para análise de enquadramento	125
Quadro 3. Categorias para análise de voz	127
Quadro 4. Produção científica do campo dos economistas sobre a política de desoneração do IPI	147
Quadro 5. Relação das matérias dos jornais	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Concentração de cada jornal por semestre.	122
Tabela 2. Resultado para análise de conteúdo	130
Tabela 3. Resultado da análise de enquadramento	135
Tabela 4. Resultado da análise de vozes	139
Tabela 5. Formação e concentração dos Enquadramentos a partir dos conteúdos categóricos	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Participação de cada jornal na formação do corpus da pesquisa	121
Gráfico 2. Quantidade de vozes por veículo de comunicação	138
Gráfico 3. Quantitativo de profissionais que assinam a matéria.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIMAQ	Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos
ABIME	Associação Brasileira da Indústria de mobiliário escolar
ABIMÓVEL	Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário
ABRAC	Associação Brasileira de Concessionárias Chevrolet
ABRAMAT	Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ADASP	Associação de Distribuidores Atacadistas de Produtos Industrializados do Estado de São Paulo
ALSHOP	Associação Brasileira de Lojistas de Shopping
ANAMACO	Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção
ANEF	Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras
ANEFAC	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANJ	Associação Nacional de Jornais
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBIC	Câmara Brasileira de Indústria da Construção
CEA	Centro de Estudos Automotivos
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CF	Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988
CIET	Centro de Pesquisa da Epidemia do Tabagismo
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNT	Confederação Nacional do Transporte
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTN	Código Tributário Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ELETROS	Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos
EST	Jornal O Estado de São Paulo – Estadão
EUA	Estados Unidos da América
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio (por Estados)
FENABRAVE	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FENAUTO	Federação Nacional das Associações de Revendedores de Veículos Automotores
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FORÇA	Força Sindical
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FSP	Jornal Folha de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas à Títulos ou Valores Mobiliários
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRGA	Instituto Rio-Grandense do Arroz
IVC	Instituto Verificador de Circulação
JK	Juscelino Kubitschek – Presidente da República (1956-1961)
OG	Jornal O Globo
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PPGCom	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
PWC	PricewaterhouseCoopers
RECEITA	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Sindipeças	Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
Suprime	Títulos Hipotecários de Alto Risco – EUA
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFT	Universidade Federal do Tocantins
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
VE	Jornal Valor Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CAMPO DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA, ECONÔMICO E JORNALÍSTICO	28
2.1 O poder simbólico e o campo de produção simbólica	28
2.2 O campo do jornalismo	39
2.2.1 Objetividade e imparcialidade no jornalismo	43
2.3 Campo dos economistas, profissão e correntes de pensamento	49
2.4 Performatividade da Economia	65
3 JORNALISTAS E JORNALISMO ECONÔMICO.	70
3.1 Breve história do jornalismo econômico no Brasil	70
3.2 Ditadura militar e a modernização do jornalismo	73
3.3 A linguagem na construção da notícia de economia	76
3.4 O jornalista de economia	77
3.5 Plano Real e jornalismo econômico	80
4 CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E A DESONERAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTO INDUSTRIALIZADO (IPI) NO BRASIL	84
4.1 EUA / 2007 - A crise do <i>subprime</i>	84
4.2 Crise econômica no Brasil/2008	96
4.3 Imposto sobre Produto Industrializado – IPI	106
5 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	110
5.1 Análise de conteúdo categórica	110
5.2 Análise de enquadramento	112
5.3 Análise de Vozes	114
5.4 Objeto de estudo e formação do <i>corpus</i>	116
5.5 Análises do <i>corpus</i>	118
6 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS SOBRE POLÍTICA DE DESONERAÇÃO DO IPI NOS JORNAIS BRASILEIROS.....	121
6.1 A política de desoneração do IPI e a homogeneidade nos jornais	129
6.1.1 Análise de Conteúdo: menor homogeneidade na cobertura da política de desoneração do IPI e ausência de crítica.	130
6.1.2 Análise de Enquadramento: menor homogeneidade na cobertura da política de desoneração do IPI	135
6.1.3 Análise de Vozes: menor homogeneidade entre os jornais e participação concentrada em poucos grupos sociais.	138
6.2 O campo dos Economistas e sua interação com a política de desoneração do IPI	145
6.2.1 Os economistas e a desoneração do IPI em produções científicas.	146
6.2.2 Os economistas e a desoneração do IPI nos jornais	153
6.3 Performatividade na economia e a participação dos jornais	156
6.3.1 Prescrição da política fiscal de desoneração do IPI	159
6.3.2 Os resultados na economia para a política fiscal de desoneração do IPI prescrita	162
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	175
ANEXO A	185

1 INTRODUÇÃO

A crise econômica mundial com epicentro na crise do *subprime*, oriunda do no mercado de hipotecas dos Estados Unidos, no ano de 2007 e que se tornou sistêmica e mundial no ano de 2008, encontra-se situada no capitalismo contemporâneo, que possui como característica a financeirização da economia. Sobre esse fato, pontua-se:

Forte presença do capital portador de juros, sob a forma de uma crescente massa de riqueza financeira, ou, conforme se convencionou chamar na literatura recente, a presença de um intenso processo de financeirização da economia, que se exacerba ao ponto de tornar a lógica financeira predominante sobre a lógica produtiva, isto é, ao ponto de o capital produtivo se subordinar e passar a ser conduzido pelo capital fictício, tal como definido por Marx. (Amaral, 2012: p.7)

Contudo, não há como pontuar a economia mundial e sua financeirização sem contextualizar que a mesma está inserida no contexto do neoliberalismo. Sobre esse fato elucidam-se que nos anos de 1970 as economias desenvolvidas perderam o dinamismo, caracterizadas por estagflação e perda de lucros, e que neste cenário o neoliberalismo e a teoria econômica neoclássica recuperam o protagonismo como dominantes, ou seja, como *mainstream* da economia. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 17).

Logo, aclara-se que o neoliberalismo é uma teoria de práticas político-econômica que se caracteriza pelo livre comércio, o livre mercado e direitos a propriedade privada. Neste contexto o papel do Estado seria criar as condições necessárias para essas práticas, contudo, pontua-se que o estado não deve ir além dessas tarefas, ou seja, intervir minimamente nos mercados. (HARVEY, 2008, p.3).

Sobre a abordagem de Harvey (2008), Bresser-Pereira (2009) corrobora:

Para o neoliberalismo o Estado deveria se tornar “mínimo”, e isso significava pelo menos quatro coisas: primeiro, que deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica; segundo, que desmontasse o Estado de bem estar social, ou seja, todo o sistema de proteção social por meio do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado em relação à justiça social; terceiro, que deixasse de induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, de liderar uma estratégia nacional de desenvolvimento; e, quarto, que deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros porque seriam autorregulados. (BRESSER-PEREIRA, 2009, pp. 8-9).

Verificada a conceituação sobre neoliberalismo, retoma-se a explanação sobre a financeirização do sistema capitalista para assim compreender a crise econômica em estudo que se origina no sistema financeiro dos EUA. Fernandes (2009, p. 9) pontua: “o capitalismo contemporâneo tem se caracterizado pela ampliação da natureza financeira e fictícia da riqueza, pela demanda e conseqüente proliferação de ativos financeiros líquidos, bem como pela busca incessante por uma rentabilidade cada vez mais elevada”.

Contextualmente são três os elementos que constituem o processo de financeirização: a desintermediação, a saber, a abertura das operações de empréstimos, antes reservada aos bancos, a todo tipo de investidor institucional, a descompartmentalização dos mercados financeiros nacionais e a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira (CHESNAIS, 2005, p. 47).

Sobre tais processos citados por Chesnais (2005), Miranda (2013) corrobora e elucida:

[...] O processo de liberalização e desregulamentação do mercado financeiro induziu à criação destas novas estruturas institucionais, permitindo que a financeirização se tornasse a forma de regulação dominante da economia, com impactos sobre a dinâmica de acumulação e sobre o ritmo do crescimento econômico. [...] A liberalização financeira pode ser entendida como o fim dos obstáculos que separavam os mercados nacionais dos estrangeiros. O fim dessas restrições se consubstanciou na liberalização dos fluxos de capital, o que permitiu o aproveitamento dos diferenciais de câmbio e de juros entre países e o desenvolvimento do mercado de securities e de capitais. [...] A desregulamentação e a liberalização permitiram a descompartmentalização do mercado financeiro e a autonomia do sistema financeiro em relação ao setor produtivo. Este processo resultou em mercados de câmbio e monetário liberalizados, na abertura dos mercados de títulos aos diversos agentes econômicos nacionais e internacionais, na abertura da bolsa de valores às empresas estrangeiras e dos bancos à concorrência ao capital estrangeiro. (MIRANDA, 2013, p. 12-14).

Neste cenário, de uma economia pautada no neoliberalismo e cada vez mais financeirizada, inicia-se a crise econômica deflagrada em 2007 nos Estados Unidos através das hipotecas *subprime*, tornando-se sistêmica e mundial a partir do segundo semestre de 2008. Sobre o *subprime* e sua relação com a financeirização, Grün (2011) aclara:

Os *subprimes* foram o instrumento que, ao mesmo tempo, possibilitava as aquisições e fomentava a emissão de novos papéis comercializáveis. E esses títulos, na verdade a sua multiplicação constante, são a verdadeira matéria-prima básica das finanças, a fonte principal dos lucros do setor nos países centrais, que são advindos das comissões sobre papéis transacionados. (GRÜN, 2011, p.310).

Em relação à citada hipoteca, assinala-se que eram securitizadas e comercializadas e que este processo, proveniente da atuação dos agentes econômicos, era conhecido como inovação financeira. Tal inovação era permitida pela grande integração das economias mundiais e pelas

políticas americanas de incentivo ao endividamento. Ressalta-se, ainda, que o processo descrito aliado às falhas de regulação vigentes à época originou a crise econômica de 2008 (GRAUPEN, 2015, p. 15).

Ainda sobre a crise de 2008 e seus desdobramentos, destaca-se que a mesma, que alastrou pelo mundo de maneira intensa e rápida, originou-se no sistema hipotecário de alto risco dos EUA, tornando-se uma crise global, com efeitos expressivos na economia real. (Silva; Fonseca Neto, 2014: 266).

Posto isso, e ciente da generalização da crise econômica em setembro de 2008, o governo brasileiro utilizou-se de várias medidas que abarcaram a ampliação da oferta de crédito, ampliação dos recursos para o Plano Safra, antecipação do reajuste do salário mínimo, modificação da tabela do imposto de renda, ampliação da abrangência do programa bolsa família, seguro desemprego ampliado para sete semanas, preservação de recursos do PAC, redução da meta de superávit primário em 2009, desoneração fiscal do IPI, entre outros. (Mercadante, 2009; IPEA, 2009; Triches e Bertussi, 2017).

Logo, dentre as medidas utilizadas pelo governo brasileiro, a desoneração da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é o objeto deste estudo. Sobre este fato Sales et. al. (2011: p.1) pontua que “com a medida de política fiscal de redução do IPI o governo buscou estimular o consumo para evitar uma retração do mercado interno devido às quedas de vendas”. Ainda sobre a redução do IPI, IPEA (2009) em sua nota técnica número 15 pontua: “esses são bens de alto valor unitário e com grande capacidade de induzir outras atividades econômicas ao longo da cadeia produtiva. A intensa redução das vendas desses bens logo no início da crise motivou medidas de redução de impostos sobre tais produtos, medidas que, por reduzirem o preço ao consumidor, buscaram estimular as vendas, a produção e o emprego”.

Logo, situada a crise econômica, a reação do governo brasileiro e o objeto de estudo para essa pesquisa, faz-se necessário salientar a importância do conteúdo noticioso e da informação, em todos os momentos, e em especial nos momentos de crise, posto que tal conteúdo noticioso é o produto final de um processo complexo. Sobre esse assunto Hall et al (1999, p. 224) salienta que “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas”.

A mídia tem um papel central no que diz respeito à informação e à construção do conhecimento em suas diversas subáreas e mais especificamente na abordagem dos acontecimentos

de economia no Brasil. Ela possibilita uma construção massiva do conhecimento público e, por esse motivo, grande parte da sociedade contemporânea pode ser considerada “centrada na mídia” (LIMA, 2006, p.54).

Logo, denota-se a importância para essa pesquisa do campo do jornalismo e de sua interação com os demais campos, em especial com o campo da economia na ação de produzir conhecimento e informar. A conceituação do citado campo é abordada por Bourdieu (1997) quando diz que a constituição do campo jornalístico surgiu no século XIX entre a oposição de jornais que ofereciam notícias sensacionalistas e jornais que ofereciam análises e comentários para se diferenciar dos primeiros, destacando valores de objetividade. O autor ainda define o campo do jornalismo como um lugar constituído por dois princípios de legitimação, ou seja, o reconhecimento por seus pares e o reconhecimento pelo restante das pessoas, que o autor denomina como maioria, observando que nesse restante de pessoas inclui-se o campo dos economistas (BOURDIEU, 1997, pp. 104-105).

Contextualizando as palavras do autor, interpreta-se que o jornalista espera o reconhecimento de outros jornalistas e de outros campos. Observa-se, ainda, a necessidade de legitimação dos jornalistas materializada no número de leitores, ouvintes ou espectadores, vendas etc. Ele ainda busca em outros campos as informações necessárias para legitimar o conteúdo de seu trabalho e também se legitimar dentro do campo. Dentre esses campos, o dos economistas é essencial para o jornalista de economia, pois fornece subsídios como fonte de informação a ser consultada, levando os profissionais do campo do jornalismo ao reconhecimento pelos pares e pelo campo econômico, ao mesmo tempo em que influenciam para que o ator economista possa ser reconhecido por outros campos quando de sua contribuição em conteúdos noticiosos.

Posto isso, introduzido o conceito de campo, faz-se necessário discorrer sobre o jornalismo de economia no Brasil. O jornalismo no Brasil do século XIX e adentrando ao século XX tinha como principal matéria-prima a política (PULITI, 2013, p. 42). A economia na época citada não era o principal foco dos jornais. Ainda não existiam jornalistas especializados em economia, bem como economistas que pudessem interagir e legitimar as notícias dessa área, posto que como será verificado no decorrer desse estudo, em capítulo específico, os primeiros movimentos para a graduação em economia surgiram entre as décadas de 20 e 30. Neste período, marcado pela economia pautada na agricultura e pecuária, com ênfase para o café, temas econômicos estavam presentes em grandes jornais, porém especificamente sobre economia agrária e em cadernos não especializados sobre o assunto.

Salienta-se que essa pauta jornalística voltada à questão política, primordialmente e preferencialmente, perdurou por um extenso período que abrange o império, a república velha, a era Vargas, saindo do foco quando do golpe militar de 1964 e a instauração da ditadura militar no Brasil. Segundo Basile (2002, p. 71), “após o golpe de 1964, há uma diminuição do espaço da cobertura política por conta da pressão que os meios de comunicação passam a sofrer por parte dos militares”. Nesta conjuntura, e com o milagre econômico, o jornalismo passa a abordar temas pouco explorados antes, como inflação, substituição de importação, entre outros. Ganha força o jornalismo econômico através do silêncio que os militares impuseram aos assuntos de cunho político.

Contudo, a partir da abertura econômica¹, quando a economia do país passa a adotar as recomendações propostas pelo Consenso de *Washington*², é que o conteúdo do noticiário econômico passa a ser financeirizado, abarcando os itens acima citados com maior frequência e principalmente pautas do mercado financeiro, bolsa de valores etc. Sobre essa afirmação, Puliti (2009, p. 84) corrobora quando pontua: “segundo o processo econômico, a financeirização do noticiário ocorreu de forma mais visível a partir do início dos anos 1990, quando o país passou a ser guiado pelo receituário do “Consenso de *Washington*””.

Ainda sobre o assunto, Basile (2002, p. 76) cita que a partir do governo de Fernando Collor de Mello em 1990 e seus planos econômicos, “investiu-se muito na cobertura econômica e de negócios e, sobretudo, na explicação dos vetores que afetam as finanças pessoais dos cidadãos”. Ainda sobre o tema, Puliti (2009, p. 272) explica em estudo sobre o jornalismo de economia que a vertente ideológica da financeirização foi introduzida nos noticiários por discursos do próprio governo e não de banqueiros ou mesmo economistas do mercado financeiro. Com isso, os “interesses do capital são colocados como sendo de amplo interesse nacional”.

Nesta conjuntura de economia capitalista financeirizada e jornalismo de economia financeirizado faz-se necessário contextualizar a condução da economia brasileira, que desde o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (Governo FHC), de 1994 a 2002, perpassando pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Governo Lula), de 2003 a 2010; alicerça-se

¹ Trata-se da abertura comercial brasileira ocorrida na década de 1990, iniciada pouco antes do governo de Fernando Collor (com ênfase nesse governo) e continuada durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Tal abertura econômica representou a ruptura do protecionismo tarifário feito pelo governo para com a indústria nacional, proteção esta herdada do modelo de industrialização baseado na substituição das importações.

² O Consenso de Washington foi um encontro realizado em novembro de 1989 na capital dos Estados Unidos, com postulados neoliberais. Tal evento pregava que o Estado era capaz de gerir políticas monetária e fiscal enfatizando a necessidade de o Estado ter mínima presença na economia. O Consenso estabeleceu 10 tópicos a serem seguidos para o desenvolvimento: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização para IDE, desregulamentação, liberalização comercial, privatização e direitos de propriedade intelectual.

num tripé econômico de cunho ortodoxo: câmbio flutuante, metas de inflação e superávit fiscal primário. Contudo, apesar de manter essa ortodoxia o Governo Lula, a partir de seu segundo mandato, conciliou ao citado tripé políticas de cunho social desenvolvimentista. Sobre esse fato pontua-se:

O Brasil experimentou, então, uma fase de crescimento liderado pela demanda, inicialmente pelas exportações e, num segundo momento, pela demanda doméstica. Esta foi estimulada por três linhas de política econômica: a) contínuo aumento real do salário mínimo; b) expansão do crédito público; c) uma política fiscal que combinava aumento expressivo das transferências de renda às famílias, recuperação do investimento público e, a partir de 2009, também significativas desonerações tributárias. Essas políticas não substituíram, mas, de forma um tanto contraditória, se somaram ao regime macroeconômico conservador herdado do Segundo Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). O tripé formado pelo regime de câmbio flutuante, aliado ao de metas de inflação e de superávit fiscal primário, foi assumido pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) desde o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-06). A novidade da “Era PT” neste aspecto foi a conciliação desse regime conservador com aquelas políticas de cunho social desenvolvimentista (GENTIL; HERMANN, 2017, p.794)

Nota-se que os autores pontuam que não houve substituição a ortodoxia conservadora, mas complementação, pontuando a contradição desse fato. Arantes e Lopreato (2017, p.23) pontuam também a manutenção do tripé econômico, conforme citado anteriormente, conciliado com políticas desenvolvimentistas a partir do segundo governo Lula e a saída de Antônio Palocci (Ministro da Fazenda do Governo Lula de 01 de janeiro de 2003 a 27 de março de 2006) do Ministério da Fazenda. Os autores enfatizam que a visão do governo “não refletia uma escola de pensamento hegemônica, mas, contrapondo à visão neoliberal, conseguiu colocar propostas pragmáticas e relativamente coesas”.

Os autores enfatizam que tais propostas pragmáticas eram baseadas, especialmente em: aumento do investimento público e participação do Estado no planejamento de longo prazo, estímulos fiscais e monetários, e ainda, transferência de renda e aumento real do salário mínimo. (ARANTES; LOPREATO, 2017, p. 23). Os autores ainda pontuam:

Apesar de boa parte das medidas coincidirem com o período da crise econômica mundial de 2008, as linhas de ação do Estado já estão dadas desde 2006 e não podem ser atribuídas a mero pragmatismo no enfrentamento da crise. A situação internacional reforçou a trajetória adotada e serviu de justificativa para a retirada de restrições ainda existentes e a continuidade da estratégia. (ARANTES; LOPREATO, 2017, p. 23).

Ainda sobre as medidas adotadas para o enfrentamento e baseados no apontado por Gentil e Hermann (2017) e Arantes e Lopreato (2017), ou seja, no cunho desenvolvimentista que algumas

medidas adotadas como complemento ao tripé econômico detinham, Grün (2017, p. 338) comenta “No Brasil, em especial, assistimos no início da crise a uma aceitação da crítica contra a criatividade financeira que alterou a relação entre os pequenos bancos e empresas financeiras de “vanguarda” e outros atores” e ainda complementa:

Entretanto, uma vez que la grande peur foi conjurada, a coragem intelectual volta à ortodoxia e a relação de forças simbólica também ensaia uma volta ao habitual. Como vimos acima, uma das manifestações recentes dessa tentativa de retomada foi a recharacterização da política anticíclica de enfrentamento da “fase aguda” da “crise financeira” como um fenômeno de irresponsabilidade econômica. Lendo pela óptica analítica de Putnam (1988), estamos diante de uma extensão que visa ligar a política anticíclica, classificada ao mesmo tempo de exitosa e heterodoxa, a uma ação irracional típica da esfera política, que mais uma vez mostraria que deve ser rigidamente controlada pela racionalidade que emana dos mercados. Não por acaso, quando essa fase do pensamento ortodoxo se pronuncia, a crise raramente é lembrada, muito menos as reações e preleções iniciais dos seus porta-vozes quando da sua deflagração, todas defensivas, indo no sentido da diminuição da generalidade que consistiu em “salvar a pele” das entidades privadas ao custo de amplificar a tendência contracionista e aprofundar ainda mais a retração da economia. (GRÜN, 2017, p. 338-339).

Complementando, sobre a reação da ortodoxia econômica ao autor ainda pontua que diante do medo de uma destruição generalizada dos ativos financeiros, quanto valor, a ortodoxia se encolhe. Contudo passado o perigo daquele momento “a sanfona do mercado reabre, a música continua e o baile, ainda que timidamente, vai sendo retomado”. O autor ainda pontua que após a crise as relações de forças ensaiam uma retomada da cultura econômica. O autor complementa dizendo que nessa retomada do poder simbólico, os tratamentos sugeridos pela ortodoxia são esquecidos e a crise passa a ser minimizada. (GRÜN, 2017, p. 338-339).

Neste contexto de constatação de complementos desenvolvimentistas ao tripé econômico, e desoneração fiscal que se alinha mais ao desenvolvimentismo que a essência neoliberal demonstrada, posto que a mesma foi concedida como salvaguarda a setores afetados pela crise eclodida em uma economia financeirizada e dominados *pelo mainstream*. Este trabalho se justifica quando verificada a gravidade, que a crise econômica, iniciada com as hipotecas *subprime* em 2007, e que até então pensava-se ser doméstica americana, alcançou mundialmente em setembro de 2008. A escolha pelo objeto desoneração do IPI deu-se porque tal medida está alinhada aos pressupostos neoliberais e, portanto está entre os temas recorrentes para o *mainstream* da economia e do jornalismo econômico contextualmente financeirizado, mas que conforme verificado anteriormente para o governo brasileiro tem um viés de política desenvolvimentista, tornando-se importante, portanto verificar como foi retratado o assunto nos jornais, com o foco de complemento do tripé econômico, ou para salvaguardar a economia dos efeitos da crise.

Ciente que o tema tratado é significativo faz-se imprescindível analisar como o tema desoneração do IPI para o período de 01 de julho de 2008 a 30 de junho de 2010, foi identificado e contextualizado nos jornais impressos: “Folha de São Paulo”, “O Estado de São Paulo”, “O Globo” e “Valor Econômico” (escolhas justificadas no capítulo metodológico). Posto isso os jornais impressos brasileiros trataram a política de desoneração do IPI, através de seus conteúdos categóricos, enquadramentos e vozes de modo homogêneo? A produção científica e a produção de matérias jornalísticas refletiram o silêncio do campo dos economistas, quanto a política de desoneração do IPI? Os jornais demonstraram em suas matérias o efeito prescritivo e ainda o efeito indutivo, através dos resultados na economia para prescrição, colaborando para a performatividade da economia?

Um dos princípios e práticas presentes no mundo atual do jornalismo é certa tendência a homogeneização de conteúdo. Bourdieu (1997, p.108) no livro “sobre a televisão” em capítulo específico sobre o campo dos jornalistas aclara que “a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta, da qual podemos facilmente nos convencer comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das emissoras de rádio ou de televisão com vasta audiência”.

Complementando, Pedrosa Neto (2015, p.89-90) ao se referir à despolitização no jornalismo elucida: “Outra característica da despolitização é a tendência à homogeneização do conteúdo, isto é, os temas, os assuntos, os agentes, as práticas, as instituições e os enquadramentos veiculados são cada vez mais os mesmos, inclusive as imagens e as fontes de informação”. Dessa perspectiva, temos a seguinte questão: os jornais trataram a política de desoneração do IPI de modo homogêneo?

Outro dos princípios e práticas presentes no mundo atual do jornalismo de economia é a relação com o campo dos economistas, assim é pertinente para a dinâmica do JE a atuação do campo dos economistas na produção de conteúdos noticiosos, ou seja, a interação do campo do jornalismo com o campo das ciências econômicas. (PEDROSO NETO, UNDURRAGA, 2017). Sobre a interação entre campos Bourdieu (1997) enfatiza que dentro do campo jornalístico, há necessidade de eficácia na difusão das notícias e de interação entre os campos para alcançar essa eficácia. Exibir as restrições ocultas impostas aos jornalistas não é denunciar responsáveis ou apontar culpados e sim oferecer (a uns e outros) uma oportunidade de se libertar pela consciência e propor ações combinadas aos vários campos detentores do monopólio de difusão. Neste contexto, somente essa colaboração entre os diversos envolvidos trará a eficácia da divulgação das contribuições mais universais da pesquisa e também, em parte, da universalização prática das

condições de acesso ao universal (BOURDIEU, 1997, p. 115). Assume-se como hipótese para este ponto que haverá um silêncio dos economistas na produção de matérias jornalísticas e modesta produção de cunho científico relacionada diretamente a política fiscal de desoneração do IPI.

Ainda, verifica-se com este estudo a performatividade da economia. Sobre o conceito Neris Jr e Fucidji (2016) aclaram que a performatividade é a economia moldada com características dos modelos econômicos (ciência econômica apresentada e representada por suas teorias). Essa ação de moldar a economia pode ser realizada diretamente pelos economistas ou indiretamente por aqueles, que não possuindo a formação de economistas, aprenderam sobre ou forma influenciados teoria das ciências econômicas, contudo para o segundo grupo há que exercer relevância no seu meio de atuação. (NERIS JR; FUCIDJI, 2016, p. 129). Ainda sobre a performatividade complementa-se:

Quando as ideias dos economistas são colocadas em prática, possivelmente um processo de estabilização (que envolve convencimento, mas também pode envolver questões como poder e influência) foi conduzido anteriormente dentro de determinada instituição e, com isso, tornou-se uma norma a ser seguida. Esta norma pode ter vida própria e ser veiculada por diversos canais de informação, influenciando assim o comportamento dos indivíduos e, com isso, o funcionamento geral da economia (NERIS JR; ALMEIDA, FUCIDJI, 2016, p.1)

Assim, levando em consideração o conceito de performatividade e ainda a medida de estímulo para a política fiscal da economia, ou seja, a desoneração de tributos com intuito de evitar a queda do consumo dos produtos industrializados, bem como da produção e nível de emprego os jornais, objetos da pesquisa, demonstraram em suas matérias o efeito prescritivo e ainda o efeito indutivo, através dos resultados na economia para prescrição, colaborando para a performatividade da economia?

Logo, baseado na questão problema e hipóteses apresentadas, esse estudo tem como objetivo geral: Verificar se os jornais impressos brasileiros, objetos dessa pesquisa, refletiram em seus conteúdos categóricos, enquadramentos e vozes a homogeneidade dos jornais, se a produção científica e a produção de matérias jornalísticas refletiram o silêncio do campo dos economistas sobre a política adotada e se os jornais atuaram com agentes da performatividade da política de desoneração do IPI.

Para alcançar o objetivo geral serão cumpridos os seguintes objetivos específicos:

- realizar o levantamento empírico das matérias jornalísticas sobre a política de desoneração do IPI para o período e veículos de comunicação selecionados.
- realizar uma análise de Conteúdo Categórica para verificar quais foram os principais assuntos utilizados pelos jornais.

- realizar análise de enquadramento (framing) para verificar quais foram os principais quadros utilizados pelos jornais.
- analisar as vozes presentes nas matérias, para verificar quais são as principais fontes utilizadas para complementar e cancelar os conteúdos categorizados e enquadramento encontrados.
- analisar a produção científica (no idioma português) de economistas sobre a política de desoneração do IP para verificar se há diferença ou semelhanças nos conteúdos produzidos por economistas e jornalistas.
- analisar as matérias jornalísticas que foram assinadas por economistas para verificar se há diferença ou semelhanças nos conteúdos produzidos por economistas e jornalistas.
- analisar os conteúdos categóricos e enquadramentos para verificar se houve efeito prescritivo e indutivo colaborando com a performatividade da economia.

Logo, para atingir o objetivo geral e os objetivos específicos apontados acima pesquisa dividiu-se em sete capítulos, contando essa introdução, como primeiro capítulo, expostos na sequência.

No segundo capítulo aborda-se o campo da produção simbólica, o campo do jornalismo e o campo dos economistas. Para o campo dos jornalistas fez-se, ainda, revisão de literatura sobre objetividade e subjetividade no jornalismo. Para tanto, realizou-se a conceituação teórica sobre o campo através de revisão bibliográfica do Bourdieu, conceituando a princípio campo e seguidamente o campo do jornalismo e os temas objetividade e imparcialidade no. Finaliza-se o capítulo com a constituição do campo dos economistas, a formação de sua profissão e as correntes econômicas e suas interações dentro do campo, bem como com a conceituação sobre a performatividade na economia.

Sequencialmente no terceiro capítulo descreve-se um breve histórico sobre o jornalismo econômico no Brasil. Procura-se evidenciar a historicidade do jornalismo econômico desde o século XIX, passando pelo XX, onde o tema específico era quase inexistente e a principal “matéria prima” para o jornalismo era a política. Aborda-se ainda no capítulo que o jornalismo econômico destaca-se, no Brasil, com o advento da ditadura militar, devido à proibição de discussões políticas. Finalizando o capítulo elucida-se sobre a “financeirização” da economia brasileira a partir da abertura econômica no governo de Fernando Collor de Melo.

No que tange ao quarto capítulo elucida-se o objeto dessa pesquisa, ou seja, a desoneração do IPI realizada pelo governo brasileiro, como resposta à crise econômica mundial que afetou o

Brasil no segundo semestre de 2008. Inicia-se este capítulo conceituando capitalismo e neoliberalismo, para assim explicar a financeirização na economia e a crise do *subprime* que se iniciou nos Estados Unidos da América no ano de 2007, e tornou-se sistêmica mundialmente em setembro de 2008. Na sequência trata-se da economia brasileira, da crise econômica no Brasil e da citada desoneração do IPI. Encerra-se o capítulo com breve elucidação técnica do IPI e os decretos editados pelo governo brasileiro como forma de aquecimento do consumo interno no intuito de dar uma resposta à crise desencadeada.

Continuamente, no quinto capítulo relatam-se os procedimentos metodológicos constituídos por análise de conteúdo categórica, análise de enquadramento e análise de vozes. O sexto capítulo expõe a análise dos resultados. Tais resultados apresentam-se individualmente para cada metodologia de análise dos dados e conjuntamente com o cruzamento das análises. Após as discussões apresentam-se através do sétimo capítulo as considerações finais sobre a pesquisa.

2 CAMPO DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA, ECONÔMICO E JORNALÍSTICO

2.1 O poder simbólico e o campo de produção simbólica

A premissa principal desse estudo é a percepção do papel que a imprensa exerce no âmbito econômico de um país conforme recorte econômico a ser estudado, o que faz do campo jornalístico um espaço com privilégio. Logo, a disputa por visibilidade e, conseqüentemente, a consagração, aliada à estruturação de uma realidade social por meio do campo jornalístico são formas de poder que garantem estabilidade do sujeito dentro do próprio campo e dos diversos campos sociais.

Neste âmbito, é preciso pontuar que ser jornalista é necessariamente ser um cidadão e estar realmente inserido em sociedade, mas não somente no que toca à inserção e sim estar a serviço desta considerando que é um campo privilegiado com acesso a todos os demais campos sociais. Deste modo, trataremos nesse capítulo da informação, ou seja, a socialização do conhecimento por meio do bem simbólico elaborado pelo jornalista.

O poder simbólico, conforme Thompson (2002, p. 131), é “a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas”. Sobre o poder simbólico, Bourdieu (1989, p. 9) define como uma força invisível que só pode ser empreendida com a conivência dos que não querem conhecer que estão sujeitos a ela ou mesmo que a praticam.

Ainda para Bourdieu:

Os <<sistemas simbólicos>>[...], como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama de o *conformismo lógico*, quer dizer uma <<concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências>>. Durkheim – ou, depois dele, Radcliffe Brown, que faz assentar a <<solidariedade social>> no facto de participar num sistema simbólico – tem o mérito de designar explicitamente a *função social* (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autentica função política que não se reduz a função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da <<integração social>>: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* a cerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração <<lógica>> é a condição da integração <<moral>> (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Segundo a argumentação de Bourdieu, o poder simbólico é um poder invisível exercido por um agente, um grupo ou uma instituição com a cumplicidade daqueles que sofrem a influência deste

poder, seja de forma consciente ou não. Para tanto, utiliza-se de conhecimentos estabelecidos pela sociedade como a educação, os hábitos, a língua falada, o próprio comportamento, entre outros, para compor as relações de força entre os vários agentes sociais, mediando essa relação em prol da integração social (BOURDIEU, 1989, p.10).

O autor explica que só se exerce o poder simbólico se este for reconhecido "pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo" (BOURDIEU, 1989, p. 14). Sendo assim, este poder é similar ao que é obtido à força, seja ela física ou econômica, em função de uma mobilização particular.

O poder simbólico, segundo Bourdieu, não reside nos sistemas simbólicos. Ele tem sua definição numa relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos. O autor exemplifica que o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem terem o poder de manter a ordem ou de subvertê-la é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 1989, p.14). Portanto, o autor explica que:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, ou seja, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que eles encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 15).

O autor aborda que em algumas situações, esse poder simbólico é exercido em forma de violência simbólica, porque impõe representações para as estruturas sociais criando classificações entre os agentes.

Sobre este tema, Bourdieu (1997, p. 22) aponta: “violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”. Para o autor, a violência simbólica é uma classificação de um grupo imposta a outros grupos tal qual essa classificação fosse legítima. O autor ainda aponta que muitas vezes quem exerce a tal violência e quem a recebe podem não ter total consciência de sua prática e muitos menos de seu recebimento.

Um exemplo de bem simbólico é o produto artístico ou cultural para qual é atribuído valor mercantil, sendo consagrado pelas leis do mercado ao status de mercadoria. Para esse produto, é constituído um grupo consumidor e um grupo produtor de bens simbólicos.

Para esclarecer o exposto, Bourdieu traz os conceitos vinculados à produção simbólica (capital, bens, violência, poder) que se dão dentro e entre os diversos campos, para assim entendermos melhor como a imprensa transita dentro de seu campo, bem como, entre os demais campos sociais. O autor explica o sistema de produção simbólica à estrutura e o funcionamento do campo de produção erudita e o campo de produção de bens culturais. Ressalta-se que esse é um modelo com dois polos relacionais.

Assimilando o exposto e contextualizando para o campo do jornalismo, pode-se dizer que a unidade produtora são os agentes do jornalismo como: jornalista, repórter, editor, chefe, redator. O campo do jornalismo tem um efeito estrutural sobre outros campos, ainda que sujeito às pressões comerciais como, por exemplo, do campo econômico por intermédio do índice de audiência (BOURDIEU, 1989, pp. 77, 80-81).

Neste ponto, o autor aponta a característica definidora para os eruditos de serem reconhecidos pelos seus próprios pares. Esta teoria da arte enquanto tal instaura uma dissociação entre a arte como simples mercadoria e a arte como pura significação, o que seria extremamente importante para o artista e seria melhor indicador de autonomia para esse campo. (BOURDIEU, 2007, p. 103).

Por meio da autonomia relativa, é possível diferenciar o microcosmo do macrocosmo. Na autonomia relativa, o campo tem seu funcionamento ordenado conforme a própria lógica interna. Diferente disso, a heteronomia coordena o campo com base em uma lógica externa, que é regulada progressivamente pelos interesses do campo econômico.

Sobre o campo de produção de bens simbólicos, o autor inicia sua explanação através do processo de autonomização. Bourdieu explica que tal processo sucedeu em meio a uma série de transformações, tais quais:

- a) a constituição de um público de consumidores virtuais cada vez mais extenso, socialmente mais diversificado, e capaz de propiciar aos produtores de bens simbólicos não somente condições mínimas de independência econômica mas concedendo-lhes também um princípio de legitimação paralelo;
- b) a constituição de um corpo cada vez mais numeroso e diferenciado de produtos e empresários de bens simbólicos cuja a profissionalização faz com que passem a reconhecer exclusivamente um certo tipo de determinações como por exemplo os imperativos técnicos e as normas que definem as condições de acesso à profissão e de participação no meio;
- c) a multiplicação e diversificação das instâncias de consagração competindo pela legitimidade cultural por

exemplo as academias, os salões [...], e das instâncias de difusão cujas operações de seleção são investidas por uma legitimidade propriamente cultural, ainda que, como no caso das editoras e das direções artísticas dos teatros, continuem subordinadas a obrigações econômicas e sociais capazes de influir, por seu intermédio, sobre a própria vida intelectual (BOURDIEU, 2007, p. 100).

O autor pontua que esse processo de autonomização foi provocado por uma série de fatores, dentre eles a formação de uma categoria social de artistas que aproveitaram a cultura herdada para promover um ponto de ruptura e ficarem livres de censuras morais e padrões estéticos impostos pela Igreja e pela aristocracia, a constituição de um público mais extenso, a viabilidade econômica que tal público permitiu aos artistas e a legitimação. Este processo de autonomização de produção intelectual e artística é relacionado à composição de uma categoria distinta de artistas ou intelectuais profissionais que levam em conta as regras herdadas de seus pares predecessores e cada vez mais propensos a liberar seu produto de toda e qualquer dependência social.

O autor cita o exemplo do processo de autonomização do Direito e da Igreja. No caso do Direito, seu processo de autonomização acontece em paralelo aos progressos da divisão do trabalho, que leva à constituição de um corpo de juristas profissionais. Quanto à Igreja, acontece conjuntamente ao desenvolvimento de um corpo sacerdotal dotado de tendências e interesses próprios (BOURDIEU, 2007, p. 101).

Sobre o processo de autonomização e relacionados a esses exemplos, Bourdieu cita:

Da mesma forma, o processo conducente à constituição da arte enquanto tal é correlato à transformação da relação que os artistas mantêm com os não artistas, resultando na constituição de um campo artístico relativamente autônomo e na elaboração concomitante de uma nova definição da função do artista e sua arte. [...], o movimento do campo artístico em direção à autonomia que se realizou em ritmos diferentes segundo as sociedades e as esferas da vida artística, acelera-se brutalmente com a revolução industrial [...] (BOURDIEU, 2007, pp. 101-102).

Neste cenário do desenvolvimento do campo das artes, assim como do Direito e do religioso, ocorre uma aceleração em direção à indústria cultural. A entrada das novas classes ao consumo cultural coincide com o desenvolvimento da chamada "verdadeira indústria cultural", em especial na relação com a imprensa e com a literatura, beneficiando produções em série por meio de técnicas semi-industriais de obras produzidas como o folhetim, melodrama e o *vaudeville* (BOURDIEU, 2007, p. 102).

Exemplificando como se dá o sistema de produção de bens simbólicos em diversos campos, Bourdieu afirma:

O desenvolvimento do sistema de produção de bens simbólicos (em particular, do jornalismo, área de atração para os intelectuais marginais que não encontram lugar na política ou nas profissões liberais), é paralelo a um processo de diferenciação cujo princípio reside na diversidade dos públicos aos quais as diferentes categorias de produtores destinam seus produtos, e cujas condições de possibilidade residem na própria natureza dos bens simbólicos (BOURDIEU, 2007, p. 102).

Ainda sobre o sistema de produção e circulação de bens simbólicos, o autor esclarece com a definição a seguir:

O sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se como o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos. O campo de produção propriamente dito deriva sua estrutura específica da oposição – mais ou menos marcada conforme as esferas da vida intelectual e artística – que se estabelece entre, de um lado, o campo de produção erudita enquanto sistema que produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação desses bens) objetivamente destinados (ao menos a curto prazo) a um público de produtos de bens culturais que também produzem para produtores de bens culturais e, de outro, o campo da indústria cultural especificamente organizado com vistas a produção de bens culturais destinados a não produtores de bens culturais (“o grande público”) que podem ser recrutados tanto nas frações não intelectuais das classes dominantes (“o público cultivado”) como nas demais classes sociais (BOURDIEU, 2007, p. 105).

Nesse contexto de valor cultural e valor mercantil atribuídos aos bens simbólicos, Bourdieu (2007) então passa a descrever a diferença entre subcampos do campo da produção cultural, como o campo da produção erudita e o campo da indústria cultural. O autor explica ainda que o campo de produção cultural constrói suas próprias regras de produção (BOURDIEU, 2007, p. 105).

O autor argumenta que é a partir dessa reflexão que se entendem as relações entre os agentes que formam os campos e as relações de representação desses agentes a partir da interação dentro e fora do campo. Ele aponta para o entendimento do funcionamento, transformações e estrutura de bens simbólicos de tal campo.

Relativamente ao campo de produção erudita, Bourdieu (2007) salienta que tal campo se constitui por meio de uma ruptura com o público de não produtores, ou seja, com as frações não intelectuais das classes dominantes. Para ele, o grau de autonomia do campo supracitado é medido com base no poder que dispõe para definir normas, princípios, critérios de avaliação de sua produção e de seus produtos. O autor enfatiza:

Em outros termos, quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, ou seja, pela consagração propriamente cultural e pelo poder propriamente cultural de concedê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irredutíveis a todos os princípios externos de divisão, por exemplo, os fatores de

diferenciação econômica, social ou política, como origem familiar, a fortuna, o poder (no caso de um poder capaz de exercer sua ação diretamente sobre o campo), bem como às tomadas de posições políticas (BOURDIEU, 2007, p. 106).

Para a legitimação do campo “quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como campo de uma competição pela legitimidade cultural, tanto mais a produção pode e deve orientar-se para a busca das distinções culturalmente pertinentes”, explica Bourdieu (2007, p. 109). Assim os membros do campo da produção erudita afirmam sua autonomia, convivem entre eles, ou seja, em um grupo fechado, e reforçam a busca pela originalidade.

As obras produzidas pelo campo de produção erudita são obras “puras”, “abstratas” e esotéricas. Puras, porque exigem do receptor um tipo de distinção adequado aos princípios da sua produção, ou seja, disposição estética. São abstratas, porque exigem enfoques específicos, mobilizam em um espetáculo acessível todas as formas de expressão, desde a música e a dança, até o teatro e o canto. São esotéricas, tanto pelo já explicado, como por ter uma estrutura complexa que exige referência à história das estruturas anteriores, conforme destaca o autor (BOURDIEU, 2007, p. 113).

Sobre a recepção dos produtos e diferenciação sobre a recepção dos produtos da indústria cultural e dos produtos eruditos, o autor explica:

Destarte enquanto a recepção de produtos do sistema da indústria cultural é mais ou menos independente do nível de instrução dos receptores (uma vez que tal sistema tende a ajustar-se à demanda), as obras de arte erudita derivam sua raridade propriamente cultural e, por esta via, sua função de distinção social, da raridade dos instrumentos destinados a seu deciframento, vale dizer, da distribuição desigual das condições de aquisição da disposição propriamente técnica que exigem e do código necessário a codificação (por exemplo, através do acesso às instituições escolares especialmente organizadas com o fim de inculcá-la) e também das disposições para adquirir tal código (por exemplo, fazer parte de uma família cultivada) (BOURDIEU, 2007, p. 116-117).

Sobre uma definição completa do modo de produção erudita, Bourdieu (2007, p. 117) pontua: “deve incluir as instâncias capazes de assegurar não apenas a produção de receptores dispostos e aptos a receber (pelo menos em médio prazo) a cultura feita, mas também a produção de agentes capazes de reproduzi-la e renová-la”.

Neste contexto, para a compreensão do funcionamento e das funções sociais do campo de produção erudita, é preciso analisar as relações existentes com as instâncias de conservação do capital de bens simbólicos, a exemplo dos museus, com as instâncias de reprodução como, por exemplo, o sistema de ensino que, segundo Bourdieu (2007, p. 117), serve “para assegurar a

reprodução do sistema dos esquemas de ação, de expressão, de concepção, de imaginação, de percepção e de apreciação objetivamente disponíveis em uma determinada formação social”.

Ainda sobre os sistemas de instâncias de reprodução, Bourdieu explica que a estrutura, a produção e difusão podem ser compreendidas considerando-se o sistema de relações constitutivas tanto do campo produtivo, quanto o reprodutivo e o de circulação dos bens simbólicos e dados à peculiaridade de seus produtos. Ele cita, em especial, o sistema de ensino que por seu papel de orientação, reafirma a cultura que tem ordem de reproduzir (BOURDIEU, 2007, p. 117).

Nesse contexto, o autor discorre também sobre as instituições de ensino como consagradoras e legitimadoras dessa produção erudita, introduzindo assim o conceito de consagração para o campo erudito. Sobre a consagração, o autor descreve:

No interior do sistema assim construído, definem-se as relações que vinculam objetivamente o campo de produção erudita – como sede de uma concorrência pela consagração propriamente cultural e pelo poder de concedê-la (e o campo da indústria cultural, sobretudo pela mediação da relação que mantém objetivamente com o campo da produção erudita) – ao sistema de instituições que possuem a atribuição específica de cumprir uma função de consagração ou que, ademais, cumprem tal função assegurando a conservação e a transmissão seletiva de bens culturais, ou então, trabalhando me favor da reprodução dos produtores dispostos e aptos a produzir um tipo determinado de bens culturais e de consumidores dispostos e aptos a consumi-los (BOURDIEU, 2007, p. 118).

O autor continua sua elucidação sobre a reprodução e consagração utilizando o exemplo do campo religioso e a oposição entre o profeta e o sacerdote e ao mesmo tempo de complementariedade. Assim como é a relação entre a produção erudita e os campos de conservação e consagração. Esse fato é chamado de um dos princípios fundamentais de estruturação do campo de produção e circulação de bens simbólicos (BOURDIEU, 2007, p. 119).

Nesta situação, o autor aponta outro princípio que é derivado da oposição existente no interior do campo de produção propriamente dito, entre o campo da indústria cultural e o campo de produção erudita (BOURDIEU, 2007, p. 120). Ainda sobre a consagração, o autor complementa citando o “processo de canonização” que antecede a concessão da consagração:

Por maiores que possam ser as variações das estruturas entre as instâncias de conservação e consagração, a duração do “processo de canonização” (montado por essas instâncias antes de concederem sua consagração) depende diretamente da medida em que sua autoridade é reconhecida e capaz de impor-se de maneira duradoura. A lei da concorrência pela consagração que exige e confere o poder de consagrar, condena a uma situação de urgência eterna as instâncias de consagração cujo âmbito é mais limitado (BOURDIEU, 2007, p. 121-122).

O autor cita ainda várias instâncias de consagração como as academias ou o corpo conservador de museus - que teriam a função de legitimar e aspiram ao monopólio da consagração. O autor aborda também que o sistema de ensino contribui para a imposição generalizada da legitimidade da cultura dominante, aspirando ao monopólio da consagração das obras do passado, da produção e consagração (pelo diploma) dos consumidores culturais mais adequados que podem converter as obras em clássicos quando inseridas no programa. (BOURDIEU, 2007, p. 122).

Neste contexto, Bourdieu (2007, p. 123) ressalta que “a história das transformações de um pensamento ou uma arte erudita depende inteiramente da história das transformações do modo de inculcação correspondente e dos diferentes tipos de modificação ou alteração exigidos por cada um dos sucessivos modos”.

Ainda no que diz respeito à reprodução e consagração, Bourdieu complementa sua explicação:

A defasagem temporal entre produção intelectual e artística e a consagração escolar – ou então como se costuma dizer, entre “a escola e a arte viva” – não constitui o único princípio de oposição entre o campo de produção erudita e o sistema de instâncias incumbidas de difundir, conservar e consagrar um tipo determinado de bens culturais e, ao mesmo tempo, de produzir incessantemente novos produtores e novos consumidores dotados de uma disposição duradoura para que possam apropriar-se simbolicamente desses bens. Na medida em que o campo de produção erudita amplia sua autonomia, os produtores tendem a conceberem-se a si próprios como intelectuais ou artistas de direito divino [...] destarte mostram-se resistentes e reticentes até a reconhecerem a autoridade institucional que o sistema de ensino (enquanto instância de consagração) opõe as suas pretensões concorrentes (BOURDIEU, 2007, p. 126).

Com a autonomia, os artistas concebem-se como “criadores” com “direito divino” e neste âmbito, reconhecem apenas a autoridade de seus pares. Neste ponto, Bourdieu ironiza essa pretensão, afirmando que o grupo de “pares” é reduzido a “um pequeno grupo – uma seita”. Eles mostram resistência à autoridade do sistema de ensino.

Ainda sobre a conservação, Bourdieu ressalta:

Não seria difícil mostrar que as propriedades que as diferentes instâncias de legitimação derivam de sua posição no sistema que constituem e, em plano secundário, no sistema de produção e circulação de bens simbólicos, traduzem a especificação, na lógica relativamente autônoma de seu funcionamento, das propriedades que decorrem de sua relação com os grupos ou as classes que lhes delegam sua autoridade (BOURDIEU, 2007, p. 130).

Neste ponto, o autor traz como exemplo a Academia Francesa que delega com mais facilidade a conservação aos produtores mais aptos a responder às frações dominantes da sociedade

e desta maneira com tendência de consagrar autores e obras apontadas por esse público (BOURDIEU, 2007, p. 130).

Sobre a legitimidade cultural, Bourdieu diz:

O reconhecimento implícito da legitimidade cultural transparece sobretudo através de dois tipos de conduta aparentemente oposta: a distância respeitosa dos consumos mais legítimos (um bom testemunho nos é dado pela atitude dos visitantes das classes populares nos museus) e negação envergonhada das práticas heterodoxas (BOURDIEU, 2007, p. 133).

Circunstancialmente, o autor exemplifica que os operários quando respondem sobre seus gostos musicais optam pelo campo da “grande música” e com esse fato declaram que seu consumo não merece ser mencionado. Porém ao nos aproximarmos da classe média com o mesmo questionamento, esta tende a posicionar seu consumo como a definição legítima de música -Bolero de Ravel, Ghopin etc. (BOURDIEU, 2007, p. 133).

O autor passa a explicar como se dá a relação entre o campo de produção erudita e o campo da indústria cultural. Ele explica que diferentemente do sistema de produção erudita, o campo da indústria cultural obedece às imposições da concorrência pela conquista de mercado, ou seja, Bourdieu (2007, p. 136) ressalta sobre o assunto: “[...], obedece, fundamentalmente, aos imperativos da concorrência pela conquista do mercado, ao passo que a estrutura de seu produto decorre das condições econômicas e sociais de sua produção”.

O autor aponta que os produtos do sistema da indústria cultural são destinados a um público muitas vezes qualificado de “médio”. Para o autor:

É lícito falar de cultura média ou arte média para designar os produtos do sistema da indústria cultural pelo fato de que estas obras produzidas para o seu público encontram-se inteiramente definidas por ele. Embora ambígua e imprecisa, a definição espontânea do “público médio” ou do “espectador médio” designa de modo bastante realista [...] o campo de ação potencial demarcado explicitamente pelos produtores desse tipo de arte e cultura, campo que comanda suas escolhas técnicas e estéticas (BOURDIEU, 2007, pp. 136-137).

Bourdieu (2007, p. 137) aborda como exemplo para o tópico acima a declaração de um escritor ganhador do prêmio da academia francesa na categoria romance que diz: “Minha única ambição é a de ser lido com facilidade pelo maior público possível. Eu nunca almejo a “obra-prima” e não escrevo para intelectuais. Deixo essa tarefa para os outros. Para mim, um bom livro é aquele que nos cativa ao fim de três páginas”.

Para Bourdieu, a arte resulta da conjunção de vários processos e ressalta:

a) de um lado, constitui o produto de um sistema de produção dominado pela procura da rentabilidade dos investimentos e, em consequência, da extensão máxima do público, [...], vendo-se, assim, obrigado a orientar-se no sentido do crescimento da dispersão da composição social e cultural desse público, [...]; b) de outro, constitui o resultado de transações e compromissos entre as diferentes categorias de agentes envolvidos em um campo de produção técnica e socialmente diferenciada. Tais transações não envolvem apenas os detentores do meio de produção e os produtos culturais – [...], mas também as diferentes categorias dos próprios dos próprios produtores, levados a lançar mão do poder que lhes confere sua competência específica em estratégias visando assegurar interesses materiais e simbólicos muito divergentes e, ao mesmo tempo, reativar pela evocação do “espectador médio” a tendência para autocensura, engendrada pelas vastas organizações industriais e burocráticas (BOURDIEU, 2007, pp. 137-138).

Bourdieu (2007, p. 138) continua a explicar as diferenças entre os dois modos de produção quando afirma que “em todas as esferas da vida artística, constata-se a mesma oposição entre os dois modos de produção separados tanto pela natureza das obras produzidas, pelas ideologias políticas e teorias estéticas que as exprimem, como pela composição social dos diversos públicos aos quais tais obras são oferecidas”.

O autor exemplifica o exposto acima com o mercado da música quando diz que dificilmente uma estação de rádio voltada para as leis de mercado dedicou um longo tempo a músicas clássicas, por exemplo. Ela dedica longo tempo para músicas mais comerciais, ou seja, voltadas para o grande público. Em contrapartida a esse fato, o autor aponta que as voltadas para o campo erudito dedicam longo tempo para as músicas clássicas, porém com a certeza que atingirão uma parcela mais aristocrática da população (BOURDIEU, 2007, p. 138).

Bourdieu (2007, p. 139) afirma: “É preciso encarar a oposição entre os dois modos de produção de bens simbólicos – que só podem ser completamente definidos através de suas relações - como o produto de uma construção-limite”.

Sobre as características da arte média, o autor aponta:

[...] as obras de vanguarda reservadas a alguns iniciados dos grupos de pares, as obras de vanguarda em vias de consagração ou aquelas já reconhecidas pelo corpo de produtores, as obras da “arte burguesa”, destinadas mais diretamente às frações mais diretamente as frações não intelectuais da classe dominante e muitas vezes consagrada pelas instâncias de legitimação mais oficiais (as Academias) e, por último, as obras da arte média, dentre as quais poder-se-ia ainda distinguir, segundo posição na hierarquia social do “público visado”, a cultura de classe [...], a cultura símile entendida como o conjunto das mensagens dirigidas especialmente às classes médias e em especial aos setores de ascensão destas classes [...], e a cultura de massa, ou seja, o conjunto das obras socialmente genéricas, ou melhor, omnibus” (BOURDIEU, 2007, p. 140).

O autor explica que por mais que esses dois sistemas se oponham tanto por suas funções, como pela lógica de seu funcionamento, eles coexistem dentro do mesmo sistema. Diz ainda que

por isso seus produtos derivam a sua consagração, que é desigual, dos valores materiais e simbólicos que se apresentam no mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 2007, p. 141).

Segundo Bourdieu, a cultura “média”, ou seja, o sistema da indústria cultural está condenado a definir-se em relação à cultura legítima, tanto no âmbito da produção como no da recepção. Por esta razão, está impossibilitada de reivindicar sua autonomia. Para o autor:

As investigações originais que podem suceder no sistema da indústria cultural (ou para aí serem importadas) estão sempre limitadas (até poderem contar com um público específico, como no caso do cinema de vanguarda) pelos bloqueios de comunicação que correm o risco de provocar mediante o uso de códigos inacessíveis ao ‘grande público’. Assim, a arte média só pode renovar suas técnicas e sua temática tomando por empréstimo à cultura erudita e, ainda mais a “arte burguesa” [...] (BOURDIEU, 2007, p. 143).

Neste universo, o autor aponta como exemplo da arte média e sua derivação da arte erudita as obras cinematográficas inspiradas no teatro ou em romances classificadas como arte erudita. Cita ainda a orquestração de músicas erudita de temas populares. Segundo o autor, essa é a grande dificuldade da arte média reivindicar sua independência.

Sob essa ótica, o autor argumenta que sobre esses dois modos de produção, identifica-se a oposição entre o que é legítimo e ilegítimo. Existe, de um lado, um sistema de produção característico de produção erudita que fornece a si seu próprio mercado e que depende das instâncias de consagração. Na outra direção, há um campo de produção que se sustenta em relação a uma demanda externa, social e culturalmente inferior (BOURDIEU, 2007, p. 153).

O autor também aborda no texto a questão de posições e tomadas de posição nos sistemas citados:

A forma das relações que diferentes categorias de produtores de bens simbólicos mantêm com os demais produtores, com as diferentes significações disponíveis em um dado estado do campo cultural e, ademais, com sua própria obra, depende diretamente da posição que ocupam no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos e, ao mesmo tempo, da posição que ocupam na hierarquia propriamente cultural dos graus de consagração, tal posição implicando numa definição objetiva de sua prática e dos dela derivados (BOURDIEU, 2007, p. 154).

Essa tomada de posição dos agentes do campo em outros externos se justifica, na visão de Bourdieu, numa busca pelo sucesso em um campo que legitime seus produtos simbólicos. Esse envolvimento das categorias de intelectuais e artistas em outras esferas externas está ligado à hierarquia que ocupam no campo das relações de produção de bens simbólicos.

Bourdieu cita exemplos de tomadas de posição dos agentes de comunicação na relação com o campo de produtores de bens legítimos. O autor chama a atenção para os riscos do agente se “aventurar” em outro campo que não segue as mesmas normas que o legitima. Um dos riscos é não ser reconhecido por seus pares. A posição hierárquica que esses agentes ocupam em seus campos define a relação de interação no seu próprio campo e com outros campos externos.

Para que a produção não seja contaminada pelos mecanismos de um campo externo é preciso que "produtores dotados dos signos indiscutíveis da consagração cultural, os mais indicados como porta-vozes da palavra do grupo por serem os mais conformados às normas, possam aventurar-se fora dos limites do campo das práticas legítimas", elucida Bourdieu (2007, p. 159).

Ainda sobre a tomada de posição, o autor esclarece sobre os juízos pessoais e os juízos coletivos sobre uma obra:

“[...] os juízos mais pessoais que se pode fazer a respeito de uma obra, mesmo que seja a própria obra constituem sempre juízos coletivos por serem tomadas de posição referidas a outras tomadas de posição tanto de maneira direta e consciente como de maneira indireta e inconsciente por intermédio das relações objetivas entre as posições de seus autores no campo” (BOURDIEU, 2007, p. 164).

Sobre a estrutura do campo de posições, o autor assinala que de um lado, é preciso construir a estrutura do campo de posições possíveis e, de outro lado, convém estabelecer os sistemas dos mecanismos sociais que tendem a preencher estas posições, isto é, os sistemas dos mecanismos de reprodução das estruturas sociais. O autor salienta que a posição ocupada e a maneira de ocupá-la dependem de toda a trajetória conducente à posição, ou seja, depende da posição inicial, a da família de origem, também ela definida por certa trajetória (BOURDIEU, 2007, p. 167).

O intuito dessa seção foi introduzir a conceituação de campo, utilizando-se dos ensinamentos de Pierre Bourdieu para demonstrar que um determinado campo como, por exemplo, o campo cultural é uma parte do todo social com certa autonomia e regras, onde se busca a legitimação e a consagração. Verificou-se ainda que o campo definido relaciona-se a outros campos e é parte integrante de um espaço social mais amplo. Tal introdução faz-se necessária como contribuição ao entendimento do campo do jornalismo e o campo da economia tratada nas próximas seções.

2.2 O campo do jornalismo

Após explanação sobre poder simbólico, produção simbólica, campo de produção cultural, legitimação do campo, sua consagração e a questão de posições e tomadas de posição, trataremos o campo do jornalismo.

Sobre as exigências do mercado e a interação desse campo com os demais, Bourdieu elucida que o objetivo da explanação não é falar do poder dos jornalistas nem do campo do jornalismo como o quarto poder, mas sim sobre a influência que os mecanismos de um campo jornalístico cada vez mais sujeito às exigências do mercado (neste caso entende-se por mercado os leitores e os anunciantes) exercem sobre os jornalistas e os diferentes campos de produção cultural (BOURDIEU, 1997, p. 101).

O autor complementa o exposto citando os efeitos e a autonomia para o campo do jornalismo, quando menciona que o campo do jornalismo impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, a sua estrutura própria, isto é, sua autonomia explicada através da distribuição dos diferentes jornais e jornalistas levando em consideração as forças externas, ou seja, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes (BOURDIEU, 1997, p. 102).

Ainda sobre a autonomia, faz-se necessário abordar a autonomia de um órgão de difusão e também a autonomia de um jornalista particular. Bourdieu aponta que a autonomia do órgão de difusão está ligada a suas receitas (publicidade e Estado) e pela concentração dos anunciantes. Diferentemente a medição da autonomia do jornalista particular depende do grau de concentração da imprensa, da posição de seu jornal no espaço dos jornais, de sua posição no jornal ou órgão de imprensa e também o seu salário; e, enfim, de sua capacidade de produção autônoma da informação (BOURDIEU, 1997, p. 103).

Essa autonomia em vários momentos está estritamente ligada aos poderes exercidos sobre o campo jornalístico e em especial o poder exercido pelas instâncias governamentais. Bourdieu (1997, p. 104) explica que as grandes autoridades do Estado são capazes de intervir no campo jornalístico e definirem a ordem dos acontecimentos fixados aos jornais por meio de sua influência e suas decisões.

A constituição do campo jornalístico surgiu no século XIX entre a oposição de jornais que ofereciam notícias sensacionalistas e jornais que ofereciam análises e comentários para se diferenciar do primeiro e destacando valores de objetividade. Deste modo, o campo jornalístico é a relação de duas lógicas e de duas concepções de legitimação, sendo um a identificação dos pares

dos valores da notícia. E o outro da aprovação da maioria materializado no lucro e no número de leitores, ouvintes ou espectadores (BOURDIEU, 1997, p. 104-105).

No campo do jornalismo, os jornalistas em suas práticas operam tensionados por dois princípios: o do mercado e do profissional. No princípio do mercado, o que impera são os interesses econômicos. Para isso é preciso ter audiência a qualquer custo já que esta indica o alcance, o engajamento junto ao público e a materialização, isto é, o lucro. Já no princípio profissional, segue-se as normas do campo buscando realizar um trabalho objetivo e da imparcialidade através dos quais o jornalismo tenta garantir o comprometimento com os interesses do público.

Bourdieu destaca que o índice de audiência é um instrumento de marketing que exerce sobre o consumidor pressões do mercado. Não tendo, segundo ele, nada de "expressão democrática de uma opinião esclarecida, racional ou de razão pública" (BOURDIEU, 1997, p. 97).

Verificada como se dá a constituição do campo jornalístico segundo Bourdieu, o citado autor elucida sobre as sanções às quais este campo está sujeito. O campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado através da sanção direta, da clientela ou indireta, do índice de audiência. O autor aponta que o campo jornalístico é mais parecido com o campo político e econômico do que com o campo artístico-científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico (BOURDIEU, 1997, p. 106).

Ainda sobre as sanções para o campo jornalístico, o autor aponta:

E os jornalistas são sem dúvidas tanto mais propensos a adotar o "critério de índice de audiência" na produção ("fazer simples", "fazer curto" etc.) ou na avaliação dos produtos e mesmo dos produtores ("passa bem na televisão", "vende bem" etc.) quanto ocupem uma posição mais elevada (diretores de emissora, redatores-chefes etc.) em um órgão mais diretamente dependente do mercado (uma emissora de televisão comercial por oposição a uma emissora cultural etc.) [...]. (BOURDIEU, 1997, p. 106).

O autor continua explicando que as pressões do mercado não se exercem senão por intermédio do efeito de campo. Segundo o autor, muitos dos furos, considerados como trunfos e utilizados na conquista da clientela, são ignorados pelo público e observados apenas pelos concorrentes. Ele afirma que toda a prática jornalística é colocada sob o signo da velocidade ou da precipitação e renovação permanente pelos próprios agentes, que são atraídos pela concorrência, que prioriza esses tipos de profissionais (BOURDIEU, 1997, p. 107).

Neste contexto, ou seja, sobre os efeitos que o campo jornalístico exerce sobre os outros campos, o autor destaca:

Significa dizer que, embora sua eficiência se efetive quase sempre através das ações de pessoas singulares, os mecanismos de que o campo jornalístico é o lugar e os efeitos que eles exercem sobre os outros campos são determinados em sua intensidade e sua orientação pela estrutura que o caracteriza (BOURDIEU, 1997, p. 109).

Bourdieu segue destacando que a influência exercida pelo campo jornalístico tende a reforçar em qualquer campo os agentes e as instituições situadas na proximidade do polo mais sujeito ao efeito do número e do mercado. Para o autor, esse efeito tanto mais se exerce quanto mais os campos que o sofrem estão, eles próprios, submetidos a essa lógica, bem como o campo jornalístico que o exerce esteja também mais sujeito às restrições externas que o afetam (BOURDIEU, 1997, p. 109).

Ainda sobre a influência do campo jornalístico, Bourdieu destaca a influência deste nos campos de produção cultural:

A influência do campo jornalístico sobre os campos de produção cultural (sobretudo em matéria de filosofia e de ciências sociais) se exerce principalmente através da intervenção de produtores culturais situados em um lugar incerto entre o campo jornalístico e os campos especializados (literário ou filosófico etc.). Esses “intelectuais-jornalistas”, que servem de seu duplo vínculo para esquivar as exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro, estão em condição de exercer dois efeitos principais: de um lado, fazer adotar formas novas de produção cultural, [...], de outro lado, impor, em especial através de seus julgamentos críticos, princípios de avaliação das produções culturais que, conferindo a ratificação de uma aparência de autoridade intelectual às sanções do mercado e reforçando a inclinação espontânea de certas categorias de consumidores à “alodoxia”, tendem a reforçar o efeito de índice de audiência ou de lista de best-sellers, sobre a recepção dos produtos culturais e também, indiretamente e a prazo, sobre a produção, orientando as escolhas (as dos editores, por exemplo) para produtos menos requintados e mais vendáveis (BOURDIEU, 1997, p. 111).

Sobre a sanção do mercado para o campo jornalístico, o autor aponta que mesmo que os agentes comprometidos com o campo citado e com o campo político tenham relação de luta, esses dois campos têm em comum estar sob influência da sanção do mercado. Neste âmbito, a influência do campo jornalístico reforça as tendências dos agentes comprometidos com o campo político a submeter-se à pressão da maioria que frequentemente é constituída por reivindicações mobilizadoras pela expressão que recebem na imprensa (BOURDIEU, 1997, p.114).

Sobre a influência do campo jornalístico, Bourdieu explica (levando em consideração o campo político) que a influência incessantemente ampliada de um campo jornalístico, que sofre influência crescente da lógica comercial, contribui para enfraquecer a autonomia do campo político e, conseqüentemente, a capacidade do campo político de invocar sua competência de peritos ou sua autoridade de guardiões dos valores coletivos (BOURDIEU, 1997, p. 114).

O autor enfatiza que dentro do campo jornalístico, há necessidade de eficácia na difusão das notícias e de interação entre os campos para alcançar essa eficácia. Exibir as restrições ocultas impostas aos jornalistas não é denunciar responsáveis ou apontar culpados e sim oferecer (a uns e outros) uma oportunidade de se libertar pela consciência e propor ações combinadas aos vários campos detentores do monopólio de difusão. Neste contexto, somente essa colaboração entre os diversos envolvidos trará a eficácia da divulgação das contribuições mais universais da pesquisa e também, em parte, da universalização prática das condições de acesso ao universal (BOURDIEU, 1997, p. 115).

Bourdieu (1997) destaca que a comunicação não é neutra, pois a lógica da concorrência, além da ideia de que o campo social pode ser estruturado por forças dominantes e dominadas, que podem conservar ou transformar as relações de poder de cada campo, não garante essa neutralidade.

Outro ponto que interfere na neutralidade da comunicação é o próprio conteúdo veiculado, pois ele depende de seleção. E essa seleção depende da posição do jornalista e do veículo no campo. Quanto ao grau de autonomia de um jornalista particular, o autor aponta que sua dependência passa pelo grau de concentração da imprensa, a posição do seu jornal (local de trabalho), sua posição no jornal ou órgão de imprensa (cargo que ocupa), seu salário e sua capacidade de produção autônoma da informação.

Conceituado o campo do jornalismo, passa-se a caracterizar dois temas importantes na comunicação: a objetividade e a imparcialidade. Essas duas características do jornalismo são determinantes em especial para a relação do campo com a consagração dentro do campo para o veículo de comunicação e para o profissional de jornalismo.

2.2.1 Objetividade e imparcialidade no jornalismo

Para fazer uma análise sociológica da produção de informação midiática, Marchetti (2008) explica que é necessário analisar os acontecimentos, os problemas públicos, além de analisar o histórico do discurso midiático. Para tanto, ele destaca a análise relacional em três níveis para mostrar a unidade e diversidade do periódico.

No primeiro nível da análise, pontua-se para quais públicos o periódico se aplica, sendo eles intelectual/comercial, generalista/especializado, nacional/ local, postura político/objetividade do periódico. Este modelo permite a análise quantitativa e qualitativa dos diferentes meios e a hierarquização da informação.

No segundo e terceiro níveis há uma relação com as diferentes especialidades em uma redação que forma subespaços. Segundo Marchetti (2008, p. 24), “Dar a conocer las lógicas propias de estos microcosmos, permite finalmente comparar el estado de las relaciones de fracciones del campo periodístico con las de otros universos sociales sin caer en constataciones demasiado generales sobre las fuentes y los medios”.

Já no terceiro nível, compreende-se as lógicas de produção de informação que nos remetem ao funcionamento das redações e também observação e entrevistas. É necessário ainda relacionar os diferentes tipos de periodistas como repórteres freelances, repórteres fixos, editorialistas, além de suas especialidades.

Verifica-se na modernidade que o jornalismo busca transmitir a imagem de autonomia e objetividade. Observa-se que mesmo quando a informação transmitida pelo jornalismo é pautada em generalizações, provocando prejuízos a grupos ou pessoas, o jornalista prega a neutralidade, ou seja, invoca a objetividade para se mostrar isento e neutro sobre o assunto exposto.

Sobre a autonomia dos meios, Marchetti (2008, p. 25) enfatiza que na análise sociológica relacional “o espaço social está fortemente dominado e controlado por outros campos, principalmente o econômico e político”. O autor destaca ainda que a autonomia do periódico pode ser medida por meio de seus princípios internos de hierarquização.

Segundo Tuchman (1999, p. 75), “para o jornalista, como para os cientistas sociais, o termo objetividade funciona como um baluarte entre eles e os críticos”. A autora caracteriza a objetividade como um ritual estratégico dos jornalistas para serem considerados imparciais e protegerem-se dos riscos da profissão.

Sobre o conceito de objetividade, Hackett esclarece:

A concepção alternativa, de que a objetividade jornalística resulta em uma visão imparcial dos fatos, está sujeita a muita das mesmas críticas que tem sido dirigida contra o positivismo em geral. Esta posição implica que o jornalista e os meios noticiosos sejam observadores independentes, separáveis da realidade social que eles noticiam; que a verdade ou o conhecimento dependem da neutralidade do observador/jornalista em relação ao objeto de estudo, que o meio noticioso quando utilizado corretamente é neutro e destituído de juízo de valor, podendo assim garantir a veracidade da mensagem (HACKETT, 1999, p. 106).

Tuchman nos traz três fatores que ajudam um jornalista a definir um “fato objetivo”: a forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo (Tuchman, 1999, p. 75). Sobre os fatores relacionados acima, a autora esclarece:

Por forma, entendo aqueles atributos da notícia e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos, como o uso das aspas. Por conteúdo, entendo aquelas noções da realidade social que os jornalistas entendem como adquiridas. O conteúdo é também relacionado com as relações interorganizacionais do jornalista, pois as suas experiências com essas organizações levam-no a tomar por certas algumas coisas acerca delas (TUCHMAN, 1999, p.75).

A autora cita que os jornalistas se utilizam de procedimentos rituais para “fugir” de possíveis críticas e para seguirem rotinas confinadas à racionalidade (Tuchman, 1999). Outro fator importante é que a dinâmica noticiosa exige agilidade não permitindo ao jornalista análise reflexiva sobre ela. Neste caso, conforme destaca a autora, o jornalista opta pela objetividade, porque precisa cumprir prazo.

Tuchman aponta que os jornalistas adotam quatro procedimentos estratégicos na produção da notícia: apresentação das possibilidades do conflito, localização e citação de fatos complementares, uso de citações dos personagens envolvidos e a estruturação da informação com perguntas pré-determinadas que devam ser respondidas, o chamado lead básico (Tuchman, 1999).

Concomitantemente, a autora esclarece a rotina do repórter e o tempo para recolher informações. Sobre o “ser objetivo”, a autora assinala:

A menos que o repórter tenha levado a cabo uma investigação prolongada, ele geralmente tem menos de um dia de trabalho para se familiarizar com o background do acontecimento para recolher informações e para escrever o seu artigo. O repórter sabe que o seu trabalho escrito passará através de uma cadeia organizacional composta por uma hierarquia de editores e respectivos assistentes (TUCHMAN, 1999, p. 77).

No que tange à notícia e aos diferentes perfis dos leitores, a autora elucida que cada notícia é uma compilação de fatos que passam por avaliação e estruturação dos jornalistas. Ainda sobre a diferença dos leitores e a provável difamação, Tuchman (1999) explica que os jornalistas lutam contra essas pressões através da objetividade, visando que possíveis perigos sejam minimizados se seguirem as estratégias de trabalho que são identificadas com as notícias objetivas (Tuchman, 1999, p. 78).

Não obstante, sobre o fato da luta do jornalista contra essas pressões, Tuchman (1999, p. 78) afirma que o jornalista questiona o fato junto à fonte, mas que certos fatos devem ser simplesmente aceitos como verdadeiros. A autora explica ainda que o jornalista está entre a difamação e o disparate ao diferenciar objetividade com fatos que ele ou outro jornalista verificaram ou que podem ser investigados.

Para a autora, há quatro procedimentos estratégicos que faz com que o jornalista consiga ser objetivo: o primeiro procedimento apontado por Tuchman (1999, p. 79) aborda “a apresentação de possibilidades conflituais - os jornalistas têm de ser capazes de identificar os fatos, muito embora algumas pretensões de verdade não sejam facilmente verificáveis”.

O segundo procedimento apontado por Tuchman (1999, p. 79) trata da “apresentação de provas auxiliares. – Naturalmente, há ocasiões em que os jornalistas conseguem obter provas que corroboram uma afirmação. [...] localização e citação de "fatos" suplementares que são geralmente aceitos como verdadeiros”. Já o terceiro procedimento apontado por Tuchman (1999, p. 81) ressalta: “O uso judicioso das aspas - Os jornalistas veem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar”. O quarto procedimento é “A estruturação da informação numa sequência apropriada. – [...] é também um procedimento destinado a indicar objetividade, procedimento esse que é um atributo formal das notícias”.

Concomitantemente à utilização da objetividade, o campo jornalístico adota, como já citado por Tuchman, o discurso de ser imparcial, ou seja, da imparcialidade. Sobre os pressupostos-chave ligados à investigação convencional da parcialidade jornalística, Hackett ressalta:

1) a notícia pode e deve ser objetiva, equilibrada e um reflexo da realidade social; 2) as atitudes políticas dos jornalistas ou dos executivos editoriais são fatores determinantes da parcialidade jornalística; 3) a parcialidade no conteúdo noticioso pode ser detectada através da existência de métodos de leitura; 4) a forma mais importante de parcialidade é o partidarismo (HACKETT, 1999, p. 101).

A parcialidade e a objetividade estão associadas pelas pessoas ao papel da mídia, sendo ele político ou ideológico. A parcialidade na notícia é considerada uma intromissão do repórter ou da organização jornalística no relato do fato. Hackett aponta que o conceito de parcialidade tem dois momentos que não são inteiramente consistentes: o primeiro refere-se à falta de equilíbrio entre pontos de vista concorrentes. O segundo refere-se à distorção tendenciosa e partidária da realidade (HACKETT, 1999, pp. 102-103).

Sobre o conceito de distorção supracitado, o autor elucida que a distorção como critério é especialmente apropriada quando não estão em disputa pontos de vista de legitimidade semelhantes, tornando assim inadequado o critério de desequilíbrio (HACKETT, 1999, p. 103).

Posto isso, o autor passa a abordar os pressupostos para o estudo da parcialidade:

[...] os estudos da parcialidade tendem coletivamente a aceitar os seguintes pressupostos: 1. Os media podem e devem refletir com exatidão, o mundo real, de uma maneira justa e equilibrada. [...]. 2. Os obstáculos mais importantes que se põe a observação de um relato

equilibrado e exato daquilo que se passa no mundo são os preconceitos políticos ou as atitudes sociais dos comunicadores, que permitem que os seus valores ou percepções seletivas tornam tendenciosa a sua reportagem. 3. Quando essas parcialidades surgem no conteúdo noticioso, elas podem prontamente ser detectadas através de métodos existentes de leitura e decodificação. 4. A forma mais importante de parcialidade política ou ideológica nos media é o favoritismo, propositado ou não, em relação a um candidato, partido, posição política ou grupos de interesses, em detrimento de outro (HACKETT, 1999, p. 104).

Sobre o primeiro pressuposto, ou seja, refletir com exatidão o mundo real, o autor ressalta que os estudos que demonstram a inevitável mediação editorial e linguística dos acontecimentos deixam em aberto, todavia, a hipótese de os meios de comunicação social ficarem separados dos acontecimentos que observam e noticiam (HACKETT, 1999, p. 107).

Ainda sobre o primeiro pressuposto, o autor relata:

Não é necessário aceitar-se todo esse determinismo mediático para reconhecer as intervenções do jornalismo na sociedade e na política. Um exemplo é a produção generalizada do que Boorstin (1980, p.11) rotulou de pseudo-acontecimentos que são planeados e provocados previamente e que tem como desígnio primordial o serem noticiados ou reproduzidos. [...]. Além da produção deliberada de pseudo-acontecimentos, os media noticiosos podem influenciar as próprias tendências sociais e políticas que as suas notícias supostamente refletem (HACKETT, 1999, p. 108).

Quanto à segunda pressuposição que relata sobre preconceitos políticos ou as atitudes sociais dos comunicadores, Hackett (1999, p. 111) aborda que “uma segunda pressuposição do modelo de parcialidade [...] é a de que o partidarismo político da parte dos donos, anunciantes ou responsáveis editoriais é o principal obstáculo que se põe à informação objetiva”.

Ainda sobre a segunda pressuposição, o autor continua:

Como Black (1982, p. 2014) apontou: As crônicas apartidárias descontentam muito menos leitores que as partidárias. Os “Barões da imprensa” sobreviventes cujo principal propósito é gerir os meios de propaganda pessoal estão empenhados numa dispendiosa e arriscada vaidade. Eles são a exceção à regra (HACKETT, 1999, p. 112).

Sobre a terceira pressuposição, o autor ressalta:

A análise de conteúdo está associada a problemática da parcialidade por, pelo menos, três razões. Primeiro, a parcialidade é, muitas vezes, concebida em termos quantitativos: [...]. Segundo, parece haver em grande parte da pesquisa uma pressuposição behaviourista residual segundo a qual a repetição das unidades do conteúdo está associada ao impacto na audiência. [...]. Terceiro, Sumner (p. 99) sustenta que apesar de suas pretensões esporádicas a ser uma técnica neutral de descrição, o verdadeiro objetivo d análise de conteúdo e a mensagem intencional e os motivos do consumidor (HACKETT, 1999, p. 114).

Hackett (1999, p. 118) relata a quarta pressuposição: “Uma quarta pressuposição do paradigma da parcialidade é a definição de parcialidade como o favoritismo para um partido, candidato ou grupo de interesses em detrimento de outro”.

Sobre a imparcialidade e suas regras, Hackett enfatiza que tais regras não se limitam a dissimular as mensagens ideológicas no noticiário televisivo, mas que, sim, são uma parte essencial do funcionamento ideológico da televisão (HACKETT, 1999, p. 122).

O autor ainda complementa sobre a imparcialidade e a neutralidade:

O papel de aparente imparcialidade e neutralidade da televisão é ainda mais central em algumas teorias de televisão que se servem da terceira concepção de ideologia – a interpelação de sujeitos. [...] algumas análises de realismo e a sua relação com o posicionamento do público televisivo (HACKETT, 1999, p. 124).

Hackett (1999, p. 129) ressalta que a alteração nos estudos dos media de parcialidade para a ideologia não é garantia contra a ingenuidade ou a trivialidade, mas compreender os papéis políticos do jornalismo pode ser importante.

Este capítulo buscou elucidar abordagens do conceito de poder simbólico, produção simbólica, campo, legitimação do campo, a consagração e a questão de posições e tomadas de posição para explicar o campo do jornalismo. O capítulo ainda aborda a questão da objetividade e da imparcialidade no campo de produção simbólica do jornalismo. Inicialmente foram expostas as ideias fundamentais de Bourdieu (1989) sobre o poder simbólico e os bens simbólicos. Em seguida, conceituou-se campo através de Bourdieu (2007) utilizando-se para isso o campo erudito e o campo de produção cultural levando em consideração sua autonomização, legitimação, consagração e tomadas de decisão.

Com base nos conceitos acima e pautados no mesmo autor, conceituou-se o campo do jornalismo e suas interações. Pontuamos que há outros autores que tratam do assunto, como Thompson (2002), por exemplo, entretanto a opção por Bourdieu deu-se, porque o autor é referência na conceituação e estudo do assunto, embora ele não seja exaustivo.

Salientamos ainda que uma discussão mais abrangente sobre o assunto, feita a partir de outros autores e seus trabalhos teóricos que tratem especificamente desse campo nas mais diversas áreas sociais e tenham uma discussão mais aprofundada, enriqueceria ainda mais a conceituação.

Para conceituar-se o campo jornalístico há que se conceituar poder simbólico e produção simbólica para entender as relações dentro do campo e as relações do campo jornalístico com os demais campos, bem como a objetividade e a imparcialidade para verificar como o profissional de

jornalismo comporta-se dentro do seu campo e como a informação é disponibilizada para os demais campos sociais.

Conceituado o campo do jornalismo e suas especificidades, faz-se necessária a explanação sobre o campo dos economistas para assim compreender como se dá a formação do jornalismo de economia que obrigatoriamente necessita da interação entre os dois campos.

2.3 Campo dos economistas, profissão e correntes de pensamento

Neste título trataremos de contextualizar o início da formação intelectual dos economistas no Brasil e a formação do seu campo de atuação, bem como as disputas e debates dentro desse campo. Assinala-se que as ciências econômicas passam a constituir-se no pós-Segunda Guerra Mundial.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o ensino do que nos acostumamos, desde então, a chamar em francês de “la science économique” (economics) - fazendo uso de um singular no entanto problemático - sofreu um processo de desenvolvimento, de estruturação e de estandardização na maioria dos países do mundo. Enquanto a economia política se caracterizava, até então, na França como em grande parte das regiões do mundo, por uma inserção relativamente frágil no seio das Universidades³, ela adquiriu, a partir daí, uma sólida posição institucional enquanto “ciência econômica”, centrada no mundo acadêmico, mas apoiada num segmento de “mercado do trabalho” relativamente amplo, estendendo-se aos universos político e administrativo, além de certos seguimentos do mundo empresarial (LEBARON, 2012, p.1).

No Brasil, há registros anteriores ao período mencionado. Sobre essa afirmação, Kluger (2017, p. 100) corrobora ao citar que “a institucionalização do ensino e da pesquisa em economia, por sua vez, tem início em 1931 com a primeira legislação que permite conferir o grau de bacharel em Ciências Econômicas”. Kluger complementa que:

Até então, a economia estava marginalmente presente em algumas outras áreas, seja nos cursos prestigiosos de engenharia e de direito – nos quais titularam-se a maior parte dos primeiros especialistas em economia – que ofereciam cursos de economia política e de ciências das finanças como parte da formação geral de seus alunos, seja nas poucas renomadas escolas de comércio que se ocupavam da transmissão de instrumentos e técnicas comerciais, contábeis e atuariais. Essas escolas não podiam conferir o grau de bacharel e via de regra ofereciam cursos no período noturno, atraindo alunos provenientes de estratos sociais médios e baixos que necessitavam conciliar os estudos com trabalho em período integral (KLUGER, 2017, p. 100).

No que concerne ao estudo voltado especificamente para economia, ele se inicia com a instalação dos primeiros cursos de Economia em 1930, dentre eles destaca-se o curso da Faculdade

de Ciências Econômicas de São Paulo da escola Alvares Penteado em 1932; o curso da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro em 1938; a Faculdade de Ciências econômicas e administrativa de Minas Gerais, da atual UFMG em 1945 e da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, atual UFRJ, em 1946. Neste mesmo ano de 1946, registra-se a criação do curso de Ciências Econômicas na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo - USP (KLUGER, 2017, p. 100).

Com a criação de universidades específicas para formação do economista, inicia-se a formação do campo para esses profissionais e a dinâmica de interação entre eles e com os demais campos. Segundo Loureiro:

“O espaço social dos técnicos-economistas organizou-se, desde seus primórdios, mediante inúmeras disputas – disputas dos técnicos com outros agentes políticos, especialmente parlamentares e representantes patronais (Sola, 1982; Martins, 1976); disputas entre diferentes segmentos da burocracia econômica, como as divergências, por exemplo, entre grupos do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda em torno da criação do Banco Central e ainda lutas internas entre diferentes grupos de economistas”. (LOUREIRO, 1997, p. 32)

Propriamente dito o campo dos economistas começa a se formar no início dos anos 40. Sobre esta questão, Loureiro fala da polêmica entre o líder industrial paulista Roberto Simonsen e o economista liberal carioca Eugênio Gudín como início dessa formação. Gudín era um defensor do liberalismo econômico e rejeitava o protecionismo governamental às indústrias brasileiras. Como relator da Comissão de Planejamento Econômico, propôs reformas nas áreas fiscal e monetária e restrição da atuação do Estado. Já Simonsen propunha a ampliação da intervenção estatal na economia através do planejamento e adoção de medidas protecionistas às indústrias brasileiras, posto que era membro e relator do Conselho da Política Industrial e Comercial (CNPIC) (LOUREIRO, 1997, p. 32).

A autora segue sua análise da trajetória da construção do campo econômico sublinhando o antagonismo entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Comissão Econômica para América e Caribe (Cepal). Para mencionar estes em relação à construção do campo, faz-se necessário estabelecer contato com o meio acadêmico em que nasceram as escolas e os centros de pesquisa em economia (LOUREIRO, 1997, p. 33).

Loureiro (1997) complementa Kluger (2017) sobre o surgimento de faculdade de Economia e pontua que o primeiro projeto nasceu com a reforma de Francisco Campos em 1931, mas não vingou. Apenas em 1945 foi criada a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade

do Brasil. A autora explica que Eugênio Gudín e Octavio Gouveia Bulhões eram os principais representantes do grupo do projeto vitorioso de 1945, posto que os mesmos possuíam privilégios por participarem do Governo Vargas e pela privilegiada posição social (LOUREIRO, 1997, pp. 34-35).

Loureiro expõe que antes da aprovação do citado projeto de 1945, Gudín e Bulhões o submeteram à análise da Universidade de Harvard:

[...] submeteram seu projeto do curso de economia aos professores de Harvard, em agosto de 1944, logo após a conferência de Bretton Woods, da qual participaram como representantes brasileiros. Atribuía assim ao trabalho dupla legitimidade: a dos meios universitários norte-americanos para se fortalecerem ante os adversários no Brasil; e, na universidade norte-americana, a dos organismos econômicos internacionais, de onde acabavam de sair (LOUREIRO, 1997, p.35).

Criado o curso de Economia, em especial o da Universidade do Brasil, é preciso discorrer sobre quais eram os grupos de interesse que se apresentavam para cursar essa nova graduação. Neste sentido, a autora elucida que havia dois grupos, o primeiro era oriundo de escolas de comércio e pretendia com a titulação de economista ascender socialmente. A autora explica que esse grupo era oriundo das camadas mais baixas da sociedade. No tocante ao segundo grupo de interesse, pode-se dizer que pertenciam a outro espectro da camada social, ou seja, provenientes dos extratos mais elevados. Tinham como compreensão a necessidade de formação de novas elites dirigentes capacitadas para questões econômicas. A autora cita que esse grupo possuía longa prática profissional em altos postos do aparelho do Estado ou em grandes empresas privadas. (LOUREIRO, 1997, p. 36).

No entanto, anota-se que este último grupo, ou seja, o de camadas de extração social elevada acabou definindo a orientação da nova faculdade, ou seja, a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE) da Universidade do Brasil, posto que tal instituição tinha nas diretrizes do curso de Economia a necessidade de formação de novos quadros dirigentes com tendências modernizantes e inspirado em princípios de racionalidade e rigor científico. A autora segue explicando que devido a isso houve a rejeição do currículo misto como disciplinas jurídicas e administrativas e que o curso criado possuía forte ênfase na matemática, nos métodos estatísticos e em teoria econômica. A autora ainda explica que o viés aplicado exigia maior formação escolar para o ingresso e que, portanto, era menos acessível a grupos sociais mais baixos oriundos das escolas secundárias profissionalizantes. A autora esclarece ainda que o corpo docente da nova faculdade fora recrutado entre os estudiosos autodidatas (alguns lecionavam na antiga Faculdade de Ciências

Econômicas e Administrativas criada em 1938), e que tais estudiosos se envolviam com problemas práticos da gestão da economia no Governo Vargas (LOUREIRO, 1997, p. 36).

Contudo, a autora aponta que a formação acadêmica de novos profissionais de economia não se mostrou tarefa fácil posto que segundo arquivos levantados na própria faculdade, nos primeiros anos os alunos eram provenientes de egressos de escolas profissionalizantes e em especial contadores. A autora aponta que a falta de tradição do curso de Economia aliada ao pouco prestígio, se compararmos aos cursos de Engenharia, Direito e Medicina, que não atraía muito os jovens saídos do secundário de origem social e intelectual mais elevada, ou seja. Tais jovens do grupo apontado representavam apenas 11% na turma de 1946. A autora ainda enfatiza a elevada evasão do curso, posto que nos primeiros anos de funcionamento tal índice era de dois terços e entre os anos 1946-1950, em torno da metade (LOUREIRO, 1997, p. 37).

A autora complementa que além da criação da Faculdade de Economia no Rio de Janeiro, em 1946 houve a criação da Faculdade de Economia no quadro das orientações que presidiram a criação da Universidade de São Paulo. Nos primeiros anos de funcionamento, a citada escola sofreu muitos percalços. A autora explica que a Faculdade de Economia não seguiu os passos da Faculdade de Filosofia que recrutou professores no exterior, e que o fez entre os quadros da Universidade e, em especial, do curso de Direito, sendo que dos 37 docentes que iniciaram na recém-criada Faculdade, 19 eram do curso citado e que a experiência docente dos professores originava-se das faculdades privadas de Economia e das escolas de comércio (LOUREIRO, 1997, p. 37).

Assim como na Faculdade de Economia do Rio de Janeiro, na Faculdade de Economia de São Paulo (USP) configurou-se no princípio uma situação de crise estrutural que perdurou até os anos 60, marcada também pela evasão progressiva, pela baixa frequência dos alunos e pela diminuição crescente do número de matriculados (LOUREIRO, 1997, p. 37).

A autora explica que por não estar elitizada, a Faculdade de Economia era predominantemente procurada pelo extrato social mais baixo da população proveniente das escolas técnicas de comércio que possuíam poder aquisitivo para frequentar faculdades de Engenharia ou Direito.

A autora enfatiza e respaldada por comentário de Raul Ekerman (formado pela Faculdade de Economia da USP) que a produção econômica no Brasil entre os anos de 1955-1965 foi carioca. A autora enfatiza a proximidade com o poder para explicar essa afirmação. A autora ainda demonstra através de quadro que a produção acadêmica nas principais revistas, entre o período de 1930 e 1964,

estava associada a instituições dessa localização como FGVRJ, CEPAL/RJ, BNDE/RJ, CNI/RJ, CNE/RJ, SUMOC/RJ, Universidade do Brasil/RJ, Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE/RJ), entre outras. (LOUREIRO, 1997, p.38-40).

Dentre as instituições citadas, a autora descreve que o Instituto Brasileiro de Economia da FGV (IBRE/FGV):

Constituiu durante décadas o polo mais importante de produção do conhecimento e o espaço onde a economia assumiu sua dimensão prática, afirmando-se como requisito básico de competência para a condução de políticas econômicas no país. Cabe destaque para o trabalho de elaboração das contas nacionais (na época inovadoras mesmo nos países desenvolvidos e resultantes da implementação de políticas macroeconômicas inspiradas nas propostas Keynesianas) e para a criação de índice de preços, trabalho inédito e pioneiro, que permitiu, por exemplo, o estabelecimento, anos mais tarde, do mecanismo de correção monetária. [...]. Segundo depoimentos, os membros do IBRE tinham consciência clara de que estavam criando o “marco quantitativo da economia brasileira”. E, ao mesmo tempo, percebiam o caráter altamente politizado de suas atividades, especialmente a de elaboração de índices de preço (LOUREIRO, 1997, p. 41).

Ainda sobre o IBRE/FGV, a autora disserta que a mesma recrutava diplomatas, vários professores e estagiários bolsistas da FNCE e que tais recrutados participavam, segundo Loureiro (1997, p. 41), “das equipes de renda nacional, do Centro de Conjuntura Econômica, e posteriormente, dos centros de contas nacionais, de estudos fiscais, de análise contábil etc.”. A autora ainda elucida que tais recrutados tinham participação no trabalho desenvolvido em duas revistas, ou seja, a revista Conjuntura Econômica (divulgava os indicadores estatísticos produzidos pela FGV) e a Revista Brasileira de Economia (publicação de artigos teóricos de autores nacionais e estrangeiros) (LOUREIRO, 1997, p. 41).

Para o aprimoramento dos quadros do IBRE/FGV, a autora destaca que em conjunto com a Universidade Nacional, a instituição manteve desde sua criação contato permanente com universidades estrangeiras. Tais convênios serviam para receber pesquisadores visitantes e enviar seus membros para estágio no exterior, conferindo à instituição caráter cosmopolita e definindo-se como divulgadora de informações trazidas de outros países por seus intercambistas. A autora ainda enfatiza a formação de Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões quando cita que os mesmos tiveram desde a infância formação no exterior e que, portanto, possuíam consciência da importância dessas experiências para o meio acadêmico (LOUREIRO, 1997, pp. 41-42).

Segundo Loureiro (1997, p. 42), “pode-se afirmar que o grupo que construiu o IBRE formou-se ao longo de vários anos em extensas redes de relações em órgãos governamentais, nas instituições de ensino e nos meios empresariais”.

Ainda no que concerne à formação do IBRE/FGV, destaca-se que tais atores sociais puderam, conforme verificado pela autora, realizar um orquestrado e amplo trabalho de alicerce e equipamento da instituição manifestado na articulação de políticas econômicas para o Governo. A autora ainda destaca que o sucesso desse grupo pode ser associado às características sociais que ocupavam, ou seja:

Grande parte de seus membros nasceu no Rio de Janeiro, em famílias de extração social elevada: burguesia comercial, altos funcionários do governo, oficiais militares, profissionais liberais etc. Predominavam entre eles os estudos de engenharia ou mesmo de ciências econômicas. A maioria completou formação em economia em universidades norte-americanas ou em organismos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, onde a problemática monetária era amplamente enfatizada e a modelação matemática já se delineava como habilidade profissional por excelência (LOUREIRO, 1997, p. 43).

A autora aclara que a luta entre os monetaristas ortodoxos (também conhecidos como Direita “entreguistas”) e seus opositoristas, ou seja, os conhecidos como nacionalistas ou estruturalistas foi, segundo a autora, fundamental para a formação do campo dos economistas no Brasil (LOUREIRO, 1997, pp. 43-44).

Sobre os estruturalistas e a Cepal, Kluger (2017) esclarece as circunstâncias temporais e históricas em que eles surgiram.

O surgimento da Cepal deve ser compreendido dentro do panorama econômico e geopolítico do pós-Segunda Guerra Mundial, no qual os países latino-americanos, especialmente aqueles que colaboraram militarmente com os aliados, esperavam poder contar com auxílios econômicos para reparar os danos provocados pelos anos de isolamento e compensar a colaboração no esforço de guerra. A resposta que habitualmente recebiam era: o destino prioritário do auxílio internacional deve ser o conjunto dos países diretamente danificados pela guerra, ou seja, os países europeus e asiáticos que sediaram o conflito, devendo a América Latina esperar ou buscar outras fontes de financiamento para promover o seu desenvolvimento econômico. (KLUGER, 2017, pp. 33-34).

Compreendida a origem da Cepal, é fundamental entender e delinear, no que tange ao desenvolvimento econômico do Brasil naquele momento, a disputa entre as duas correntes estudadas, ou seja, os monetaristas e os estruturalistas. Passa-se a delinear a disputa entre monetaristas (alinhados com o capital e, por que não dizer, com o poder hegemônico alavancado pelos Estados Unidos no pós-guerra) e os estruturalistas (que, conforme verificado, surgem como “opção” de desenvolvimento). Para início do debate enfatiza-se a posição de disputas dentro do campo dos economistas por dois expoentes da época:

No debate entre Gudin e Simonsen, realizado em uma etapa ainda embrionária do campo dos economistas pode-se admitir que as disputas intelectuais e políticas sejam remetidas a fatores externos, isto é, as posições ocupadas por cada um em diferentes frações do capital econômico: Simonsen, engenheiro da alta burguesia industrial e líder do empresariado de São Paulo representava os interesses das empresas industriais ainda em processo de consolidação e, portanto, dependentes da defesa do mercado e da proteção do estado, já Gudin representava os interesses do capital estrangeiro (LOUREIRO, 1997, p. 44).

A autora enfatiza que ao analisar as discordâncias entre a Cepal e a FGV nos anos 50, não se pode ater-se à análise realizada para os citados economistas para não correr o risco de cair em um simplismo reducionista. A autora aponta que o debate entre essas duas instituições pautava-se, sim, em fatores externos, mas as condições internas do campo dos economistas no Brasil e as posições que cada grupo ocupava também estavam em jogo. A autora aponta que quando a Cepal iniciou a divulgação de seus estudos no Brasil o grupo da FVG já havia se consolidado por um trabalho de longo prazo efetuado nas escolas de economia citadas anteriormente e no IBREFGV e que contavam com ampla divulgação em revistas e jornais de grande circulação. A autora ainda aponta que Gudin e Bulhões publicavam também em revista de instituições do mercado (Digesto Econômico da Associação Comercial de São Paulo e Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio, entre outras), além dos diversos convites para proferir conferências e paraninfar turmas em formação (LOUREIRO, 1997, p. 44)

Neste contexto em que os membros do grupo FGV, conforme salientado pela autora, eram extremamente conhecidos dentro do campo dos economistas, surge os membros da Cepal que participavam de uma instituição nova que pretendia marcar posição de autonomia frente aos EUA e afirmar sua identidade latino-americana. O grupo constituía-se de pessoas jovens na maioria saídas de escolas de Direito, Economia ou Ciências Sociais de países da América Latina adjuntos de alguns saídos de escolas norte-americanas e que possuíam como base a cidade de Santiago no Chile. A autora aponta Raúl Prebisch, fundador do Banco Central da Argentina, e na época exilado pelos peronistas, como líder da Cepal (LOUREIRO, 1997, pp. 44-45).

Assim, Loureiro (1997) conclui que devido à perseguição do líder do grupo “[...], eram muito grandes as possibilidades de inovação teórica ou de posicionamento heterodoxo por parte desse grupo”. A autora cita a iniciação das carreiras de alguns expoentes como, por exemplo, Celso Furtado, que faziam seus investimentos mais importantes no estudo da economia e que seriam mais abertos a novas teorias econômicas que surgiam em debate na época. Ainda sobre Furtado, a autora diz que o mesmo, após doutoramento em economia em Paris, procurou na FGV uma carreira, porém

insatisfeito com os trabalhos menores recebidos, viu na Cepal a oportunidade da construção da carreira que almejava e que não fora oportuna na instituição anterior (LOUREIRO, 1997, p. 45).

A introdução do pensamento cepalino no Brasil deu-se por múltiplos meios, dentre eles através de artigos de Furtado e Prebisch em revistas nacionais e em especial na Revista Brasileira de Economia da FGV e que mesmo tendo aceitado as publicações, os membros da FGV, em especial Bulhões e Gudin, reagiram às publicações autorizadas através artigos violentos na própria revista e de convites a economistas estrangeiros para realização de palestras reafirmando os pressupostos neoclássicos, o que se abria na própria revista o debate do tema. Além da revista, as críticas dos dois expoentes da FGV citados acima apareciam também em jornais, já que entre os interessados pelo debate encontrava-se dirigentes governamentais e empresários (LOUREIRO, 1997, p. 45).

No que se refere ainda à introdução do pensamento cepalino no Brasil, Kruger enfatiza:

De todos os elos que ligavam a Cepal ao Brasil, provavelmente, o principal tenha sido o economista Celso Furtado, que ajudou a transpor as ideias da Cepal para a academia e para os vários organismos de governo que ajudou a criar e solidificar, como o Ministério do Planejamento, a Sudene e o BNDE (KLUGER, 2017, p. 47).

No entanto, até alcançar certo reconhecimento, é importante salientar que Furtado e Prebisch não possuíam nenhum canal de comunicação, seja através do meio acadêmico ou através dos meios utilizados pelo grupo da FGV. Eles vislumbraram junto ao empresariado, a Confederação Nacional da Indústria, e aos técnicos a forma de dar visibilidade e angariar apoio às duas teses. Em meio a essa procura por reconhecimento e tendo como pano de fundo os debates, o grupo da Cepal alcunhou o grupo da IBRE/FGV de “monetaristas” posto que privilegiavam os fatores monetários na análise da inflação. O Grupo da IBRE/FGV se autodenominou de “estruturalistas”, pois tentavam estudar os determinantes estruturais formadores do processo inflacionário (LOUREIRO, 1997, pp. 45-46).

Enfatiza-se que a maior crítica de Gudin aos cepalinos era o fato de os mesmos se autointitularem como introdutores da ciência econômica da América Latina a partir do estruturalismo. Loureiro aponta que “é evidente que tal pretensão do grupo cepalino, se afirmada, quebraria a hegemonia de Gudin e de seus colegas entre os economistas brasileiros, ante os quais se posicionavam introdutores e divulgadores da teoria neoclássica” (LOUREIRO, 1997, p. 46).

Concomitantemente ao debate enquanto campo pontilha-se que as divergências dos grupos se aprofundaram devido aos contextos das disputas políticas no segundo governo Vargas, o que aumentou, portanto, a cisão no campo dos economistas. A autora cita que Furtado estava consciente

que os ortodoxos ganhavam terreno e por isso “decide avançar na luta publicando, em 1953, um novo livro – A economia brasileira – onde sistematiza e desenvolve as teses da Cepal” (LOUREIRO, 1997, p. 46).

Loureiro complementa sobre as decisões de Furtado:

Decide ainda, logo após seu retorno ao Brasil, associar-se a outros grupos de orientação nacionalista, e igualmente opositores e “direita entreguista”, ligados a antiga assessoria econômica de Vargas e ao Iseb. [...]. Celso Furtado tomou ainda a iniciativa de fundar o Clube dos Economistas. [...]. O principal objetivo desse grupo era editar a Revista Econômica Brasileira, logo “considerada órgão de divulgação do pensamento heterodoxo, progressista ou de esquerda”. A criação desse veículo para difundir as novas ideias geradas na Cepal era, ainda conforme depoimento de Celso Furtado, fundamental, pois, “como praticamente não tínhamos contato com o mundo universitário, os debates em torno da nova linha de pensamento circunscreviam-se a ambientes com pouco poder de irradiação” (...). E, nas publicações da Fundação Getúlio Vargas, dominavam as orientações ortodoxas as quais esse grupo se opunha (LOUREIRO, 1997, p. 46-47).

A autora aponta que diferentemente dos monetaristas, os cepalinos não possuíam vínculos orgânicos e institucionalizados. Furtado, segundo Loureiro, tentava criar alternativas para atuar no país como, por exemplo, através do grupo misto BNDE - Cepal, Sudene e na Secretaria do Planejamento do Governo Goulart, na qual atuou por breve período antes do golpe militar de 1964. A autora ainda aponta que as frentes onde a Cepal tentava atuar sempre foram precárias como, por exemplo, os laços entre os membros da Assessoria Econômica assim como o Clube dos Economistas que não possuíam recursos financeiros nem conseguiam angariar para a manutenção da publicação da Revista Econômica Brasileira (LOUREIRO, 1997, p. 47).

A autora aponta ainda sobre os membros da Cepal:

Eles não tiveram também inserção sistemática em instituições de ensino ou pesquisa. Assim seus trabalhos de economia foram efetuados basicamente sob a forma de ensaios, em que se enfatizam os aspectos mais globalizantes da realidade econômica, como desenvolvimento, pobreza e industrialização – vistos sobre o foco da problemática nacionalista (LOUREIRO, 1997, p. 47).

Neste contexto, a autora ainda aborda outro fato relevante para o entendimento da formação dos economistas brasileiros da Cepal:

Chama a atenção que os principais membros desse grupo sejam filhos de famílias da elite nordestina que migraram para o Rio de Janeiro nos anos 30 e 40 [...] em busca de novas oportunidades de carreira, concretizadas em órgãos de governo”. Ela aponta ainda que a maioria eram diplomatas com formação em direito ou ciências sociais sem formação regular em economia, com exceção de Furtado conforme já mencionado anteriormente. (LOUREIRO, 1997, p. 47).

Loureiro (1997, p. 48) aponta que deste debate em torno do monetarismo e do estruturalismo defendidos por expoentes citados no decorrer do texto, pode-se dizer que “o pensamento da Cepal resulta de razões internas ao universo social onde foi produzida. [...]. Elas se tornaram, assim, obras fundadoras”. A autora ainda aponta que em outros países como México, Argentina e Chile também houve debate entre monetaristas e estruturalistas e afirma que “em outras palavras, as disputas entre monetaristas e estruturalistas constituíram um campo de lutas específico dos economistas”.

Loureiro aponta que essas lutas no campo dos economistas provenientes dos debates do monetarismo e estruturalismo devem:

Ser vistas no contexto mais amplo do debate intelectual e político, que ocupou de forma marcante a história desses países nos anos 50 e início dos 60, envolvendo temas como nacionalismo, desenvolvimento industrial, planejamento econômico, reforma agrária etc. Debate que delimitou posições da direita e da esquerda. No Brasil, a essas posições se alinhavam, de um lado, grupos entrincheirados em órgãos como BNDE, Sumoc, FGV e, de outro, na Assessoria Econômica de Vargas, Cepal e no Iseb. O acirramento dessas lutas implicaria intensa mobilização política por parte de grupos nelas envolvidas. (LOUREIRO, 1997, pp. 48-49).

Neste cenário de disputas entre monetaristas e estruturalistas, Lebaron reforça o postulado de Loureiro sobre a dominação dos neoliberais ou neoclássicos quando pontua:

“Encontramos fenômenos semelhantes nos países latino-americanos, marcados, numa primeira fase de pós-guerra (os anos 1950-1960), pelo “estruturalismo” e pelas teorias da dependência (tendo como local simbólico a Cepal) antes de experimentar um movimento relativamente brutal de dominação das teorias “neoliberais” oriundas dos Estados Unidos, mais uma vez fortemente contestadas de alguns anos para cá. [...]”. (Lebaron, 2000, p. 9).

Até o momento, tratou-se dos economistas e da formação do campo dos economistas anteriores à data do golpe militar de 1964. Contudo, faz-se necessário elucidar essa dinâmica também para o período pós-1964, ou seja, o campo dos economistas para o período da ditadura militar brasileira.

Segundo a autora, em meados dos anos de 1960 ocorreu a expansão dos postos de economistas no governo e em especial nas agências de planejamento e desenvolvimento econômico. Tal expansão e aumento de necessidade de profissionais tornou transparente a deficiência de formação para essa profissão. Tratava-se de uma crise do sistema de ensino acadêmico fazendo-se necessário pensar e efetivamente surgir propostas de reformulação do sistema educacional da profissão, bem como do curriculum ofertado (LOUREIRO, 1997, p. 62).

Notou-se a dinâmica de formulação profunda curricular da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP) capitaneada por Delfin Netto. Segundo Loureiro (1997, p. 62) *apud* (PINHO, 1981, p. 48), “assim foi proposta a reforma, iniciada em 1960 e completada em 1964, uma nova orientação para o curso, reforçando a matemática e a teoria econômica”. A autora enfatiza que tal reformulação tinha como proposta redesenhar o curso para uma linha mais técnico-profissionalizante, sendo essa, por consequência, a linha mais geral da crise que se passava nas instituições e no modelo de ensino empregado até então, além da pouca afinação das matrizes curriculares com o mercado de trabalho (LOUREIRO, 1997, p. 62).

A autora esclarece que desses esforços surgiu um seminário realizado em Itaipava do qual participaram expoentes do ensino de economia da época, tais como Delfin Netto, Simonsen, João Paulo dos Reis Velloso, Isaac Kerstenetzky, Julian Chacel e Maria da Conceição Tavares. Tal seminário trouxe algumas sugestões dos participantes:

Diante da situação, os participantes de Itaipava sugerem, para a melhoria da qualidade de ensino, o fechamento de algumas escolas. Sugerem também a transformação de outras em escolas de administração de empresas, já que a maioria dos economistas exercia como profissão, a administração; não eram de fato economistas. E, o que é mais importante, propõe a renovação dos quadros de professores, via implantação de programas de pós-graduação e envio de estudantes e docentes para doutorado no exterior (LOUREIRO, 1997, p.63).

Conforme exposto, depreende-se que a partir da metade dos anos 60, o curso universitário de Economia torna-se o principal acesso à carreira econômica. Nota-se também o papel fundamental dos cursos de pós-graduação que, segundo Loureiro (1997, p. 63), “transformaram-se nas últimas décadas no meio privilegiado de acesso aos postos de gestão econômica para engenheiros, advogados e estudantes que haviam concluído a graduação em Ciências Econômicas”.

Sobre o acesso da elite (jovens de extração social mais elevada) ao curso de Economia, a autora explica que apenas na década de 70 ele foi verificado. Loureiro (1997, p. 63) explica que “isso deveu-se a mudanças que reforçam a identidade social do economista e, conseqüentemente, deram maior prestígio à profissão.

No que diz respeito ao mercado profissional do economista, a autora explica que:

Os economistas estão entre os que mais se beneficiaram com as transformações no sistema político e no aparato governamental derivados do golpe militar de 1964, em termos de expansão do mercado de trabalho e da elevação do prestígio profissional. (LOUREIRO, 1997, p. 63).

Em relação à ciência econômica, pode-se dizer que sua modernização no Brasil deu-se com a instalação de programas de pós-graduação, expansão dos cursos de Economia e quantitativo de alunos, desenvolvimento de pesquisa e criação de novas revistas especializadas (LOUREIRO, 1997, p. 65).

Não há como falar de modernização dos cursos de Economia e da própria economia sem mencionar a internacionalização dessa área de estudos. Sobre o assunto, Loureiro (1997, p.65) anota que “tal modernização ocorre no contexto da incorporação sistemática, por parte das instituições de ensino e pesquisa do país, dos padrões teóricos e vigentes nos países desenvolvidos, em particular nos Estados Unidos. Neste sentido, modernização significa internacionalização ou, se quiser, “americanização” da produção acadêmica em ciência econômica”.

Ainda sobre a internacionalização da ciência econômica no Brasil, a autora menciona que dois mecanismos destacaram-se:

Primeiro, a vinda, a partir de meados dos anos 60, de professores norte-americanos para lecionar nos então recém-criados cursos de pós-graduação. [...] a função dos economistas norte-americanos era mais a de transmitir o modelo de organização de ensino e pesquisa do que propriamente contribuir para o conhecimento da teoria econômica mais avançada, já que havia no Brasil liderança intelectual com suficiente formação teórica. [...] Outro procedimento, ainda mais importante, de integração dos estudos econômicos brasileiros aos padrões em vigor nas grandes escolas estrangeiras foi o envio sistemático, a partir do final dos anos 60, de professores e estudantes brasileiros para doutoramento no exterior, especialmente nos Estados Unidos (LOUREIRO, 1997, pp. 66-67).

Segundo a autora, a internacionalização da ciência econômica e dos profissionais de economia do Brasil, através da internacionalização das práticas teóricas e metodológicas, significou um processo de tornar americana, ou seja, de americanizar a ciência econômica no Brasil. Contudo há que se pontuar que tal processo não aconteceu de forma hegemônica em todas as escolas do país, posto que houve resistência sobretudo dos grupos alinhados à esquerda e teoricamente mais alinhados com orientações cepalinas e heterodoxas que não aceitaram o que denominaram como imperialismo americano que tinha como função o colonialismo cultural, segundo essas vertentes (LOUREIRO, 1997, p. 69).

Notam-se aqui novamente as disputas e debates dentro do campo da economia através de suas escolas e da ortodoxia versus heterodoxia, a qual a autora ilustra:

Observa-se que o Instituto de Economia da Unicamp, por exemplo, é o que representa a percentagem mais baixa de docentes formados no exterior: apenas dois fizeram PhD nos Estados Unidos, contra 26 que se doutoraram na própria Unicamp ou na USP. A PUC do Rio e a EPGE, por outro lado, são as que apresentam os números mais elevados de

professores formados nos Estados Unidos: mais de 82% na PUC e 80% na EPGE. (LOUREIRO, 1997, p. 69).

Logo nota-se pelo exposto pela autora as disputas nos campos conforme anteriormente citado, porém como monetaristas versus estruturalistas. Sobre esse assunto a autora ressalta que houve transformações no campo dos economistas nas últimas décadas no que tange à modernização da ciência econômica, porém destaca ainda que as disputas entre ortodoxos versus heterodoxos, desde a organização do campo nos anos 50 e 60, permanecem atualmente após a modernização (LOUREIRO, 1997, p. 70).

Sobre esse assunto de disputas no campo e suas consequências, a autora enfatiza:

Observa-se que a internacionalização da ciência econômica teve como impacto profissional mais significativo o reforço da polarização já existente nos meios acadêmicos de formação dos economistas brasileiros. Consequentemente, gerou diferenças importantes nas práticas e estratégias profissionais. De um lado encontra-se da EPGE que, continuando a seguir as mesmas orientações básicas da FGV estabelecidas nos anos 50 e 60, é considerada, mesmo hoje, a versão monetarista mais ortodoxa. Seus membros valorizam muito a modelização matemática e o instrumental econométrico. Ainda deste lado está a PUC-Rio constituída de antigos alunos e de professores dissidentes da EPGE [...]. [...] esses dois centros constituem o polo mais internacionalizado, isto é, mais integrado ao *mainstream* atual. [...] Do outro lado, os cursos da Unicamp e UFRJ, criados por ex-discípulos da Cepal, permaneceram ligados aquelas questões definidas como estruturais. Seus estudos são desenvolvidos em linguagem pouco formalizada matematicamente e valorizam a abordagem histórica e sócio-política dos processos econômicos. Finalmente, entre os dois extremos encontra-se o curso de pós-graduação da USP, o maior em número de professores. Embora a maioria deles [...] tenha realizado doutorado na própria USP, um número também significativo estudou também nos Estados Unidos [...]. (LOUREIRO, 1997, pp. 70-71)

A autora segue explanando as diferenças dos cursos de Economia para cada instituição e o peso do cálculo e análise matemática para as instituições alinhadas com a ortodoxia e o *mainstream* internacional versus as instituições que valorizam mais a teoria econômica, a economia brasileira, sem o excesso matemático e estatístico tanto nos cursos de graduação, quanto nas provas para seleção nos programas de pós-graduação.

A autora ainda aponta as diferenças de carreira a partir do campo dos economistas. A autora explica que os economistas voltados para o *mainstream* (Pontifícia Universidade Católica e Escola Brasileira de Economia e Finanças) participam mais do circuito científico internacional e também em agências internacionais (FMI, Banco Mundial etc.). No que está relacionado com a diferenciação, a autora explica que os professores das citadas instituições podem ser denominados como “privatistas” por serem privados e por valorizarem o papel do mercado no sistema econômico. Além disso, Loureiro aponta que os profissionais dessas instituições possuem laços com empresas e em especial com os bancos, onde são consultores (LOUREIRO, 1997, pp. 74-77).

Por outro lado, a autora explica que as instituições menos internacionalizadas (Universidade de Campinas - Unicamp) podem ser definidas como “estatistas” por corriqueiramente serem mais críticas ao neoliberalismo que, por definição já exposta, acredita na eficiência do mercado para a alocação de recursos e distribuição de riquezas. Esses profissionais geralmente desenvolvem suas atividades profissionais em agências governamentais e empresas públicas (LOUREIRO, 1997, p. 77)

A autora ainda aborda a “terceira via”, ou seja, a USP, que, segundo ela, seria a posição intermediária entre esses dois polos. Segundo Loureiro, (1997, p. 77) a USP “manifesta-se também em orientações teóricas mais pluralistas e em práticas de consultoria mais heterogêneas por parte de seus membros, tanto no setor financeiro quanto em indústrias, organismos sindicais e agências públicas”.

Com o intuito de balizar as informações sobre as diversas correntes de atuação econômica na academia e no mercado de trabalho, Loureiro sintetiza a discussão sobre o debate do campo dos economistas através de sua confluência:

Razões de ordens históricas, associadas ao papel que o Estado sempre precisou assumir, no Brasil, de regulador e promotor do desenvolvimento econômico, podem explicar a descrença na capacidade de o mercado – em seu movimento espontâneo – promover crescimento e gerar equilíbrio. Tal desconfiança é partilhada por praticamente todos os grupos de economistas por mais distintos que sejam. Mesmo os economistas da EPGE-FGV, do Rio de Janeiro, mais próximos daquela orientação, podem ser classificados como ecléticos, visto que mesclam diferentes paradigmas teóricos e, quando participam do governo, adotam políticas econômicas inspiradas em orientações variadas. (LOUREIRO, 1997, p.78)

Neste contexto de internacionalização das ciências econômicas, torna-se importante discutir seus impactos. Certamente houve um impacto na profissão do economista como verificado anteriormente, porém há que se destacar o impacto político através dos efeitos que tal fenômeno causa nessa seara. Loureiro ilustra essa passagem quando menciona que anteriormente os postos de ministro da Fazenda e presidente do Banco Central eram ocupados por profissionais provindos de partidos políticos ou do meio empresarial e, na sua maioria, não formados em economia. Com a internacionalização, passa-se predominantemente a economistas esses cargos. A autora ainda aponta em pesquisa elaborada que a maioria, além de graduação em Ciências Econômicas no país, possui também pós-graduação no exterior (LOUREIRO, 1997, p. 78).

Segundo Loureiro, com a internacionalização inaugura-se novas formas de acesso ao poder e de legitimar a elite dirigente, ou seja:

Em outras palavras, além de consolidar padrões relativamente homogêneos de formação dos economistas, a internacionalização da ciência econômica inaugura novas formas de acesso ao poder e de legitimação da elite dirigente. A notoriedade acadêmica é garantida por fortes vínculos com o circuito científico internacional, e a visibilidade que ela propicia na imprensa, no meio empresarial e político do país é grande (LOUREIRO, 1997, p. 79).

Ainda sobre a importância da internacionalização dos economistas e da ciência econômica quanto ao reconhecimento do economista dentro de seu campo e fora dele, mesmo com suas divergências e debates de correntes e pensamentos, e assim a legitimação de uma elite dominante, Loureiro (1997, p. 82) clarifica que “Quanto mais integrado o circuito internacional, mais reconhecido é o economista e tanto mais legítimas são suas decisões quando em postos governamentais”.

Com a internacionalização das ciências econômicas e o reconhecimento do economista dentro e fora do campo, vamos delinear quais são as principais correntes de pensamentos desses profissionais que se tornaram, com a legitimação, a elite dominante na cena econômica. Sobre esse fato, pós 64 tem-se a esquerda com três visões, ou seja, a funcional capitalista (Caio Prado Júnior, João Manuel Cardoso de Mello, Francisco de Oliveira, entre outros), a da superexploração imperialista (André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos) e a da nova dependência (Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto). Por outro lado, a direita possuía a visão da corrente autoritário-modernizante (Roberto Campos) adotada pelos governos militares. (LOUREIRO, 1997, p. 83). Loureiro (1997, p. 82) conclui que “esse caudal de análises deu origem a numerosas revisões do desenvolvimento econômico e das relações do empresariado nacional com o Estado e com o capital estrangeiro”.

Ainda sobre as correntes econômicas surgidas, explana-se que nos anos 80, com a conhecida e bastante estudada crise pela qual o Brasil passou, aparecem novas separações dos economistas. Neste contexto, surgem três novas orientações, ou seja: a monetarista ortodoxa – bastante conhecida em outros períodos -; a corrente inercialista (Francisco Lopes, Lara Resende e Pérsio Arida – todos da PUC/Rio) e a visão pós-keynesiana da inflação (Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo – professores da UFRJ e Unicamp, respectivamente). (LOUREIRO, 1997, p. 83).

Nesta conjuntura de correntes econômicas e em se tratando de Brasil, há que se destacar o plano real e a estabilização da economia a partir deste. Na introdução ao plano e todo o arcabouço que o cercou e sustentou, verifica-se a corrente neoliberal como pano de fundo, conforme Loureiro (1997 *apud* Williamson, 1994):

Como é sabido, as orientações neoliberais contidas no chamado consenso de Washington que tem presidido as reformas econômicas e os programas de estabilização monetária em diversos países da América Latina, inclusive o plano real do Brasil, sustentam-se no seguinte tripé: ajuste fiscal e financeiro do Estado, isto é, equilíbrio das despesas com as receitas e equilíbrio das contas públicas; privatização das empresas estatais, como forma de reequilibrar as finanças públicas, através da redução do estoque da dívida; abertura do mercado, para restituir a capacidade competitiva das empresas longamente protegidas, estimulando ganhos de eficiência e, conseqüentemente, a queda dos preços. (LOUREIRO, 1997, p. 105).

No que concerne à profissão do economista no governo e suas possibilidades, pode-se assinalar duas formas: a primeira trata-se do funcionário-economista (constituída por funcionários que se diplomaram em ciências econômicas) que ingressam por concurso ou contratação direta e desenvolvem suas funções no em escalões intermediários das esferas do governo. A segunda forma de egresso de economistas no governo é como economista-dirigente, geralmente recrutado entre professores universitários reconhecidos pelos seus pares dentro de seu campo e por outros campos como, por exemplo, no meio empresarial através de consultorias realizadas (LOUREIRO, 1997, pp. 86-87).

Ainda sobre a diferença das duas carreiras, complementa-se:

Enquanto os funcionários economistas desenvolvem nos postos governamentais a parte mais duradoura de sua carreira profissional, os acadêmicos apenas passam pelo governo. Independentemente do tempo que aí permaneçam, sua relação com os cargos é transitória e sentida como etapa de uma carreira mais ampla, que em geral está assim organizada: universidade – governo – consultoria privada. Embora não necessariamente excludentes essas etapas se sucedem em função da importância atribuída a cada uma delas em determinado momento da carreira (LOUREIRO, 1997, p. 88).

Observou-se ao longo dessa seção a construção do campo dos economistas no Brasil e a dinâmica de suas relações, bem como a criação e desenvolvimento da profissão do economista. Pontua-se que a construção do campo da profissão utilizou-se da dinâmica de discussão e debate dos estruturalistas e monetaristas, sendo que este último torna-se o *mainstream* da economia brasileira, em especial quando essa passa pela abertura econômica e atendimento aos pressupostos neoliberais.

Aclara-se que este capítulo estruturou-se na conceituação de campo, campo dos jornalistas e campo dos economistas, para assim conceituar no capítulo 3 o jornalismo e jornalistas de economia no Brasil, ou seja, a interação entre os dois campos ora explanados. Contudo, antes da conceituação do jornalismo de economia, faz-se necessário conceituar a performatividade na economia, posto que este estudo propõe também verificar se as matérias dos jornais tiveram efeito

prescritivo da política econômica adota e ainda efeito indutivo na economia, colaborando assim com a performatividade na economia.

2.4 Performatividade da Economia.

Sobre a noção performatividade, Klüger (2011) elucida que deve ser buscada na linguística, para compreensão do termo e posterior aplicação nas demais áreas do conhecimento.

A noção de performatividade foi consagrada nas conferências proferidas por John Austin nos anos 1950. Nelas, o autor procurava sustentar que as afirmações proferidas pelos sujeitos não eram apenas descrições ou anúncios daquilo que fariam, mas que uma frase pronunciada em uma circunstância apropriada poderia ela mesma representar uma ação. Para designar essas frases ativas, o autor cunhou a noção de enunciados performativos (Austin, 1970, p. 41-42). (KLÜGER, 2011, p. 105).

Ainda sobre o estudo da linguagem, depois de verificada a explanação de Austin (1970), Klüger elucida que Michel Callon na introdução de seu livro - *The laws of markets*, “The embeddedness of economic market in economics” – indica a necessidade de um estudo sobre o caráter performativo da Ciência Econômica (KIÜGER, 2011, p.106). Segundo a autora, na citada introdução:

o autor faz notar que existe em língua inglesa uma diferença entre os termos Economics (a Ciência Econômica) e economy (a economia como atividade prática)¹¹, e sustenta que a Ciência Econômica não se limita a representar a economia, ou seja, a descobrir suas leis; ao contrário, ela também performa, molda e formata a economia com seus enunciados (Callon, 1998, p. 1-2), o que, por sua vez, influencia na forma como os sujeitos atuam e, conseqüentemente, no resultado concreto de suas ações. (KIÜGER, 2011, p106)

Ainda sobre os estudos de Michel Callon e complementando Klüger (2011), Neris Jr e Fucidji (2016) escrevem:

[...], propôs-se a elucidar o caráter performativo da ciência econômica. Por “ciência econômica”, Callon (2005, p. 9) entende “todas as atividades, acadêmicas ou não... que têm por objetivo entender, analisar ou equipar os mercados”. Ela não é uma forma de conhecimento que apenas descreve um estado de coisas já existente, mas um conjunto de instrumentos e práticas que contribuem para a construção de ambientes, atores e instituições econômicas. Para Callon, a ciência econômica é uma parte da infraestrutura dos mercados modernos. Ela enquadra, molda e formata a economia, em vez de simplesmente observar como ela funciona. (NERIS JR; FUCIDJI, 2016, p. 125-126).

Logo, há dois sentidos de performatividade em Callon, um forte e outro fraco. Sobre o forte a realidade representada na teoria economia consegue ser produzida através dos esforços de

engenharia dos economistas, ou seja, “eles o fazem através da concepção de determinadas instituições socioeconômicas de mercado que produzem os padrões de comportamento postulados ou previstos pelas teorias econômicas”. No sentido fraco, sempre que utilizada na construção do mercado (contribuindo para mercantilização da vida social) ou quando auxilia agentes econômicos a calcular seus interesses em circunstâncias particulares, a ciência econômica é performativa. Para ambos os sentidos há um fato comum que é a evocação da criação de mercados. (NERIS JR; FUCIDJI, 2016, p. 126-127).

Os autores complementam a propositura de Michel Callon com Donald MacKenzie em obras de 2006 (que discorre sobre como os modelos financeiros moldam os mercados) e 2007 (que discorre sobre a participação dos economistas no mercado e sobre a performatividade da economia):

Para MacKenzie et al. (2007, p. 2), a ciência econômica trabalha na economia de uma maneira que está em desacordo com a concepção generalizada de ciência como uma atividade cujo único objetivo é observar, estudar e conhecer o mundo. Ela oscila entre representação e ação, entre ciência e política, entre a pesquisa acadêmica e a intervenção política, tanto como disciplina quanto nas carreiras de muitos economistas. Segundo MacKenzie (2006, p. 29), reivindicar que a ciência é performativa é argumentar que ela cria coisas, mais do que simplesmente descreve (com maior ou menor grau de precisão) uma realidade externa que não é afetada por ela própria. Com isso, a formação da economia pela ciência pode ser vista como um triunfo para as verdades descobertas pela disciplina ou pode ser condenada como a imposição prejudicial de uma visão de mundo abstrata e irreal à economia real. (NERIS JR; FUCIDJI, 2016, p. 127-128).

Os autores ainda complementam a conceituação sobre performatividade utilizando, novamente dos ensinamentos de Donald MacKenzie sobre três tipos de performatividade. O primeiro tipo trata-se da genérica um aspecto da economia é determinado simplesmente pela observação, ou seja, um aspecto da ciência econômica (uma teoria, modelo, conceito, procedimento, conjunto de dados etc.) é usado por participantes dos mercados, formuladores de políticas, reguladores e assim por diante. O segundo tipo é a performatividade efetiva que traz o aspecto da economia não somente observado, mas também incorporado ao objeto de estudo, sendo que tal incorporação também modifica uma parte do mercado, ou seja, a utilização de um aspecto da ciência econômica possui um efeito sobre o processo econômico. Este é o tipo que os críticos estão dispostos a admitir. O terceiro tipo é a performatividade barnesiana³, neste tipo há possibilidade de

³ Em alusão ao sociólogo Barry Barnes (1983, 1988), orientador de Donald MacKenzie, que enfatizou o papel central na vida social de self-validating feedback loops. Se um monarca absoluto designa Robin Hood um “fora da lei”, então Robin é um fora da lei. Alguém será um “líder” se seus seguidores os considerarem como tal. Um disco de metal, um pedaço de papel, ou um registro eletrônico é dinheiro se, coletivamente, podemos tratá-lo como unidade de conta, meio de troca e reserva de valor (NERIS JR; FUCIDJI, 2016, p. 128 – nota de rodapé).

que processos ou resultados econômicos serem alterados para corresponderem melhor ao modelo, ou seja, a utilização de um elemento da ciência econômica cria processos econômicos mais do que os descreve. (NERIS JR; FUCIDJI, 2016, p. 128 e NERIS JR; ALMEIDA; FUCIDJI, 2016, p. 5).

Ainda, sobre a performatividade barnesiana, pontua-se:

Em outras palavras, a economia como objeto é modificada pela economia como disciplina, o uso prático da teoria faz com que os processos se tornem mais parecidos com o que a teoria diz. No caso da utilização de um modelo da ciência econômica, por exemplo, suas implicações normativas podem promover alterações nos processos econômicos, que passam a lhe corresponder melhor. (NERIS JR; ALMEIDA; FUCIDJI, 2016, p. 5)

Contudo, Neris Jr. e Fucidji (2016, p.128) salientam que o tipo de performatividade barnesiana “aumenta à possibilidade do seu inverso – a contraperformatividade – a utilização prática de uma teoria ou modelo pode alterar os processos econômicos de modo a torná-los menos parecidos com sua descrição pela ciência econômica”.

Logo, verificada a conceituação tem-se que mais do que um modismo, a noção de performatividade procura explicar a interação entre os modelos de representação e interpretação da teoria econômica e a realidade. Logo, resta claro que os economistas acadêmicos representam e interpretam a economia predominantemente por meio de modelos teóricos, com seus pressupostos, predições, explicações e expectativas de resultado, frequentemente formalizados. (NERIS JR; FUCIDJI, 2016, p. 124-125).

Neris Jr e Fucidji (2016, p.125) complementam quando citam “performar envolve, dentre outras coisas, aproximar (e munido dos artefatos propícios, tornar semelhante) o mundo real do mundo do modelo dos economistas”. Logo segundo explanação dos autores performar seria verificar no mundo real (na economia, como organismo vivo) o que os modelos econômicos prescrevem dentro das academias.

Logo, faz-se necessário pontuar que a interface da teoria econômica com a performatividade está na análise de mercados. Sobre esse fato aclara-se:

A teoria econômica tem interagido pouco com o mercado como um lugar de trocas (marketplace). Citando Douglas North, ele afirma que “é um fato peculiar que a literatura econômica contenha tão pouca discussão em relação à instituição central [mercado] que a economia neoclássica discute” (apud Callon, 1998, p. 1). Para Callon, a teoria econômica é uma esfera ontologicamente dependente do mundo social. Existe uma relação recíproca entre práticas sociais e teoria econômica, no sentido de que a teoria econômica não apenas representa as práticas sociais, mas também intervém nelas. (Neris Jr; Almeida; Fucidji, 2016, p.2)

No que concerne aos mercados e a performatividade como interface com a teoria econômica há exemplo citado por Klüger (2011) e também por Neris Jr e Fucidji (2016) que elucidam a questão. Trata-se do artigo “La construction sociale d’un marché parfait: le marché aux cadrans de Fontaines-en-Sologne”, publicado por Marie France Garcia-Parpet em 1986. Os autores explicam que tal artigo foi inspiração decisiva para os trabalhos sobre performatividade de Michel Callon e continuam a ser inspiração para os estudiosos do tema.

Em leitura do artigo verifica-se que surgiu, no começo dos anos 1980, na região de Fontaines-en-Sologne, um mercado de morangos que muito se aproximava do que era considerado pela Teoria Econômica um “mercado de concorrência perfeita” (Parpet, 2003 p.05), posto que segundo observações da autora tal mercado satisfazia as condições de atonicidade, homogeneidade, fluidez e transparência que compõe os enunciados econômicos sobre o citado mercado (Parpet, 2003, p.9). Sobre a sistemática de funcionamento do mercado a autora pontua:

Esse mercado se caracteriza pelo uso de tecnologia de ponta. As transações comerciais são realizadas por meio da informação imediata dos compradores sobre os preços propostos em leilão através de um painel operado por computador, sem passar por regateio ou pelo confronto pessoal entre compradores e vendedores. (PARPET, 2003, p.6)

Ao longo do estudo a autora comprova cada característica do “mercado de concorrência perfeita”, ou seja, a existência de atonicidade através da presença de 35 produtores e 10 compradores (sendo que nenhum tem mais força que outro e em especial para determinar preços); de homogeneidade, posto que há apenas um produto; de fluidez verificada através de liberdade em entrar e sair do mercado do comprador e produtor; e transparência verificada através da publicidade dos leilões e da exposição da fruta e do catalogo para todos. (PARPET, 2003, p.9-11)

Ainda, em outro exemplo sobre performar à atividade econômica, Klüger (2011, p. 107) cita pesquisa de Donald Mackenzie e Yuval Millo sobre as transformações pelas quais o mercado financeiro passou com o surgimento dos derivativos. No estudo os pesquisadores selecionam o comércio de opções “The Chicago Board of Options”, mercado altamente moderno e pioneiro. (KLÜGER, 2011, p. 107). O estudo demonstra:

Demonstrando como tal mercado haveria sido impulsionado por um conjunto de estudos teóricos desenvolvidos por Fischer Black, Myron Sholes e Robert Merton e pelo surgimento de um conjunto de dispositivos técnicos capazes de produzir e analisar dados sobre as transações financeiras. Quando surgiram, contam os autores, as transações de opções eram consideradas pura especulação, moralmente condenadas e legalmente combatidas. Eles procuram argumentar que a Teoria Econômica ortodoxa por trás do modelo Black, Scholes, Merton – festejado por sua elegância formal – teve importante

papel na tarefa de reabilitar e legitimar esse tipo de transação contra aqueles que questionavam sua reputação, e colocar as opções no coração da economia de capitais (Mackenzie e Millo, 2003, p. 121). Os resultados obtidos pela aplicação desse modelo a realidades preexistentes, entretanto, não eram compatíveis com os previstos pelo modelo. Com o passar do tempo, o modelo foi sendo aperfeiçoado, mas não só a isso se deve o seu progressivo poder de previsão. Segundo os autores, a adoção e difusão do modelo como guia para as transações teria aumentado a chance de que suas previsões se tornassem autorrealizáveis. Os cálculos e os softwares feitos com base nesse modelo geravam os preços que orientavam as ações dos agentes desses mercados, e tanto mais eram orientados por ele, mas os resultados eram adequados às previsões do modelo. (KLÜGER, 2011, p. 107).

Posto a conceituação da performatividade, bem como, alguns exemplos citados em estudos sobre o tema, faz-se necessário verificar o papel do jornalismo na performatividade da economia. Sobre o assunto Tomás Undurraga em estudo sobre o jornal Valor Económico pontua:

A direção do Valor está ciente de que essas formas dissonantes nas quais a economia é avaliada e conhecida produzem diferentes imagens da economia, e essas imagens têm um efeito performativo sobre a economia (Callon 2010, Muniesa 2014). Ao valorizar alguns rumores como notícias e também descrever os códigos funcionais pelos quais a economia aparentemente opera, os jornalistas desempenham um papel performativo ao ajudar a provocar a economia que eles descrevem. (UNDURRAGA, 2017, p. 11 - tradução nossa).

Logo, interpreta-se da explanação que através da produção de diferentes imagens da economia, que aqui, pontuamos como quadros (enquadramentos), tais quadros têm efeito performativo sobre a economia. Percebe-se também que ao escolher alguns valores como notícia, bem como ao descrever a forma como a economia opera, os jornalistas desempenham um papel informar sobre o fato econômico que eles descrevem, em um primeiro momento, e através da descrição das consequências desse fato econômico performar.

3 JORNALISTAS E JORNALISMO ECONÔMICO.

3.1 Breve história do jornalismo econômico no Brasil

O jornalismo econômico como o conhecemos no Brasil é relativamente recente, ganhando impulso a partir da década de 60, no período do regime militar. Durante parte do século XIX e XX, o noticiário brasileiro era mais voltado para a política. Sobre a economia, havia a predominância de conteúdos sobre produção agrícola, já que o perfil econômico do país era agrário-exportador, além de notas sobre taxas cambiais e mesmo movimentação dos portos, adotando uma linha mais financeira e comercial e não sem distinção de outras notícias (PULITI, 2013; ABREU, 2003).

A depressão de 1930 teve grande influência na ascensão e no crescimento da autoridade dos economistas, que passam a ser considerados instrumentos capazes de compor um plano para o futuro, produzindo resultados práticos para a economia. Com isso, os economistas passam a ter grande participação no governo, principalmente no processo decisório. Esta participação tem a função de legitimar as decisões do governo como determinador de eficiência (LENE, 2009, p. 51-52).

Com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, todo o mundo foi afetado economicamente. No Brasil, o reflexo se deu no café, considerado o "ouro negro" do país, pois sua produção era responsável por uma parte substancial da receita econômica do país por grandes volumes de exportações (LENE, 2009, pp. 51-52).

Nos anos 50, o jornalismo de comércio era o que mais se aproximava do modelo de jornalismo econômico, tendo pouco público, pois se restringia às cidades em que eram editados. Além disso, seguiam uma linha editorial conservadora, modelo que não condizia com as transformações e avanços políticos e econômicos do país, que teve, nessa década, grandes investimentos públicos em obras de infraestrutura, além de uma forte industrialização (LENE, 2009, pp. 39-40).

Com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), houve um forte aumento de capital estrangeiro entrando no país. No governo de JK, o mercado publicitário foi promovido e expandido e os jornais passaram a ter mais anunciantes. Esta foi a principal mudança mercadológica da imprensa neste período, afirma (PULITI, 2009, p. 86).

O crescimento do mercado interno e da indústria brasileira permitiu o desenvolvimento da publicidade que, por sua vez, possibilitou aos órgãos de comunicação, de forma geral, aumentarem seus faturamentos. Além disso, a expansão do sistema de comunicação

(telefone, rádio, telex), aliada aos novos sistemas de composição de impressão, fez com que os jornais adquirissem maior velocidade na captação das informações e na produção gráfica dos impressos (LENE, 2009, p. 36).

A partir do regime militar, os economistas ganham destaque e passam a atuar com um espaço antes só dado à política e políticos e a outros graduados que são pós-graduados e economia. Tais economistas passam a atuar em órgãos públicos como dirigentes políticos. Deste modo, os economistas passam a orientar demandas para o desenvolvimento brasileiro e até mesmo definir políticas públicas mesmo não possuindo a responsabilidade exigida de quem é detentor de mandato eletivo e que, portanto, necessita prestar contas ao partido ou eleitorado (LENE, 2009, pp. 52-55).

Conforme supracitado, o modelo de jornalismo econômico como o conhecemos foi implantado no período do regime militar. Ainda neste período, os meios de comunicação foram modernizados como uma estratégia política de ideologia de segurança nacional dos militares, surgindo assim os oligopólios de informação formados com a utilização de recursos do governo. Já neste período, a publicidade era a principal fonte de renda de rádios, televisões e da imprensa de modo geral, tendo como principal "cliente" instituições do governo e empresas estatais (ABREU, 2003, p. 23).

Com o jornalismo econômico como instrumento, o regime utilizou a imprensa para que divulgasse as conquistas e avanços econômicos. Deste modo, o desempenho das empresas e do país, além do acompanhamento de setores estratégicos e investimentos do governo na economia, passam a ser a ordem do dia, e o novo jornalismo econômico se consolida tendo a classe média como principal alvo do discurso oficial do crescimento do país, que teve o aumento na renda neste período (ABREU, 2003; LENE, 2009).

A evolução do jornalismo de economia é delineada por meio de quadros elaborados por Lene (2009, pp. 86-87) das décadas de 1950 e 1980. A pesquisadora destaca que jornalismo econômico crescia no período de 1960 e 1970 com uma cobertura nos jornais sistemática dos assuntos econômicos.

Nesse período, os jornais passam a organizar e criar cadernos de economia como O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, e passam a surgir veículos a partir da fusão de um boletim comercial com uma revista financeira, como a Gazeta Mercantil. Na mesma linha, surgem ainda revistas com informações técnicas e econômicas, como a Exame criada pela Editora Abril (JACOBINI, 2008, pp. 194-195).

Surgia uma nova variedade de notícias: algumas publicações passaram a ser voltadas para assuntos globais, enfocando o processo socioeconômico como um todo, analisando os fatos econômicos e suas repercussões, enquanto outras se mostraram mais específicas, centradas nas variáveis de maior interesse, com uma análise descolada da evolução conjuntural para setorizar, particularizar e especificar (JACOBINI, 2008, p. 194).

Conforme supracitado, a partir da década de 70, o jornalismo econômico se consolida com o aparecimento de jornais e revistas sobre o segmento, integrando uma nova fase do jornalismo de economia. Nessa década, surgiu uma imprensa modernizada pelo financiamento de empresas privadas que se identificava mais com a ideologia e política burguesa, como a Folha de São Paulo e o Estado de São de Paulo. Já na imprensa alternativa, existiam jornais que criticavam o modelo econômico adotado e as violações dos direitos humanos e condições dos trabalhadores (JACOBINI, 2008; ABREU, 2003).

Durante o período do regime militar, o Brasil teve um grande crescimento em sua economia que foi considerado um milagre econômico. Este boom na economia deu-se por meio do aumento de produção de bens duráveis e de um processo de verticalização da indústria. Este crescimento econômico que abarca mais especificamente o período de 1961 a 1988 fez com que as editorias de economia crescessem (ABREU, 2003, p. 23).

O jornalismo econômico tal como é hoje praticado nasceu nos anos 1970. Até essa década o noticiário econômico era essencialmente financeiro/comercial, voltado para informações práticas: cotações da bolsa, informações sobre câmbio, entrada e saída de navios, preços e produção de produtos agrícolas. Quando apresentava outros temas, estes não vinham acompanhados de uma análise, pois não existia um grupo de jornalistas dedicados e especializados em assuntos econômicos nas redações (ABREU, 2003, p. 23).

No período no "milagre econômico", o Produto Interno Bruto (PIB) estava com taxas anuais de mais de 10%, e a imprensa exaltava esse desempenho econômico, ainda que este resultado se desse com endividamento externo, com o aumento da concentração de renda e com aumento da pobreza (PULITI, 2009, p. 88).

O denominado milagre econômico foi fundamental para a sustentação do regime de 1964. O crescimento da economia foi acompanhado do crescimento da repressão e censura em diversas instâncias como organizações políticas e sindicais. Na cobertura econômica havia pouca repressão, pois geralmente a imprensa era pró-governo (ABREU, 2003; PULITI, 2009).

Segundo Puliti (2009), no período do milagre econômico, as fontes utilizadas pela imprensa regularmente eram três: empresários, economistas e predominantemente autoridades. Surge também

na década de 70, "o segmento do jornalista de economia especializado e voltado exclusivamente para o material informativo de conteúdo acadêmico", destaca Jacobini (2008, p. 195).

A crise do petróleo, que eclodiu em 1973, serviu para desnudar o modelo econômico adotado pelo regime. No final da década 70, outra crise do petróleo, os Estados Unidos mudam a política monetária, aumentando os juros para controlar a inflação, e o milagre econômico do Brasil entra em crise, e o país sofre com o aumento da dívida externa (ABREU, 2003; PULITI, 2009).

Com a crise na economia, há uma mudança nas editorias de economia dos jornais, conforme aponta Abreu:

Os temas mais técnicos e financeiros passaram o segundo plano e outros emergiram, como a questão do emprego, a pobreza, a distribuição de renda, ou seja, o questionamento do modelo econômico brasileiro tornou-se o foco da resistência de muitos jornalistas que lideravam a formação de uma geração de jovens capacitados a acompanhar as decisões do governo. Eles se dedicaram a estudar questões como balanço econômico das empresas, dívida externa, tipos de investimentos, consequências do modelo de desenvolvimento para distribuição interna da riqueza e etc. (ABREU, 2003, p. 46).

Na década de 80, o país passa por um processo de redemocratização e essa mudança também chega aos jornais que foram importantes tanto para o período da ditadura, quanto para o processo de abertura gradual do regime. As editorias de economia também foram importantes para o processo ao criticarem o modelo econômico utilizado no período como forma de contestar a continuidade do regime (ABREU, 2003).

3.2 Ditadura militar e a modernização do jornalismo

Conforme supracitado, o jornalismo econômico desenvolveu-se e obteve solidificação no período do regime militar no país implantado no ano de 1964. O governo tinha no jornalismo econômico um meio de desviar-se de assuntos mais espinhosos como política e a matéria fortalecia o regime com o crescimento econômico (ABREU, 2003).

Neste período, o setor de comunicação no país teve um grande desenvolvimento, surgindo com isso novas formas de coberturas, novas editorias e até mesmo novos veículos. Segundo Lene (2009, pp. 50-60), foi durante o regime militar que o jornalismo de economia atingiu sua maturidade e foi modernizado com grandes investimentos.

De acordo com a pesquisadora, a implantação de um sistema de informação era entendida como fundamental para o campo político, pois seria o irradiador das principais atividades do

Estado. Sendo, deste modo, a modernização dos meios de comunicação uma estratégia política dos militares para reforçar a ideologia de segurança nacional (LENE, 2009, pp. 50-60).

Com recursos públicos obtidos com o regime, surgiram nesse período os oligopólios de comunicação. O regime fez grandes investimentos e estimulou a formação de grandes redes de informação, com isso foi criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1965, além do Ministério das Comunicações. Já a empresa pública federal de Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) foi criada no ano de 1972 e era responsável pela coordenação dos serviços dessa área em todo o território nacional (LENE, 2009, p. 59).

Com a Embratel, inicia-se a implantação da rede básica de telecomunicações com a instalação de sistemas de micro-ondas em visibilidades e entropodifusão na Amazônia. O governo disponibilizou ainda recursos para que fossem construídos novos prédios para os veículos que seriam utilizados para abrigar novas máquinas e equipamentos, além de ampliar a redação (LENE, 2009, p. 59).

Os empresários da mídia obtiveram do regime militar uma grande quantidade de recursos por meio de financiamentos e publicidade oficial. O principal cliente dos jornais era o Estado com "os proprietários se submetendo a essa censura em grande parte devido a essa dependência", destaca Lene (2009, p. 60). Abreu aponta:

Os militares censuravam a imprensa e interferiam no conteúdo da informação, mas canalizavam para mídia grande massa de recursos através da publicidade. Também financiaram a modernização da maioria dos jornais que permanecem no mercado até hoje. A construção de prédios modernos, a compra e importação de equipamentos eram feitos com financiamentos de bancos e instituições estatais, o que evidentemente representava a moeda forte no controle da mídia (ABREU, 2003, p. 25).

Com os financiamentos e recursos disponibilizados pelo regime para os meios de comunicação, houve uma grande modernização dos veículos. A Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e O Globo conseguiram recursos de cerca de 27 e 12 milhões de dólares. A Editora Abril, que não era conhecida, adquire por meio de empréstimos com bancos um parque gráfico moderno em São Paulo, conforme destaca Quintão (1987, p. 88).

Com o boom econômico no país, surgiram novas editorias de economia em jornais de grande circulação do eixo Rio-São Paulo. Os veículos ampliaram-se com compras de máquinas e construção de novos prédios e modernizaram-se. A Gazeta Mercantil, que até 1972 publicava concordatas preventivas, pedidos de falência, títulos de protestos, dentre outros, transformou-se em

grande jornal de abrangência nacional e de maior prestígio na cobertura sobre economia, finanças e negócios (ABREU, 2003, p. 43).

A Gazeta Mercantil, com os recursos de publicidade principalmente do Estado e de empresas e instituições relacionadas ao governo, modifica sua cobertura econômica e faz grande investimento tecnológico, o que permite criar edições do jornal em diferentes lugares do país com a aquisição de equipamentos de transmissão com raios laser e fibras óticas capazes de transmitir páginas, fotos e textos integralmente em questão de segundos (Quintão, 1987, p. 81).

A Revista Exame também surgiu nesse momento de boom econômico no país e de alta do jornalismo de econômico. Segundo Quintão (1987, p. 125), é também nessa época que as agências se desenvolvem também com nomes como a JB, AE (Estadão) e OG (O Globo), dando um grande salto na sua consolidação.

Quintão (1987, p. 125) ressalta ainda que as mudanças também se deram nos jornais, com estes dando mais espaços para a economia. Segundo ele, a Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de Minas abrem espaços nos jornais e criam cadernos também de economia, circulando nas edições de domingo no início. Já O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil criam as edições que circulavam nas quintas-feiras e em domingos. Essas edições chegavam a ter entre 12 a 16 páginas de cobertura econômica. Sobre o assunto, Abreu destaca:

As editorias de economia dos jornais rapidamente obtiveram grande espaço e prestígio, sendo nelas introduzidas inovações que em seguida se estenderam a toda à redação. Os proprietários, ante as pressões da censura e apreensão dos jornais pela polícia, resolveram substituir o noticiário político pelo econômico ou por notícias internacionais. Foi o momento de profissionalização tanto das empresas quanto dos jornalistas (ABREU, 2003, p. 26).

Com a crise do petróleo, o modelo econômico adotado pelo regime militar desmorona e "com a mudança na conjuntura política e econômica, mudava também a pauta da editoria econômica dos jornais", explica Abreu (2003, p. 46). Citando Kucinski (2007), Puliti (2009) explica que com a crise, a economia torna-se assunto fundamental nos noticiários.

Puliti (2009) ressalta que dentro de um cenário de risco e complicações, as elites empresariais precisavam de informações acertadas para tomar decisões. Além disso, a notícia econômica passa a atender também o consumidor comum com informações sobre emprego, impactos dos juros na rotina do consumidor etc.

Com a exaustão do milagre econômico e a crise de política interna neste período, Kucinski (2007, p. 76) argumenta que o país entrou em uma crise geral profunda e estrutural. Segundo ele,

"pela primeira vez em sua história moderna, a balança comercial do Brasil passou a ter déficits sistemáticos e substanciais". Sobre o assunto, o autor expõe:

Entre 1974 e 1979 acumularam-se US\$ 14.3 bi de déficit comercial. Simultaneamente deu-se um salto nos déficits estruturais na conta de serviços, pois instalou-se uma crise recessiva de caráter mundial e as empresas multinacionais operando no Brasil aceleraram remessas de lucros e dividendos às suas matrizes. Também a conta de juros deu um salto, correspondente ao salto no estoque acumulado de dívidas no período anterior. Atingiu US\$ 26.8 bi o déficit de serviços entre 1974 e 1979, dos quais quase a metade correspondente a pagamentos de juros. O déficit geral na conta corrente saltou para o valor significativo US\$ 41 bi, S\$ 7bi em média por ano, praticamente dez por cento do Produto Bruto Brasileiro (KUCINSKI, 2007, p. 76).

O milagre econômico com o primeiro choque do Petróleo dava sinais de que estava findando, perdendo o fôlego, posto que tal choque acelerou a inflação do país e fez a balança comercial registrar sucessivos déficits provenientes das importações desse produto. A autora ainda salienta que entre 1974 e 1979, o crescimento médio da economia do país caiu para 6.5% e posteriormente chegando a 4%. Ainda sobre a economia do país para o período citado, pontua-se que consumindo 90% das receitas de exportação, a dívida externa chegaria a US\$ 90 bilhões. (PULITI, 2009, p. 90).

Com esse panorama, encerra-se o ciclo do milagre econômico e adentra-se na década de 1980 iniciada, conforme Puliti (2009, p.90), “com o segundo choque do petróleo e a mudança na política monetária dos Estados Unidos, que elevaram os juros para controlar a inflação, o endividamento externo promovido pelo milagre cobraria um preço alto”.

3.3 A linguagem na construção da notícia de economia

A linguagem nos torna seres sociais e funciona como uma matriz com planos simbólicos que desperta significados conforme as associações e conceitos atribuídos previamente em nossa memória. Além disso, a linguagem é "constitutiva de quem a formula, envolve todo o processo de estruturação do saber e do conhecimento de cada um e de cada coletivo", elucidada Kucinski (2007, p. 168).

No jornalismo, as características de uma linguagem eficiente é a clareza e a simplicidade do texto. Na premissa do jornalismo, o profissional deve adotar a objetividade como recurso para atingir o grande público apenas com os fatos, sem opiniões ou juízo de valor. Para tanto, há a

hierarquização dos fatos, denominado lead, para garantir a contextualização concisa e precisa do fato, distinguindo assim a opinião da informação.

Distanciando-se desse conceito de linguagem jornalística ideal, o jornalismo econômico foi bastante criticado, conforme afirma Santos (2011, p. 46), por utilizar uma linguagem rebuscada e cheia de expressões comuns à economia, sobretudo no seu início, durante o regime militar, quando ganha força nas redações.

Para Lene, a economia é mais que uma sucessão de fatos. Logo, os interesses estão também nos processos e sistemas da economia que são noticiados como se fossem episódios e são singularizados pela linguagem jornalística (LENE, 2009, p. 36). Quintão (1987, p. 102) também considera a linguagem do jornalismo econômico “excessivamente hermética e elitista” e critica o uso de neologismos.

A nível da linguagem jornalística de Economia, significa que cada nova prática econômica, sem correspondente interno, envolve a introdução de novas explicações, conceitos, gírias e palavras, nem sempre existentes ou traduzíveis para a língua portuguesa falada no Brasil, onde estas práticas são desconhecidas (QUINTÃO, 1987, p. 104).

O desafio do jornalista era informar sobre as opiniões de economistas e governos sem violar os conceitos criados pela linguagem econômica, mas também sem utilizar uma linguagem que o público comum não entendesse. Assim deduziu-se que os profissionais que não compreendiam adequadamente o tema que estavam tratando protegiam-se utilizando os jargões dos economistas e expressões do inglês mesmo existindo no português palavras que correspondessem ao termo em vez de utilizar conceitos simples e explicar para o leitor (Kucinski, 2007, p. 168).

Uma linguagem também comum nas redações era o viés burocrático com informações de conteúdos oficiais. Esse tipo de linguagem demonstrava descuido com a informação, preguiça jornalística e desprezo pelo leitor (Kucinski, 2007, p. 170).

O autor considera que a escolha das palavras e de eufemismos pode esconder também motivos ideológicos. As elites dominantes podem criá-los para "camuflar conteúdos de suas políticas econômicas (Kucinski, 2007, p. 127).

3.4 O jornalista de economia

Lene (2009, p. 86) caracteriza em quadro a formação no Brasil dos jornalistas da área econômica. Segundo ela, na década de 50, quando o jornalismo econômico começava a se destacar

não havia "especialização dos repórteres para cobertura dessa área específica". Prevalencia na área o colunismo. Já a partir da década de 60 e 70, a área tornou-se especializada, a editoria de economia ganhou espaço e cresceu e a "apuração da informação passou a ser segmentada por setores econômicos específicos". Durante a década de 70 e 80, os jornalistas passaram a se especializar mais por meio de cursos e treinamentos promovidos por segmentos específicos.

Com o desenvolvimento e reestruturação das editorias de economia e de veículos de comunicação, os jornalistas também desenvolveram suas relações e especializações na área econômica, conforme aponta Pedroso Neto:

Nesse período, progressivamente, foram estruturadas editorias – ou reestruturadas as poucas existentes – e cadernos de economia em jornais já existentes. Foram fundados ainda, novos jornais, revistas, programas de rádio e televisão dedicados a assuntos da esfera econômica. Ao mesmo tempo, começou a especialização dos jornalistas; o crescimento do pessoal, das rotinas, dos relacionamentos com fontes específicas e dos processos de treinamento e formação de profissionais, todos relacionados a fatos, agentes, instituições e processos da economia. (PEDROSO NETO, 2015, p. 136).

Segundo Abreu (2003, p. 28), no início da década de 70 as notícias predominantes eram sobre financeiro, mas passaram a tratar de assuntos da bolsa de valores e mercado. Logo os jornalistas procuravam se informar sobre o funcionamento da área com técnicos que trabalhavam no setor público e no setor privado. O autor reforça que a especialização de muitos dos profissionais que cobriam as páginas de economia se deu de maneira autodidata com a formação se dando no contato diário com as fontes.

Foi também durante a década de 70 que apareceram em cena os principais nomes do jornalismo econômico: Joelmir Beting, Luís Nassif, Carlos Alberto Sardenberg e Celso Ming. O jornalista Joelmir Beting, que atuava há mais tempo na imprensa brasileira, foi responsável por traduzir a linguagem técnica da área, o “economês”, em sua própria coluna diária, já que naquele período a notícia econômica era voltada a atender o consumidor (PEDROSO NETO, 2015; LENE, 2009; PULITI, 2013).

Beting atuou em 1964 como editor de economia na Folha de S. Paulo. Ele não tinha experiência como editor, mas sua formação acadêmica era voltada ao campo econômico. Deste modo o seu conhecimento do setor econômico o ajudava a traduzir para o público geral o "economês" comum no vocabulário dos atuantes na área. No jornal impresso, o jornalista começou como redator no Diário da Noite e repórter no O Esporte, se consolidando na Folha de S. Paulo com sua coluna diária (LENE, 2009, p. 90).

Conforme explanado, a linguagem utilizada no jornalismo econômico é bastante questionada por ser muito técnica. Sendo assim, os jornais percebem a necessidade de utilizar uma linguagem mais clara e objetiva para alcançar o público em geral. Muitos jornalistas passam a "copiar" Beting e começam a introduzir nos textos uma linguagem mais clara, substituindo o vocabulário usado por economistas.

O texto de economia exige esforço extra do repórter para traduzir, em linguagem clara e acessível, a frieza dos números, os termos técnicos e herméticos usados pelas fontes de informação, pesquisas, balanços, relatórios e documentos do governo. É preciso, sobretudo, saber interpretar com simplicidade e agregar novos dados para projetar e oferecer ao leitor informações de tendências, para que ele possa planejar sua vida ou seu negócio (CALDAS, 2008, pp. 84-85).

Puliti (2013, p. 46) corrobora o autor citado ao afirmar que com as mudanças - que ocorriam no país e se refletiam na imprensa – os economistas teóricos que atuavam bastante nos jornais passaram a ser considerados muito acadêmicos. "Os jornalistas queriam informações de pessoas mais envolvidas com o cotidiano do nascente mercado financeiro".

Para explicar os termos técnicos das instituições financeiras, os jornais passaram a utilizar outras fontes como economistas de bancos, conforme elucida Puliti (2013, p. 46). Segundo a autora, mesmo hoje, estas fontes passam legitimidade para leitores e jornalistas mesmo que usem termos técnicos. Reforçando Putini, Lene (2009, p. 403) afirma que o papel desempenhado pelos economistas na composição do jornalismo de economia é deles serem "as principais fontes de informação e de análise que alimentam permanentemente essa editoria".

Nesse contexto, os economistas que compõem a elite dirigente do país foram, ao longo dos sucessivos planos econômicos, as principais fontes que alimentaram o noticiário das editorias da área, que passaram as informações sobre as medidas do governo e traduziram os fatos para jornalistas que, por sua vez, as repassaram ao público leigo, por meio das narrativas jornalísticas (LENE, 2009, p. 404).

Para Puliti (2009, p. 27), ao colaborar com os jornalistas, os agentes do mercado buscam influenciar a agenda político-econômica nacional, além de atrair clientes para suas instituições. Sobre o mesmo ponto, Lene (2009, p. 404) afirma que os economistas são legitimados pelos jornais e pelos jornalistas da área. Em contrapartida, os jornalistas de economia também são legitimados por essas fontes, pois os distinguem de outros profissionais "ao permitir que atuem como intermediários entre eles, com seu saber técnico, e o público leigo, com o conhecimento do senso comum".

Há, neste contexto, uma ligação entre os campos jornalístico e econômico. Neste caso, é a procura do respaldo técnico das informações prestadas junto ao campo econômico ao mesmo tempo em que os agentes do campo econômico aproveitam a visibilidade propiciada para legitimação junto ao seu próprio campo e aos demais campos. Além disso, a influência do campo jornalístico reforça as tendências dos agentes comprometidos com o campo político-econômico a submeterem-se à pressão das expectativas e das exigências da maioria.

A classe econômica organiza uma rede de apoio para legitimar e influenciar políticos, governo e sociedade. Essa rede é composta por imprensa e academia. "Os grupos de interesse querem a cooperação dos jornalistas para aparecer, e os jornalistas querem a cooperação desses grupos para ter notícias", afirma Puliti (2009, p. 63). A imprensa é importante nessa relação, pois é por meio dela que a agenda de interesses nacionais é fixada e apresentada para a sociedade.

Outra fonte recorrente no jornalismo de economia são as que compõem equipes do governo, ou seja, o jornalismo econômico brasileiro é bastante dependente de fontes oficiais, conforme destaca Lene (2009, p. 404). Sobre o apontado por Lene, Puliti (2009, p. 272) corrobora em pesquisa ao observar que a vertente ideológica da financeirização foi introduzida nos noticiários por discursos do próprio governo e não de banqueiros ou mesmo de economistas do mercado financeiro. Com isso, os "interesses do capital são colocados como sendo de amplo interesse nacional", aponta a pesquisadora.

Acerca da financeirização, o capítulo quatro abordará o tema e evidenciará como a financeirização da economia no sistema capitalista ocorreu. O que explica, portanto, os motivos pelos quais o jornalismo econômico tornou-se financeirizado.

3.5 Plano Real e jornalismo econômico

No período da redemocratização, os índices inflacionários estavam altos. Com isso, houve várias tentativas na busca pela diminuição dos índices. Neste enquadramento, foi instituída, em 28 de fevereiro de 1986, uma nova moeda, o Cruzado, para substituir o Cruzeiro, moeda corrente na época. Além disso, os preços foram congelados e os salários indexados. A economia sofreu uma série de distorções com os congelamentos, e o governo lançou o Plano Cruzado II, em 21 de novembro de 1986, mas ainda assim a inflação não foi estabilizada (ABREU, 2003, p. 66).

Com Fernando Collor tomando posse em 1990, foi lançado o Plano Collor que, entre outras medidas, congelou salários e preços e determinou o bloqueio de 80% de ativos financeiros do setor

privado. Com o *impeachment* de Collor, Itamar Franco, vice-presidente, coloca no Ministério da Fazenda o senador Fernando Henrique Cardoso que, em 1994, adota o Plano Real, com a introdução de uma nova moeda para a estabilização econômica do país. Com a medida, o governo conseguiu o controle da inflação (ABREU, 2003, p. 67).

A cada nova mudança ocorrida com a implantação das novas moedas, o cidadão tinha que entender novas regras de cálculo para os ajustes salariais, os pagamentos de aluguéis e demais pagamentos. Com isso, o papel do jornalista econômico era explicar as novas regras de cada plano lançado para o público em geral. Além de responder as dúvidas do leitor, os jornalistas tinham que traduzir a linguagem técnica e hermética e com conceitos econômicos para o leitor não especializado (ABREU, 2003, p. 67).

Os jornalistas econômicos também foram levados a adaptar seu trabalho àquela realidade instável, em que a inflação alterava diariamente valores de aluguel, salários, dos ativos, da gasolina, dos alimentos etc. Impossível fazer planos para o mês seguinte, tinha-se de viver em alta voltagem a desordem do cotidiano. O consumidor não conseguia entender a confusão e desconhecia como se defender dela. Era preciso que alguém organizasse a desordem para ele e indicasse claramente; "veja o que está mudando na sua vida" (CALDAS, 2008, p. 55).

Sobre o processo de financeirização no noticiário econômico a partir do período pós-regime militar, Puliti (2009, p. 271) aponta em pesquisa que ainda em 1989, governo e empresários prevaleceram como fontes utilizadas pelo jornalismo econômico, mas que a partir de 1990, a participação de economistas do mercado financeiro passou a ser mais recorrente para oferecer produtos dos bancos para combater a corrosão do dinheiro pela inflação. É realizado em 1989 o Consenso de Washington que, segundo Puliti (pp. 50-51), influencia o Brasil na aplicação de "políticas neoliberais" e também outros países latino-americanos. Isso acaba modificando também o jornalismo econômico e seus processos.

Para a implantação do Plano Real, o oitavo plano desde a redemocratização, o governo foi cuidadoso com a comunicação das mudanças que seriam implementadas para que a população confiasse no pacote econômico adotado, pois era uma preocupação o prejudicar-se por falhas na comunicação. As fontes utilizadas pela imprensa nos noticiários eram reprodutoras das políticas econômicas do Consenso de Washington que apontava o modelo como o melhor para o desenvolvimento do país (LENE, 2009; PULITI, 2013; PULITI, 2009).

Com o lançamento, os economistas do Plano Real passaram a realizar quinzenalmente mesas-redondas de entrevistas com seletos grupos de jornalistas na

sede do Banco Central no Rio, em Brasília e em São Paulo. O objetivo era facilitar o entendimento de tudo o que se relacionava ao plano de estabilização. Procuravam tirar dúvidas e dar explicações sobre pontos que os jornalistas considerassem importantes naqueles primeiros meses de vigência da unidade monetária e posteriormente do Real (PULITI, 2013, p. 47).

Segundo Lene (2013, p. 307), a imprensa nos anos 90 atuou ativamente no processo de naturalização da ideologia de globalização, na campanha neoliberal pelo desmonte do estado de bem-estar social principalmente de países periféricos. São inseridos dentro da linguagem do jornalismo econômico termos como mercados emergentes, reinserção competitiva e mesmo globalização.

Para a construção da credibilidade do Plano Real, houve uma grande preocupação com a informação que chegava ao público geral. Para tanto, a mídia, como um agente discursivo da sociedade e também do sistema econômico, teve um importante papel na construção dessa realidade de credibilidade do plano.

Os veículos de comunicação, aqui representados pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, contribuíram para a construção da credibilidade do Plano Real, na medida em que divulgaram amplamente os discursos das fontes oficiais e apoiaram o pacote em seus textos opinativos. Na parte informativa do noticiário, falaram sobre e defenderam o Plano Real, o presidente, ministros, equipe econômica do governo e diretores do Banco Central. Os primeiros responderam, principalmente, pelas dimensões políticas do pacote e os outros pelas dimensões técnicas (LENE, 2013, p. 360).

De acordo com Puliti (2009, p.27), com a implantação do Plano Real houve um grande aumento na dívida pública devido aos juros altos. Com isso, os bancos que financiam essa dívida conseguem um grande poder de chantagem, controlando assim as políticas econômicas do Estado. O autor ressalta ainda que os economistas do mercado financeiro conseguem seus dados na mídia e ocorre uma financeirização do noticiário. Os economistas ganham legitimidade perante à sociedade, além de apontar as mudanças do mercado, influenciando potenciais clientes do sistema financeiro.

A imprensa informava os textos oficiais e em textos opinativos se mostrava favorável aos pacotes, por isso o aumento da capacidade de consumo da população com a aplicação do plano foi apontado e divulgado pelos veículos de comunicação. Com a estabilização, depois de o dragão inflacionário ter sido controlado, o jornalismo de economia buscou novas pautas e temas como combate à pobreza, natureza da desigualdade, desafios da educação, além de outros que se tornaram comuns (LENE, 2009, p. 402).

Levando em consideração o campo do jornalismo e dos economistas, o capítulo desenvolveu-se demonstrando a financeirização do noticiário no que diz respeito ao jornalismo de economia em detrimento da financeirização da própria economia. A partir desta conjuntura de economia financeirizada e jornalismo de economia financeirizado, há a necessidade de abordar a crise econômica mundial de 2007 iniciada com o mercado de *subprime* e a sistematização da crise para economia mundial, que é o tema do capítulo 4.

4 CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E A DESONERAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTO INDUSTRIALIZADO (IPI) NO BRASIL

4.1 EUA / 2007 - A crise do *subprime*

O sistema capitalista, vigente em quase a totalidade da economia mundial, como verificado em vários momentos não é estável e possui grande propensão às crises. A cada diferente crise percebe-se características não notadas nas anteriores, ou seja, as crises no sistema capitalista não se repetem conforme um modelo preestabelecido. A lógica capitalista necessita, após excesso de acúmulo de capital ocorrido em períodos de expansão econômica, de choques para a racionalização e surgimento de novo ciclo de expansão com novas oportunidades. Sobre a afirmação, Martinez (2014) destaca:

Esse modo de produção, por apresentar uma gama intensa de contradições internas, é dependente de algum tipo de crise (que pode se manifestar de diversos modos) para queimar o excesso de capital acumulado e abrir novas possibilidades de inversão aos capitalistas, ou seja, o comportamento ilógico e irracional do capital em acumular por acumular precisa, de tempos em tempos, ser racionalizado pela ocorrência de crises, incapazes de domesticar tal comportamento, mas que permitem que ele se repita em novas bases (MARTINEZ, 2014, pp. 17-18).

Hawkins corrobora com as palavras de Martinez (2014) quando cita as contradições e conflitos. Também compactua com a ideia de as crises serem cíclicas e de terem características próprias. O autor ainda esclarece que todas as crises chegam a formar parte do mesmo corpo. O autor explana:

La crisis capitalista actual no se debe confundir con una crisis general del propio capitalismo, ya que el modo de producción capitalista es, ante todo, una expresión de la contradicción interna, en su forma más contundente, entre el valor de uso y el valor de cambio, que implica una relación tensionante entre lo político y lo económico. Así, cada momento de desarrollo capitalista también tiene sus contradicciones y conflictos, los cuales, en coyunturas específicas, se expresan en una crisis particular con evidencias propias, aunque todas ellas llegan a formar parte del mismo cuerpo (HAWKINS, 2010, p. 214)

Carcanholo (2011, p. 73) chancela a tese de ciclos no capitalismo bem como esclarece que novas crises podem ter efeitos advindos de desdobramentos de outras crises. Ou seja, para o autor, o capitalismo contemporâneo e a lógica de seu processo de acumulação são consequências das formas como ele próprio saiu de sua última – antes desta – crise estrutural. Portanto ele aponta que a crise

atual pode ser um desdobramento dialético das contradições desenvolvidas na atual fase e que provocaram a atual crise no processo de acumulação de capital.

Hawkins, Martinez e Carcanholo manifestam as contradições do sistema capitalista como precursor das crises econômicas. Ainda sobre a conceituação de crises no capitalismo, David Harvey (2010, p.18) em seu livro “O Enigma do Capital”, em consonância com os autores supracitados, aclara que “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimentos e novas formas de poder de classe”.

Ainda sobre a dinâmica capitalista e seus ciclos, Amaral (2012) pontua:

A história do capitalismo é a história de suas crises. Como isso queremos dizer que o capitalismo, evoluiu – no mero sentido processual que os termos nos oferecem – e se transforma tendo como estímulo principal as decisões ao vale próprias de seu processo histórico e da concretização de suas tendências gerais (AMARAL, 2012, p. 70).

Os autores afirmam serem parte do sistema capitalista os movimentos de expansão, como o observado mundialmente no período anterior à crise do *subprime* iniciada em 2007, assim como os movimentos posteriores a esse evento que são pautados por recessão, depressão e recuperação econômica como observado em diversos países. Esses movimentos, segundo os autores, são ciclos do sistema capitalista, porém não um modelo preestabelecido, posto que suas causas são diversas, assim como as soluções a serem aplicadas para sua contenção e posterior equilíbrio levando a um novo ciclo de oportunidades de investimento.

Verificadas a sistemática cíclica das crises no capitalismo e a fase atual do capitalismo mundial, é fundamental compreender o neoliberalismo econômico, posto que não há possibilidade de pensar o capitalismo a partir de 1980 sem a compreensão do termo:

O Estado liberal é o sistema político do liberalismo econômico (ou do que é hoje o neoliberalismo): é o Estado mínimo ou que busca ser mínimo, o Estado que apenas protege os direitos civis e assegura o cumprimento dos contratos. Este Estado, segundo o liberalismo econômico, não deve interferir na economia, porque o mercado supostamente é uma ferramenta mais eficaz e desejável de alocação de recursos e desenvolvimento de uma sociedade. Segundo o liberalismo político, seria a única forma de governo compatível com a democracia liberal. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 813).

Ainda, sobre a conceituação do neoliberalismo, pontua-se que pontua que o Estado deve realmente ser mínimo e que para alcançar esse estágio necessita pelo menos de quatro iniciativas, tais como: deixar de lado o estado de bem-estar social, não indução do investimento produtivo

conjuntamente com o desenvolvimento tecnológico e científico, a não regulamentação dos mercados e a produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica. (BRESSER-PEREIRA, 2009, pp. 8-9).

Complementando Bresser-Pereira (2009,2012), Harvey (2008) esclarece:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e leis requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) de vem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2008, p.3)

Assim, os autores, sucintamente, enfatizam em sua explanação que o neoliberalismo busca a não intervenção do Estado na economia, o fim do estado de bem-estar social, o fim de programas desenvolvimentistas e a autorregulação do mercado, dentre outros.

Corroborando com Bresser-Pereira e Harvey, Miranda (2004, p. 41) cita que “o neoliberalismo é uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Para o neoliberalismo, o Estado não deve intervir nas ações e reações do mercado”.

Logo, pontua-se a vigência do neoliberalismo mundialmente conforme discorrido por Harvey:

Houve em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômico desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns. Quase todos os Estados, dos recém-criados após o colapso da União Soviética às socialdemocracias e Estados do bem-estar social ao velho estilo, como a Nova Zelândia e a Suécia, adotaram, às vezes voluntariamente e em outros casos em resposta a pressões coercivas, alguma versão da teoria neoliberal e ajustaram ao menos algumas políticas e práticas a os seus termos. O neoliberalismo foi rapidamente adotado pela África do Sul pós-apartheid, e mesmo a China contemporânea, como veremos, parece seguir esse caminho (HARVEY, 2008, p.4).

Harvey (2008) elucida que o neoliberalismo foi implantando por Margareth Thatcher na

Grã-Bretanha sob influência de Keith Joseph (publicista com fortes vínculos com o neoliberal Institute of Economic Affairs). Sobre esse abandono do keynesianismo e adoção do neoliberalismo, o autor escreve:

Isso envolvia enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva (como as expressas pela governança municipal e mesmo o poder de muitos profissionais e de suas associações), desmantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas a moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento externo (particularmente do Japão) (HARVEY, 2008, p. 32).

O autor complementa a informação sobre o início do neoliberalismo quando cita as medidas adotadas por Ronald Regan, par americano de Thatcher. Primordialmente o presidente manteve no cargo Paul Volcker – presidente do Federal Reserve Bank, e “[...] ofereceu o apoio político necessário por meio de mais desregulamentação, corte de impostos, cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional” (Harvey, 2008, p. 34).

Verifica-se, através do descrito por Harvey (2008), que o corte de impostos esteve presente nas medidas de cunho neoliberal adotadas no início dos anos 1980 pelos governos da Grã-Bretanha e EUA.

O autor ainda explica que o neoliberalismo passa a ter influência considerável nas universidades, nos meios de comunicação e em instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e no Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como em instituições financeiras e conselhos de administração de corporações, assim como em áreas-chave do Estado como o Tesouro e Bancos Centrais (HARVEY, 2008, p. 4). Harvey (2008) pontua o que foi abordado no capítulo 2 e 3, ou seja, os economistas e o jornalismo com preceitos neoliberais.

Neste contexto, verificada a conceituação sobre neoliberalismo, aborda-se a financeirização do sistema capitalista para assim compreender a crise econômica em estudo que possui origem no sistema financeiro dos EUA. Sobre a relação do neoliberalismo com a financeirização pontua-se:

Pode-se definir o neoliberalismo como uma *configuração de poder* particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova *hegemonia financeira*, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA. (DUMÉNIL; LEVY, 2007, p.02).

Chesnais (2005, p. 47) afirma que são três os elementos que constituem o processo de

financeirização: a “desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação, a saber, a abertura das operações de empréstimos, antes reservada aos bancos, a todo tipo de investidor institucional”

Sobre o processo de desregulamentação e liberalização, Miranda (2013, p. 12) assinala que o mesmo “permitiu que a financeirização se tornasse a forma de regulação dominante da economia com impactos sobre a dinâmica de acumulação e sobre o ritmo do crescimento econômico”. Miranda (2013, p. 13) explica que o processo de descompartimentalização resultou “em mercados de câmbio e monetário liberalizados, na abertura dos mercados de títulos aos diversos agentes econômicos nacionais e internacionais, na abertura da bolsa de valores às empresas estrangeiras e dos bancos à concorrência ao capital estrangeiro”.

Ainda sobre o processo de desintermediação, o autor destaca:

A desintermediação permitiu que instituições financeiras não bancárias tivessem acesso aos mercados de empréstimo e os bancos acesso ao mercado de capitais. Este fenômeno, juntamente com a desregulamentação, resultou na expansão da securitização como mecanismo para os agentes, inclusive os bancos, financiarem suas posições de curto prazo sem a necessidade de um intermediário. Este processo deu maior liberdade às instituições financeiras, principalmente ao setor bancário, para buscar novas fontes de recursos e fixar as taxas de captação de depósitos (MIRANDA, 2013, p. 14).

Chesnais e Miranda elucidam como se dá o processo de financeirização da economia, mas é importante entender como o processo iniciou-se. No que se refere ao início, Fernandes elucida:

No momento que a economia americana, ainda na década de sessenta, passou a conviver com déficits públicos e a necessitar de financiamento para estes déficits, em um ambiente de incertezas financeiras, passaram a haver pressões sobre a estabilidade da moeda, fazendo com que a tradicional combinação entre liquidez e imobilização de capital fosse mais difícil de ser obtida, impulsionando com isso o surgimento de inovações financeiras e a evolução de novas formas de riqueza. (FERNANDES, 2009, pp. 32-33).

Beluzzo, assim como Fernandes, enfatiza que a partir da crise do sistema de regulação de Bretton Woods, nos anos 70, no bojo da desorganização financeira e monetária, aconteceu o estímulo ao surgimento das operações de empréstimos e depósitos que fugiam ao controle dos Bancos Centrais, iniciando a expansão do sistema financeiro no mundo (BELUZZO, 1995, p. 15).

Os autores explanam as origens do processo de financeirização da economia que remontam à década de 60 do século XX, originando-se nos EUA da América. Tal processo trouxe uma nova sistemática de riqueza. Apesar disso, mesmo com suas origens nos idos de 1960, o citado processo

torna-se expressivo a partir da década de 80 com a liberalização financeira e generaliza-se nos anos 90. Sobre a generalização, Beluzzo *et al* elucidam:

Nos anos 90, generalizou-se a consciência a respeito do peso e da influência dos ativos financeiros nas economias modernas. Isto não é surpreendente. Em pouco mais de uma década, desde o início dos anos 80, a composição da riqueza social sofreu uma importante mutação. Cresceu velozmente a participação dos haveres financeiros na composição da riqueza privada. Nos países desenvolvidos as classes médias passaram a deter – diretamente ou através de fundos de investimentos ou de fundos de pensão e de seguro – importantes carteiras de títulos e ações. O patrimônio típico de uma família de renda média passou a incluir ativos financeiros em proporção crescente, além dos imóveis e bens duráveis (BELUZZO *et al*, 1998, p. 137).

O autor enfatiza, ainda, que não somente as famílias, mas em especial a classe média passaram a ter em seu patrimônio os ativos financeiros, mas também as empresas. O autor pontua que o acúmulo por parte das empresas não tinha apenas o intuito de formar reserva de capital para futuros investimentos, mas promover “status permanente na gestão da riqueza capitalista” (BELUZZO *et al*, 1998, p. 137).

Mello sintetiza a dinâmica do capitalismo financeirizado quando cita:

O capitalismo financeirizado teria como característica central o crescente poder exercido pelos atores financeiros nas decisões de investimento, na precificação de variáveis macroeconômicas, na reestruturação produtiva das empresas, nas decisões de política econômica e na produção e apropriação do valor, mesmo que fictício. (MELLO, 2013, p. 93).

Nakano (2012, p. 264) corrobora com a explicação quando relata que a partir dos anos 80 houve uma grande liberalização financeira. Esse fato culminou em grande quantidade de inovações financeiras que provocaram a reação em cadeia de expansão do crédito em escala global e, conseqüentemente, o acúmulo de dívidas por parte dos tomadores deste crédito, desencadeando assim a grande crise financeira que atingiu o centro financeiro global.

Nakano continua seu relato sobre as condições anteriores à crise estudada:

A crise atual decorreu de uma longa sequência de bolhas de crédito iniciada nos anos 1980. Cada bolha gerava uma crise financeira, que era socorrida com novas expansões de crédito, que, por sua vez, geravam novas bolhas, e assim sucessivamente. Esse processo teve início ainda no começo da década de 1980, com a crise bancária nos Estados Unidos, seguida da crise japonesa, crise do México, crise da Ásia, crise da Rússia, crise do Brasil, estouro da bolha Nasdaq, crise da Argentina e Turquia etc. (NAKANO, 2012, p. 265).

Grün (2010, pp. 270-271) salienta que a crise econômica pode ser explicada também pelo contexto neoliberal quando aclara que desde o primeiro governo de Thatcher - e seu correspondente

nos EUA, Reagan - a aquisição da casa própria era um dos pilares da estratégia neoliberal anglo-americana de induzir seus cidadãos e eleitores oriundos de classes mais modestas a mudarem definitivamente a sua identidade de trabalhadores para a de proprietários.

Ainda sobre a aquisição da casa própria o autor complementa:

Por razões políticas e ideológicas diversas, os governos democratas e republicanos desejavam que os Estados Unidos se tornassem uma nação de “proprietários de suas próprias casas” e, para isso, precisavam contar com instrumentos financeiros capazes de financiar as parcelas economicamente menos capazes de conseguir empréstimos hipotecários. (GRÜN, 2011, pp. 309-310)

É essencial elucidar o comportamento do mercado imobiliário americano e em especial o mercado desses cidadãos agora com identidade de proprietários para a compreensão do que denominamos como *subprime*. Sobre esse assunto, Cagnin destaca:

A política de baixas taxas de juros do Federal Reserve, a partir do ano de 2001, ao reduzir o custo do endividamento, estimulou, por um lado, a demanda por crédito residencial, expandindo o sistema em direção às famílias de renda mais baixa; por outro, levou também à redução da aversão ao risco nos mercados financeiros, expandindo a oferta de crédito e facilitando a securitização de hipotecas, incluindo aquelas com contratos não tradicionais. A expansão do circuito totalmente privado do sistema, isto é, dos segmentos do sistema sem nenhum tipo de garantia pública (implícita ou explícita), é que criou as condições para o aumento da participação desses contratos não tradicionais (CAGNIN, 2009, p. 157).

Percebe-se pela explanação do autor que a política do Federal Reserve de manutenção de baixas taxas de juros propiciou o aumento da demanda por crédito e em especial o imobiliário, elevando assim os contratos não tradicionais oriundos de hipotecas com securitização privada. Segundo Torres (2008, p. 3), “o mercado de hipotecas - o mecanismo de financiamento imobiliário mais importante - movimentou entre 2001 e 2006 uma média anual de US\$ 3 trilhões em novas operações, chegando a um máximo de quase US\$ 4 trilhões em 2003”.

Ainda sobre o mercado imobiliário, o sistema de hipotecas e a securitização, Mello complementa:

O mercado imobiliário dos EUA passou por uma rápida transformação entre as décadas de 1980 e 2000, alterando sobremaneira sua estruturação e funcionamento observados desde o New Deal. O mercado deixou de ser composto majoritariamente por hipotecas tradicionais de taxa fixa (Fixed rate mortgages - FRM), securitizadas por agências públicas (Government Sponsored Enterprises - GSE), para ser crescentemente dominado por diversos tipos de hipotecas com taxas ajustáveis (Adjustable Rate Mortgages - ARM), securitizadas privadamente (MELLO, 2014, p. 120).

Depreende-se da explanação de Mello (2014) que o mercado imobiliário no início dos anos 80 tinha seus tomadores de empréstimos inseridos no mercado de hipotecas tradicionais seguradas por agências públicas. Contudo, como esclarece o autor, essa dinâmica transformou-se no decorrer dos anos, e outros tipos de hipotecas surgiram, porém seguradas pela iniciativa privada.

Mello (2014, p. 124) cita que as hipotecas denominadas ARM podem ser de diversos tipos quanto à forma de pagamento e que “a aprovação do crédito em geral está condicionada à análise da capacidade do tomador de honrar com os compromissos assumidos apenas para os primeiros anos da hipoteca, não para a maturação total do empréstimo”.

Logo, resta claro que a facilidade para tomada de empréstimos devido a esse novo sistema de hipotecas, com securitização privada, facilitou a aquisição de imóveis por pessoas que no sistema anterior não o fariam por não possuírem as garantias necessárias para a tomada do crédito.

Ainda sobre a securitização, o autor elucida:

O processo de securitização de hipotecas envolve um grande número de agentes financeiros, em particular nas operações privadas que envolvem hipotecas de pior qualidade. Por longos anos, ao menos após 1938 como parte do New Deal, agências governamentais eram as únicas responsáveis por securitizar as dívidas geradas no mercado hipotecário americano. [...]. A securitização privada cresceu na esteira da desregulamentação financeira, assumindo um papel de protagonismo no mercado de crédito imobiliário já nos anos 2000 (MELLO, 2014, p. 128-129).

Logo esta securitização privada tornou-se ativo financeiro transacional, pois conforme Mello (2014, p. 131), “os agentes tipicamente financeiros têm como motivação ganhos advindos das negociações dos ativos securitizados”.

Neste contexto, dentre as hipotecas securitizadas de forma privada, encontra-se as hipotecas *subprime*. A citada hipoteca era contraída através de empréstimos tomados por pessoas físicas que possuíam elevado risco creditício. Tais indivíduos não possuíam rendas compatíveis com as prestações assumidas, não possuíam toda a documentação necessária e detinham histórico de inadimplência recente (TORRES, 2008, p. 3).

Ainda sobre os tomadores do *subprime*, Torres (2008) elucida a dinâmica para obtenção do crédito quando cita que uma vez tomado o crédito e com prestações a serem pagas, os cidadãos que contraíram empréstimos honravam com seus dividendos enquanto esses eram baixos e que a partir desse momento, enfrentavam dificuldades para continuar honrando as dívidas. A solução, até o ano de 2006, quando esse fato ocorria, era trocar a existente por uma nova hipoteca (compensada pelo aumento do valor do imóvel) com valor mais elevado. Desta forma, atendia-se as necessidades dos tomadores visto que se iniciava mais um período onde era possível pagar as prestações mais baixa

(TORRES, 2008, pp. 3-4). Sobre essa dinâmica dos tomadores de empréstimos e devedores de hipotecas *subprime*, Dowbor (2008) relata:

Abriu-se crédito para compra de imóveis por parte de pessoas qualificadas pelos profissionais do mercado de «ninjas» (No Income, No Jobs, No Savings)⁴. Empurra-se uma casa de 300 mil dólares para uma pessoa, digamos assim, pouco capitalizada. Não tem problema, diz o corretor: as casas estão se valorizando, em um ano a sua casa valerá 380 mil, o que representa um ganho seu de 80 mil, que o senhor poderá usar para saldar uma parte dos atrasados e refinar o resto. O corretor repassa este contrato – simpaticamente qualificado de «subprime», pois não é totalmente de primeira linha, é apenas sub-primeira linha – para um banco e os dois racham a perspectiva suculenta dos 80 mil dólares que serão ganhos e pagos sob forma de reembolso e juros. O banco, ao ver o volume de «subprime» na sua carteira, decide repassar uma parte do que internamente qualifica de «junk» (aproximadamente lixo), para quem irá «securitizar» a operação, ou seja, assegurar certas garantias em caso de inadimplência total, em troca evidentemente de uma taxa. Mais um pequeno ganho sobre os futuros 80 mil, que evidentemente ainda são hipotéticos. Hipotéticos, mas prováveis, pois a massa de crédito jogada no mercado imobiliário dinamiza as compras, e a tendência é os preços subirem. (DOWBOR, 2008, 11)

O autor continua a explicação assinalando que as empresas financeiras que já haviam acumulado muitas hipotecas securitizadas as repassavam para outras agências mais variadas possíveis posto que o *subprime*, mesmo arriscado, paga bom juro. Para tornar o negócio mais confiável, o *subprime* era qualificado como AAA ou BBB por agências de avaliação de riscos. Portanto os papéis se espalhavam para todos os tipos de investidores possíveis. Paralelo a esse fato, os valores dos imóveis subiam, formando assim uma bolha. Enquanto os imóveis valorizavam, o sistema funcionou, pois investidores contavam aos outros seus lucros com o negócio (DOWBOR, 2008, p. 11).

Essa dinâmica de contratação de novas hipotecas derivada da valorização de imóveis perdurou por anos e começou a ceder a partir do ano de 2006 devido ao desaquecimento do mercado imobiliário. Segundo Torres (2008, p. 7), “as vendas nos 12 meses que antecederam setembro de 2007 atingiram 5,7 milhões, ou seja, houve uma queda global de 30%, mas que, no caso dos imóveis novos, foi de quase 50%”.

Com a diminuição da demanda por imóveis, conforme demonstrado acima, os imóveis começaram a desvalorizar no final de 2006, tornando assim o poder de renegociação das hipotecas *subprime* mais difícil pelos tomadores de empréstimos, levando a uma onda de inadimplência. (TORRES, 2008, p. 7).

Sobre esse assunto, Dowbor (2008) complementa a contribuição de Torres (2008) ao elucidar:

⁴ Em tradução nossa: Sem renda, sem emprego, sem poupança.

Frente a um excesso de pessoas sem recurso algum para pagar os compromissos assumidos, as agências bancárias nos EUA são levadas a executar a hipoteca, ou seja, apropriam-se das casas. Um banco não vê muita utilidade em acumular casas, a não ser para vendê-las e recuperar dinheiro. Com numerosas agências bancárias colocando casas à venda, os preços começam a baixar fortemente. Com isso, o «ninja» que esperava ganhar os 80 mil para ir financiando a sua compra irresponsável, vê que a sua casa não apenas não valorizou, mas perdeu valor. O mercado de imóveis fica saturado, os preços caem mais ainda, pois cada agência ou particular procura vender rapidamente antes que os preços caiam mais ainda. A «bolha» estourou (DOWBOR, 2008, p. 12).

Essa onda de inadimplência ficou conhecida como bolha imobiliária. Sobre o assunto, Moreira e Soares (2010, p. 11) apontam que todas as crises, sejam elas financeiras ou não, tem seu início a partir da formação de uma bolha na economia, ou seja, o que muitos autores denominam de bolha imobiliária para descrever a origem da crise econômica de 2007. Os autores ainda apontam que essas bolhas econômicas geram excesso de endividamento devido a sua forma de financiamento e que esse endividamento pode ser do governo; das empresas, financeiras ou não financeiras; e das famílias. Os autores explicam que “esse excesso de endividamento, ou alavancagem, fazendo uso do jargão financeiro, começa a gerar expectativas negativas sobre o seu pagamento”.

Constatada a bolha imobiliária, Mendonça *et al* (2011, p. 29) complementam que “os primeiros sinais de contágio do sistema foram percebidos quando a New Century Financial, empresa especializada nos empréstimos *subprime*, pediu concordata em abril de 2007”. O autor salienta destacando que no Reino Unido, em setembro do mesmo ano, deu-se “uma corrida bancária”, ou seja, efeito onde as pessoas seguem para sacarem o dinheiro ali depositado/investido. Tal fenômeno ocorreu no banco britânico Northern Rock, com saques superiores a US\$ 2 bilhões, obrigando, assim, o Banco da Inglaterra prestar-lhe um socorro de liquidez.

Ainda sobre as consequências da crise econômica iniciada, o autor salienta que o ano de 2008 iniciou-se com influência dos resultados ruins do ano de 2007.

[...] em março de 2008, o Fed se viu obrigado a intermediar o processo de venda do Bear Stearns ao JP Morgan Chase antecipando-se ao efeito que o risco sistêmico ligado a esta falência poderia originar. Em julho de 2008 as autoridades financeiras nos EUA prestaram assistência aos dois gigantes semi-estatais do setor de hipotecas, *Fannie Mae* e *Fredie Mac*. Dois meses depois o governo assumiu o controle das duas empresas ao assumir que os níveis de endividamento destas instituições significavam risco sistêmico para a estabilidade econômica (MENDONÇA *et al*, 2011, p. 29).

Até este momento a crise havia alcançado alguns países, mas ainda não era considerada mundial. Existiam problemas pontuais que as economias internamente buscavam a solução. Porém

com a concordata no Lehman Brothers, a crise tomou proporções mundiais. Sobre esse fato, Mendonça *et al* (2011) corrobora:

Contudo, é o mês de setembro de 2008 que pode ser considerado o epicentro da crise. O Lehman Brothers, depois de passar dias em busca de um comprador e sem ter obtido do Fed o mesmo tratamento dado ao Bear Stearns, pediu concordata. Dias depois o Merrill Lynch, um dos principais bancos de investimento norte-americano, foi vendido ao Bank of America para evitar prejuízos maiores. Ainda no mesmo mês, o Fed anunciou um pacote de socorro de US\$ 85 bilhões para tentar evitar a falência da maior seguradora do país, a AIG (MENDONÇA *et al*, 2011, pp. 29-30).

Conclui-se que a crise iniciada nos Estados Unidos originou-se no mercado hipotecário – parte do mercado financeiro dos estados Unidos, e se alastrou mundialmente no ano de 2008. Sobre essa afirmação, Silva & Fonseca Neto (2014, p. 266) respaldam quando salientam: “originou-se no mercado hipotecário de alto risco norte-americano, alastrando-se pelo mundo de maneira intensa e veloz, resultando em uma crise global, com efeitos expressivos na economia real”.

Freguete *at al* reforçam o que os autores pontuaram ao citar:

[...] a crise de 2008 teve sua origem no mercado imobiliário americano, quando instituições financeiras, imprudentemente, ofertaram empréstimos com baixas taxas a mutuários sem credibilidade, lastro ou garantias (aqueles sem renda, postos de trabalho ou bens). Os títulos gerados destas operações foram comercializados no mercado financeiro sub classificado (subprime), [...]. (FREQUETE *at al*, 2015, p. 239).

Conforme os autores, a citada crise foi - com consequências até dias atuais - uma crise financeira desencadeada em 24 de julho de 2007, a partir da queda do índice Dow Jones motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco (os chamados *subprime*), prática essa que arrastou grandes bancos para uma situação de insolvência. Salienta-se ainda que, conforme mencionado ao longo do texto, a crise tornou-se mundial com a falência do banco Lehman Brothers. Freitas (2011, p. 125) confirma a menção ao destacar que a “falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008 marca a transformação da crise financeira internacional, iniciada no mercado americano de hipotecas de alto risco em meados de 2007, em uma crise global sistêmica”.

Contudo a intervenção dos governos internacionais, em especial, ao salvamento do setor financeiro não foi imediato, conforme a clara Grün:

Eis que no início da crise o próprio presidente Bush, em nome do sagrado princípio conservador da preservação do moral hazard, preferiu não intervir na queda do banco Lehmann; na mesma toada, a primeira-ministra alemã Merkel hesitou no socorro aos

bancos alemães combatidos e o então primeiro-ministro Brown teceu diversos comentários críticos à atividade financeira internacional mesmo antes da sua deflagração (Treanor, 2009; Sawyer, 2008; Theil, 2008). Mas todos esses arroubos foram calados e a doxa financeira acaba descobrindo e impondo uma finalidade nobre para o Estado: a de salvavidas do mercado financeiro. (GRÜN, 2011, p.328)

Contextualmente, passado esse primeiro momento, observa-se em diferentes países a ação do Estado com intuito de equilibrar a economia. Sobre essa afirmação, Jardim (2013, p. 903) aponta que a fim de atribuir alguma racionalidade ao sistema econômico, o Estado passa a intervir diretamente no exercício da atividade produtiva como agente catalizador da política econômica, legitimador e modernizador do capitalismo.

Posto isso, faz-se necessário elucidar algumas ações tomadas pelo governo americano como medidas de enfretamento da crise financeira.

A reação do governo americano à crise das hipotecas subprime foi proporcional à sua gravidade. Esta reação teve início no governo Bush, a despeito de sua retórica fiscal conservadora, e continuou no governo Obama, cujo discurso, aliás, nunca se afirmou em clara oposição – no que se refere a este aspecto – ao de seu antecessor. Apesar de um número expressivo de ações pontuais, tanto por parte do Tesouro como do Fed, a intervenção pública no período foi marcada por três grandes iniciativas: duas no governo Bush, a House Recovery Act (HERA) e o Troubled Asset Relief Program (TARP); e também o American Recovery and Reinvestment Act (ARRA), lançado no primeiro ano da administração Obama, em 2009 (BASTOS; MATTOS, 2011, p. 174).

Os autores continuam a explanação destacando a existência de três naturezas distintas nas ações adotadas pelo governo americano: a primeira seria a aquisição por parte de Tesouro/FED de participações acionárias em empresas majoritariamente financeiras, porém não somente nestas, para evitar a insolvência destas. Ação primordial para preservar o sistema financeiro americano e conseqüentemente o sistema financeiro mundial. A segunda provém de operações de crédito realizadas pelo FED com o intuito de destravar o mercado de crédito, posto que se trata de um importante mercado para a economia dos EUA. No que corresponde ao mercado imobiliário, houve ainda a “reestatização” das agências Fannie Mae e Freddie Mac, que estavam em insolvência e possuíam papel central na securitização de títulos de hipoteca. A terceira medida era claramente de natureza fiscal e tratava-se da elevação dos gastos públicos e renúncias tributárias, além de transferências para indivíduos (Bastos e Mattos, 2011, p. 175).

O IPEA (2009) corrobora com as explicações dos autores quando explica as medidas do governo americano, entre outubro de 2008 e janeiro de 2009, para combater a crise econômica:

Outubro - Pacote de US\$ 850 bilhões para a compra de créditos podres das instituições financeiras em dificuldades. Do total aprovado pelo Congresso, 250 bilhões de dólares são destinados à compra de ações de bancos. Elevação de US\$ 100 mil para US\$ 250 mil do limite de depósitos bancários que passam a ser garantidos pelo governo. Corte de impostos para a classe média e incentivos aos pequenos empresários. Novembro - resgate do Citigroup. O plano exige que o governo financie cerca de US\$ 306 bilhões em empréstimos e títulos e invista cerca de US\$ 20 bilhões no grupo. Dezembro - aprovação de plano de resgate das montadoras. Após um pedido inicial de cerca de US\$ 35 bilhões para a GM, Chrysler e Ford, as duas primeiras foram contempladas com cerca de US\$ 14 bilhões após árduo processo no legislativo federal dos EUA. A Ford desistiu de sua demanda inicial. Janeiro de 2009 - com a proposta de novo pacote de cerca de US\$ 800 bilhões, visando prestar socorro e focalizar melhor nas pessoas físicas e pequenos empreendimentos com a meta de gerar dois milhões de empregos (IPEA, 2009, p. 5).

Resta esclarecer que as ações tomadas pelos EUA em primeiro momento foram no sentido de salvar as grandes agências ligadas ao mercado imobiliário da insolvência, ou seja, o salvamento do sistema financeiro. Salienta-se ainda medidas para salvar empresas financeiras e redução de tributos e aumento dos gastos do governo.

Após a explanação sobre a origem da crise econômica e seus desdobramentos nos EUA, a abordagem foca-se nos efeitos da crise no Brasil posto que o objeto de estudo dessa pesquisa faz parte do conjunto de medidas adotadas pelo governo brasileiro para o combate à crise econômica mundial de 2008. Para tanto, a seção a seguir tratará do tema explicitando quando a crise atingiu a economia brasileira e quais foram as medidas utilizadas pelo governo brasileiro para combatê-la.

4.2 Crise econômica no Brasil/2008

Para entender os desdobramentos da crise econômica no Brasil a partir de setembro de 2008, faz-se necessário discorrer sobre a política econômica brasileira no período pré-crise. Para tanto, Abouchid (2014, p. 85) expõe que “o período de 2003 a 2007 foi marcado por um cenário externo extremamente favorável, tanto nas finanças quanto no comércio mundial”.

O autor enfatiza que o período citado possui duas fases distintas relativas à política macroeconômica e compreendeu grande parte do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), iniciado no ano de 2003 e finalizado no ano de 2010, período pós-crise. Contextualizando, na primeira fase, ou seja, de 2003 a 2005, o autor aponta que o tripé macroeconômico adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) - 1995 a 2002 - após a crise econômica mundial de 1999, fora mantido pelo governo Lula, ou seja, a combinação do regime de câmbio flutuante com a política de metas de inflação e metas de superávit primário (ABOUCHEID, 2014, p. 85).

Sequencialmente o autor aborda a segunda fase da política macroeconômica que

compreende os anos de 2006 e 2007 e que passa a trabalhar a dinâmica interna, ou seja, estímulos ao consumo e ao investimento, sendo esse último em menor medida. O autor acentua que essa segunda fase é caracterizada pela troca do comando do Ministério da Fazenda, deixando-o Antônio Pallocci e assumindo-o Guido Mantega (ABOUCHEID, 2014, p. 85).

Resumidamente, Abouchéid, (2014, p. 85) enfatiza que “os principais fatores que permearam essas duas fases são a recuperação das contas externas e a consequente redução da vulnerabilidade externa, em decorrência principalmente dos ciclos de liquidez internacional e dos preços das commodities”.

Ainda sobre o período anterior à crise econômica mundial e à política econômica do Governo Lula, Gentil e Hermann (2017) pontuam:

O Brasil experimentou, então, uma fase de crescimento liderado pela demanda, inicialmente pelas exportações e, num segundo momento, pela demanda doméstica. Esta foi estimulada por três linhas de política econômica: a) contínuo aumento real do salário mínimo; b) expansão do crédito público; c) uma política fiscal que combinava aumento expressivo das transferências de renda às famílias, recuperação do investimento público e, a partir de 2009, também significativas desonerações tributárias. Essas políticas não substituíram, mas, de forma um tanto contraditória, se somaram ao regime macroeconômico conservador herdado do Segundo Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). O tripé formado pelo regime de câmbio flutuante, aliado ao de metas de inflação e de superávit fiscal primário, foi assumido pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) desde o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-06). A novidade da “Era PT” neste aspecto foi a conciliação desse regime conservador com aquelas políticas de cunho social desenvolvimentista (GENTIL; HERMANN, 2017, p.794)

Sobre o exposto por Gentil e Hermann (2017), Arantes e Lopreato (2017) corroboram:

As propostas de aprofundamento do regime fiscal acirraram o debate dentro do próprio governo e a queda de Palocci representou o marco da mudança para a implementação de políticas de caráter desenvolvimentista. Essa visão não refletia uma escola de pensamento hegemônica, mas, contrapondo à visão neoliberal, conseguiu colocar propostas pragmáticas e relativamente coesas, baseadas principalmente (i) nos estímulos fiscais e monetários para acelerar o crescimento e aumentar o produto potencial da economia, (ii) nas transferências de renda e aumento real do salário mínimo para acelerar o desenvolvimento e (iii) no aumento do investimento público e da participação do Estado no planejamento de longo prazo. (ARANTES; LOPREATO, 2017, p. 23)

Ainda sobre os fatores anteriores à crise econômica que se iniciou no Brasil em 2008, Ferraz (2013, p. 30) clarifica “que a situação externa da economia brasileira, traduzida principalmente em um nível elevado de reservas em moedas fortes (superior a U\$250 bilhões) e uma dívida pública desdolarizada, blindou, em certa medida, a economia dos efeitos iniciais da crise”.

Paula e Pires (2017) complementam a explicação de Abouchéid (2014), Ferraz (2013) e

Gentil e Hermann (2017) quando citam:

O primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2006), após uma crise de confiança de 2002, caracterizou-se pela continuidade do chamado tripé da política macroeconômica adotado desde 1999, constituído pelo regime de metas de inflação, metas de superávit primário e regime de câmbio flutuante. Nesse contexto, tanto a política monetária quanto a política fiscal foram conduzidas de forma ortodoxa, caracterizadas por uma alta taxa de juros (embora com trajetória decrescente) e um amplo superávit primário (PAULA; PIRES, 2017, p. 126).

Os autores pontuam que o chamado boom das commodities foi fundamental na recuperação da economia a partir de 2004. Ressalta-se também que o consumo incrementou devido ao estímulo ao crédito e ao aumento real do poder aquisitivo das famílias e comentam sobre outros fatores importantes da economia brasileira no período anterior à crise econômica como inflação, reestruturação da dívida pública e acúmulo de reservas (PAULA; PIRES, 2017, p.126). Sobre esses assuntos, esclarecem:

Em face dos enormes influxos de capitais externos e do superávit comercial, houve uma significativa apreciação da moeda, que contribuiu para política de redução da inflação. Ao mesmo tempo, o Tesouro reestruturou a dívida externa pública e o Banco Central acumulou reservas: o setor público passou de um devedor líquido de US\$ 57,8 bilhões no final de 2002 para uma posição credora líquida de US\$ 95,9 bilhões no final de 2007, o que proveu maior “policy space” para políticas anticíclicas (PAULA E PIRES, 2017, pp. 126-127).

Freitas (2011, p. 132) corrobora com a explanação quando aponta que “a crise internacional atingiu a economia brasileira em um momento de auge, quando completava uma sequência de seis trimestres de crescimento em aceleração”

Contextualizado o período anterior à crise mundial iniciada em setembro de 2008 e levando em consideração que esta adquiriu um caráter sistêmico, faz-se necessário expor as formas como se deu as tratativas do Governo Federal no intuito de recompor os mercados e atender os anseios visto que já não havia mais a possibilidade de não reação ao cenário apresentado, enfatizando, assim, a necessidade de políticas fiscais, que nada mais são que uma política macroeconômica.

Neste contexto Silva (2013, p.19) cita: “a política macroeconômica deve contribuir para a estabilização do produto e da inflação, retomando os níveis ótimos de bem-estar das famílias e das empresas, mitigando a gravidade das flutuações dessas variáveis em períodos de crises”. Logo, o autor aponta que para impedir quedas abruptas da demanda agregada ocasionadas por recessões que conhecidamente aumentam o nível de desemprego, concomitantemente diminuindo a capacidade produtiva, o mercado precisa de uma resposta da política econômica objetiva acomodando assim a

choque (SILVA, 2013, p.19).

Logo, nesta conjuntura, o governo brasileiro adotou várias medidas para combater os efeitos da crise econômica nacional, consequência da crise internacional, sendo que tais medidas visavam a manutenção do mercado interno. Sobre a afirmação, Mercadante (2009) relata:

A pronta reação do Governo limitou a extensão dos danos causados pela crise de crédito e pela retração da atividade econômica. Foram disponibilizados recursos para o financiamento das exportações e para cobrir compromissos externos das empresas, num montante superior a US\$ 45 bilhões. Os bancos públicos ampliaram a oferta de crédito, adicionaram-se R\$100 bilhões aos recursos do BNDES destinados ao financiamento de investimentos e liberou-se uma parcela de R\$ 99,2 bilhões do compulsório para reforçar a liquidez do sistema bancário. Ampliaram-se também os recursos para o Plano Safra e para o financiamento habitacional destinado aos setores médios. O reajuste do salário mínimo foi antecipado, injetando R\$ 27 bilhões na economia, e estendeu-se a sete semanas a cobertura do seguro-desemprego. Modificou-se a tabela do imposto de renda para beneficiar os contribuintes de menor capacidade econômica e ampliou-se a abrangência do Bolsa-Família. Reduziu-se a carga fiscal sobre a produção de automóveis e motos, geladeiras, máquinas de lavar, fogões e tanquinhos e sobre insumos e materiais para a construção civil. Preservaram-se os recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, reduziu-se a meta de superávit primário em 2009 para 2,5% do PIB e excluiu-se, a partir deste ano, a Petrobras da meta de superávit primário do setor público consolidado. Agregue-se a isso o lançamento do programa de habitação popular para a construção de um milhão de moradias (R\$ 34 bilhões, com subsídios de R\$16 bilhões para segmentos com renda inferior a três salários mínimos) e a preservação do volume de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, no mesmo valor nominal de 2008, ano no qual houve um aumento de 27% nos repasses aos municípios (MERCADANTE, 2009, p. 44).

O IPEA (2009), através de seu Comunicado da Presidência número 16, de janeiro de 2009, corrobora com a explicação de Mercadante (2009) quando cita os pontos explanados pelo citado enfatizando assim as posições tomadas pelo Governo Federal no combate à crise econômica de 2008:

Entre as medidas preconizadas em termos de políticas de governo, no Brasil, merecem destaque: · Redução do superávit primário, em 2009, de 4,3% para 3,8%. · Injeção de dólares pelo BACEN. Atuação dos bancos estatais para comprar ações de bancos em crise. · Incentivo às exportações: o PROEX, EXIM, ACC (BACEN disponibilizou R\$ 2,0 bi). Redução do compulsório (R\$ 100 bi). Antecipação do desembolso para agricultura de R\$ 5,0 bi. Financiamento da construção civil de R\$ 3 bi (linha de capital de giro) · Setor automobilístico: Crédito BB de R\$ 4 bi. · BNDES: R\$ 10 bi de capital de giro para exportações pré-embarque. Tributos: a postergação do prazo de pagamento do IPI por 10 dias, PIS/COFINS por 5 dias e Imposto de Renda por 10 dias. Acelerar a devolução dos tributos. Cobrar contribuições previdenciárias sobre rescisões de contratos de trabalho. Política Fiscal cujo eixo é a manutenção dos investimentos (PAC e Pré-sal), dos programas sociais, da contenção do crescimento de gasto de custeio. (IPEA, 2009, p.10).

Ainda no que toca aos mecanismos para contenção da crise econômica no Brasil, enfatiza-se assim como Mercadante (2009) e IPEA (2009) o fez, que foram amplamente empregados os incentivos fiscais através de crescimento nos dispêndios diretos, renúncia tributária, empréstimos subsidiados entre outras medidas (TRICHES; BERTUSSI, 2017, p. 380).

Ainda sobre as medidas adotadas chancelando o citado anteriormente, Triches e Bertussi (2017) explanam:

Em especial, a possibilidade de utilização de políticas fiscais expansionistas com aumento de despesas e redução de impostos. Isso permitiu que governo brasileiro adotasse políticas macroeconômicas anticíclicas que, por sua vez, possibilitaram uma rápida retomada do crescimento. [...]. No lado da política fiscal, foram adotadas reduções de impostos em diversos seguimentos da economia. Num primeiro momento, no mês de outubro de 2008, foram contempladas com a redução de imposto sobre operações financeiras (IOF) as operações no mercado de câmbio. Posteriormente, passou-se a reduzir a alíquota de IOF, os financiamentos de motocicletas, motonetas e ciclomotores, e as alíquotas de IOF sobre operações de crédito para pessoas físicas foram reduzidas no mês seguinte. No mês de dezembro 2008, os instrumentos fiscais tiveram predominância, foram reduzidas as alíquotas de imposto sobre produtos industrializados (IPI), incidentes sobre a venda de veículos e caminhões. Tal medida que teria caráter provisório, com vigência de um ano, mas constantemente, foi prorrogada perdurando até dezembro de 2014. As alíquotas de imposto de renda sobre pessoa física (IRPF) foram alteradas, criando-se faixas intermediárias com alíquotas reduzidas. O governo adotou ainda uma política industrial agressiva, para amenizar os impactos no setor produtivo, como repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (TRICHES; BERTUSSI, 2017, p. 384).

Corroborando com Triches e Bertussi (2017), no que concerne a política fiscal, Ferraz (2013) pontua:

A resposta do governo federal à crise, no âmbito fiscal, baseou-se em cinco principais frentes, a saber: (i) expansão dos investimentos do PAC; (ii) programa Minha Casa Minha Vida, com R\$28 bilhões em subsídios e R\$60 bilhões em investimentos; (iii) Plano Safra 2009/2010, com R\$107 bilhões (2009-2010); (iv) manutenção e expansão dos programas sociais (bolsa família - R\$12 bilhões - e reajuste do salário mínimo que injetou R\$20 bilhões na economia em 2009); e (v) redução de tributos: IRPF, IPI, IOF, PIS/COFINS. (FERRAZ, 2013, p. 75).

Ainda sobre a política fiscal Siqueira (2015, p.38) “ela pode ser resumida no conjunto de medidas pelas quais o Governo extrai renda do setor produtivo e realiza despesas visando alcançar três objetivos: estabilização macroeconômica, alocação de recursos e redistribuição de renda”. O autor complementa:

A função estabilizadora se resume na sustentação da renda, com baixo desemprego e estabilidade de preços. Em outras palavras, é a tentativa de induzir a economia a um estado próximo do pleno emprego, com taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) condizente com as condições macroeconômicas e com estabilidade de preços relativos,

sendo que inflações são inibidas e deflações são evitadas. A função alocativa consiste no fornecimento de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado. Por fim, a função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda. (SIQUEIRA, 2015, p.38)

Corroborando e complementando Siqueira (2015), sobre a política fiscal, tem-se:

A política fiscal, por seu turno, é o conjunto de operações que estão relacionadas aos dispêndios do Estado e aos recursos que este obtém para o financiamento dos mesmos, bem como, e principalmente, à influência que tais gastos e receitas exercem sobre a contração ou sobre a expansão da atividade econômica. Dessa forma, a política fiscal pode ser utilizada para atenuar os ciclos econômicos, reduzindo tributos e/ou aumentando gastos públicos em períodos de baixo nível de atividade econômica e pode fazer o oposto nos períodos de expansão econômica. Nesse sentido, a política fiscal atua de forma anticíclica. Esse é o comportamento esperado e desejável no que diz respeito à postura das autoridades fiscais que devem estar preocupadas com a trajetória da dívida pública e, portanto, com o ajuste fiscal. (MOREIRA; CARVALHO JR, 2013, p. 74).

Conceituada a política fiscal, resta abordar que este estudo pauta-se na desoneração tributária, ou seja, abordaremos a redução de um tributo devido a um período de baixo nível de atividade econômica, com o intuito de estimular setores da economia. Dentre todas as medidas adotadas pelo governo envolvendo tributos, abordaremos nesse estudo a desoneração do IPI. As demais medidas adotadas foram abordadas com fins de informação, mas sem detalhamento neste trabalho. Em relação ao Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), foco desse trabalho, Jardim esclarece:

Concretamente, o governo fez a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por intermédio do Decreto 6.809/09, que foi prorrogado até 30/6/2009, pelo qual foram favorecidos os setores ligados aos materiais de construção, às montadoras e à linha branca dos eletrodomésticos, estimulando o consumo e a geração de novos postos de trabalho nesses setores. Naquele contexto, as centrais sindicais pressionaram por medidas de favorecimento fiscal nos setores de construção civil e indústria automobilística, com o objetivo de gerar mais emprego. A redução do IPI foi fundamental para a redução dos efeitos da crise nas grandes empresas, além de permitir que o setor industrial mantivesse relações de alianças com o governo durante a crise. O apoio da FIESP, apesar de suas críticas pontuais ao governo, é um bom exemplo do feixe de alianças do período (JARDIM, 2013, p. 910).

Ainda sobre a política do IPI, Lukic (2015) indica que o sistema tributário nacional possui ampla possibilidade, conforme Constituição Federal, de utilização da tributação com finalidade extrafiscal e que isso por si é uma peculiaridade do sistema brasileiro se comparado com os demais países do mundo. A autora explica que tal peculiaridade se acentuou no segundo mandato do Governo Lula e no primeiro mandato do Governo Dilma (Lukic, 2015, p. 198).

Nota-se, através da explanação da autora, dois períodos em governos distintos. Para fins

deste estudo, abordaremos o período do segundo mandato do governo Lula onde se situam os decretos de desoneração do IPI objetos dessa pesquisa. A autora aponta que a citada mudança - a utilização extrafiscal do IPI - foi fundamental como resposta à crise de 2008 (LUKIC, 2015, p. 198).

Concomitantemente à explicação acima, Lukic exemplifica quando cita:

Essa mudança de orientação do paradigma teve por consequência a implementação de instrumentos ou alterações institucionais vinculadas à função extrafiscal da tributação, no sentido de intervir no campo econômico. Exemplos destas medidas são aqueles presentes no programa de aceleração do crescimento e a redução de impostos e contribuições através de desonerações em várias áreas (setor elétrico, automóveis, produtos da linha branca, folha de salários). Tais medidas extrafiscais representam uma tentativa de estímulo à economia e a e têm por produção nacional e tem por fim adaptar o sistema aos novos princípios de desenvolvimento e de competitividade do país (LUKIC, 2015, pp. 198-199).

Verifica-se, através dos autores citados, que o governo brasileiro utilizou medidas que garantiam a manutenção da demanda agregada interna. Isso se torna claro quando da utilização da propriedade extrafiscal do IPI⁵, o que corresponde em um primeiro momento à baixa das alíquotas e em um segundo, na sua isenção para algumas categorias no intuito de manter a produção, a demanda agregada e o consumo interno.

Faz-se necessário a explanação sobre a isenção tributária que, segundo Campos (2015, p. 55), “pode ser conceituada como a dispensa do pagamento de tributo pelo seu ente competente, concedida frente à relevante interesse social ou econômico, seja regional ou nacional”.

Denota-se, através da explicação da autora, que a isenção tributária é possível mediante relevante interesse econômico como a isenção fiscal para o IPI que ocorreu com o intuito de estímulo à produção e ao consumo.

Com relação ao período estudado e à utilização da desoneração (isenção é uma forma de desoneração) do IPI como resposta à crise econômica que atingiu o país em setembro de 2008, o Governo Federal publicou os seguintes decretos que alteravam as alíquotas do IPI na Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados - TIPI:

- Decreto 6.687 de 11.12.2008 – Reduziu as alíquotas do IPI incidentes sobre a venda de veículos e caminhões, passando a vigorar em 15 de dezembro de 2008 e sendo válida até 31 de março de 2009.

⁵ Ter propriedade extrafiscal significa não ser instrumento apenas arrecadatório, ou seja, tal tributo pode ser estimulante, indutor ou coibidor de comportamentos, posto que pode ser, por exemplo, utilizado para estimular a economia, como ocorrido a partir de 2008 através de sua desoneração.

- Decreto 6.696 de 17.12.2008 – Reduziu as alíquotas do IPI incidentes sobre a venda de Tratores rodoviários para semirreboque e itens de veículos automóveis para transporte de mercadoria, passando a vigorar em 17 de dezembro de 2008 e sendo válida até 31 de março de 2009.
- Decreto 6.809 de 30.3.2009 – o referido decreto estendeu até 30 de junho de 2009 a redução do IPI incidente sobre os veículos automotores. Salienta-se um quantitativo grande de códigos para a categoria veículos, sendo que a grande maioria teve alíquota isenta. No mesmo decreto, o Governo Federal decidiu elevar em 23,5% a alíquota do IPI incidente sobre cigarros. O intuito do governo com tal medida era compensar a perda de arrecadação oriunda da redução supracitada e assim não deteriorar demasiadamente a arrecadação da União.
- Decreto 6.823 de 16.4.2009 – Com este decreto, o Governo Federal procurou atender anseio do setor da construção civil isentando as alíquotas do IPI sobre produtos utilizados para o setor. Ressalta-se que todos os códigos para produtos elencados no decreto passaram a possuir alíquota de zero. O Decreto vigorou entre 17 de abril de 2009 a 15 de julho de 2009.
- Decreto 6.825 de 17.4.2009 – Reduziu as alíquotas do IPI incidentes sobre produtos denominados linha branca. A medida seria válida até 31 de outubro de 2009. Fogões antes tributados a 4% passariam a 0%; refrigeradores de 15% para 5%; máquinas de lavar de roupas de 20% para 10%, dentre outros.
- Decreto 6.826 de 20.4.2009 - Dá nova redação aos arts. 3º e 4º e ao Anexo I ao Decreto nº 6.825, 17 de abril de 2009, não alterando o conteúdo do decreto para a desoneração do IPI.
- Decreto 6.890 de 29.6.2009 – Prorrogou o prazo de validade da redução do IPI incidente sobre automóveis, linha branca, produtos da construção civil e bens de capital até 31 de dezembro de 2009.
- Decreto 6.996 de 30.10.2009 – Prorrogou até 31 de janeiro de 2010 a redução do IPI incidente sobre a linha branca, mas reduzindo o benefício apenas aos bens que obedeciam ao índice de eficiência energética, ou seja, os classificados como classe A e B.
- Decreto 7.016 de 26.11.2009 – Reduziu para zero as alíquotas do IPI incidentes sobre produtos utilizados na fabricação de móveis, sendo a medida válida até 31 de março de 2010.

- Decreto 7.017 de 26.11.2009 – Altera os Anexos V e VII do Decreto nº 6.890, de 29 de junho de 2009. Estendeu até 31 de março de 2010 a redução do IPI incidente sobre a fabricação dos veículos conforme planilha anexa ao decreto, sendo em sua maioria redução para alíquota zero.

Basicamente os decretos acima desoneravam as alíquotas do tributo para alguns produtos como carros, linha branca (fogão, geladeira, máquina de lavar, entre outros), caminhão, material de construção, material para movelaria etc. Sobre o a desoneração do IPI para carros destaca-se:

Em dezembro de 2008 foi anunciado pelo governo a política de redução e isenção do IPI sobre o setor automotivo, confirmada pela Medida Provisória de nº 451 e regulamentada no Decreto de nº 6.687/08. No caso do IPI incidente sobre os automóveis novos a política de redução da alíquota teria previsão para voltar aos níveis anteriores em março de 2009. Contudo, em duas ocasiões o governo optou por adiar este retorno. No dia 30 de março de 2009, o governo prorrogou por mais três meses a redução do IPI, promulgando o Decreto de nº 6.809/09, ao qual teria vigência até 31 de junho de 2009. O segundo foi para 30 de setembro de 2009. A partir dessa data as alíquotas seriam gradualmente reestabelecidas até janeiro de 2010 (LUCINDA; PEREIRA, 2017, p. 3)

Aclara-se que a pesquisa realizada para o referencial teórico traz citações sobre a desoneração de alíquotas do IPI para carros, devido ao apelo que a indústria automobilística possui na economia do país. Não se encontrou pesquisas relevantes sobre desoneração de alíquotas para caminhões, linha branca e material de construção, bem como análise dos resultados obtidos com essa desoneração.

Ainda sobre a política do IPI para carros, torna-se necessário discorrer sobre a retirada de sua desoneração e o retorno aos patamares anteriores a 2008.

A alíquota do IPI para carros de até 1000 cc subiria paulatinamente em ciclos mensais, passando de 0% para 1,5%, em outubro, para 3% em novembro, e assim sucessivamente até atingir 7% em janeiro de 2010. As alíquotas de carros com entre 1000 até 2000 cc seguiriam o mesmo aumento progressivo mensal até retornar ao patamar inicial de 13% para os veículos à gasolina e de 11% para os veículos flex fuel (carros que funcionam tanto a álcool quanto à gasolina). Para os veículos flex fuel, a política se alterou novamente em novembro de 2009, com a alíquota de 3% mantida até abril de 2010 para carros até 1000cc. A alíquota dos carros flex de mais de 1000 cc até 2000 cc se sustentaria no mesmo percentual de 7,5% (percentual vigente no mês de novembro de 2009, conforme previsão de aumento progressivo) até abril de 2010. Após essa data todas as alíquotas voltariam aos seus percentuais antigos de antes de 2008 (LUCINDA; PEREIRA, 2017, p. 3)

Logo após abril de 2010, conforme os autores, a alíquota do IPI para carros retornou ao seu patamar original. Ressalta-se que esse levantamento levou em consideração o período até a data de 30 de junho de 2010, ou seja, foi além da data-limite do retorno das alíquotas para, assim, verificar

as reações do mercado, mesmo que por curto período de tempo, após o fim da desoneração do IPI.

Tendo em consideração os resultados da desoneração do IPI e a eficácia desta para a recuperação econômica, poucos estudos foram produzidos pela comunidade acadêmica e até mesmo pelas esferas governamentais. Todavia alguns autores trazem considerações sobre o assunto.

Segundo o IPEA em sua nota técnica de número 15, de agosto de 2009, intitulada “Impactos da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis”, entre janeiro e junho de 2009, 191 mil veículos foram vendidos, sendo que 13,4% do total podem ser creditados ao IPI reduzido. Sobre a metodologia utilizada para obtenção do resultado, o Instituto aponta que se trata de um modelo de regressão linear simples no qual as vendas internas de veículos são em função do preço, da renda e do crédito concedido para a aquisição de veículos. A nota técnica afirma que análises precedentes demonstraram claramente a relevância da redução do IPI para a recuperação do setor automobilístico e conseqüentemente a economia através do consumo (IPEA, 2009, pp. 3-4).

Ainda sobre os resultados da política anticíclica fiscal de desoneração do IPI, Graupen (2015) realizou um estudo através de análises econométricas em que adotou o modelo de estimação por mínimos quadrados ordinários (MQO), com dessazonalização das séries através do IPCA, IGP-DI ou método X12 ARIMA. Sobre esse estudo o autor descreve:

podemos perceber que houve grande assertividade do governo central na eficácia das medidas de política anticíclica no combate aos efeitos da crise financeira de 2008, principalmente no que diz respeito às vendas nos setores de bens duráveis, tais como o automotivo e o setor de móveis e eletrodomésticos, que dependem de acesso a crédito e das condições de preço e juros para financiamentos, e que, portanto, foram incentivados com tais medidas, apresentando vendas significativas e crescentes durante esse período. Já o setor de construção civil, por ser de bem imóvel, não foi influenciado, pois depende, mais exclusivamente, de crédito, e já era foco de outros programas do governo brasileiro, tais como o “Minha Casa, Minha Vida”, com taxas de juros de financiamento subsidiadas. (GRAUPEN, 2015, p. 46).

Em relação aos resultados para o crescimento econômico representados através do PIB, Triches e Bertussi (2017, p. 383) ressaltam que “em 2009, a economia brasileira apresentou queda de 0,20 ponto percentual no PIB. As medidas adotadas estimularam a economia, que passou a apresentar sinais fortes de recuperação com um crescimento de 7,6% em 2010.

Logo percebe-se uma retração do PIB brasileiro no ano de 2009 e uma grande expansão no ano de 2010. Sobre esse fato, e os efeitos da política fiscal, assim complementando o citado pelos autores, Ferraz (2013) cita ainda a redução do desemprego e o aumento nas vendas de automóveis:

Esta hipótese encontra respaldo em muitos indicadores de gastos e transferências, assim como na bibliografia que tentou estimar quantitativamente o efeito da expansão fiscal. A contínua redução do desemprego, a rápida recuperação da taxa de crescimento (em 2010 PIB cresceu aproximadamente 7,5% em termos reais) e a sustentação de certas atividades econômicas em plena crise (aumento na venda de automóveis, por exemplo) são indícios que apontam para o sucesso da política fiscal adotada, no período, pelo governo federal (FERRAZ, 2013, p. 98).

Esse capítulo abordou o processo de financeirização da economia, concomitantemente com a adoção do neoliberalismo como pressupostos *mainstream* e sua relação com a crise econômica do *subprime*. Objetivou-se nele a descrição da crise iniciada nos EUA e medidas utilizadas pelo governo do citado país para solução da crise, bem como a crise no contexto do Brasil e as medidas adotadas pelo governo brasileiro, ou seja, a desoneração do IPI, imposto esse que será abordado de maneira técnica no próximo tópico.

4.3 Imposto sobre Produto Industrializado – IPI

Ressalta-se que o intuito dessa seção é apenas revisar os preceitos legais do Imposto Sobre Produtos Industrializados preconizados pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 e pelo Código Tributário Nacional. Neste contexto, faz-se necessário compreender o conceito de produto industrializado que, segundo Sales *et al* (2011, p. 4), “é o resultado de operação que modifique a sua natureza, funcionamento, acabamento, apresentação ou a finalidade do produto, ou aperfeiçoe para o consumo”.

Segundo Xavier (2008, p. 01), “o imposto sobre produtos industrializados tem sua origem no antigo imposto sobre o consumo que aparece, pela primeira vez, na Constituição de 1934”. Ainda, segundo a autora, o IPI aparece pela primeira vez com esse nome somente com a Emenda Constitucional número 18 de 01 de dezembro de 1965, sendo seletivo, em função da essencialidade dos produtos e não cumulativo, apesar de a constituição de 1946 atribuir à União a instituição do imposto sobre o consumo de mercadorias e sobre a produção (XAVIER, 2008, p. 1).

Ainda sobre o histórico do IPI, Wilbert *et al* (2014, p. 110) apontam que por ocasião da promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, fruto da última constituinte brasileira, “foi mantida a competência da União para instituir, entre outros, o Imposto sobre Produtos Industrializados e também foi mantida a seletividade dos produtos e a não cumulatividade”. Os autores ainda apontam que no Código Tributário Nacional, artigos 46 a 51, há disposição do IPI, apontando ainda a definição do fato gerador, a base de cálculo e os contribuintes (WILBERT *et al*, 2014, p. 110).

Após várias mudanças através de decretos desde a promulgação da Constituição de 1988, segundo a Secretaria da Receita Federal do Brasil (2017), “o IPI é regulamentado pelo Decreto 7212/2010 da Presidência da República”. Logo o referido decreto regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do IPI em todo o território nacional.

Ressalta-se ainda, segundo os autores, que o IPI possui função extrafiscal de acordo com o que estipula o art. 153 da Constituição Federal de 1988, ou seja, seletividade em razão da essencialidade do produto. Os autores explicam que o referido imposto não possui somente a finalidade arrecadatória, podendo o governo utilizá-lo para incentivar a produção e consumo de determinados produtos bem como desestimular (WIBERT *ET AL*, 2014, p. 110).

Conforme exposto pelos autores, verifica-se na medida do governo, através dos decretos anteriormente expostos sobre a desoneração do IPI, utilização de sua função extrafiscal no que toca à isenção de impostos para determinados produtos. O objetivo da interferência do governo era estimular a produção e o consumo interno e assim combater os efeitos da crise econômica mundial que se tornara sistêmica e afetara a economia brasileira.

Segundo Chierigato *et al* (2007), são contribuintes do IPI, ou seja, obrigados ao recolhimento do citado imposto:

Estabelecimento industrial, que é todo aquele que executar qualquer operação de industrialização; estabelecimentos que são equiparados à indústria, apesar de não realizarem operações de industrialização, como os importadores, inclusive filiais que exerçam o comércio de produtos importados, salvo se operarem exclusivamente a varejo; filiais de estabelecimento industrial, na venda de seus produtos; e comerciantes de bens de produção, que têm caráter facultativo à equiparação a industrial. (CHIEREGATO *ET AL*, 2007, p. 96).

No que tange à base de cálculo, diferenciando a cobrança para a operação interna e a importação, a Receita Federal conceitua:

- 3.1 Na operação interna: O valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial;
- 3.2 Na importação: O valor que servir ou que serviria de base para o cálculo dos tributos aduaneiros, por ocasião do despacho de importação, acrescido do montante desses tributos e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou destes exigíveis (SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2017).

No que concerne às alíquotas para o imposto, Wilbert *et al* (2014) enfatizam que a alíquota varia conforme o produto e geralmente é mais baixa para produtos da primeira necessidade ou

essenciais como alimentos, vestuário e calçados e mais alta para produtos considerados supérfluos como bebidas, cigarros, perfumes, automóveis (Wilbert *et al*, 2014, p. 110).

Ainda sobre as alíquotas do IPI, os autores clarificam que estão dispostas na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). Os autores explicam que há quatro possibilidades para enquadramento do produto na tabela, ou seja, produto isento, imune, alíquota zero ou alíquota positiva, sendo esta com variação 0% e 330%, sendo a maior aplicada aos cigarros (WILBERT *et al*, 2014, p. 111).

A Secretaria aponta o período de apuração do imposto:

- 5.1 O período de apuração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incidente nas saídas dos produtos dos estabelecimentos industriais ou equiparados a industrial, é mensal.
- 5.2 O período de apuração mensal não se aplica ao IPI incidente sobre produtos de procedência estrangeira, na importação (Secretaria da Receita federal do Brasil, 2017).

Explicita-se ainda que os tributos, seja da União, estados ou municípios, possuem prazo de recolhimento. No que concerne ao prazo de recolhimento do IPI, a Receita esclarece:

- 6.1 São os seguintes os prazos de recolhimento do IPI:
 - I - antes da saída do produto da repartição que processar o despacho, nos casos de importação;
 - II - até o décimo dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, nos casos dos produtos classificados no Código 2402.20.00 da TIPI;
 - III - até o vigésimo quinto dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, no caso dos demais produtos;
- 6.2 Se o dia do vencimento de que tratam os incisos II e III não for dia útil, considerar-se-á antecipado o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2017).

Ressalta-se ainda que além do fato de ser utilizado como indutor de setores da economia, seja para aumentar ou inibir o consumo, o IPI possui também uma característica distributiva, posto que é parcela importante na formação de repasses realizados pela União. Dentre esses repasses, citamos o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Tais fundos são instituídos pelo artigo 159 da CF/88 em sua forma literal:

- Art. 159. A União entregará:
 - I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma:
 - a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
 - b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;
 - c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter

regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;

e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Salienta-se que os citados fundos obedecem aos critérios de distribuição determinados pela Lei nº 5.172/66, Código Tributário Nacional (CTN), sendo que o FPE está disposto no artigo 90 do referido código e o FPM, no artigo 91.

Acima descrevemos as informações principais sobre o IPI, objeto de estudo dessa pesquisa, pontuando que a redução ou isenção se dá conforme necessidades do Governo Federal e na forma de estímulo fiscal, enfatizando sua função extrafiscal, por meio de decreto que modifica sua tabela de alíquotas e pode ser utilizado como forma de estímulo a um determinado setor, aumentando sua produção e estimulando o consumo, como o caso dos decretos utilizados como resposta à crise econômica mundial iniciada no ano de 2008.

5 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo aborda-se os procedimentos metodológicos empregados para a produção da pesquisa sobre a cobertura dos Jornais Folha de São Paulo (FSP), O Estado de São Paulo (ESP), O globo (OG) e Valor Econômico (VE) para o objeto pesquisado, ou seja: desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) utilizada pelo governo brasileiro como resposta à crise econômica iniciada pelo *subprime*, que se tornou mundial em 2008.

Inicialmente aborda-se uma revisão da literatura dos métodos de pesquisa que serão utilizados: análise de conteúdo categórico, análise de enquadramento e análise de vozes. Em seguida procederemos à explicação da escolha do objetivo de pesquisa, a escolha do *corpus*, bem como a aplicação dos métodos escolhidos.

5.1 Análise de conteúdo categórica

A análise de conteúdo tem como objetivo identificar os assuntos mais frequentes na cobertura jornalística da crise econômica nas matérias sobre a desoneração do IPI, ou seja, saber quais foram os temas mais relevantes abordados no *corpus* selecionado.

A análise de conteúdo é explicada por Lawrence Bardin. Segundo a autora, o tema em questão consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1977, p. 31)

A autora explica que a análise de conteúdo é útil para pesquisas que objetivam compreender os conceitos presentes nas comunicações para além dos seus significados. A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1977, p. 31).

A análise de conteúdo organiza-se em três fases sequenciais: 1) a pré-análise, que é a fase da organização propriamente dita e tem o objetivo de tornar esse material operacional para a pesquisa; 2) a exploração do material refere-se à fase de análise com a administração das decisões tomadas; e 3) o tratamento dos resultados constituído pela inferência e interpretação em que os resultados

brutos são tratados de forma que sejam válidos e significativos (BARDIN, 1977, p. 95).

A pré-análise tem por objetivo a organização e possui cinco etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos analisados e de conhecimento do texto, tornando pouco a pouco a leitura mais precisa; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado, ou seja, a constituição de um *corpus*. Essa etapa tem que ser realizada de forma exaustiva, com escolha de *corpus* com representatividade, homogêneo e pertinente; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise; e (e) preparação do material (BARDIN, 1977, pp. 95-101).

Logo após a escolha do recorte da leitura flutuante se dará a análise integral de cada unidade escolhida, de forma exaustiva, conforme apontado pela autora. Esta fase será auxiliar, conforme explicado por Bardin (1977) anteriormente, para formulação das hipóteses e dos objetivos, formulação de indicadores e na preparação do material.

Logo após a leitura exaustiva, para o recorte da leitura flutuante, inicia-se a próxima fase, ou seja, a exploração do material que, segundo Bardin (1977, pag. 101), consiste nas operações de codificação, ou seja, “esta fase, longa e fastidiosa consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

A autora descreve que nessa segunda fase se procederá à codificação e à categorização para a análise de conteúdo categórico.

No que tange à codificação, “corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (BARDIN, 1977, p. 103).

A autora ainda explica que a codificação abrange três escolhas, ou seja: o recorte, que nada mais é que a escolha das unidades da pesquisa; a enumeração, que é a escolha das regras de contagem, ou seja, como será a contagem do material e a classificação e agregação, que perpassa pela formação das categorias (BARDIN, 1977, p. 104).

Após a codificação, segue-se para a categorização. Compreende-se que as categorias são rubricas ou classes as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, ou seja, sob uma mesma categoria. Logo, “a categorização consiste na classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos (BARDIN, 1977, p. 117).

A autora ainda explica que um conjunto de boas categorias deve possuir as seguintes

qualidades: a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e a fidelidade, a produtividade (BARDIN, 1977, p.120).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados. Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Ocorre nessa fase a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais (BARDIN, 1977, p. 101).

Logo para este estudo utilizaremos a análise de conteúdo categórico, seguindo o especificado por Bardin para categorização e posterior análise. Resta claro que a metodologia explicada pela autora, ou seja, leitura flutuante, codificação e categorização utilizada na análise de conteúdo categórico será utilizada também na análise de enquadramento e na análise de vozes.

5.2 Análise de enquadramento

Após explanação sobre a análise de conteúdo categórico, necessário explicar o segundo tipo de análise para este estudo, ou seja, a análise de enquadramento ou análise de *framing*, conforme denominada por alguns autores.

Para esta pesquisa, a análise de enquadramento tem por objetivo verificar como as matérias jornalísticas sobre o IPI, como política para resposta à crise econômica iniciada no ano de 2008, foi enquadrada nos conteúdos noticiosos do *corpus* selecionado.

Na atualidade, no que diz respeito aos estudos na área de comunicação, o enquadramento é considerado um paradigma alternativo na compreensão de como se dá a cobertura da mídia no modo de pensar do receptor, ou seja, o público (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

Ressalta-se que o conceito de enquadramento (*framing*) originou-se através do sociólogo norte-americano Erving Goffman com a obra “Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience” (1986). Segundo Mendonça (2012, p. 189), “Erving Goffman desenvolve o conceito de enquadramento em diálogo com o pragmatismo de William James, a fenomenologia de Schütz, a etnometodologia de Garfinkel e a ideia batesoniana de enquadre”.

Segundo Porto (2002, p. 4 *apud* Goffman, 1986), “nesta obra, Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nesses eventos”.

Em relação ao campo da comunicação, Porto (2002, p. 5) aponta a obra “Making News”, de 1978, da socióloga Gaye Tuchman como a primeira aplicação de enquadramento mais relevante

posto que a autora na citada obra constrói a realidade através da imposição do enquadramento.

Segundo Porto (2004, p. 80), “enquadramentos são entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos”.

Robert Entman contribui também para a construção do conceito de enquadramento:

Enquadramentos envolvem essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto de comunicação de tal modo a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa).

O referido autor ressalta que o enquadramento envolve seleção e saliência. Na explanação do autor, destacar do conteúdo através da seleção torna ele saliente, isto é, destaca no conteúdo. Essa saliência apontada é sinônimo de quadros e janelas, conforme comumente são chamados os enquadramentos.

Mendonça e Simões salientam que a técnica de enquadramento auxilia o pesquisador na percepção do grau de força do interlocutor quando da definição das situações noticiadas. Entretanto os autores informam que os enquadramentos não podem ser pensados apenas como meras opiniões de agentes (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 192).

Sobre a afirmação de que os enquadramentos não são simplesmente perspectivas ou opiniões, os autores complementam que os quadros são laços intersubjetivos que atravessam relações humanas e as estruturam. Os autores pontuam ainda que os quadros vinculam os atores sociais e são por eles interpretados justamente por serem estruturas simbólicas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 198)

Sobre os enquadramentos noticiosos, Porto (2004, p. 91) destaca que “enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, este seria o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros”.

O citado autor concorda com Entman (1993), ou seja, o enquadramento é saliência destacada dentro de um texto, são as janelas ou quadros que destacam alguns elementos em detrimento de outros dentro do conteúdo noticioso.

Neste contexto, Porto (2004, p. 92) acrescenta que os enquadramentos noticiosos possuem uma característica importante que é o fato desse tipo de enquadramento ser resultado de escolhas feitas pelos próprios jornalistas no que se refere à formatação da matéria e que tem como

consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida.

Porto (2004) elucida que o enquadramento da notícia é uma escolha do autor, do que ele quer destacar na publicação ao formatar a notícia. A saliência, quadro ou janela que percebemos no enquadramento é fruto da ênfase dada pelo autor para esse conteúdo.

Para os enquadramentos interpretativos, são aqueles que têm como objetivo a avaliação particular de determinados temas e que, neste caso, podem incluir definições de problemas, recomendações de tratamento, avaliações de causas, avaliações de responsabilidades etc. (Porto, 2004, p. 93)

Entman também propõe quatro funções para o frame que auxiliam identificar os quadros numa reportagem: 1 - define problemas (políticos ou econômicos, por exemplo, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns); 2 - diagnosticam as causas (atores que criam os problemas); 3 - fazem julgamentos morais (positivo ou negativo e seus efeitos); e 4) sugerem soluções. Além disso, ainda podem atuar politicamente (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa).

Logo, elucida-se que para a análise enquadramento adota-se metodologia abordada no tópico sobre análise de conteúdo categórico, ou seja, leitura flutuante do *corpus*, codificação, categorização para posterior leitura da totalidade do *corpus* de pesquisa e análises segundo classificação das matérias nas categorias elaboradas, sendo que tais categorias elaboradas pautam-se na revisão de literatura sobre enquadramento.

5.3 Análise de Vozes

Em relação à terceira análise do *corpus* escolhido, busca-se investigar quais as vozes (Fontes - através de agentes sociais) foram utilizadas de forma direta e indireta nos conteúdos noticiosos para, dessa maneira, identificar quais são os atores sociais atuantes no campo jornalístico para o tema em questão.

Neste sentido, Cook (2011, p. 206) enfatiza que o conteúdo noticioso “é o resultado de negociações recorrentes entre fontes e jornalistas, cujos resultados diários beneficiam apenas certas alocações de valores”.

Para os jornalistas, a escolha da fonte para elaboração do conteúdo noticioso, concomitantemente denominadas como vozes, no que concerne a esse estudo, é importante posto que complementam a notícia e trazem sentido de confirmação dos fatos relatados.

Corroborando com a afirmação, Schmitz (2011, p.41) relata que “a maioria das informações jornalísticas é plural, emana de vários tipos de fontes que o jornalista utiliza como propósito de

reforçar ou confirmar a verdade no relato dos fatos”.

Segundo Charaudeau (2006, p. 55), “as provas da verdade, ou melhor dizendo, da veracidade de uma informação são, igualmente, da ordem do imaginário, isto é, baseadas nas representações de um grupo social quanto ao que pode garantir o que é dito”.

Os três autores enfatizam que a utilização da fonte no jornalismo tem como função principal confirmar o conteúdo noticioso, ou seja, trazer a veracidade, a confirmação da verdade para os fatos relatados.

Santos (2006) complementa o exposto por Cook (2011), Schmitz (2011) e Charaudeau (2006):

As fontes têm como objetivo prioritário a pesquisa dos critérios de noticiabilidade e da maneira como os jornalistas selecionam as fontes bem como os conceitos de objetividade, imparcialidade, neutralidade e equilíbrio que estes buscam naqueles (SANTOS, 2006, p. 114).

Contudo, para além de enfatizar a fonte da notícia e garantir o que é dito, as vozes no jornalismo servem para imprimir o sentido do acontecimento de uma notícia, posto que a depender da voz da notícia, a mesma terá um determinado recorte, uma ênfase diferente.

Sobre a informação, Mantovani (2013, p.77) aponta que quando uma fala é selecionada pelo jornalista em detrimento a outras que poderiam estar no mesmo texto, essa notícia passa a ter um determinado “recorte” que vai construir um sentido para o acontecimento noticiado.

Corroborando para a afirmação de Mantovani (2013), Porto (2004, p.92) afirma que o jornalista “pode dar voz para um agente social que expressará a sua opinião conforme o campo em que está inserido e o grau de incorporação do mesmo”. Logo, essa opinião citada pelo autor, ou seja, a voz no conteúdo noticioso pode construir o sentido para o acontecimento, ou seja, um enquadramento.

Ainda sobre as vozes e o mundo social, Miguel (2002, p.163) diz que a mídia “é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social”. Depreende-se das palavras do autor que as vozes presentes na mídia recebem o privilégio da representação do mundo social.

Biroli e Mantovani (2010, pp. 96-97) expõem que no caso da seleção das vozes, também é preciso entender as rotinas dos jornalistas, ou seja, “os jornalistas, em sua rotina, incorporam critérios compartilhados válidos em um dado momento para a definição das “fontes” e das “personagens” presentes nos textos jornalísticos”.

As autoras abordam que os referidos critérios estão relacionados às formas de valorização

dos atores em seus próprios campos, portanto, seleciona-se a fonte conforme a mesma é valorizada no campo teor da matéria (BIROLI; MANTOVANI, 2010, p. 97).

Logo, elucida-se que para a análise de vozes adota-se metodologia abordada no tópico sobre análise de conteúdo categórico, ou seja, leitura flutuante do *corpus*, codificação, categorização para posterior leitura da totalidade do *corpus* de pesquisa e análises segundo classificação das matérias nas categorias elaboradas.

5.4 Objeto de estudo e formação do *corpus*

Adota-se como objeto de estudo os conteúdos noticiosos sobre a desoneração do IPI utilizada pelo governo brasileiro como resposta à crise econômica mundial iniciada nos EUA e que se tornou conhecida como a crise do *subprime* no ano de 2007. Salienta-se que a crise tornou-se sistêmica e mundial no segundo semestre do ano de 2008, quando atingiu a economia mundialmente.

Neste cenário, e tendo o ano de 2008 como ponto de partida, a escolha do período de pesquisa (01.07.2008 a 30.06.2010) deu-se, porque os decretos apresentados pelo governo brasileiro para a desoneração do IPI foram editados no período em questão, pois o trabalho empírico desse estudo compreende o levantamento documental a partir dos decretos citados na apresentação da gênese do IPI conforme legislação brasileira.

A citada pesquisa classifica-se como método indutivo e possui natureza de pesquisa aplicada visto que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais (GERHARDT; SIVEIRA, 2009, p. 35)”.

No que está relacionado à abordagem, a pesquisa apresenta dados quantitativos, porém com análise qualitativa. Sobre a pesquisa quali-quantitativa, Minayo & Sanches (1993) discorrem:

A primeira tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis. A segunda adéqua-se a aprofundar a complexidade dos fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

A pesquisa será exposta de forma descritiva e documental utilizando-se as seguintes análises: conteúdo (utilizando a categorização), enquadramento e vozes explicadas anteriormente

nesse capítulo.

O desenvolvimento da pesquisa deu-se conforme os passos: 1) construção do referencial teórico através de pesquisa bibliográfica; 2) delimitação do objeto da análise e pesquisa documental; 3) levantamento dos dados empíricos; 4) análise dos dados coletados e 4) considerações finais sobre a análise.

Neste contexto, a pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico pautou-se nos temas: campo de produção simbólica, campo do jornalismo e objetividade e imparcialidade no jornalismo e campo dos economistas; revisão de literatura específica sobre jornalismo econômico brasileiro; crise do *subprime* e crise econômica no Brasil e a desoneração do IPI.

Para a pesquisa documental, coleta de dados e informações, utiliza-se três dos quatro maiores jornais do país, em específico os posicionados na segunda, terceira e quarta posição do ranking de circulação diária média de jornais do Instituto Verificador de Circulação (IVC) disponível no site da Associação Nacional de Jornais (ANJ) – figura 1. Aclara-se que o último ano disponível no site da ANJ para o IVC é 2015.

Salienta-se ainda que será utilizado também o principal jornal de economia do país, Valor Econômico, posto que o mesmo é voltado para a área econômica e é referência importante em editoria de economia. O estudo será feito nos jornais: O Globo (OG), Folha de São Paulo (FSP), O Estado de São Paulo (EST) e Valor Econômico (VE).

Figura 1: Circulação média diária de jornais do Brasil no período janeiro a dezembro de 2015

Ano 2015				
RANK	TÍTULO	UF	MÉDIA DE CIRCULAÇÃO IMPRESSO	VARIAÇÃO 2014-2015
1	SUPER NOTÍCIA	MG	249.297	
2	O GLOBO	RJ	193.079	
3	FOLHA DE S. PAULO	SP	189.254	
4	O ESTADO DE S.PAULO	SP	157.761	
17	VALOR ECONÔMICO	SP	41.431	

Fonte: IVC (disponível no site da Associação Nacional de Jornais - ANJ). (2017)

Sobre a não utilização do primeiro colocado do referido ranking (Figura 1) observa-se que o critério primordial é possuir editoria de economia reconhecida por público e mídia. Logo o “Super Notícia” não atende ao quesito conforme elucidado por Tristão e Musse (2013) em artigo que analisa o referido veículo: “O jornal não apresenta editorias de Economia e Política. Assuntos destas áreas aparecem eventualmente em meio às notícias da editoria chamada Geral. Suas editorias são Opinião, Cidades, Geral, Variedades e Esportes”.

Excetuando o veículo supracitado, foram selecionados para esta pesquisa os seguintes veículos constantes da figura 1: jornal O Globo, que ocupa o segundo lugar no mesmo levantamento com 193.079; jornal Folha de São Paulo - terceiro lugar com 189.254 exemplares diários; jornal o Estado de São Paulo - quarto lugar com 157.761 exemplares diários. Além dos citados jornais, levando-se em consideração o critério de jornais com editoria de economia, o Valor Econômico está incluído nos jornais escolhidos para a pesquisa documental, posto que o mesmo é referência importante nessa matéria dentro do jornalismo brasileiro mesmo estando em 17ª posição no IVC com média de 41.431 exemplares diários.

5.5 Análises do *corpus*

O primeiro quesito para a definição do *corpus* perpassa pela definição dos jornais utilizados para exploração do objeto de pesquisa citados anteriormente neste capítulo. Logo, serão selecionadas as edições dos jornais supracitados para o período julho de 2008 a junho de 2010.

Ressalta-se que o acesso às edições dos jornais foi realizado totalmente em versões digitais que reproduzem integralmente as páginas publicadas na forma impressa. Observa-se que dos jornais escolhidos, apenas o jornal Folha de São Paulo possui acervo digital de seu jornal impresso totalmente livre, ou seja, sem necessidade de assinatura do veículo em questão. Para os demais veículos, é preciso assinatura para acesso ao acervo.

Após definição desses jornais passa-se ao segundo passo, ou seja, a definição sobre os locais nas edições dos jornais onde o material será coletado: no jornal “O Globo” será analisada a editoria de economia disposta no primeiro caderno, no jornal Folha de São Paulo a editoria Dinheiro (a partir de 23 de maio de 2010, essa editoria foi denominada como “Mercado”), no Jornal O Estado de São Paulo, a editoria Economia e Negócios e no Jornal Valor Econômico as editorias Brasil e Especial.

Definidos os jornais e as editorias, adota-se o terceiro passo para a continuidade da pesquisa, isto é, a seleção do conteúdo noticioso através do seguinte critério: uso das palavras-chave e termos-chave: IPI; incentivos e/ou desonerações fiscais; redução e/ou isenção e/ou desoneração de tributo e/ou imposto; alíquota zero, imposto do carro.

Para a seleção da matéria, faz-se necessário que pelo menos uma palavra-chave ou termo-chave faça-se presente nas seguintes áreas do corpo da matéria jornalística: título, linha fina, linha de apoio, lead, olho, chapéu/cartola, intertítulo e em gráficos e ilustrações. Todos os conteúdos jornalísticos das editorias dos jornais escolhidos que possuam um dos termos-chaves nos locais estipulados constituem o *corpus* da pesquisa.

Destaca-se que para a execução das análises, cada matéria jornalística selecionada será considerada uma unidade de análise. Logo no decorrer desta pesquisa, uma matéria de jornal terá equivalência a uma unidade de análise, sendo que esta unidade é formada por um texto principal com título acrescido ou não de elementos complementares tais como: fotos, gráficos, planilhas, tabelas etc. Após a primeira etapa, transcorre-se a leitura flutuante para definição das categorias de conteúdo, enquadramento e vozes para posterior análise de todo o *corpus*. Logo para atender aos objetivos da pesquisa e verificar a questão-problema e a hipótese, segue-se como citado abaixo:

- 1- Elaboração de planilha para anotação das unidades de análise e categorias com as seguintes colunas:
 - a- coluna denominada “unidade” com codificação em numeração cardinal;
 - b- coluna denominada “edição” com a data da unidade de análise selecionada;
 - c- coluna denominada “veículo” com a sigla que denomina o jornal escolhido;
 - d- coluna denominada “análise de conteúdo” com disposição de cada categoria elaborada e codificação;
 - e- coluna denominada “análise de enquadramento” com disposição de cada categoria elaborada e codificação;
 - f- coluna denominada “análise de vozes” com disposição de cada categoria elaborada e codificação.
- 2- Após disposição de todas as unidades de análise, procede-se a leitura flutuante para elaboração das categorias.
 - a- Leitura da primeira unidade de análise (codificada com o número 1).
 - b- Não leitura da segunda, terceira e quarta unidade de análise (codificadas com os números 2,3,4).

- c- Leitura da quinta unidade de análise (codificada com o número 5).
 - d- Repete-se a dinâmica explicitada, lendo uma unidade e pulando 3 unidades até a totalização das unidades de análise que constituem a leitura flutuante, ou seja, 25% do total do *corpus*.
 - e- Durante a leitura flutuante, anota-se possíveis categorias para a análise de conteúdo, enquadramento e vozes.
 - f- Finalizada a leitura flutuante e com as anotações, realiza-se a releitura desses 25% conforme dinâmica explicada para elaboração final das categorias de análise de conteúdo, enquadramento e vozes.
 - g- Proceder à codificação e nomeação das categorias de análise de conteúdo com numeral romano.
 - h- Proceder à codificação nomeação das categorias de análise de enquadramento através de siglas de quatro letras.
 - i- Proceder à codificação e nomeação das categorias de análise de vozes através de siglas de duas letras.
 - j- Elaborar texto com o parâmetro explicativo de cada categoria de análise de conteúdo.
 - k- Elaborar texto com o parâmetro explicativo de cada categoria de análise de enquadramento.
 - l- Elaborar texto com o parâmetro explicativo de cada categoria de análise de vozes.
- 3- Definidas as categorias para as três análises, anota-se na planilha elaborada no tópico 1 cada código das categorias.
 - 4- Realizar a leitura de todas as unidades de análise para classificá-las por categoria para cada uma das três análises.
 - 5- Anotar as vozes (nominalmente) que aparecem em cada uma das unidades de análise na coluna destinada para as vozes da planilha do tópico 1.
 - 6- Anotar o nome dos (as) jornalista (s) que assinam a matéria em cada uma das unidades de análise na coluna destinada a esse fim da planilha do tópico 1.

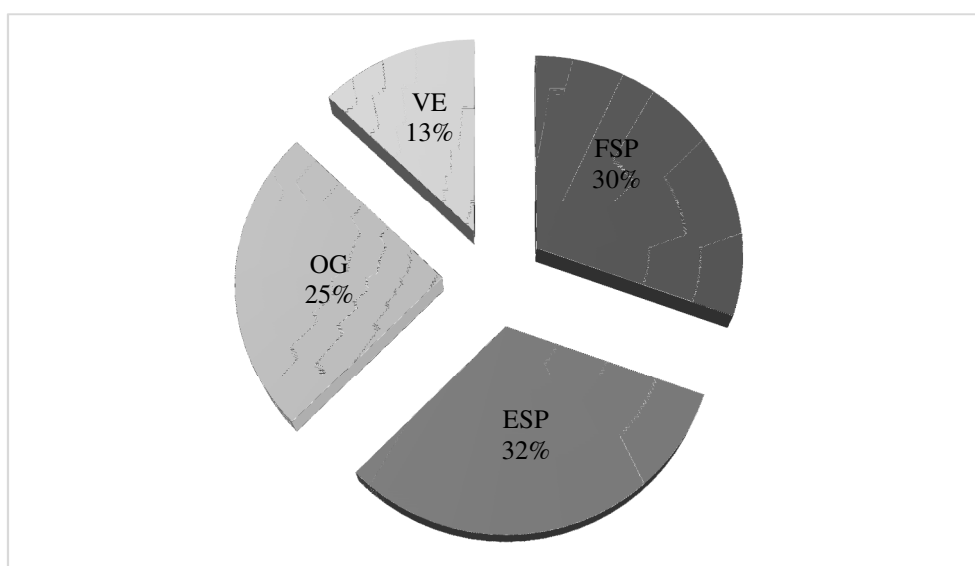
Logo, findada a elaboração da planilha, faz-se necessária a análise do resultado exposto para cada metodologia aplicada ao estudo, ou seja, analisar os resultados para a análise de conteúdo, enquadramento e vozes, e ainda, realizar o cruzamento das análises para verificar como as metodologias interagem através do *corpus*.

6 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS SOBRE POLÍTICA DE DESONERAÇÃO DO IPI NOS JORNAIS BRASILEIROS.

Objetiva-se com este capítulo apresentar os dados resultantes da pesquisa e as análises para os três procedimentos metodológicos adotados neste estudo: análise de conteúdo categórico, análise de enquadramento e análise de vozes. Portanto serão expostas as categorias criadas e sistematizadas conforme explanado no capítulo metodológico. Os dados serão apresentados pela divisão das análises, começando pelos números totais da pesquisa. Sequencialmente, disporemos os dados particularizados para cada tipologia de análise aplicada, assim como os aspectos destacados nos resultados verificados, para assim analisar a homogeneidade dos jornais para cada análise, a interação do campo dos economistas com o campo dos jornalistas e, ainda, verificar se houve efeito prescritivo e indutivo através dos jornais colaborando para a performatividade na economia.

Posto isso, levando em consideração o primeiro objetivo para este estudo, levantamento empírico dos conteúdos noticiosos em quatro jornais brasileiros, considerado o período estipulado e as palavras-chave, chegou-se ao montante de 453 unidades de análise, sendo 138 para o jornal Folha de São Paulo (FSP), 145 para o jornal O Estado de São Paulo (ESP), 112 para o jornal O Globo (OG) e 58 para o jornal Valor Econômico (VE). Demonstra-se através do gráfico 1 a participação dos jornais na formação do *corpus* de pesquisa.

Gráfico 1: Participação de cada jornal na formação do *corpus* da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018)

Observando o recorte detalhado e separado por jornal, o gráfico 1 demonstra a representatividade de cada jornal para a totalidade do *corpus*. Percebe-se, portanto, que o jornal ESP corresponde a 32% das matérias, seguido pelo jornal FSP com 30%, o jornal OG com 25% e o jornal VE com 13%. Do corpus, verifica-se maior concentração dos conteúdos noticiosos nos dois semestres de 2009. Ressalta-se que a pesquisa deu-se no intervalo de tempo de dois anos, contudo apenas foram acompanhados e analisados o segundo semestre de 2008 e de 2009 e o primeiro semestre de 2010. Por isso, abordaremos a concentração de forma semestral conforme tabela 1.

Tabela 1: Concentração de cada jornal por semestre

Jornais	2º semestre 2008	1º semestre 2009	2º semestre 2009	1º semestre 2010
Folha de São Paulo (FSP)	6,5%	44,2%	34,8%	14,5%
O Estado de São Paulo (ESP)	4,1%	39,3%	33,8%	20,8%
O Globo (OG)	4,5%	33%	43,8%	18,7%
Valor Econômico (VE)	6,9%	36,2%	44,8%	12,1%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018)

Através da tabela 1, percebe-se maior concentração em todos os jornais no ano de 2009 (somatória dos dois semestres), ou seja, 79% do total para o jornal FSP, 73,1% para o jornal ESP, 76,8% para o jornal OG e 81% para o jornal VE. Ainda sobre a concentração, no ano de 2009, os jornais FSP apresenta 44,2% e ESP 39,3%. Eles apresentaram maior concentração no primeiro semestre. Os jornais OG apresentou 43,8% e VE 44,8% no segundo semestre. Logo, denota-se da tabela 1 que não houve homogeneidade quando à concentração da amostra para os quatro jornais no ano de 2009. Ainda sobre a distribuição dos jornais, observa-se que no ano de 2008 os conteúdos noticiosos sobre o IPI tiveram ênfase no mês de dezembro, conforme tabela do anexo 1, quando da publicação do primeiro decreto de desoneração. No que concerne ao ano de 2010, elucida-se que a concentração deu-se de maneira uniforme durante o primeiro semestre de 2010, conforme o anúncio da finalização do prazo dos decretos de desoneração do IPI ainda vigentes.

Após contextualização do quantitativo de unidades de análise por jornal e o período de concentração, adentra-se às análises conforme as metodologias de pesquisa propostas. Para tanto, o *corpus* foi disposto em planilha (formato Excel) composta pelas seguintes colunas: unidade (correspondente à codificação em numeral cardinal para cada uma das 453 unidades de análise), data (para cronologia e identificação das unidades de análise), veículo (com siglas para cada veículo de comunicação) e título da matéria.

Ordenadas todas as unidades de análise, passou-se à leitura flutuante, conforme

metodologia, para elaboração das categorias para análise de conteúdo categórico, análise de enquadramento e análise de vozes, perfazendo a leitura de 114 unidades de análise correspondendo, portanto, a 25% da amostra.

Para a análise de conteúdo categórico, através da leitura flutuante obteve-se 16 categorias relacionadas no quadro 1 com o código, nome e parâmetro da categoria.

Quadro 1: Categorias para análise de conteúdo categórico

Código	Categoria	Parâmetro da Categoria
I	Desoneração do IPI	Conteúdo sobre a redução nas alíquotas do IPI para automóveis, linha branca, caminhões, construção civil etc., conforme decretos do governo para o período no intuito de estimular a economia através do aumento da produção e consumo. Nesta categoria estão conteúdos informando sobre os decretos e ainda conteúdo informando e pedindo ampliação das alíquotas desoneradas. Ex.: “queda nas alíquotas do IPI”; “alívio tributário concedido”; “IPI que era de 7% foi zerado”; “IPI caiu de 8% para 1%”; “imposto caiu pela metade de 13% para 6,5%”; “governo reduz a zero IPI de caminhões”; “nova desoneração vai gerar renúncia fiscal de IPI”.
II	Prorrogação da desoneração do IPI	Conteúdo sobre a prorrogação da redução nas alíquotas do IPI para automóveis, linha branca, caminhões, construção civil etc., conforme decretos do governo para o período, no intuito de estimular a economia através do aumento da produção e consumo. Nesta categoria estão conteúdos informando sobre a prorrogação e ainda conteúdo solicitando a prorrogação. Ex.: “prorrogação da vigência da redução do IPI”; “governo deve prorrogar a redução do IPI”; “decisão de prorrogar o desconto”; “A prorrogação da redução do IPI vai ajudar a indústria automobilística”.
III	Não prorrogação da desoneração do IPI	Conteúdo sobre a decisão de não prorrogação da redução das alíquotas do IPI após vencimento do decreto do Governo Federal. Nesta categoria estão conteúdos informando sobre a não prorrogação. Ex.: “alíquota volta ao seu patamar normal”; “fim do prazo de vigor do IPI reduzido”; “redução de impostos para veículos e eletrodomésticos não será prorrogado”.
IV	Política de desoneração do IPI sem efeito	Conteúdo que demonstra que a desoneração do IPI não produz o efeito desejado, ou seja, não estimula o setor produtivo, não detém a elevação de preços, não consegue conter as demissões e não estimula o consumo, conforme o previsto, em alguns momentos específicos. Ex.: “nem redução do IPI anima venda”; “madeira sobe 8,5% após suspensão do IPI”; “aumentos do preço podem frear impulso”; “aproveitaram redução de imposto para aumentar preço”; “corte de IPI pode ser revisto se preço não cair”.
V	Aumento da alíquota de IPI de outros produtos	Conteúdo que descreve o aumento da alíquota do IPI de cigarros e bebidas para compensar a redução de alíquota de IPI para os setores explicitados nos decretos do Governo Federal como forma de compensar a frustração de receitas provenientes dos tributos. Ex.: “aumentar a tributação sobre cigarros”; “elevando em 23,5% o IPI sobre cigarros”; “foram elevados IPI e PIS/COFINS sobre cigarros”.
VI	Solicitação de Contrapartida aos setores contemplados	Conteúdo que enfatiza a cobrança do Governo aos setores da indústria e do comércio (atacado e varejo) da contrapartida para prorrogação do IPI, em especial a manutenção e/ou aumento de

		empregos. Ex.: “governo quer manutenção do emprego”; “estuda pedir uma contrapartida”; “manutenção de empregos pelas montadoras”.
VII	Não repasse da redução da alíquota	Conteúdo que descreve o não repasse da redução da alíquota aos preços para o consumidor de forma integral ou ainda o repasse de alíquotas reduzidas, porém fora da proporção da nova alíquota instituída pelo decreto editado. Ex.: “preços ao consumidor caem proporcionalmente menor”; “não sofreu queda de preço no varejo”; “varejo e indústria não repassam corte do IPI”; “tal benefício não foi repassado”.
VIII	Dinâmica da Venda e produção dos setores contemplados	Conteúdo que demonstra a dinâmica da venda e produção de automóveis, linha branca, construção civil etc., devido à desoneração do IPI, enfatizando ainda a dinâmica para os preços após o decreto de desoneração. Ex.: “isenção de tributos eleva vendas”; “vendas de geladeiras cresceram”; “venda no varejo cresce”; “venda de carro bate recorde”; “melhor mês em vendas da história”; “substancial queda nas vendas”; “recuperação de seu ritmo de produção e vendas”.
IX	Aumento do Crédito ofertado	Conteúdo sobre o aumento do crédito ofertado no mercado em especial por causa de financiamentos dos produtos de setores contemplados pela desoneração do IPI, principalmente o setor automotivo. Ex.: “crédito para veículo cresce 11%”, “crédito das carteiras de leasing e CDC”; “crédito destinado às pessoas físicas”.
X	IPI Verde	Conteúdo específico sobre a desoneração do IPI para linha branca com selo da PROCEL (eletrodomésticos com selo Classe A), automóveis flex (utilização do etanol), estímulo à produção de carros elétricos, estímulo à energia eólica e ainda para setor de recicláveis. Ex.: “governo vai isentar os produtos reciclados”; “estimular cadeia produtiva de reciclados”; “eletrodomésticos que levam o selo PROCEL classe A”; “estímulos para produção de veículos biocombustíveis (flex)”; “benefícios aos carros elétricos”; “O IPI verde pode ser estendido”; “Eficiência energética”; “o caráter ambiental”.
XI	Arrecadação de tributos	Conteúdo sobre a dinâmica apresentada para a arrecadação de tributos, durante a vigência dos decretos de desoneração do IPI, afetando diretamente as receitas da união, dos estados e dos municípios. Ex.: “IPI menor elevou a arrecadação”; “geração total de impostos diretos também aumentou”; “Aumento da geração de impostos diretos”; “governo perdeu apenas na arrecadação do próprio IPI”; “aumento de impostos”; “perda de arrecadação”; “Arrecadação de tributos federais em maio teve queda real”; “principais tributos mostraram redução no ano”.
XII	Desoneração tributária para outros setores	Conteúdo que enfatiza a desoneração da alíquota do IPI para outros setores da economia não contemplados pelos decretos anteriores até o momento de sua entrada em vigor. Ex.: “reduzir IPI para geladeiras, fogão e máquinas de lavar”; “setor quer uma desoneração tributária”; “governo avalia reduzir IPI de móveis”.
XIII	Contencioso do crédito-prêmio do IPI	Conteúdo específico sobre demandas judiciais (contencioso) de ações de crédito-prêmio de IPI, que foi instituído em 1969, como incentivo às exportações de manufaturas. Segundo a União, o crédito-prêmio se extinguiu com a promulgação da Constituição de 1988. Porém o benefício foi utilizado até o entendimento do STJ em junho de 2007 de que o benefício terminou em 1990. A questão encontrava-se em análise pelo STF no período em questão. Ex.: “crédito concedido às empresas exportadoras”; “Direito concedido em 1969 aos exportadores”; “STF deverá apreciar a questão”; “Fisco questiona período de vigência desse incentivo”; “crédito-prêmio do IPI ainda não teve solução”; “Devolver dinheiro ao

		fisco”; “disputa pelo crédito-prêmio”; “maior esqueleto fiscal da história”.
XIV	Reflexos na Economia	Conteúdo que descreve explicitamente a dinâmica da economia, a taxa de crescimento econômico, a dinâmica da inflação, do emprego, da renda, da formação de preços, entre outros, devido à desoneração do IPI ou ao fim da desoneração, ou seja, traz dados estritamente econômicos e do panorama econômico durante a desoneração e após o fim da desoneração. Ex.: “crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficará entre 5% e 5,5%”; “a preocupação do Brasil é se vamos crescer demais ou não”; “o país criará mais de um milhão de empregos”; “saímos dessa crise com uma grande dívida pública”; “déficit público nominal”; “falta crédito”; “bancos voltaram a ter lucro”; “o câmbio está melhor do que estava”;
XV	Dinâmica dos estoques de produtos	Conteúdo pautado na dinâmica dos estoques nos pátios das montadoras e nas concessionárias durante a desoneração e após o fim da desoneração. Ex.: “leva de 60 a 90 dias para ser entregue”; “reforçaram estoque”; “sem produtos em estoque”.
XVI	Outros	Outros conteúdos que não estão relacionados nas categorias anteriores que mencionam o IPI conforme critérios de pesquisa, porém de formas diversas.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018).

Ainda, através da leitura flutuante elucidada neste capítulo, elaborou-se o código, nome e parâmetro da categoria para a análise de enquadramento, totalizando nove categorias, conforme quadro 2:

Quadro 2: Categorias para análise de enquadramento

Código	Categoria de Enquadramento	Parâmetros da Categoria
EMTI	Técnico Informativo Setor Empresarial	Enquadramento composto por dados técnicos do setor empresarial informando sobre a desoneração do IPI para os diversos setores contemplados pelos decretos, a prorrogação das desonerações ofertadas e o fim da desoneração e elevação dos impostos através das alíquotas originais anteriores aos decretos e as consequências para cada caso. Esse enquadramento demonstrará reação do setor industrial após informação dos decretos, conforme apresentação da dinâmica da economia. Ex.: “IPI menor é concedido”; “reduziu o IPI”; “receberão isenção”; “redução da alíquota do IPI”; “redução de 5% para zero no IPI”.
EMTR	Técnico Reivindicativo Setor Empresarial	Enquadramento composto por dados técnicos do setor empresarial reivindicando novas desonerações bem como reivindicando a prorrogação das desonerações ofertadas. Esse enquadramento demonstrará a reação do setor industrial perante as dinâmicas apresentadas. Ex.: “Indústria pede IPI zero”; “governo atende pedido de fabricantes”; “cobra renovação do benefício”.
GOTI	Técnico Informativo Governo	Enquadramento composto por dados técnicos do governo informando sobre a desoneração do IPI para os diversos setores contemplados pelos decretos, a prorrogação das desonerações ofertadas e o fim da desoneração e elevação dos impostos através das alíquotas originais anteriores aos decretos, bem como as consequências que a desoneração de impostos traz para o setor

		público. Esse enquadramento demonstrará reação do setor público após informação dos decretos, conforme apresentação da dinâmica da economia. Ex.: “IPI menor é concedido”; “reduziu o IPI”; “receberão isenção”; “redução da alíquota do IPI”; “redução de 5% para zero no IPI”; “Fazenda reduz impostos”; “aumento de impostos”; “perda de arrecadação”.
ECON	Variáveis Econômicas	Enquadramento que traz informações sobre a dinâmica da economia e de setores da economia com dados relacionados a variáveis econômicas, com exceção de oferta, demanda, produção e consumo. Ex.: “preços ao consumidor caem proporcionalmente menor”; “queda de preço no varejo”; “aumentos de margem de lucro na indústria ou no comércio”; “PIB deste ano talvez seja negativo”; “garantir crescimento no PIB”; “Aumentar inflação”; “PIB negativo”; “retração do PIB”; “Taxa positiva sobre o PIB”; “redução da carga tributária em relação ao PIB”; “alta do IPCA-15”; “metas de inflação do governo”; “ajudar inflação a cair”; “queda na receita”; “Juros reagem a fim do IPI”; “fim redução IPI eleva inflação”; “Exportação vai cair”; “ajudam a frear a inflação” etc.
MERC	Avaliação do Mercado	Enquadramento que traz a interpretação técnica do mercado, ou seja, bancos, consultorias, bolsas de valores, empresas financeiras e de concessão de crédito, para a crise econômica e a desoneração do IPI e seus efeitos. Ex.: “bolsa tem dia de euforia”; “prorrogação IPI beneficia papéis do setor de varejo”; “aumento da lucratividade das empresas”; “Saldo de crédito”; “Operações de CDC”; “isso ainda vai sustentar o mercado”; “desempenho do mercado em”; “antecipação de compras futuras”.
DECO	Dinâmica da Oferta, da Demanda, da Produção e do Consumo.	Enquadramento composto por dados técnicos do governo e do setor empresarial explicitando a Dinâmica da Oferta, da Demanda, da Produção e do Consumo refletido em especial na dinâmica de vendas. Este enquadramento pode ser confundido com o empresarial, governo e mercado, ou seja, técnico, contudo sua ênfase são as variáveis explicitadas. Ex.: “isenção de tributos eleva vendas”; “corte na produção”; “aumento no consumo”; “Aumento da demanda”; “falta de oferta de alguns modelos”; “redução de IPI leva mais clientes às lojas”; “queda da exportação de carros afeta produção”; “venda de carros novos cresce”; “venda de veículos cai”; “alta de 4,4% na produção de veículos”, “cadeia produtiva sente efeitos”; “produção doméstica caiu”.
PESS	Pessimismo	Enquadramento que demonstra o pessimismo dos setores da economia no que tange à retirada das desonerações e/ou a piora do cenário econômico. Ex.: “a preocupação maior”; “prorrogação do IPI não provocaria mesmo impacto do início”; “Não conseguirão absorver aumento dos custos”; “acumula estoque excessivo”; “o temor do comércio”; “volta do IPI ameaça empregos”; “Pressão de custos atingirá preços”; “cenário futuro é de incerteza”.
EXPE	Expectativa	Enquadramento que demonstra a expectativa dos setores da economia para as novas desonerações do IPI ou a prorrogação ou não prorrogação das desonerações existentes e ainda sobre não atingir os efeitos esperados. Ex.: “na esperança de que os bancos e montadores baixem os juros e o preço final”; “anúncio só correrá no final do mês”; “Governo deve prorrogar”; “governo pode prorrogar”; “Ministro diz que redução do IPI não será prorrogada”; “planalto avalia prorrogação”; “Lula deve prorrogar desoneração”; “Volta do IPI provoca corrida às lojas”; “Mercado continuará aquecido”.
DISP	Disputa	Enquadramento que enfatiza a disputa entre exportadores e Governo para solução definitiva sobre o crédito-prêmio do IPI, com emendas em projeto do Senado e pacificação através de julgamento do STF para o imbróglio. Ex.: “crédito-prêmio do IPI ainda não teve

		solução”; “STF decide”; “Congresso pode fazer governo devolver”; “Discussão crédito-prêmio opõe”; “disputa pelo crédito-prêmio”; “grandes empresas fazem pressão”; “Lula deve vetar crédito-prêmio”; “STF impõe derrota a empresas”; “Devolver dinheiro ao fisco”; “dívida parcelada em até 15 anos”; “usaram crédito-prêmio após 1990”.
OTRS	Outros	Outros enquadramentos não englobados nas categorias anteriores.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018).

No que concerne à análise de vozes, utilizou-se a mesma metodologia para elaboração de categorias. O montante é de 20 categorias com código, nome e parâmetro da categoria, conforme quadro 3.

Quadro 3: Categorias para análise de voz

Código	Categoria	Parâmetros da Categoria
PL	Presidente Lula	Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil.
GO	Ministros Governo	Ministros de Estado, com exceção do Ministro da Fazenda Guido Mantega, como: Miguel Jorge – Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Paulo Bernardo – Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Dilma Rousseff – Ministra-Chefe da Casa Civil; Carlos Lupi – Ministro do Trabalho e Emprego; Carlos Minc – Ministro do Meio Ambiente.
GS	Secretarias Ministérios	Secretarias de Ministérios do Governo Federal e Secretarias dos Estados como: Secretaria da Receita Federal; Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro, PROCON etc.
GM	Guido Mantega	Guido Mantega, Ministro da Fazenda.
MS	Ministros do STF	Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) como: Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Eros Grau, Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandowski.
PR	Procuradores Estaduais e Federais	Procuradores Federais como: Cláudia Trindade - Procuradora da Fazenda, Fabrício Da Solier - Procurador-Geral Adjunto da Fazenda, Luiz Inácio Adams - Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Paulo Ricardo de Souza - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
ID	Indústria	Presidentes, diretores, gerentes e supervisores da indústria, ou seja, fabricantes/empresas automobilísticas, linha branca, móveis, construção civil etc. como: GM, Fiat, Ford, Volkswagen, Renault, IVECO, Whirlpool (Brastemp e Consul), Esmaltec (Grupo Edson Queiroz), Mabe (GE e Dako), Atlas, Cauê (fabricante de Cimento da Camargo Correia), Fibraplac (Fabricante de Painéis Grupo Isdra), Braskem, Gerdal, Tabesa (empresa de cigarros do Paraguai), Honeywell, Souza Cruz, Philip Morris, Magneti Marelli.
CM	Comércio	Diretores, gerentes, supervisores e vendedores do comércio, ou seja, comercializadores de veículos, linha branca, material de construção etc. como: Magazine Luiza, Casas Bahia, Ponto Frio, Lojas CEM, Telha Norte, Pão de Açúcar, Casa Show, Dicico, Rede Balaroti, Dirija (Concessionária), Disnave, Rede

		Elevato, Concessionária Recreio, Importadora de Cerveja Bier & Wein, Grupo Amazonas, Concessionária Transrio, site Buscapé.com, Avis, Abolição Veículos, C&C, Azurra/Fiat, Insinuante, Ricardo Eletro, Importadora de Cerveja Belgian Beer Paradise, Concessionária Da Vinci etc.
EP	Entidade Patronal	Presidentes e diretores de entidades patronais, com exceção de Jackson Schneider, presidente ANFAVEA, como: ABIMAQ, ABIME, ABIMÓVEL, ABRAC, ABRAMAT, ACSP, ADASP, ALSHOP, ANFAVEA, ANAMACO, ANEF, ANEFAC, CNC, CNI, CNT, ELETROS, FECOMERCIO, FENABRAVE, FENAUTO, FIESP, Sindipeças, Sindicato do Comércio Varejista de Material de Construção da Grande São Paulo, NTC & Logística, ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), Abitrito, Sindicato da Habitação (Secovi), SECIF, Sindicato da Indústria do Mobiliário do Rio Grande do Sul, Sindimetal, IDV (Instituto para o Desenvolvimento do Varejo).
JS	Jackson Schneider	Jackson Schneider, presidente ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).
AC	Academia	Universidades, faculdades, centros e fundações de ensino, pesquisa e extensão de nível superior instaladas no Brasil como: FGV, UFRJ e PUC.
IT	Instituto de Pesquisa	Institutos de pesquisa, de estudos, de análise etc. como: IBGE, IPEA, IBPT, IRGA (Instituto Rio-Grandense do Arroz),
PO	Parlamentares	Deputados Federais e senadores, como: senador Aloizio Mercadante, deputado Henrique Fontana, deputado Henrique Eduardo Alves, deputado Jovair Arantes.
SI	Sindicatos	Vozes sindicais e de órgãos que representam a classe de trabalhadores como: CUT, Força Sindical, Sindicato dos Metalúrgicos São Caetano, Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, CONLUTAS.
CS	Consultorias e Consultores	Profissionais e empresas que prestam serviços de consultoria (econômica, financeira, de mercado, setor automotivo), como: Tendências Consultoria; Consultoria Kaiser Associados; LCA Consultores; Rosemberg & Associados; ASPR Auditoria e Consultoria; RC Consultores; Consultoria ADK Automotive; MB Associados.
AV	Advogados	Advogados e escritórios de advocacia (tratam em especial do crédito-prêmio do IPI), como: Plinio Marafon - Advogado Braga & Marafon Consultores e Advogados; Alessandro Amadeu Fonseca - Sócio Escritório Advogados Mattos Filho; Ana Claudia Akie Utumi - Sócia da Tozzini Freitas Advogados; Erio Umberto Saiani Filho - Advogado Tributarista; Fernando Ramazzini - Advogado/Diretor da ABCF; Heleno Torres - Tributarista; Nabor Bulhões - Advogado SAB Trading Comercial Exportadora; Roberto Giannetti Fonseca - defensor dos Exportadores, Rodrigo Massud - Advogado Contencioso Tributário do Escritório Choaib, Paiva e Justo Advogados Associados.
IF	Instituições Financeiras	Representantes de bancos (públicos e privados, de investimento, de fomento etc.) como Itaú BBA, BNDES, Citibank, Caixa, Santander etc.
CR	Consumidores	Consumidores que aproveitando a desoneração do IPI pesquisaram ou adquiriram produtos contemplados como:

		consumidores de carros, geladeiras, fogões, máquinas de lavar, roupa etc.
OT	Outras Vozes	Vozes que não se enquadram nas categorias anteriores como: OCDE, Polícia Federal, Ministério Público, Light, clientes entrevistados no setor comercial, presidente da CNM, ex-coordenador do CONFAZ, Diretor de Comunicação Ampla, Superintendente de Comunicação Light, presidente do BNDES.
SV	Conteúdo sem vozes	Quando não há vozes no conteúdo noticioso.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018).

Na sequência, definidos os códigos, os nomes das categorias e os parâmetros de cada categoria para análise de conteúdo categórico, enquadramento e vozes, procedeu-se a leitura de todas as unidades de análise, ou seja, 453 matérias, conforme critério já detalhado, nos jornais FSP, ESP, OG e VE, para classificação de cada unidade em uma das categorias elaboradas.

Salienta-se que na planilha em formato Excel (com colunas unidade, data, veículo e título da matéria) que ordenou todas as unidades de análise (separando as unidades para leitura flutuante), foram adicionadas as seguintes colunas para realização de análise de todas as matérias:

- 1- Coluna denominada “análise de conteúdo categórico” onde disponibilizou-se cada categoria elaborada, conforme tabela 1.
- 2- Coluna denominada “análise de enquadramento” onde relacionou-se cada categoria elaborada, conforme tabela 2.
- 3- Coluna denominada “análise de vozes” onde dispôs-se cada categoria elaborada, conforme tabela 3.
- 4- Coluna denominada “principais vozes” onde anotou-se cada voz nominalmente, classificadas conforme categoria de vozes (tabela 3).
- 5- Coluna denominada “assinaturas”, onde são relacionados os profissionais que assinaram a matéria.

Logo, findada a elaboração da planilha, com cada matéria classificada conforme metodologia estudada, procedeu-se a análise dos resultados propriamente dita, ou seja, toda a análise reflexiva e crítica sobre o *corpus* selecionado para o objeto de pesquisa.

6.1 A política de desoneração do IPI e a homogeneidade nos jornais

Objetiva-se com esse tópico averiguar, através da análise de conteúdo categórico, enquadramento e vozes, se os jornais objetos desse estudo trataram a política de desoneração do IPI de modo homogêneo. Para tanto, serão analisadas as maiores e menores concentrações de cada jornal e sua correlação com as categorias elaboradas para cada uma das análises para, assim,

analisar se houve maior ou menor homogeneidade entre os jornais para o assunto estudado. Ressalta-se que esta verificação será realizada de maneira separada para cada uma das metodologias de análise, ou seja, conteúdo categórico, enquadramento e vozes.

6.1.1 Análise de Conteúdo: menor homogeneidade na cobertura da política de desoneração do IPI e ausência de crítica.

Nesta seção será exposto o resultado da análise de conteúdo categórico para a totalidade da amostra e para cada jornal separadamente e assim analisar a existência ou não de homogeneidade entre os jornais, bem como a existência ou não de críticas à política de desoneração do IPI. Desta forma, a tabela 2 traz os resultados para análise de conteúdo.

Tabela 2: Resultado para análise de conteúdo

Código	Categoria	Total	FSP	ESP	OG	VE
I	Desoneração IPI	7,7%	8%	9,7%	6,2%	5,2%
II	Prorrogação da desoneração do IPI	11,%	9,4%	11%	11,6%	13,8%
III	Não prorrogação da desoneração do IPI	6,8%	7,2%	7,6%	5,4%	6,9%
IV	Política de desoneração do IPI sem efeito	3,8%	4,3%	3,4%	4,5%	1,7%
V	Aumento da alíquota de IPI de outros produtos	1,5%	2,2%	2,1%	0,9%	0%
VI	Solicitação de Contrapartida dos setores contemplados	3,8%	5,2%	3,4%	3,6%	1,7%
VII	Não repasse da redução da alíquota	1,5%	2,9%	0,7%	0,9%	1,7%
VIII	Dinâmica da venda e produção dos setores contemplados	18,3%	18,1%	20,7%	19,6%	10,3%
IX	Aumento do crédito ofertado	1,3%	1,4%	0%	3,6%	0%
X	IPI Verde	4,4%	2,2%	4,8%	6,3%	5,3%
XI	Arrecadação de tributos	6%	3,6%	6,9%	1,8%	17,2%
XII	Desoneração tributária para outros setores	5,5%	8,7%	2,8%	6,3%	3,4%
XIII	Contencioso do crédito-prêmio do IPI	9,3%	9,4%	6,2%	10,7%	13,8%
XIV	Reflexos na economia	6,6%	5,8%	5,5%	9,8%	5,2%
XV	Dinâmica dos estoques de produtos	4%	1,4%	6,9%	3,6%	3,4%
XVI	Outros	8,5%	10,2%	8,3%	5,2%	10,4%
Total		100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018).

Percebe-se que a tabela 2 é formada pelas colunas: código da categoria para análise de conteúdo, categoria (que traz o nome da categoria), coluna total (traz a participação de cada categoria em relação às 453 unidades de análise), e uma coluna para cada jornal (participação de cada categoria em relação ao total de unidades de análise para cada jornal).

No que concerne à totalidade da amostra (todas as unidades de análise para as categorias, independente de veículos de comunicação, dividida pela totalidade das unidades da amostra), verifica-se maior concentração para a categoria VIII (Dinâmica da venda e produção dos setores) com 18,3%, seguida da categoria II (Prorrogação da desoneração do IPI) com 11% e da categoria XIII (Contencioso do crédito-prêmio do IPI) com 9,3%. No outro lado do espectro da análise, observa-se menor concentração para a categoria IX (Aumento do crédito ofertado) com 1,3%, seguida da categoria V (Aumento da alíquota de IPI de outros produtos) com 1,5% e da categoria VII (Não repasse da redução da alíquota) com 1,5%.

Observa-se que a categoria VIII (Dinâmica da venda e produção dos setores) está classificada na primeira posição para maior concentração entre três jornais. A categoria VIII traz em seu conteúdo dados sobre produção e principalmente consumo dos produtos industrializados relacionados aos decretos de desoneração do IPI. Para essa categoria nota-se que houve maior homogeneidade entre os jornais generalistas, ou seja, FSP com 18,1%, ESP com 20,7% e OG com 19,6%. No jornal VE, percebe-se maior concentração na categoria XI (Arrecadação de tributos) com 17,2%, com conteúdos relacionados à queda da arrecadação e poucas unidades relatando aumentos de arrecadação de outros impostos (por exemplo, aumento do IPVA devido ao aumento da venda de veículos devido à desoneração do IPI). Constatou-se que o jornal VE destoou dos demais veículos de comunicação, possuindo, portanto, menor homogeneidade quando analisada a categoria de maior concentração por jornais. Pontua-se que o jornal VE é especialista e dedicado a assuntos econômicos.

Para a segunda posição, considerando a concentração, destaca-se a categoria II (Prorrogação da desoneração do IPI). Nota-se para esta categoria matérias sobre a prorrogação do prazo de validade dos decretos que estavam no final da vigência. Para esta categoria têm-se todos os jornais na mesma posição para a concentração, ou seja, o jornal FSP com 9,4%, jornal ESP com 11%, jornal OG 11,6% e jornal VE com 13,8%. Contudo, faz-se necessário observar que a categoria XII (Contencioso do crédito-prêmio do IPI) para os jornais FSP e VE possui concentração igual, o que a colocaria em segunda posição caso a análise levasse em consideração apenas esses dois veículos. Sendo assim, constatou-se maior homogeneidade entre os jornais generalistas e o jornal especialista para a categoria em questão.

Observa-se que a categoria XIII (Contencioso do crédito-prêmio do IPI) está na terceira posição considerando a concentração. Logo, para a categoria em questão, verifica-se o jornal FSP com 9,4%, o jornal ESP com 6,2%, o jornal OG com 10,7% e o jornal VE com 13,8%. Depreende-

se que os valores para os jornais FSP e VE são idênticos aos da categoria da segunda colocação. Salienta-se ainda que o jornal ESP destoa dos demais nessa amostra, posto que sua terceira maior concentração está na categoria I (Desoneração do IPI) com 9%. Portanto nota-se maior homogeneidade para os veículos FSP, OG e VE, excetuando o jornal ESP. Contudo, ainda sobre a categoria em questão, resta esclarecer que a categoria não trata do IPI conforme tema principal da pesquisa, ou seja, ele não se encaixa na desoneração do IPI como resposta à crise econômica. Tal categoria trata do contencioso gerado pelo crédito-prêmio do IPI que foi instituído em 1969 como incentivo às exportações de manufaturas. Segundo a União, o crédito-prêmio se extinguiu com a promulgação da Constituição de 1988. Porém o benefício foi utilizado até o entendimento do STJ em junho de 2007 de que o benefício terminou em 1990. A questão estava em análise pelo STF no período em questão e trazia as palavras-chave estipuladas para verificação de escolha dos conteúdos noticiosos que integraram a amostra e, desse modo, foram considerados e agrupados em categoria própria.

Percebe-se na categoria IX (Aumento do crédito ofertado) a menor concentração para a amostra por jornais. Tal categoria traz o jornal FSP com 1,4% e os jornais ESP e VE sem concentração de matérias na categoria. Contudo observa-se que para o jornal OG, a categoria descrita não se refere como menor concentração posto que as categorias V (Aumento da alíquota de IPI de outros produtos) e VII (Não repasse da redução da alíquota) possuem concentração de 0,9%. Constata-se, ainda, que em valor absoluto o jornal VE tem a menor concentração nas categorias IV (Política de desoneração do IPI sem efeito) VI (Solicitação de Contrapartida dos setores contemplados) e VII (Não repasse da redução da alíquota) com 1,7% das matérias. Deste modo, para as categorias posicionadas para o critério menor concentração na amostra por jornal há menor homogeneidade entre os quatro jornais.

Assim sendo, para as categorias posicionadas em primeira, segunda e terceira posição, por jornal; observando o critério maior concentração, é possível verificar maior homogeneidade, porém para os quatro jornais somente na segunda posição. Contudo, a partir da quarta posição para o critério escolhido, observa-se menor homogeneidade. Ainda para o outro espectro da análise, ou seja, as categorias posicionadas com menor concentração, observa-se menor homogeneidade. Portanto verificou-se maior homogeneidade para os quatro jornais apenas para a segunda posição, observado o critério maior concentração posto que para as demais posições constata-se menor homogeneidade entre os quatro jornais.

Findada a análise para a homogeneidade, levando em consideração o posicionamento de

concentração por jornal nas categorias, é possível para a análise de conteúdo categórico observar, ainda, possíveis críticas à política de desoneração do IPI e consequências negativas à economia abordadas nos conteúdos noticiosos.

No que concerne às críticas, constata-se que a categoria VII (Não repasse da redução da alíquota), composta por 7 matérias (perfazendo 1,5% do total da amostra), não traz crítica direta à política de desoneração do IPI, e sim críticas ao governo pela não fiscalização dos setores contemplados e, ainda, aos setores por não repassarem a totalidade da desoneração da alíquota ao consumidor final. Deste total de matérias, 2,9% estão no jornal FSP, 0,7% no jornal ESP, 0,9% no jornal OG e 1,7% no jornal VE.

Sobre as críticas verifica-se ainda que a categoria VIII (Dinâmica da venda e produção dos setores contemplados), composta por 83 matérias (perfazendo 18,3% do total da amostra), contém 11 matérias com assuntos relacionados a consequências negativas, sendo 2 matérias relacionadas à demora da retomada das exportações para o setor automobilístico prejudicando, desta forma, a melhora nos indicadores para este setor (matéria nº 79 e nº 153), 2 matérias relacionadas à queda na venda de carros (matéria n. 218 e n. 275), 3 matérias que abordam a queda na produção de carros (matérias n. 165, nº 231 e nº 312), 1 matéria sobre a elevação do IPI inibindo produção de cigarros (matéria nº 138), 1 matéria que destaca o ritmo lento para recuperação das indústrias (matéria nº 203), 1 matéria que traz a alta nos custos de produção podendo levar à elevação do preço (matéria nº 367) e 1 matéria que salienta a falta de alguns modelos de automóveis, demonstrando que a indústria não está conseguindo atender a demanda para a esses modelos (matéria n nº 367). Pontua-se que das 11 unidades verificadas, 18,2% estão no jornal FSP, 54,5% no jornal ESP e 27,3% no jornal OG. Logo, não se verificou críticas para essa categoria e sim consequências negativas, sendo 9 abordando o consumo e a produção, 1 sobre retomada das exportações e 1 sobre alta do IPI do cigarro.

Ainda, no tocante às críticas, a categoria XIV (Reflexos na economia), composta por 30 matérias (perfazendo 6,6% do total da amostra), contém 5 matérias com assuntos relacionados às consequências negativas. Destas, 1 matéria aborda assuntos relacionados à reação da indústria em fevereiro de 2009, mas em níveis do ano de 2004 (matéria nº 43); 1 matéria destaca o recuo no uso da capacidade instalada da indústria (matéria nº 136); 1 relata sobre a eliminação de vagas de emprego durante a crise (matéria nº 209); 1 matéria aborda a dificuldade nas revendas de veículos usados (matéria nº 314) e 1 matéria salienta o aumento nos custos de produção repassados ao preço final dos veículos, em especial o custo do aço (matéria nº 389). Pontua-se, que das 5 matérias

verificadas, 40% estão no jornal FSP, 40 % no jornal OG e 20% no jornal ESP. Logo, não se verificou críticas para essa categoria e sim consequências negativas, 3 destacando temas relacionados à produção e consumo, 1 relacionada à eliminação de vagas de emprego e 1 sobre dificuldades para o setor de carros usados.

Similar ao observado anteriormente a categoria XV (dinâmica dos estoques de produto), composta por 18 matérias (perfazendo 4% do total da amostra), traz 3 matérias com consequências negativas relacionadas à desoneração do IPI. Destas, 1 matéria aborda o acúmulo de estoque excessivo mesmo com a desoneração do imposto (matéria nº 155); 1 matéria destaca o atraso na entrega de automóveis por falta de estoque (matéria nº 261) e 1 matéria pontua a falta de eletrodomésticos, lavadora e geladeira, para entrega imediata (matéria nº 317). Pontua-se que das 3 matérias verificadas, 33,3% está no jornal FSP, 33,3% no jornal ESP e 33,3% no jornal OG. Logo, não se verificou críticas para essa categoria e sim consequências negativas, 1 destacando acúmulo de estoque e 2 dificuldades para atender a demanda por causa da falta de produtos em estoque.

Logo, para o tema críticas constata-se que a categoria VII (não repasse da redução da alíquota) é composta em sua totalidade de matérias com críticas aos setores contemplados pelo decreto de desoneração do IPI por não repassarem a totalidade da nova alíquota ao preço final do produto. Pontua-se, portanto, que a categoria citada perfaz 1,5% do total da amostra e que a totalidade de suas matérias apresenta crítica ao assunto abordado.

Em relação às consequências negativas para a economia, constata-se sua abordagem em algumas matérias das categorias VIII (Dinâmica da venda e produção dos setores contemplados), XIV (reflexos na economia) e XV (dinâmica dos estoques de produtos). Salienta-se que apenas as categorias citadas trazem conteúdos que demonstram as consequências negativas na economia. Pontua-se ainda que 13,3% do total das matérias da categoria VII, 16,7% do total das matérias da categoria XIV e 16,7% do total de matérias da categoria XV situam-se nesse critério de análise, ou seja, trazem consequências negativas para a economia.

Logo, constatadas e analisadas as críticas e consequências negativas para a economia elencadas nos parágrafos anteriores, faz-se necessário, considerando à análise de conteúdo categórico, explanar sobre a categoria XVI (outros), posto que a mesma trata de assuntos variados, porém com pouca recorrência na amostra, não sendo possível, portanto, classificar esses conteúdos nas categorias existentes e nem elaborar novas categorias para eles. Posto isso, a categoria em questão traz os seguintes conteúdos: reflexo da desoneração na produção industrial da Argentina de maneira positiva, reflexo no FPE (Fundo Petrificação dos Estados) e FPM (Fundo de Participação

dos Municípios), elevação do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) com a queda dos preços do carro, regulamentação da suspensão do contrato de trabalho, importadoras contestando novo IPI da cerveja, Banco Mundial informando que há medidas protecionistas no Brasil, antecipação do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) nos Estados, alta do IPI do cigarro favorecendo o contrabando do produto, corte do IPI que ajuda matriz de montadoras, carro importado ampliando sua participação no mercado brasileiro, fabricante de móvel escolar solicitando a manutenção da alíquota desonerada como alíquota definitiva, diminuição das vendas e preço de carros usados aumentando seu estoque nas revendedoras deste item, anúncio de redução de outros impostos, entre outros.

6.1.2 Análise de Enquadramento: menor homogeneidade na cobertura da política de desoneração do IPI

Nesta seção mostraremos o resultado da análise de enquadramento para a totalidade da amostra e para cada jornal separadamente e analisaremos se há maior ou menor homogeneidade entre os jornais. A tabela 3 traz os resultados para análise de enquadramento.

Tabela 3: Resultado da análise de enquadramento

Código	Categoria	Total	FSP	ESP	OG	VE
EMTI	Técnico Informativo Setor Empresarial	11,7%	9,4%	15,2%	11,6%	8,6%
EMTR	Técnico Reivindicativo Setor Empresarial	2%	2,9%	2,8%	0,9%	0%
GOTI	Técnico Informativo Governo	18,3%	18,2%	15,9%	18,8%	24,1%
ECON	Variáveis Econômicas	11%	14,5%	10,3%	8%	10,3%
MERC	Avaliação do Mercado	2,6%	3,6%	0,7%	2,7%	5,2%
DECO	Dinâmica da Oferta, da Demanda, da Produção e do Consumo	16,3%	13,8%	18,6%	21,4%	6,9%
PESS	Pessimismo	3,3%	3,6%	4,1%	1,8%	3,4%
EXPE	Expectativa	15,5%	15,2%	14,5%	17%	15,5%
DISP	Disputa	9,1%	9,4%	6,2%	9,8%	13,8%
OTRS	Outros	10,2%	9,4%	11,7%	8%	12,2%
Total		100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018).

Depreende-se que a tabela 3 tem a mesma formatação que a tabela 2 (constituição das colunas linhas) e a mesma forma de cálculo para os percentuais de cada categoria de enquadramento em relação ao total da amostra e aos jornais FSP, ESP, OG e VE.

Para o total da amostra, pontua-se que o enquadramento GOTI (Técnico Informativo Governo) apresenta maior concentração perfazendo 18,3%, seguida pelos enquadramentos DECO (Dinâmica da Oferta, da Demanda, da Produção e do Consumo) com 16,3% e EXPE (Expectativa) com 15,5%. No ponto inferior da amostra, menor concentração, destacam-se os enquadramentos EMTR (Técnico Reivindicativo Setor Empresarial) com 2% da amostra, seguida das categorias MERC (Avaliação do Mercado) e PESS (Pessimismo) com 2,6% e 3,3%, respectivamente.

Sobre a concentração, levando em consideração a primeira colocação para cada jornal, nota-se que o enquadramento GOTI (Técnico Informativo Governo) é o mais utilizado para o jornal FSP com 18,2%, e o jornal VE, com 24,1%. Porém verifica-se que tal enquadramento não é o mais concentrado para os jornais ESP e OG, posto que a maior concentração para ambos os jornais está no enquadramento DECO (Dinâmica da Oferta, da Demanda, da Produção e do Consumo) com 18,6% para o jornal ESP e 21,4% para o jornal OG. Destarte podemos destacar menor homogeneidade entre os jornais para esses enquadramentos. Elucida-se maior homogeneidade entre os jornais FSP e VE no enquadramento GOTI e entre os jornais ESP e OG no enquadramento DECO.

Sequencialmente, constata-se, levando em consideração a segunda colocação para cada jornal, que o enquadramento EXPE (Expectativa) contém a segunda maior concentração para os jornais FSP e VE, sendo 15,2% e 15,5%, respectivamente. Ainda na segunda maior concentração, percebe-se que para os jornais ESP e OG, o enquadramento GOTI (Técnico Informativo Governo) destaca-se com os percentuais de 15,9% e 18,8% respectivamente. Logo, para a segunda posição observa-se menor homogeneidade levando em consideração todos os jornais. Contudo, conforme verificado anteriormente para a primeira colocação, nesta segunda posição há maior homogeneidade para FSP e VE no enquadramento EXPE e para ESP e OG no enquadramento GOTI.

Analisando as terceiras e quartas posições, para critério de maior concentração para cada jornal, percebe-se menor homogeneidade posto que cada jornal posiciona-se em um enquadramento diferente. Temos para a terceira posição os seguintes resultados: o jornal FSP com 14,5% de concentração no enquadramento ECON (Variáveis Econômicas), o jornal ESP com 15,2% no enquadramento EMTI (Técnico Informativo Setor Empresarial), o jornal OG com 17% no enquadramento EXPE (Expectativa) e o jornal VE com 13,8% no enquadramento DISP (Disputa).

Na quarta posição verifica-se menor homogeneidade, conforme os resultados: o jornal FSP com 13,8% no enquadramento DECO (Dinâmica da Oferta, da Demanda, da Produção e do Consumo), o jornal ESP com 14,5% no enquadramento EXPE (Expectativa), o jornal OG com

11,6% no enquadramento EMTI (Técnico Informativo Setor Empresarial) e o jornal VE com 10,3% no enquadramento ECON (Variáveis Econômicas).

Por conseguinte, para a terceira e quarta posição, no que diz respeito à maior concentração da amostra para cada jornal, nota-se menor homogeneidade, posto que não se constata pelo menos dois jornais por enquadramento com maior homogeneidade como na primeira e segunda posição.

No que concerne à primeira posição para menor concentração por jornais, constata-se o enquadramento EMTR (Técnico Reivindicativo Setor Empresarial) na primeira posição com 2,9% para o jornal FSP, 0,9% para o jornal OG e não pontuação para o jornal VE. Contudo, o jornal ESP apresentou menor concentração no enquadramento MERC (Avaliação do Mercado) em 0,7% das matérias. Desta maneira, constata-se para os jornais FSP, OG e VE maior homogeneidade para a primeira posição de menor concentração por jornal e ainda que o jornal ESP diverge dos demais nesse critério.

Ainda sobre esse critério, verifica-se na segunda posição, com menor concentração de matéria, o jornal FSP com 3,6%, o jornal OG com 1,8% e o jornal VE com 3,4% com maior homogeneidade no enquadramento PESS (Pessimismo). Novamente pontua-se que o jornal ESP destoa dos demais e apresenta sua segunda menor concentração no enquadramento EMTR (Técnico Reivindicativo Setor Empresarial) com 2,8%. Elucida-se ainda que o jornal FSP apresenta o mesmo percentual de concentração, ou seja, 3,6%, para o enquadramento MERC (Avaliação do Mercado).

Sobre a categoria OTRS, há unidades de análise que não se enquadraram nas demais categorias. Essa categoria é composta basicamente das unidades de análises constantes na categoria XVI (outros) de análise de conteúdo categórico.

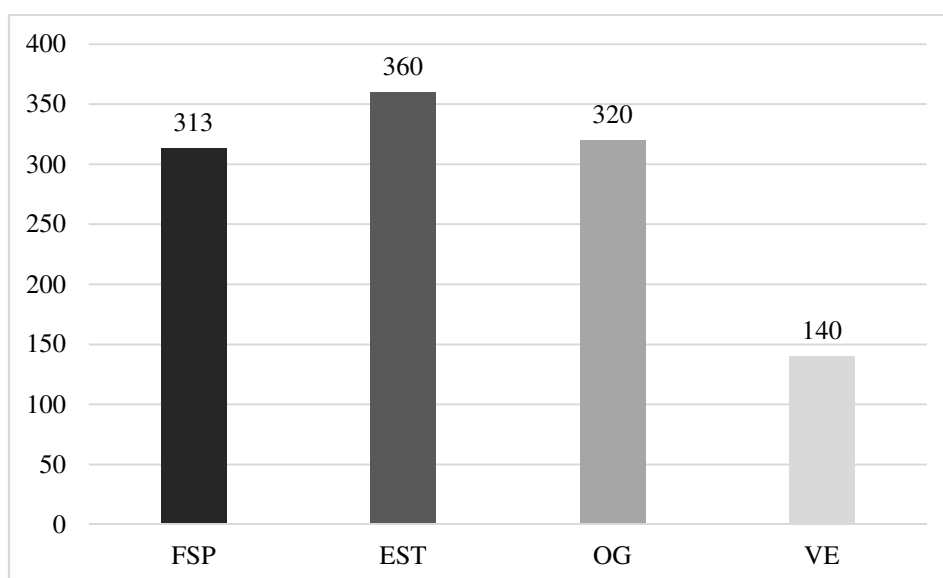
Portanto, nota-se através da análise que os enquadramentos com maior concentração possuem menor homogeneidade quando considerados os quatro jornais. Contudo tem-se maior homogeneidade quando se leva em consideração apenas dois jornais posto que na primeira posição de maior concentração há maior homogeneidade entre os jornais FSP e VE no enquadramento GOTI (Técnico Informativo Governo) e entre os jornais ESP e OG no enquadramento DECO (Dinâmica da Oferta, da Demanda, da Produção e do Consumo); e na segunda há maior homogeneidade para FSP e VE para o enquadramento EXPE (Expectativa) e para ESP e OG para o enquadramento GOTI (Técnico Informativo Governo). Ainda, no que concerne ao critério de menor concentração por jornais, verifica-se, para primeira e segunda posição, maior homogeneidade para os jornais FSP, OG e VE nos enquadramentos EMTR (Técnico Reivindicativo Setor Empresarial) e PESS (Pessimismo), respectivamente. Pontua-se, ainda, para o critério de menor concentração

explanado, que o jornal ESP destoa dos demais, com menor homogeneidade em relação aos demais jornais para as duas posições de menor concentração.

6.1.3 Análise de Vozes: menor homogeneidade entre os jornais e participação concentrada em poucos grupos sociais.

Nesta seção mostraremos o resultado da análise de vozes para a totalidade da amostra e para cada jornal separadamente e analisaremos se houve maior ou menor homogeneidade para os jornais, considerando a vozes utilizadas nas matérias. Verificaremos também, separadamente, as vozes dos economistas presentes nas matérias. Tal análise totalizou 1133 vozes divididas quantitativamente por veículo de comunicação, conforme gráfico 2:

Gráfico 2: Quantidade de vozes por veículo de comunicação



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018).

Logo, verificado o quantitativo de vozes divididas por jornais conforme gráfico 2, nesta seção mostraremos o resultado da análise de vozes para a totalidade da amostra e para cada jornal separadamente e analisaremos, considerando 20 categorias de vozes, se há maior ou menor homogeneidade entre os jornais. A tabela 4 traz os resultados para a análise de vozes.

Tabela 4: Resultado para análise de vozes

Código	Categoria	Total	FSP	ESP	OG	VE
PL	Presidente Lula	1,9%	2,9%	1,4%	1,6%	1,4%
GO	Ministros Governo	5,4%	6,1%	4,4%	5,6%	5,7%
GS	Secretarias Ministérios	7,1%	4,8%	7,5%	6,8%	12,1%
GM	Guido Mantega	5,2%	6,1%	4,7%	4,1%	7,1%
MS	Ministros do STF	1,1%	0,3%	1,1%	0,3%	4,3%
PR	Procuradores Estaduais e Federais	1,4%	1,3%	1,4%	1,6%	1,4%
ID	Indústria	11%	9,6%	15,6%	7,2%	11,4%
CM	Comércio	13,2%	7%	15%	19,1%	9,3%
EP	Entidade Patronal	17,6%	19,8%	15%	20%	13,6%
JS	Jackson Schneider	4,3%	5,8%	4,4%	4,1%	1,4%
AC	Academia	2,8%	4,2%	2,5%	1,3%	4,3%
IT	Instituto de Pesquisa	2%	3,2%	1,4%	2,2%	0,7%
PO	Parlamentares	2,2%	1,6%	0,8%	4,6%	1,4%
SI	Sindicatos	2,8%	4,8%	3,3%	1,3%	0,7%
CS	Consultorias e Consultores	9,8%	13,4%	7,8%	7,2%	12,9%
AV	Advogados	1,6%	1,3%	0,8%	1,8%	3,6%
IF	Instituições Financeiras	1,2%	1,3%	1,4%	0,6%	2,2%
CR	Consumidores	3,2%	1,3%	2,5%	6,6%	1,4%
OT	Outras Vozes	3,7%	3,5%	5,6%	2,2%	2,9%
SV	Conteúdo sem vozes	2,5%	1,7%	3,4%	1,8%	2,2%
Total		100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018).

Verifica-se que a tabela 4 possui a mesma formatação que a tabela 2 (colunas e linhas) e a mesma forma de cálculo para os percentuais de cada categoria de enquadramento em relação ao total da amostra e aos jornais: FSP, ESP, OG e VE.

Para o total da amostra, a categoria EP (Entidade Patronal) apresenta maior concentração perfazendo 17,6%, seguida das categorias CM (Comércio) e ID (Indústria) com 13,2% e 11% respectivamente. Logo, denota-se que as categorias do empresariado perfazem um total de 41,8% das vozes para o *corpus* de pesquisa. Ainda se juntarmos a esse total o porcentual correspondente à categoria JS (Jackson Schneider), ou seja, 4,3% das vozes, teremos total de 46,1% das vozes do *corpus* formada pelo setor empresarial contemplado pela política de desoneração do IPI. Resta esclarecer que Jackson Schneider no período de pesquisa estava Presidente da entidade patronal ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

Destaca-se também que, apesar de não se classificarem como mais concentradas separadamente, as categorias PL (Presidente Lula), GO (Ministros do Governo), GS (Secretarias Ministérios) e GM (Guido Mantega); formam conjuntamente o setor governamental e perfazem 19,6% da totalidade de vozes, posicionando-se, portanto, na segunda colocação para maior

concentração.

Ainda, para a maior concentração, a categoria CS (Consultorias e Consultores) está presente na totalidade da amostra com 9,8%, posicionando-se em terceira posição se considerarmos as vozes empresariais e governamentais conjuntamente e em quarto lugar se considerarmos cada categoria separadamente.

No ponto inferior da amostra, com menor concentração, observa-se a categoria MS (Ministros do STF), perfazendo 1,1% do total de vozes da amostra. Em seguida, verifica-se vozes da categoria IF (Instituições Financeiras) e PR (Procuradores Estaduais e Federais) como segunda e terceira categorias menos concentradas com os percentuais 1,2% e 1,4% respectivamente. Sobre as categorias MS e PR, é necessário pontuar que as vozes foram recorrentes quando da votação pelo STF sobre o contencioso do crédito-prêmio do IPI, concentrando-se, desta forma, na participação dos Ministros do STF e dos Procuradores neste assunto.

Sobre a concentração, levando em consideração a primeira colocação para cada jornal, nota-se que a categoria EP (Entidade Patronal) é a mais concentrada para os jornais o jornal FSP com 19,8%, o jornal OG com 20% e o jornal VE com 13,6%. Contudo, o jornal ESP não tem sua maior concentração na citada categoria e sim na categoria ID (Indústria), com 15,6% da amostra. O jornal ESP detém 15% de concentração da amostra para as categorias EP (Entidade Patronal) e CM (Comércio) posicionadas na segunda posição em concentração para este veículo não se distanciando do percentual da primeira posição. Desse modo, destaca-se maior homogeneidade entre os jornais FSP, OG e VE. O jornal ESP destoa, levemente, dos demais e para o critério de análise tem menor homogeneidade.

Ao considerarmos a segunda colocação para cada jornal, denota-se que os jornais ESP e OG apresentam sua concentração na categoria CM (Comércio) com 15% e 19,1%, respectivamente. Porém o jornal ESP apresenta a mesma porcentagem de concentração na categoria EP (Entidade Patronal). Desse modo, como o mesmo possui a mesma porcentagem de participação em duas categorias, porém se alinha com outro jornal na categoria CM (Comércio), nota-se maior homogeneidade para os jornais ESP e OG na citada categoria. Ainda, os jornais FSP e VE apresentam sua concentração, conforme critério, na categoria CS (Consultores) com 13,4% e 12,9% respectivamente. Logo, há menor homogeneidade entre os quatro jornais, considerando a segunda posição de concentração. Contudo constata-se maior homogeneidade para os jornais ESP e OG na categoria CM (Comércio) e entre os jornais FSP e VE na CS (Consultorias e Consultores).

Na terceira posição para o critério de concentração nota-se o jornal FSP com concentração de 9,6% na categoria ID (Indústria), o jornal ESP com concentração de 7,8% na categoria CS (Consultorias e Consultores) e o jornal VE com concentração de 12,1% na categoria GS (Secretarias Ministérios). Verifica-se no jornal OG concentração de 7,2% em duas categorias ID (Indústria) e CS (Consultorias e Consultores). Consequentemente, o jornal OG, se considerarmos as duas categorias, terá maior homogeneidade com o jornal ESP na categoria CS (Consultoria e Consultores) e maior homogeneidade com o jornal FSP na categoria ID (Indústria). Há menor homogeneidade entre os quatro jornais, bem como menor homogeneidade também para o jornal VE em relação aos demais jornais.

Para a posição de menor concentração constata-se que o jornal FSP e o jornal OG localizam-se na mesma categoria, ou seja, MS (Ministros do STF) com percentual de 0,3% cada. Verifica-se, para o jornal ESP, menor concentração para as categorias PO (Parlamentares) e AV (Advogados), com percentual de 0,8% cada. Para o jornal VE repara-se menor concentração nas categorias IT (Instituto de Pesquisa) e SI (Sindicatos), com percentual de 0,7% cada. Logo, identifica-se maior homogeneidade entre os jornais FSP e OG apenas. Os jornais ESP e VE possuem menor homogeneidade.

Ainda, para a segunda posição, considerando critério de menor concentração, observa-se o jornal FSP com 1,3% de concentração em quatro categorias: PR (Procuradores Estaduais e Federais), AV (Advogados), IF (Instituições Financeiras) e CR (Consumidores). Para os jornais ESP e OG constata-se concentração em apenas uma categoria cada, sendo 1,1% na categoria MS (Ministro do STF) e 0,6% na categoria IF (Instituições Financeiras) respectivamente. No jornal VE verifica-se concentração de 1,4% em cinco categorias: PL (Presidente Lula), PR (Procuradores Estaduais e Federais), JS (Jackson Schneider), PO (Parlamentares) e CR (Consumidores). Consequentemente, identifica-se maior homogeneidade na categoria PR entre os jornais FSP e VE; na categoria IF entre os jornais FSP e OG e na categoria CR para os jornais FSP e VE. Observou-se para esse critério menor homogeneidade entre o jornal ESP e outros jornais. Constata-se ainda menor homogeneidade entre os quatro para a segunda posição.

Assim sendo, certifica-se para a análise de vozes menor homogeneidade para as categorias de maior concentração de vozes e para as categorias de menor concentração. Os casos de homogeneidade, quando constatados, estão sempre presentes em apenas dois veículos de comunicação, com exceção da categoria EP (Entidade Patronal) classificada na primeira posição

considerando maior concentração, que apresenta homogeneidade para três jornais, ou seja, FSP, OG e VE.

Constata-se que as vozes do empresariado (categorias ID, CM, EP e JS) são maioria no estudo perfazendo 46,1% para o total da amostra e, ainda, maioria para cada jornal, ou seja, jornal FSP com 42,2%, jornal ESP com 50%, jornal OG com 50,4% e jornal VE com 35,7%. Verifica-se ainda que as vozes do governo perfazem 19,6% da totalidade e estão distribuídas em quatro categorias (PL, GO, GS e GM), sendo, portanto, a segunda colocação entre as vozes mais utilizadas. Ressalta-se ainda que 9,8% da amostra é composta por vozes da categoria CS (Consultorias e Consultores), perfazendo a terceira colocação para a utilização de vozes nos jornais, se consideradas as vozes do setor empresarial e governamental conjuntamente. Logo, constata-se que o governo, as empresas e as consultorias e consultores foram majoritários como vozes nas matérias.

Observa-se ainda que alguns grupos da sociedade estavam presentes nas matérias, porém com menor percentual. Entre esses grupos destacam-se os Ministros do STF com 1,1%, as Instituições Financeiras com 1,2%, os Procuradores Estaduais e Federais com 1,4%, os Advogados com 1,6%, o Presidente Lula com 1,9%, os Institutos de Pesquisa com 2%, os Parlamentares com 2,2%, os Sindicatos com 2,8% e a Academia com 2,8%. Ressalta-se que os ministros do STF, os procuradores estaduais e federais e os advogados estão presentes apenas em matérias com conteúdo sobre o crédito-prêmio do IPI.

Destaca-se ainda, para a análise de vozes, a presença de profissionais do campo dos economistas na amostra, posto que esse estudo tem como um dos objetivos analisar a interação entre o campo dos economistas e o campo dos jornalistas. As vozes demonstram essa interação quando se verifica o campo dos jornalistas utilizando-se de vozes do campo dos economistas para a elaboração de seu produto, ou seja, a matéria jornalística. Para esta análise compreende-se como vozes de economistas na amostra aquelas devidamente identificadas como profissional desse campo.

Logo, verificam-se 77 vozes dos economistas, levando em consideração os quatro jornais, divididas nas categorias: entidade patronal (EP), academia (AC), consultorias e consultores (CS), institutos de pesquisas (IT) e instituições financeiras (IF).

Para a categoria EP, 8 vozes, observa-se 1 voz na categoria VI (solicitação de contrapartida dos setores contemplados) de análise de conteúdo categórico; 6 vozes na categoria VIII (dinâmica da venda e produção dos setores contemplados) e 1 voz na categoria XIV (reflexos na economia). Pontua-se maior concentração de vozes na categoria VIII para a categoria EP. Verifica-se ainda que

as principais vozes para a categoria EP são provenientes do FECOMÉRCIO-RJ, FECOMÉRCIO-SP e CNC.

No que concerne à categoria AC, 24 vozes, verifica-se 1 voz para categoria I (desoneração do IPI), 2 vozes para a categoria II (prorrogação da desoneração do IPI), 1 voz para categoria III (não prorrogação da desoneração do IPI), 2 vozes para categoria IV (Política de desoneração do IPI sem efeito), 1 voz para categoria VI (solicitação de contrapartida dos setores contemplados), 1 voz para categoria VII (não repasse da redução da alíquota), 7 vozes para categoria VIII (dinâmica da venda e produção dos setores contemplados), 8 vozes para categoria XIV (reflexos na economia) e 1 voz para categoria XV (dinâmica dos estoques de produtos). Constata-se maior concentração de vozes na categoria XIV seguida da categoria VIII para a categoria de vozes AC. Verificou-se que as principais vozes para a categoria AC são provenientes da FGV, UFRJ, PUC-Rio, UNICAMP, e CEA.

Para a categoria CS, 37 vozes, observa-se 1 voz na categoria II (prorrogação da desoneração do IPI), 1 voz na categoria III (não prorrogação da desoneração do IPI), 1 voz na categoria VI (solicitação de contrapartida dos setores contemplados), 2 vozes na categoria VII (não repasse da redução da alíquota), 12 vozes na categoria VIII (dinâmica da venda e produção dos setores contemplados), 3 vozes na categoria XI (arrecadação de tributos), 2 vozes na categoria XIII (contencioso do crédito-prêmio do IPI), 9 vozes na categoria XIV (reflexos na economia) e 6 vozes na categoria XV (dinâmica dos estoques de produtos). Constata-se maior concentração de vozes na categoria VIII seguida da categoria XIV para a categoria de vozes CS. Verifica-se ainda que as principais vozes para a categoria CS são provenientes da Austin Ratings, Tendências Consultoria, LCA Consultoria, Consultoria Msantos, Rosemberg e Associados, Edgard Pereira & Associados.

Para a categoria IT, 3 vozes, observa-se 1 voz na categoria VIII (dinâmica da venda e produção dos setores contemplados), 1 voz na categoria XII (desoneração tributária para outros setores) e 1 voz na categoria XV (dinâmica dos estoques de produtos). Não foi possível constatar concentração posto que cada categoria verificada possui a mesma quantidade de voz. Verifica-se ainda que as principais vozes para a categoria CS são provenientes do IBGE.

No que tange à categoria IF, 5 vozes, verifica-se 1 voz na categoria VII, 1 voz na categoria XI, 1 voz na categoria XIII e 2 vozes na categoria XIV. Observa-se maior concentração de vozes na categoria XIV para a categoria de vozes IF. Pontua-se ainda que as principais vozes para a categoria CS são provenientes do banco ITAÚ BBA (braço de Atacado, Tesouraria e Investimentos

institucionais do conglomerado Itaú), Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ (o banco serve como um braço direito do Mitsubishi UFJ Financial Group), Banco Santander, Banco Schain e Itaú/Unibanco.

Constata-se que as categorias V (aumento da alíquota de IPI de outros produtos), IX (aumento do crédito ofertado), X (IPI Verde) e XVI (outros) não possuem vozes de economistas.

Sobre as vozes dos economistas, ainda, nota-se maior concentração para o geral da amostra na categoria VIII com 26 vozes, seguida da categoria XIV com 20 vozes. Salienta-se maior concentração de vozes no jornal ESP com 25 vozes, seguido do jornal FSP com 20 vozes, jornal OG com 17 vozes e jornal VE com 15 vozes.

Os economistas estão presentes em 5 amostras das 20 categorias de análise de vozes, concentrando-se, majoritariamente, na categoria VIII de análise de conteúdo categórico, bem como no jornal ESP; e que não foram verificadas críticas à política de desoneração do IPI nas vozes dos economistas.

Portanto, no que concerne ao problema de pesquisa - Os jornais impressos brasileiros trataram a política de desoneração do IPI, através de seus conteúdos categóricos, enquadramentos e vozes de modo homogêneo? - por um lado, levando em consideração os quatro jornais para os três tipos de análise, percebe-se que a política de desoneração do IPI foi tratada com menor homogeneidade por todos os jornais, conforme critério da posição da concentração da amostra. Por outro lado, quando verificada separadamente cada análise, observa-se maior homogeneidade, considerando os quatro jornais em apenas um dos resultados verificados, ou seja, para a segunda posição de maior concentração da análise de conteúdo categórico.

Verifica-se para os enquadramentos nenhuma categoria com maior homogeneidade para todos os jornais, considerando critério de concentração, e ainda que os casos de maior homogeneidade quando constatados estavam presentes em apenas dois jornais. Verifica-se também que para os enquadramentos com menor concentração na amostra, tanto para a primeira, quanto segunda posição, que o jornal ESP destoou dos demais jornais. Logo, para o critério menor concentração, primeira e segunda posição, há maior homogeneidade para os jornais FSP, OG e VE.

Ainda, considerando apenas as categorias de vozes, separadamente, os jornais de modo mais homogêneo deram voz a três grupos específicos, ou seja, aos empresários com 41,8% do total de vozes, ao governo com 19,6% do total de vozes e às consultorias e consultores com 9,8% do total das vozes, Logo, 71,2% da totalidade das vozes presentes nas matérias dos jornais estão classificadas nos três grupos da sociedade.

Verifica-se ainda, através da análise de conteúdo categórico, que não houve uma categoria específica para o tema finanças enfatizado na revisão de literatura sobre o jornalismo econômico, que conforme verificado em capítulo específico, tornou-se financeirizado a partir da abertura econômica brasileira.

Para a análise de enquadramento, constata-se que o enquadramento MERC (Avaliação do Mercado), que aglutina matérias com interpretação técnica do mercado financeiro (bancos, consultorias, bolsas de valores, empresas financeiras e de concessão de crédito) traz quadros compostos por temas sobre a economia financeirizada, contudo tal enquadramento está presente em apenas 12 matérias do total de 453, e ainda está presente em 10 categorias de análise de conteúdo categórico, mostrando, portanto, quantitativo pequeno em relação ao montante da amostra e não demonstrando, assim, jornalismo de economia financeirizado, conforme revisão de literatura.

Corroborando ainda para a análise o quantitativo de vozes classificadas na categoria Instituições Financeiras (IF) que classifica as vozes das instituições ligadas diretamente às finanças com presença de 14 vozes e as vozes da categoria consultorias e consultores (CS) com 111 vozes. Contudo as vozes da categoria CS não são formadas em sua totalidade por consultores do mercado financeiro, havendo, portanto, profissionais de consultorias sobre indústria e comércio. Logo, da totalidade de 1133 vozes divididas em 20 categorias, há presença de vozes relacionadas à financeirização da economia em apenas duas categorias.

Através das três análises, não foi possível detectar um jornalismo econômico financeirizado, conforme abordado na literatura sobre o tema, mas o tema desse trabalho não está diretamente ligado ao mercado financeiro e sim ao setor empresarial e ao setor governamental e, portanto, resta claro que a amostra concentrou-se nesses dois setores, conforme verificado em cada uma das análises.

6.2 O campo dos economistas e sua interação com a política de desoneração do IPI

Pretende-se com esse tópico analisar a interação do campo dos economistas com o tema da pesquisa, ou seja, a política de desoneração do IPI para o período de julho de 2008 a junho de 2010. Como abordado nesse estudo o período em questão ocorreu no limiar da crise econômica mundial, iniciada com a crise do *subprime* nos EUA, no ano de 2007. Tal período corresponde ao segundo Governo Lula, conforme já explanado, sendo assim, analisa-se como a reação deste governo, através da citada política, foi abordada pela produção acadêmica e pela produção jornalística.

Para tanto, divide-se esse tópico em dois momentos. No primeiro momento estuda-se as produções científicas e nelas a contribuição dos economistas sobre o objeto de pesquisa. Para o segundo momento, verifica-se a interação do campo dos economistas com o campo dos jornalistas através da produção dos conteúdos noticiosos realizada pelos dois campos.

No que concerne aos economistas e sua atuação na academia, a verificação é feita através da produção científica de artigos, dissertações e teses. Para sua atuação nos conteúdos noticiosos objetiva-se constatar o número de economistas que assinaram as matérias jornalísticas e seus posicionamentos, ou seja, quais temas trataram através do resultado da análise de conteúdo categórico e quais enquadramentos usaram.

6.2.1 Os economistas e a desoneração do IPI em produções científicas

Através desse tópico, analisa-se a produção científica do campo dos economistas sobre a política de desoneração do IP para estudar se há diferenças ou semelhanças nos conteúdos produzidos por economistas na academia e por jornalistas nos veículos de comunicação com base no que foi observado e analisado através da análise de conteúdo categórico.

Para a produção científica, a pesquisa foi realizada, no decorrer desse estudo, em sites de busca como: Scielo (Scientific Library Online), Catálogo de Teses e Dissertações Capes, Google acadêmico. Foram utilizados os termos: IPI, Impostos sobre Produtos Industrializados, desoneração do IPI, desoneração fiscal, desoneração de impostos, desoneração tributária, desoneração de tributos indiretos, crise econômica, crise econômica internacional, crise econômica no Brasil, crise financeira, crise financeira atual, crise financeira de 2008, crise do *subprime*, *subprime*.

Verificam-se no site Scielo, no Catálogo da Capes e no Google acadêmico alguns artigos / dissertações / teses com conteúdo da área do direito não relacionados com o objeto de pesquisa, assuntos relacionados com a área biológica, o tema crise do *subprime*, crise econômica nos EUA, crise financeira internacional, crise econômica no Brasil em 2008, crise econômica no Brasil a partir de 2011, crise econômica no Governo da presidente Dilma Rousseff (Governo Dilma), desonerações fiscais no Governo Dilma. Constatam-se ainda assuntos que questionavam o surgimento de um novo capitalismo, assuntos que questionavam um retorno de Keynes e assuntos que abordavam sobre as interpretações heterodoxas e faziam comparação entre as escolas marxista e pós-keynesiana na compreensão da crise econômica de 2008. Contudo, não se observou assuntos específicos sobre a desoneração do IPI para o período selecionado para pesquisa.

Então optou-se, de maneira separada das pesquisas descritas acima e para os mesmos temas, por verificar os repositórios das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na pesquisa direta a esses repositórios, observou-se seis dissertações de mestrado sistematizadas no quadro 4.

Quadro 4: Produção científica do campo dos economistas sobre política de desoneração do IPI

Instituição	Ano	Autor	Título
Fundação Getúlio Vargas (FGV) – São Paulo	2015	Amanda Miranda Fantinatti	Estímulos Fiscais em um Modelo DSGE: Bens duráveis versus bens não duráveis.
Fundação Getúlio Vargas (FGV) – São Paulo	2015	André Gilberto Klein Graupen	As políticas anticíclicas brasileiras da crise financeira de 2008: uma análise setorial.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2015	André Paiva Ramos	O Brasil diante da crise do <i>subprime</i> : abordagem pós-Keynesiana do conjunto de medidas anticíclicas adotadas pelo governo federal brasileiro e o desempenho da economia de 2007 a 2010.
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2016	Rafael da Silva Acatauassú Xavier	Desoneração de tributos indiretos e efeitos sobre preços e quantidades
Universidade de São Paulo (USP)	2017	Luan Michel Soares Pereira	Análises de bem-estar da variação do IPI sobre automóveis novos: uma abordagem de apreçamento hedônico em escolha discreta.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	2018	Igor Vinícius de Souza Geracy	Desonerações do imposto sobre produtos industrializados: impactos sobre o mercado de trabalho.

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018).

Sobre Fantinatti (2015) e seu estudo, verifica-se a análise da desoneração do IPI sobre automóveis através de um modelo DSGE (Dynamic Stochastic General Equilibrium) de pequena escala para analisar o impacto dessa política, de maneira específica, nas principais variáveis macroeconômicas à luz do modelo. A autora realiza a análise utilizando dados trimestrais entre os anos de 2003 e 2013, perfazendo período maior que o dessa pesquisa. Resta citar as variáveis utilizadas no modelo: taxa de juros Selic over (% a.m.); consumo final - famílias (R\$ milhões); consumo final - administração pública (R\$ milhões); IPI automóveis; capital - formação bruta (R\$ milhões); nível de preços construído usando o IPCA; produção industrial - bens de consumo duráveis - (índice 2002 =100) e produção industrial - bens de consumo não duráveis - (índice 2002 =100). Sobre os resultados, a autora pontua:

Os resultados do modelo aqui proposto sugerem que o impacto da redução da alíquota do IPI sobre bens duráveis foi inicialmente positivo em estimular a atividade econômica, mas com efeitos decrescentes. De fato, o produto da economia recua para um valor abaixo do seu estado estacionário rapidamente no trimestre seguinte ao incentivo. Esse resultado se deve à forte redução nos gastos do governo para manter o orçamento equilibrado. Supondo

que o choque de política fiscal tivesse sido uma redução da alíquota do imposto indireto para toda a economia, o resultado do modelo sugere que essa política teria sido mais adequada para reanimar a atividade por um período maior de tempo (FANTINATTI, 2015, p. 42).

Segundo Curriculum Lattes, Fantinatti (2005) é economista graduada pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP em 2009. A autora possui experiência na área de Economia com ênfase em Economia Monetária e Fiscal. Verificou-se através do site LinkedIn que a autora exerce suas funções atualmente na Risi (empresa da área de papel e produtos florestais). A autora trabalhou ainda, dentre outros locais, como estagiária do Credit Suisse Brasil (como estagiária), no Itaú-Unibanco (como Analista de Modelagem Plena) e Banco Safra (como Economista).

Para Graupen (2015), a dissertação em questão foi utilizada no referencial dessa pesquisa. O autor se propôs a estudar as medidas anticíclicas brasileiras adotadas em nível setorial através de modelos econométricos para avaliar a eficácia dessas medidas de políticas fiscal, monetária e creditícia, direcionadas aos setores: automotivo, de construção civil e de móveis e eletrodomésticos. Complementa ainda que com o estudo buscou-se entender a eficácia das medidas anticíclicas tanto como incentivo econômico, quanto na manutenção do nível de emprego, classificando esses dois parâmetros como focos principais das políticas anticíclicas adotadas no Brasil. O autor pontua que as variáveis do estudo foram retiradas da base de dados das seguintes instituições: IPEA, IBGE, ANFAVEA e o Banco Central do Brasil (BACEN). Como período de amostra tem-se 2004 a 2014, para variáveis trimestrais, iniciando-se no segundo trimestre de 2004, gerando 43 observações e 12 variáveis. Dessa maneira, novamente o período verificado é superior ao período desse estudo. Resta pontuar que as variáveis utilizadas no estudo foram: Produto Interno Bruto a preços básicos, índice de inflação IPCA, a Taxa de Juros Over/Selic e a Taxa de Desemprego na região metropolitana de São Paulo. Sobre os resultados da pesquisa:

Nesse sentido, o setor menos afetado pelas medidas aplicadas pelo governo brasileiro foi o de construção civil, pois não apresentou nenhuma variável relacionada à crise com estatísticas significativas e, portanto, mostrou uma ineficiência de política econômica. [...] Por outro lado, os setores automotivos e de móveis e eletrodomésticos demonstraram ser mais sensíveis às políticas de combate à crise, com alteração significativa de seus níveis de produto (vendas) e manutenção de emprego, com a maioria das estatísticas do modelo apresentando significância. Dito isso, esses setores dependem mais de crédito para parcelamento e de campanhas promocionais com oferta de produtos mais baratos, pontos esses que foram diretamente afetados com a redução de juros e aumento da oferta de crédito, e redução do imposto sobre produtos industrializados, respectivamente, corroborando com a eficácia dessas políticas econômicas direcionadas assumidas pelo governo. Por fim, o governo, de forma geral, acertou em adotar tais medidas de incentivo a determinados setores da economia de forma a combater os efeitos do contágio da crise

financeira de 2008. Mas será que apenas esses setores eram merecedores de tais ações? (GRAUPEN, 2015, pp. 49-50).

No que se refere ao autor, verificou-se através do curriculum lattes sua formação em Economia pela PUC-SP no ano de 2009. Observou-se que não há mais informações nessa plataforma além da graduação e pós-graduação. Através de pesquisa o site LinkedIn, verificou-se que o autor é colaborador na AIG, empresa do ramo de seguros. O autor prestou serviços profissionais à AstraZeneca (ramo farmacêutico), Deloitte (ramos de consultoria de gerenciamento) e no Itaú-Unibanco.

Sobre Ramos (2015), observa-se que o trabalho em questão teve como objetivo analisar o conjunto de medidas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro como resposta à crise do *subprime* e ainda analisar o desempenho econômico do país para o período 2007 a 2010. O trabalho parte de uma abordagem pós-Keynesiana. O autor analisa o histórico de variáveis para verificar a situação do país no período citado: PIB (IBGE); evolução da produção física da indústria e do volume de vendas do comércio varejista ampliado (IBGE); utilização da capacidade instalada da indústria de transformação (CNI); saldo da balança comercial, das exportações e das importações (MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio); saldo líquido anual da geração de vagas de emprego formal (Ministério do Trabalho e Emprego); evolução da massa e rendimento médio real da população ocupada (IBGE); evolução mensal do IPCA e da meta de inflação (IBGE e Banco Central do Brasil). Além das variáveis, o autor analisa a atuação dos bancos públicos e o mercado de crédito; a política fiscal: desonerações tributárias e programas de investimento; programas sociais e aumento real do salário mínimo; aspectos da política cambial; política monetária: taxa básica de juros (Selic) e depósitos compulsórios. Na análise específica sobre políticas fiscais, o autor pontua:

As desonerações fiscais foram medidas importantes para diminuir os custos e os preços dos produtos e para impulsionar o aumento da renda disponível para consumo. No entanto, no final de 2008, as desonerações ficaram mais restritas à redução do IPI sobre o setor automotivo, e à diminuição do IOF e à postergação do pagamento de tributos. [...] Quanto às desonerações tributárias, elas possibilitaram, de um lado, a diminuição dos custos de produção e dos preços dos produtos. De outro lado, geraram um aumento de renda disponível na economia. Porém tais medidas tiveram um impacto mais efetivo apenas ao longo de 2009, tendo sido importantes para impulsionar os investimentos e, principalmente, o consumo (RAMOS, 2015, p.109 e p.113).

No que diz respeito ao autor, verificou-se através do curriculum lattes sua formação em Economia pela PUC-SP no ano de 2010 e mestrado pela mesma instituição no programa de pós-

graduação em Economia Política. Observou-se que o autor é integrante dos Grupos de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE) e em Políticas para o Desenvolvimento Humano (PDH), ambos da PUC-SP. Foi consultor da ACLacerda e desenvolve trabalhos como consultor da Redes Consultores. Desenvolve pesquisa na área de macroeconomia. Atualmente é professor substituto na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

No que concerne à pesquisa de Xavier (2016), verifica-se que a mesma objetiva analisar quais setores da economia brasileira seriam mais atrativos a receberem políticas de redução dos tributos a fim de estimular a renda (*coeteris paribus*). A autora tem como metodologia nesse trabalho o cálculo da elasticidade preço-demanda de setores a dois dígitos na economia brasileira com intuito de tentar estipular quais seriam os setores com as elasticidades mais favoráveis a este tipo de política anticíclica (XAVIER, 2016, p. 8). O autor pontua a utilização de dados de setores industriais, descartando a agropecuária por não sofrer incidência do IPI. Assim, os setores utilizados foram: minerais metálicos; minerais não metálicos; derivados do petróleo e álcool; alimentos e bebidas; produtos do fumo; têxteis; artigos do vestuário; couro e calçados; produtos de madeira; celulose e produtos de papel; móveis e produtos das indústrias diversas; produtos químicos; artigos de borracha e plástico; produtos minerais não metálicos; metalurgia básica; produtos de metal; materiais elétricos e de comunicação; máquinas aparelhos e materiais elétricos; máquinas e equipamentos; veículos automotores; outros equipamentos de transporte.

Como resultado da pesquisa o autor pontua:

Após as estimações e as análises dos resultados foi possível perceber que quatro setores em específico possuíam maior destaque quando combinadas suas elasticidades e seus graus de encadeamento, sendo eles os setores 'Têxteis', 'Artigos de borracha e plástico', 'Metalurgia Básica' e 'Máquinas e Equipamentos'. Estes seriam os setores que teriam um maior impacto sobre as vendas frente a reduções dos tributos direcionados ao produtor e, portanto, deveriam ser os setores priorizados para receber políticas anticíclicas desta forma em períodos de crise. Comparando estes resultados com os setores mais influenciados no Brasil durante a crise de 2008, percebemos que apenas o setor 'Máquinas e Equipamentos' foi elegido por este trabalho como um setor atrativo, utilizando os fatores objetivos aqui determinados, e foi utilizado como fonte de estímulo à demanda agregada após receber incentivos de desoneração do IPI (XAVIER, 2016, p. 48).

Com relação ao autor, verifica-se pela plataforma lattes que é formado em Economia pela UFRJ (2013) e possui mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela mesma universidade. Observa-se, ainda, através do site LinkedIn que atualmente exerce atividades na empresa GALP (Petróleo e Energia) com o cargo de Analista de Planejamento e Controle.

No tocante à pesquisa de Pereira (2017), o autor leva em consideração a desoneração do IPI no ano de 2008 e no ano de 2012 para avaliar o efeito da diminuição do IPI sobre o comportamento da demanda, da oferta e os efeitos líquidos sobre os agentes do mercado utilizando modelo de apreçamento hedônico com painel de efeitos fixos e exercício de cálculo para verificação da variação dos preços. Segundo o autor verificou-se:

(1) O exercício de cálculo de conferência dos preços tomou como referencial a evolução da estrutura de impostos da ANFAVEA e foi constatado que os preços médios foram convertidos num percentual inferior do que foi a queda do IPI efetivo; (2) o exercício de verificação via preços hedônicos também apontou para uma diminuição de preços, porém menor que do exercício de cálculo. Isto é, o preço no exercício hedônico diminuiu menos do que o exercício de cálculo, e este último caiu num percentual menor do que o IPI. Constata-se, então, que os preços nos dois modos (cálculo e econométrico) caíram, entretanto num percentual inferior ao IPI efetivo. Ou seja, as empresas não repassaram o percentual da queda da alíquota ao valor final do automóvel. [...] Encontramos elasticidades próprias menores para veículos mais baratos e mais altas para carros com precificação elevada. [...] Foi constatado que empresas que possuem maior poder de mercado, como Fiat, Ford, Volkswagen e Chevrolet, detêm menores elasticidades próprias para seus veículos. Por outro lado, as elasticidades cruzadas para essas empresas são maiores. [...] avaliando a relação markup preço-custo observamos que ela é maior para empresas cujo comércio na maior parcela está engajado na fabricação de veículos de menor porte ao qual carregam em si maiores porções de margem já que os custos e tributos são menores. [...]. (PEREIRA, 2017, pp. 120-121).

No que tange ao autor, nota-se, através do curriculum lattes, que é economista formado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 2014 e mestre em Economia Aplicada pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP em 2017. Através do sítio LinkedIn observou-se que o autor trabalhou como consultor na LCA Consultores e que atualmente possui vínculo institucional como Economista na FGV.

Para Geracy (2018), verificou-se que o autor procurou avaliar com seu estudo o impacto das alterações tributárias do IPI sobre o mercado de trabalho entre os anos de 2007 a 2012. O autor separou a avaliação para dois períodos devido às características macroeconômicas, sendo o primeiro 2007 a 2010 e o segundo 2010 a 2012. Em relação aos resultados, o período 2007 a 2010 foi o foco.

As estimativas não apontaram impactos significativos das desonerações do IPI sobre a criação líquida de empregos em nenhum dos períodos investigados, o que não significou, entretanto, que a política não tenha afetado o mercado de trabalho. No período 2007-2010, de intensificação das medidas anticíclicas e de retomada do crescimento econômico, foram observados efeitos positivos das desonerações sobre as admissões (a significância de 10%) - estimando-se que uma redução de -1.0 p.p no IPI resultaria em crescimento de 1.35 p.p das admissões (estimativa menos sujeita aos riscos de distorções por questões de endogeneidade). Além disso, foram observadas associações positivas entre as desonerações e as demissões, sugerindo uma relação imbricada entre a geração de novas vagas e o crescimento dos desligamentos, sem, contudo, ser identificada uma relação de causalidade

na especificação de referência. Também foi observada uma associação inesperada entre desonerações e redução dos níveis salariais, indicando que o aquecimento das contratações poderia ter incentivado um aumento da oferta de trabalho superior à demanda ou ter sido direcionado para postos de menor remuneração, mas essa relação não foi estatisticamente significativa na especificação menos sujeita aos riscos de distorções na estimativa (GERACY, 2018, p. 97).

No que tange ao autor, a pesquisa na plataforma Lattes e LinkedIn não possibilitou informações sobre formação e empregabilidade, além do Mestrado profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento na área de concentração em Economia, no IPEA.

Dessa forma, verifica-se através desse tópico seis estudos produzidos em cinco instituições diferentes a partir de 2015. Destes, dois estudos produzidos em programa de mestrado da FGV-SP, um estudo em programa de mestrado da PUC-SP, um estudo em programa de mestrado da UFRJ, um estudo em programa de mestrado da USP e um estudo em programa de mestrado profissional no IPEA. Observa-se, ainda, que dois estudos são específicos sobre o setor de automóveis e três levam em consideração os demais setores.

Logo, percebe-se semelhanças nos conteúdos produzidos por economistas na academia e por jornalistas nos veículos de comunicação, porém não para a totalidade dos conteúdos verificados através da análise de conteúdo categórico. Constatou-se que a categoria da análise de conteúdo categórico VIII, que traz matérias sobre venda e produção para os setores, está presente nos trabalhos de Graupen (2015) e Ramos (2015), quando pontuam o aumento do nível da venda e produção.

Constatou-se também que a categoria de análise de conteúdo categórico XIV, composta por conteúdos que abordam os reflexos na economia advindos da desoneração, está presente em Fantinatti (2015) quando pontua que o resultado para bens duráveis foi positivo e estimulou a atividade econômica, em um primeiro momento, através do produto da economia. Ainda, para a categoria XIV verifica-se que o trabalho de Geracy (2018) demonstra a relação positiva da desoneração do IPI com o mercado de trabalho, em especial nas admissões e ainda o estudo de Graupen (2015) quando conclui por melhora no nível de emprego.

Verificou-se também que a categoria de análise de conteúdo categórico IX está presente no estudo de Graupen (2015) quando pontua o aumento da oferta de crédito. Observou-se a presença da categoria de análise de conteúdo VII que traz matérias sobre o não repasse da redução da alíquota no estudo Graupen (2015) quando pontua que o setor da construção foi menos afetado pelas políticas aplicadas posto que a citada categoria de análise de conteúdo traz matérias sobre o não repasse da alíquota para alguns produtos relacionados à construção civil, no início do decreto de

desoneração, bem como entidade patronal informando que para ter resultado, a desoneração não poderia ser de apenas três meses, posto que os reflexos para esse setor demoram mais a serem sentidos.

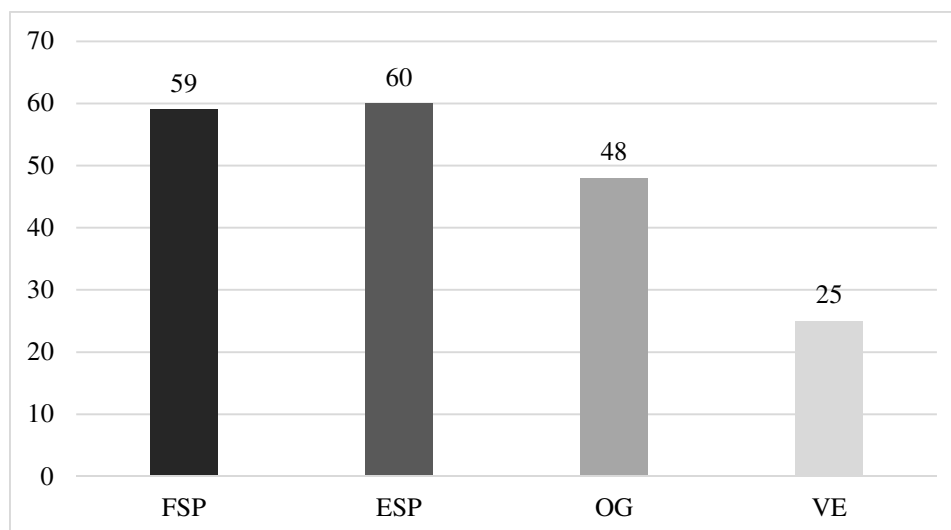
Para a categoria VII, o estudo de Pereira (2017) demonstra o não repasse do incentivo no mesmo percentual da redução da alíquota aos preços finais. Ele esclarece que conforme dados da ANFAVEA, os preços médios dos produtos foram convertidos num percentual inferior do que foi a queda do IPI efetivo. Contudo tal verificação pautou-se apenas no setor automobilístico, um dos contemplados com a desoneração do IPI.

Resta enfatizar que o estudo de Xavier (2016) defende que dos setores contemplados somente o de 'Máquinas e Equipamentos' deveria receber o incentivo, conforme metodologia utilizada na pesquisa, porém não traz resultados que possam ser correlacionados com as categorias da análise de conteúdo categórico.

6.2.2 Os economistas e a desoneração do IPI nos jornais

Destina-se, através desse tópico, analisar a interação do campo dos economistas com o campo dos jornalistas, considerando a produção de matérias jornalísticas, ou seja, detectar a partir da assinatura das matérias se as mesmas foram produzidas por economistas ou jornalistas e com essa informação verificar se há diferenças ou semelhanças nos conteúdos produzidos por esses dois profissionais. O gráfico 3 traz o quantitativo de profissionais que assinaram a matéria em cada jornal, independentemente de ser economista ou jornalista.

Gráfico 3: Quantitativo de profissionais que assinam a matéria



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018)

Conforme gráfico 3, constata-se para o jornal FSP que 59 profissionais diferentes assinaram matérias no *corpus* da pesquisa. Deste total, 79,7% são jornalistas, 1,7% tem formação em Jornalismo e Ciências Sociais, 1,7% tem formação em Sociologia, 1,7% possui formação em Letras e Ciências Sociais. Ainda 15,2% das matérias não possuíam assinaturas de profissionais, mas indicavam a responsabilidade (ex.: Sucursal de Brasília, Reuters etc.). Logo, verifica-se que do montante de profissionais que assinaram as matérias no jornal FSP, 79,7% possuem formação em jornalismo (exclui-se aqui os profissionais com duas formações sendo uma delas Jornalismo) e, ainda, que não há profissionais com formação em Economia assinando matérias desse jornal.

Para o jornal ESP, verificou-se que 60 diferentes profissionais assinaram matérias no *corpus* da pesquisa. Destes, 85% são jornalistas. 5,1% são jornalistas, mas possuem uma segunda formação (Filosofia e Teologia; História; Letras); 1,6% tem formação em Economia; 1,6% tem formação em Engenharia de Produção Elétrica; 1,6% possui formação em relações internacionais; e 5,1% das matérias estão sem identificação de profissionais, porém com responsabilidade descrita (ex.: Sucursal de Brasília, Reuters etc.). No tocante ao campo dos economistas, pontua-se que o profissional André Sacconato (Doutor em Teoria Econômica pela USP) assinou uma matéria (matéria nº 196), porém conjuntamente com a jornalista Mariana Oliveira. Que do montante de profissionais que assinaram as matérias no jornal ESP, 85% possuem formação em Jornalismo (Excluem-se aqui os profissionais com duas formações sendo uma delas Jornalismo).

Para ao jornal OG, verificou-se 48 profissionais diferentes assinando matérias. Desses, 91,7% são jornalistas, 4,3% são jornalistas e possuem mais uma formação (Direito; Letras), 2% tem formação em Engenharia Civil e 2% não têm identificação. Do montante de profissionais que

assinaram as matérias no jornal FSP, 91,7% possuem formação em jornalismo (Exclui-se aqui os profissionais com duas formações sendo uma delas Jornalismo) e, ainda, que não há profissionais com formação em Economia assinando matérias desse jornal.

Para o jornal VE verificou-se 25 profissionais assinando as matérias. Desses, 84% são jornalistas, 8% têm formação em Jornalismo e Economia; 4% possui formação em Direito e 4% não possui identificação. Observa-se que do montante de profissionais que assinaram as matérias no jornal VE, 84% possuem formação em Jornalismo (Exclui-se aqui os profissionais com duas formações sendo uma delas Jornalismo) denotando maior homogeneidade para os profissionais do campo dos jornalistas. Destaca-se, ainda, que não há profissionais com formação em Economia assinando matérias desse jornal, demonstrando, portanto, o silêncio do campo dos jornalistas na produção de conteúdos noticiosos do jornal em questão.

Verificou-se que das 192 assinaturas diferentes nas matérias, 84,9% são de jornalistas, 0,5% tem formação em Economia; 4,2% têm formação em Jornalismo e ainda formação em uma segunda profissão; 3,1% possuem outra formação, 1% tem assinatura, mas não identificamos a formação do profissional e 6,3% não possuem assinatura, mas estão identificadas (sucursal de Brasília, Reuters etc.). Logo, verifica-se que no montante de assinaturas do *corpus* 0,5% corresponde à profissional do campo dos economistas, porém assinando conjuntamente a matéria com uma jornalista, caracterizando assim maior homogeneidade de matérias produzidas por jornalistas.

Deste modo, tendo como referência nossa questão de pesquisa - a política de desoneração do IPI, quanto a abordagem acadêmica e a produção de matérias jornalísticas refletiram o silêncio do campo dos economistas? - não foi possível respondê-la plenamente. Na produção científica da academia verificou-se seis estudos realizados entre 2015 e 2018 que abordavam em seus resultados algumas categorias de análise de conteúdo categórico. Não constava a abordagem plena do assunto, considerando todos os conteúdos verificados; mas também não se detectou silêncio por parte do campo dos economistas para a produção científica.

No que concerne à assinatura das matérias jornalísticas, pontua-se que 1% das matérias jornalísticas foi produzida por jornalistas que possuem formação, também, em Economia. No entanto resta claro que na época das matérias produzidas, as duas profissionais que possuem formação em Economia eram contratadas como jornalistas pelo veículo de comunicação, segundo pesquisa realizada no LinkedIn. A produção de 0,5% das matérias por um economista, assinando conjuntamente com jornalista, demonstrou o silêncio do campo dos economistas para produção de conteúdo jornalístico e assinatura de matérias.

Para a produção científica não há possibilidade de constatar totalmente o silêncio do campo dos economistas para o tema política fiscal de desoneração do IPI. Mas não se verificou estudos que abordassem todos os resultados para a economia advindos da citada política. Na produção de matérias nos jornais há o silêncio do campo dos economistas, posto que em um universo de 192 profissionais diferentes, apenas um economista assinou a matéria, não sendo possível fazer comparações entre os conteúdos produzidos por economistas e jornalistas.

Observa-se ainda que não se verificou tanto para a produção acadêmica, quanto para a produção de matérias jornalísticas, o tema financeirização enfatizado pelo campo dos economistas, conforme pontuado pela revisão de literatura sobre a constituição do campo dos economistas no Brasil. Tal fato explica-se em parte devido à política fiscal de desoneração do IPI, tema desse trabalho, não estar diretamente relacionada à financeirização da economia e em parte porque, como exposto acima, constatou-se o silêncio do campo dos economistas sobre o tema devido em especial às características da crise econômica que se tornou sistêmica a partir de instituições financeiras no EUA.

6.3 Performatividade na economia e a participação dos jornais

Objetiva-se neste tópico analisar se a produção de diferentes imagens da economia, que aqui pontuamos como quadros (enquadramentos), tem efeito performativo sobre a economia. Neste contexto, pontua-se que ao escolher valores que constituem a notícia e assim descrever a forma como a economia opera, os jornalistas desempenham um papel de informar sobre a economia.

Contudo, em se tratando de políticas econômicas, verifica-se que ao informar sobre o assunto, o jornalista em um primeiro momento tende a produzir matérias sobre a prescrição da política fiscal de desoneração do IPI, trazendo os detalhes de seu funcionamento e o espaço de tempo de sua duração, e em segundo momento, os resultados produzidos na economia a partir da política prescrita, analisando se os resultados para essa prescrição possuem efeito indutivo na economia através dos conteúdos, enquadramentos e vozes presentes nas matérias, colaborando assim para a sua performatividade.

Através da análise de conteúdo categórico, é possível verificar categorias onde um recorte de matérias possui efeito de prescrever a política fiscal de desoneração do IPI adotada pelo governo para estimular a demanda agregada e ainda observar categorias onde um recorte de matérias trazem os resultados na economia provenientes da prescrição da citada política.

Em relação à performatividade, verifica-se que a notícia produz diferentes imagens sobre a

economia e estas imagens possuem efeito performativo sobre a economia. Posto isso e levando em consideração a revisão de literatura sobre performatividade, verificaremos quais são os enquadramentos e as vozes presentes na formação das categorias de conteúdos categóricos que prescrevem e demonstram os resultados na economia oriundos da política econômica observada. O foco é observar se esses quadros possuem efeito prescritivo e indutivo sobre a economia, colaborando, portanto, com a sua performatividade.

A tabela 5 traz a participação (porcentual) de cada categoria de análise de enquadramento na constituição da categoria de análise de conteúdo categórico para assim analisar se a produção de matérias contendo diferentes imagens da economia, que aqui pontuamos como quadros (enquadramentos) complementados pelas vozes presentes em cada categoria analisada, possui efeito prescritivo e indutivo na economia, colaborando para a performatividade na economia.

Tabela 5: Percentual de cada tipo de enquadramento em cada categoria de análise de conteúdo categórico.

Categoria Conteúdo	Categorias de Enquadramento									
	EMTI	EMTR	GOTI	ECON	MERC	DECO	PESS	EXPE	DISP	OTRS
I	20,6%	5,9%	41,2%	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%	17,6%	0%	2,9%
II	2%	6%	42%	2%	0%	2%	0%	44%	0%	6,3%
III	12,5%	3,1%	15,6%	3,1%	3,1%	3,1%	12,5%	40,6%	0%	6,3%
IV	47,1%	0%	11,8%	11,8%	0%	5,9%	11,8%	0%	0%	11,8%
V	0%	0%	71,4%	14,3%	0%	0%	14,3%	0%	0%	0%
VI	0%	0%	41,2%	0%	0%	5,9%	5,9%	23,5%	0%	23,5%
VII	42,9%	0%	0%	28,6%	14,3%	0%	0%	0%	0%	14,3%
VIII	19,3%	0%	0%	2,4%	2,4%	63,9%	2,4%	7,2%	0%	2,4%
IX	16,7%	0%	33,3%	0%	16,7%	0%	0%	16,7%	0%	16,7%
X	10%	0%	60%	0%	0%	0%	0%	25%	0%	5%
XI	7,4%	0%	18,5%	51,9%	3,7%	3,7%	0%	0%	0%	14,8%
XII	12%	12%	32%	0%	0%	0%	0%	44%	0%	0%
XIII	0%	0%	0%	0%	2,4%	0%	0%	0%	97,6%	0%
XIV	3,3%	0%	0%	70%	6,7%	6,7%	6,7%	3,3%	0%	3,3%
XV	11,1%	0%	0%	11,1%	5,6%	55,6%	11,1%	0%	0%	5,6%
XVI	7,9%	0%	5,3%	7,9%	2,6%	7,9%	0%	2,6%	0%	65,8%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do *corpus* de pesquisa (2018)

Para tanto, conforme tabela 5, verifica-se que as categorias para análise de conteúdo categóricos I (Desoneração IPI), II (Prorrogação da desoneração do IPI) e X (IPI Verde) são compostas, não em sua totalidade, por matérias jornalísticas que prescrevem a política fiscal de desoneração do IPI através de conteúdo que enfatiza a publicação dos decretos de desoneração do IPI, a prorrogação desses decretos e decretos que enfatizam o IPI verde (desoneração do IPI para produtos reciclados, produtos da linha branca com selo de economia de energia elétrica e

automóveis bicomustíveis). Tais matérias trazem informação que possui efeito de prescrição da política econômica adotada pelo governo que, para este estudo, é fiscal e pautada na desoneração tributária. Contudo, há exceções em cada categoria, classificadas como prescritivas para a política adotada, que serão descritas oportunamente em parágrafos específicos para cada categoria de análise de conteúdo categórico e sua formação através das categorias de análise de enquadramento.

Posto isso, as informações sobre resultados na economia para os setores contemplados pela desoneração advinda da política econômica prescrita estão disponibilizadas nas matérias jornalísticas pertencentes às seguintes categorias de análise de conteúdo categórico: VI (Solicitação de contrapartida dos setores contemplados), VIII (Dinâmica da venda e produção dos setores contemplados), IX (Aumento do crédito ofertado), XI (Arrecadação de tributos), XII (Desoneração tributária para outros setores), XIV (Reflexos na economia) e XV (Dinâmica dos estoques de produtos). Entretanto há exceções para as matérias com conteúdo sobre os resultados na economia, assim como há para as sobre prescrições e serão descritas oportunamente em parágrafos específicos que tratarão de cada categoria de análise de conteúdo categórico e sua formação através das categorias de análise de enquadramento nessa análise.

Salienta-se a não utilização para essa análise da categoria III (Não prorrogação da desoneração do IPI) composta por matérias sobre o retorno do IPI à alíquota original, portanto não prescrevendo a política de desoneração do IPI nem trazendo resultados na economia para a política prescrita. Também não se utilizou matérias classificadas na categoria V (Aumento da alíquota de IPI de outros produtos), posto que as mesmas trazem conteúdo sobre prescrição, porém de uma política fiscal com aumento de alíquota de impostos utilizada para aumentar o IPI de alguns setores com o intuito de compensar queda na arrecadação proveniente da desoneração do IPI para os setores contemplados pelos decretos utilizados nesse estudo.

Pontua-se a não utilização das matérias alocadas na categoria VII (Não repasse da redução da alíquota) compostas por conteúdos que abordam que as empresas não repassaram a alíquota reduzida ao preço final e conteúdos com informações das empresas afirmando que o repasse foi realizado.

Assinala-se, também, a não utilização das matérias classificadas nas categorias XIII e XVI. Para a categoria XIII (Contencioso do crédito-prêmio do IPI) verifica-se que seu conteúdo não se relaciona à política fiscal de desoneração do IPI e sim a uma demanda judicial que estava em julgamento no STF por ocasião desse estudo. Para a categoria XVI (outros) observa-se conteúdo não pertencente a nenhuma das categorias anteriores de análise de conteúdo categórico e que por

possuir assuntos diversos com baixo quantitativo de matérias para cada conteúdo, não foi possível a elaboração de uma categoria específica para esse conteúdo.

6.3.1 Prescrição da política fiscal de desoneração do IPI

Conforme verificado anteriormente, as categorias I, II e X da análise de conteúdo categórico prescrevem a política de desoneração do IPI, ou seja, através do conteúdo das matérias verifica-se o efeito de prescrever a política fiscal de desoneração do IPI para assim os agentes econômicos moldar suas ações na economia com intuito de atingir os resultados esperados na economia, ou seja, aumento da demanda agregada refletido no aumento do consumo, produção, manutenção e aumento dos empregos, em especial.

Verifica-se através da tabela 5 que nas matérias da Categoria I (Desoneração IPI), 7,7% das matérias, predomina o enquadramento GOTI (Técnico Informativo Governo) com 41,2%; seguido por EMTI (Técnico Informativo Setor Empresarial) com 20,6% e por EXPE (Expectativa) com 17,6%. Observa-se que a categoria I é composta por 34 matérias e que dessas 28 prescrevem a política fiscal de desoneração do IPI. Desse montante, o enquadramento GOTI compõe-se de 14 matérias, e o enquadramento EMTI compõe-se de 7 matérias, sendo que todas prescrevem a referida política. O enquadramento EXPE compõe-se de 6 matérias, sendo que 3 matérias prescrevem e 3 matérias não prescrevem a política em questão (1 matéria no jornal FSP e 2 matérias no jornal ESP).

Sobre as vozes predominantes, verifica-se que a categoria I possui 82,3% de suas vozes concentradas nas categorias que formam as vozes do governo e as vozes do empresariado, ou seja, 48,5% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do empresariado (ID, CM, EP, JS) e ainda 33,8% de suas vozes nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do governo (PL, GO, GS, GM).

Assim, em síntese, para a categoria I, verifica-se que os enquadramentos GOTI e EMTI, em sua totalidade de matérias, prescrevem a política de desoneração do IPI e que as vozes dominantes estão concentradas também, assim como os enquadramentos, em categorias relacionadas ao setor governamental e empresarial, reforçando os quadros verificados.

Para as matérias da categoria II (Prorrogação da desoneração do IPI), 11% das matérias, predomina o enquadramento EXPE (Expectativa) com 44,2%; seguido por GOTI (Técnico Informativo Governo) com 42%. Observa-se que a categoria II é composta por 50 matérias e que dessas 33 prescrevem a política fiscal de desoneração do IPI. Desse montante, o enquadramento

EXPE compõe-se de 22 matérias, sendo que 9 prescrevem e 13 não prescrevem a referida política (5 matérias no jornal FSP, 3 matérias no jornal ESP, 2 matérias no jornal OG e 3 matérias no jornal VE); o enquadramento GOTI compõe-se de 21 matérias que prescrevem, em sua totalidade, a política fiscal de desoneração do IPI.

Nas vozes da categoria II verifica-se que 81,2% estão concentradas nas categorias que formam as vozes do governo e as vozes do empresariado, ou seja, 49,5% de suas vozes nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do governo (PL, GO, GS, GM), e ainda, 31,7% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do empresariado (ID, CM, EP, JS).

Logo, em síntese, para a categoria II, verifica-se que o enquadramento GOTI, em sua totalidade de matérias, prescreve a política de desoneração do IPI e que o 40,9% das matérias do enquadramento EXPE prescrevem a referida política, assim como observa-se que a totalidade das matérias da categoria II possui vozes concentradas em categorias relacionadas ao setor governamental e empresarial, mesmo para a categoria EXPE, reforçando os quadros verificados.

Nas matérias da categoria X (IPI Verde), 4,4% das matérias, predomina o enquadramento GOTI (Técnico Informativo Governo) com 60%, seguido por EXPE (Expectativa) com 25% e o por EMTI (Técnico Informativo Setor Empresarial) com 10%. Constatase que a categoria X é composta por 20 matérias e que dessas 10 prescrevem a política fiscal de desoneração do IPI, todas classificadas no enquadramento GOTI, que possui na totalidade 12 matérias, onde 2 não prescrevem a política de desoneração do IPI. Verifica-se que a totalidade de matérias para os enquadramentos EXPE e EMTI não prescreve a política de desoneração do IPI.

Para as vozes da categoria X, observa-se que 92,4% estão concentradas nas categorias que formam as vozes do governo e do empresariado, ou seja, 50,9% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do empresariado (ID, CM, EP, JS) e ainda 41,5% de suas vozes nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do governo (PL, GO, GS, GM).

Em síntese verifica-se que 83,4% das matérias do enquadramento GOTI prescrevem a política de desoneração do IPI e que todas as matérias do enquadramento EXPE e EMTI não prescrevem a referida política. Observa-se ainda que as vozes dominantes, para a categoria X, estão concentradas também em categorias de vozes relacionadas ao setor governamental e empresarial, em especial para a porcentagem do enquadramento GOTI que possui efeito prescritivo, reforçando o quadro verificado.

Verifica-se que três categorias de análise de conteúdo categórico, que perfazem 23,1% do total das matérias produzidas no *corpus*, possuem matérias classificadas como prescritivas com conteúdo elaborado considerando os decretos promulgados pelo governo Federal, no intuito de prescrever à audiência dos jornais a política fiscal de desoneração do IPI. Tais conteúdos são de natureza descritiva sobre a política econômica adotada, ou seja, prescrevem através das matérias dos jornais o modelo econômico adotado e suas características e possuem em sua constituição, conforme verificado, enquadramentos também prescritivos.

Não foi possível verificar na totalidade das referidas categorias de conteúdo categórico esse efeito prescritivo, ou seja, conteúdo que ao ser utilizado na produção da matéria jornalística tem o sentido de prescrever a política de desoneração do IPI com o intuito de informar aos agentes econômicos que a partir dessa informação, eles podem moldar suas ações econômicas conforme a prescrição realizada. Logo, metade das matérias alocadas no enquadramento EXPE não possui efeito prescritivo na categoria I para a referida política econômica. Para o enquadramento EXPE, presente na categoria II, observa-se que 40,9% prescrevem a política e 50,1% não prescrevem a política econômica. Verifica-se ainda que 100% das matérias do enquadramento EXPE da categoria X não prescrevem a política fiscal em questão.

Para o enquadramento GOTI é possível verificar exceção quanto à prescrição na categoria X onde 83,5% prescrevem a política e 16,5% não prescrevem a política de desoneração do IPI. Logo para as demais categorias, ou seja, categoria I e II, em sua totalidade para o enquadramento GOTI, há efeito prescritivo da política de desoneração do IPI na economia.

Para ao enquadramento EMTI, verifica-se exceção na categoria X onde 100% das matérias classificadas para esse enquadramento não prescrevem a política de desoneração do IPI. Mas a totalidade de matérias presentes no enquadramento EMTI que compõe a categoria I prescreve a política de desoneração do IPI.

Os enquadramentos GOTI, EMTI e EXPE formadores das categorias I, II e X possuem em suas matérias conteúdo que prescreve a política fiscal de desoneração do IPI, salvo exceções explicadas nos parágrafos anteriores e, portanto, apresentam para a política econômica efeito prescritivo sobre os agentes econômicos.

Verificou-se ainda complementarmente que para as três categorias de análise de conteúdo categórico que possuem efeito prescritivo sobre a política de desoneração do IPI, há predominância de vozes alocadas nas categorias de análise de vozes que conjuntamente denominamos vozes do governo (PL, GO, GS, GM) e também nas categorias de análise de vozes que conjuntamente

denominamos vozes do empresariado (PL, GO, GS, GM). Verifica-se também que as vozes presentes na matéria dão autoridade aos conteúdos transmitidos, ou seja, as vozes do governo que elaborou a política de desoneração do IPI e as vozes do empresariado interessado que a política elaborada, descrita e prescrita através dos jornais, traga resultados para a economia. Pontua-se ainda que as vozes são utilizadas para demonstrar a credibilidade da matéria elaborada, ou seja, os jornalistas escolhem as vozes para elaboração da matéria com o intuito de complementá-la, e assim, trazer sentido de confirmação dos fatos relatados. Como as matérias elencadas nesse primeiro momento, ou seja, na prescrição da política, possuem sentido mais técnico de descrever o postulado econômico com informações que transformem os decretos do governo para a desoneração do IPI em conteúdo jornalístico escrito para audiência dos jornais, tais conteúdos técnicos são complementados com vozes do governo e das empresas, ambos interessados nos resultados na economia provenientes da política fiscal de desoneração do IPI.

6.3.2 Os resultados na economia para a política fiscal de desoneração do IPI prescrita

Sequencialmente, observa-se em um segundo recorte matérias que tendem a complementar as matérias anteriores que possuem sentido de prescrever a política fiscal de desoneração do IPI, isto é, matérias que apresentem conteúdos que trazem o resultado da prescrição na economia, ou seja, que demonstram efeito indutivo na economia através dos resultados apresentados, colaborando para a performatividade na economia para a política econômica analisada.

Logo através da tabela 5, observa-se que para as matérias da categoria VI (Solicitação de Contrapartida dos setores contemplados), 3,8% das matérias, prevalece o enquadramento GOTI (Técnico Informativo do Governo) com 41,2% e o EXPE (Expectativa) com 23,5%. Pontua-se que 100% das 17 matérias trazem quadros que demonstram resultados na economia provenientes da política econômica prescrita e ainda, que todas as matérias abordam a contrapartida solicitada aos setores contemplados, que mantiveram o emprego, salvo contratos temporários que ao findar não foram renovados, sendo que tal assunto está presente em uma matéria que demonstra que o nível de emprego estava caindo nas montadoras mesmo com o nível de produção aumentando e que esses empregos eram provenientes de contratos de trabalho temporário que não foram renovados.

Observa-se ainda que a categoria VI possui 88,9% de suas vozes concentradas nas categorias que formam as vozes do governo e as vozes do empresariado, e ainda na categoria sindicato (SI), ou seja, 33,3% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do empresariado (ID, EP, JS), com exceção da categoria vozes do comércio (CM); 26,7% de suas

vozes nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do governo (PL, GO, GS, GM) e ainda 28,9% na categoria SI.

Logo, em síntese, a categoria VI é formada por matérias alocadas nos enquadramentos GOTI e EMTI, principalmente, sendo que todas trazem quadros com conteúdo pautado nos resultados da economia para a política prescrita e ainda, que as vozes predominantes estão relacionadas as categorias dos setores governamental, empresarial e sindical, sendo as vozes dos dois últimos setores predominantes nos quadros analisados. Ressalta-se ainda, que as vozes dos sindicatos complementam as matérias, ao opinar sobre a manutenção dos empregos e também ao pontuar sobre o fim de contratos de trabalhos temporários, solicitando nesse último tema a manutenção do emprego para esses contratados.

Nas matérias da categoria VIII (Dinâmica da Venda e produção dos setores contemplados), 18,3% das matérias, prevalece o enquadramento DECO (Dinâmica da Oferta, da Demanda, da Produção e do Consumo) com 63,9% e o EMTI (Técnico Informativo do setor empresarial) com 19,3%. Pontua-se que da totalidade das 83 matérias que formam esta categoria, 85,5% trazem matérias que abordam o aumento do consumo e produção e 14,5% sobre queda no consumo e produção (queda e produção eram enfatizadas em momentos que antecederiam a prorrogação da política de desoneração do IPI), independente da categoria de análise de enquadramento. Observa-se, portanto que das 53 matérias com enquadramento DECO, 45 possuem conteúdo sobre aumento de consumo e produção e 8 sobre queda e ainda que para as 16 matérias com enquadramento EMTI, 14 são sobre aumento da produção e consumo e 2 sobre queda.

Observa-se ainda que a categoria VIII possui 82,6% de suas vozes concentradas nas categorias que formam as vozes do empresariado, e ainda na categoria consultorias e consultores (CS), ou seja, 65,9% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do empresariado (ID, CM, EP, JS) e 16,7% na categoria CS.

Assim, em síntese, a categoria VIII é formada majoritariamente pelos enquadramentos DECO, que demonstra, em especial, resultados na economia para consumo e produção; e EMTI que traz informações técnicas do setor empresarial para demonstrar os resultados econômicos para este setor, pautados em números para consumo e produção. Verifica-se ainda que as vozes corroboram com os quadros, posto que são majoritárias para setor empresarial e para consultorias e consultores, ambas as categorias de vozes relacionadas com os enquadramentos majoritários que formam a categoria VIII.

No tocante às matérias da categoria IX (Aumento do crédito ofertado), 1,3% das matérias, predomina o enquadramento GOTI (Técnico Informativo do Governo) com 33,3%, o EMTI (Técnico Informativo do Setor Empresarial) com 16,7%, o MERC (Avaliação do Mercado) com 16,7% e o EXPE (Expectativa) com 16,7%. Da totalidade de 6 matérias, todas abordam o aumento da oferta de crédito na economia, trazendo resultados para a política prescrita.

Observa-se ainda que a categoria IX possui 88,8% de suas vozes concentradas nas categorias que formam as vozes do governo e do empresariado, e ainda na categoria consumidores (CR), ou seja, 33,3% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do governo (PL, GS, GM), com exceção da categoria GO; 44,4% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do empresariado (CM, EP), com exceção para as categorias ID e JS que não pontuaram e ainda 11,1% na categoria CR.

Em síntese, a totalidade das matérias para categoria IX possuem enquadramentos que demonstram resultados na economia e que as vozes concentradas no governo, nas empresas e nos consumidores enfatizam esses enquadramentos, posto que se trata do público de interesse considerada a oferta de crédito.

Para as matérias da categoria XI (Arrecadação de tributos), 6% das matérias, prevalecem os enquadramentos ECON (Variáveis econômicas) com 51,9% e GOTI (Técnico Informativo do Governo) com 18,5%. Pontua-se que da totalidade de 27 matérias, 70,4% abordam a diminuição na arrecadação do IPI e 25,9% abordam o aumento de arrecadação de outros tributos em detrimento da política de desoneração do IPI (aumento da venda de carros ocasionando aumento na arrecadação do IPVA, por exemplo). Contudo, resta informar que 3,7% das matérias que estão classificadas como enquadramento DECO abordam a arrecadação de IPI sobre a fabricação do cigarro e não sobre os resultados para a política especificada, sendo, portanto, exceção para essa categoria de análise de conteúdo categórico.

Observa-se ainda que a categoria XI possui 60,8% de suas vozes concentradas nas categorias que formam as vozes do governo e na categoria consultoria e consultores (CS), ou seja, 41,2% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do governo (GO, GS, GM), com exceção para a categoria PL que não pontuou; e 19,6% na categoria CS.

Assim, em síntese, a categoria XI é formada majoritariamente pelo enquadramento ECON que demonstra, em especial, resultados na economia para a arrecadação de impostos; e GOTI que traz informações técnicas do setor governamental sobre a arrecadação dos impostos, demonstrando assim resultados na economia provenientes da política prescrita. Observa-se que as vozes

corroboram com os quadros, posto que são majoritárias para setor governamental e consultorias e consultores, ambas as categorias relacionadas com os enquadramentos majoritários que trazem dados técnicos do governo e análises de consultorias e consultores (majoritariamente na categoria ECON).

Em relação às matérias da categoria XII (Desoneração Tributária para Outros Setores), 5,5% das matérias, prevalece o enquadramento EXPE (Expectativa) com 44%, o GOTI (Técnico Informativo do Governo) com 32%, o EMTI (Técnico informativo do setor empresarial) com 12% e o EMTR (Técnico reivindicativo do setor empresarial) com 12%. Constata-se que a categoria XII é composta por 25 matérias e que todas demonstram outros setores solicitando desoneração do IPI, ou seja, utilizando-se da audiência da imprensa para serem contemplados pela política de desoneração do IPI, sendo, portanto, agentes indutores na economia. Verifica-se em especial que a dinâmica para a categoria deu-se com o setor empresarial reivindicando desoneração para seus setores não contemplados até o momento, dentre eles, linha branca, construção civil, máquinas e equipamentos, móveis; e com o setor governamental confirmando a intenção de conceder a desoneração. Verifica-se, ainda, que o enquadramento EXPE compõe-se de 11 matérias, sendo que 9 são pautadas em informações do governo e 2 em informações do setor empresarial.

Nas vozes presentes na categoria XII, observa-se 76,9% delas concentradas nas categorias que formam as vozes do governo e do empresariado, ou seja, 43,1% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do empresariado (ID, CM, EP, JS), e ainda 33,8% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do governo (PL, GO, GS, GM).

Em síntese, verifica-se que a categoria XII é formada majoritariamente pelos enquadramentos EXPE, GOTI, EMTI e EMTR, todos indutores para desonerações a novos setores da economia. As vozes para os enquadramentos majoritários são predominantemente de categorias relacionadas aos setores empresarial e governamental, portanto reforçam o conteúdo explicitado.

Nas matérias da categoria XIV (Reflexos na economia), 6,6% das matérias, predomina o enquadramento ECON (Variáveis econômicas) com 70%. Pontua-se que da totalidade de 30 matérias dessa categoria, 93,3% demonstram os resultados da economia e em especial PIB e inflação, ressaltando a reação da economia com variação positiva do PIB e com a inflação controlada no período da pesquisa e 6,7% das matérias trazendo resultados econômicos, porém para o período após a finalização do decreto, ou seja, demonstrando os resultados na economia provenientes do retorno das alíquotas do IPI, para os setores contemplados, aos patamares

anteriores à política fiscal de desoneração do IPI. Observa-se ainda uma matéria específica na categoria de enquadramento MERC falando sobre a euforia da Bolsa de Valores, com aumento do valor das ações das empresas de varejo devido ao crescimento das vendas provenientes dos resultados alcançados com a política de desoneração do IP e acarretando valorização das empresas.

Observa-se ainda que a categoria XIV possui 70,4% de suas vozes concentradas nas categorias que formam as vozes do empresariado e na categoria consultorias e consultores (CS) e academia (AC); ou seja, 36,6% de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do empresariado (ID, CM, EP, JS), 22,5% na categoria CS e ainda 11,3% de suas vozes alocadas na categoria AC.

Sendo assim, para a categoria XIV, verifica-se que 93,3% das matérias possuem enquadramentos que demonstram o resultado na economia proveniente da política prescrita, sendo que os enquadramentos ECON são majoritários na amostra. Observa-se ainda a predominância de vozes do setor empresarial, consultores e consultorias e academia, e que as mesmas enfatizam os enquadramentos e os resultados apresentados na economia.

Para as matérias da categoria XV (Dinâmica dos estoques de produtos), 4% das matérias, preponderam o enquadramento DECO (Dinâmica da oferta, da demanda, da produção e do consumo) com 55,6%, o EMTI (Técnico informativo setor empresarial) com 11,1%, o ECON (Variáveis econômicas) com 11,1 % e o PESS (Pessimismo) com 11,1%. Da totalidade de 18 matérias, 76,5% trazem matérias sobre a elevação dos estoques nas montadoras e concessionárias e 23,5% trazem matérias sobre diminuição dos estoques proveniente da elevação das vendas nas concessionárias. Assim, separadamente por enquadramentos, verifica-se que 55,6% do total da categoria classifica-se no enquadramento DECO, desse total, 60% trata da elevação do estoque e 40% da diminuição do estoque; 11,1% classifica-se no enquadramento EMTI que traz dados econômicos técnicos do setor empresarial sobre a diminuição dos estoques proveniente do aumento das vendas; 11,1% classifica-se no enquadramento ECON com dados relacionados ao aumento dos estoques para atendimento às exportações e 11,1% classifica-se no enquadramento PESS que traz a elevação dos estoques próximo ao período de finalização da política como forma de manterem os preços reduzidos por mais um período de tempo devido ao pessimismo sobre a diminuição das vendas caso o aumento do preço fosse repassado imediatamente após a normalização das alíquotas ao patamar original.

Constata-se ainda que a categoria XV possui 82,9% de suas vozes concentradas nas categorias que formam as vozes do empresariado e na categoria consumidores (CR), ou seja, 70%

de suas vozes alocadas nas categorias que conjuntamente denominamos vozes do empresariado (ID, CM, EP, JS) e ainda 12,9% de suas vozes alocadas na categoria CR.

Em síntese, constata-se que 100% das matérias da referida categoria demonstram resultados na economia para a política de desoneração do IPI. Verifica-se ainda que as vozes reforçam os enquadramentos, posto que as mesmas são do setor empresarial informando a dinâmica dos estoques para o período e do consumidor, em especial de automóveis, enfatizando a diminuição do estoque através da falta de alguns modelos para a entrega imediata logo após venda consumada. Sendo assim, as vozes majoritárias concentram-se em categorias que constituem público de interesse para os resultados da política.

Há sete categorias de análise de conteúdo categórico que perfazem 45,5% do total das matérias produzidas no *corpus*, e são compostas por matérias que demonstram o resultado na economia proveniente da política de desoneração do IPI prescrita pelas categorias I, II e X. Pontua-se como exceção 3,8% de enquadramento DECO, presente na categoria XI, que aborda a arrecadação de IPI sobre a fabricação do cigarro e não sobre os resultados para a política especificada.

Salienta-se que as matérias inerentes às setes categorias são constituídas por conteúdos provenientes das consequências verificadas na economia a partir da prescrição da política de redução do IPI, classificada como fiscal. Logo, os enquadramentos formadores das categorias de conteúdos categóricos apresentam os resultados econômicos advindos de uma política econômica que prescreve a redução tributária, e tais enquadramentos, correlacionados ao conteúdo analisado e enfatizado por vozes utilizadas, agem como indutores da economia, ou seja, tendem a induzir agentes econômicos a agirem conforme melhora da economia sugerida pelos quadros apresentados para as categorias de análise de conteúdo categórico.

Ressalta-se que não se verificou na análise, jornais agindo como indutores da contraperformatividade, ou seja, matérias que enfatizem que a política de desoneração do IPI prescrita não obteve resultados esperados, enfatizando a não existência de efeito indutor da economia que colabore com a contraperformatividade na economia. Pontua-se que além da verificação realizada nas categorias de análise de conteúdo categórico que prescrevem a política em questão, bem como apontam os resultados, descritas nos parágrafos anteriores, revisitou-se as categorias que não fazem parte da análise, isto é, categoria III, categoria V e categoria VII, para verificar possíveis matérias com o efeito indutor da economia de forma negativa.

Para a categoria III, com 31 matérias, perfazendo 6,8% do total da amostra, verificou-se

matérias que abordam o retorno do IPI à alíquota anterior à desoneração ofertada, mostrando em especial conteúdos sobre o aumento do preço e a preocupação do setor empresarial com a queda do consumo, porém após a finalização do prazo das desonerações. Logo, como a categoria em questão traz a reação da economia posterior ao término da política de desoneração do IPI, não é possível verificar efeito indutor negativo na economia que contradiga a política adotada e colabore com a contraperformatividade.

Para a categoria V, com 7 matérias, perfazendo 1,5% do total da amostra, verifica-se duas matérias que não podem ser classificadas como efeito indutor negativo na economia ao contradizer a política adotada e que colaborem com a contraperformatividade, mas que demonstram efeitos negativos advindos da política estudada; sendo a primeira sobre o aumento da inflação advindo do aumento da alíquota do IPI para os cigarros utilizada como instrumento compensatório para a perda de arrecadação proveniente da desoneração fiscal para outros setores e a segunda aborda o limite do governo na área fiscal, ou seja, que os efeitos das desonerações não produziria a longo prazo o efeito desejado na economia. Contudo a matéria não abordava que a política naquele momento não produzia resultados esperados na economia, apenas delimitava o tempo ao qual o governo poderia recorrer a essa política e ter os resultados aguardados.

No que concerne à categoria VII, com 7 matérias, perfazendo 1,5% do total da amostra, observa-se matérias que também não demonstram efeito indutor negativo na economia por contradizer a política adotada, e que colaborem com a contraperformatividade. Elas demonstram que no início da desoneração do IPI, e em especial para o setor da construção civil, houve reclamações por parte do governo sobre os preços que não estavam diminuindo na mesma proporção da redução da alíquota. Sobre esse assunto, o setor empresarial enfatiza que no primeiro momento, os produtos são provenientes de produção já existente com recolhimento de IPI na alíquota anterior ao patamar desonerado. Por isso, com a venda dos estoques e sua posterior renovação, as alíquotas seriam repassadas de forma integral através dos produtos novos que recolheram IPI conforme nova alíquota.

Verifica-se ainda para a categoria VII, considerando o setor da construção civil, que o mesmo por possuir diversificação de produtos necessita que o decreto de desoneração contemple tempo de duração superior a 3 meses para assim verificar efeito completo em toda a cadeia produtiva.

Constata-se que não foi possível verificar efeito indutor negativo na economia que contradiga a política fiscal de desoneração do IPI e colabore com a contraperformatividade.

Tendo como referência a questão de pesquisa - Os jornais impressos brasileiros atuaram com agendas da performatividade da política de desoneração do IPI? - foi possível verificar a prescrição da política econômica e os resultados da política tendo os jornais efeito indutivo na economia.

Verificou-se em primeiro momento três categorias de conteúdo categórico I, II e X que prescrevem a política econômica, ou seja, formadas por conteúdo sobre o postulado econômico que, para este estudo, se trata da política fiscal de desoneração do IPI, com informações sobre as novas alíquotas e setores beneficiados, bem como o prazo de duração da política. Ressalta-se ainda que tais categorias eram formadas por enquadramentos que ressaltavam o conteúdo provenientes de informações do setor governamental (GOTI) e empresarial (EMTI), principalmente enfatizados por vozes alinhadas aos quadros verificados, ou seja, vozes em sua maioria do setor governamental e do setor empresarial.

Ainda, em segundo momento, observou-se sete categorias de conteúdo categórico VI, VIII, IX, XI, XII, XIV e XV, que abordam os resultados produzidos na economia advindos da prescrição da política fiscal de desoneração do IPI, ou seja, conteúdos que demonstram a política de desoneração sem efeitos decorrente de outras variáveis que impediam o repasse da alíquota para o preço final; solicitação do governo de contrapartida para os setores contemplados (em especial a manutenção do emprego); reclamações do governo sobre o não repasse da redução da alíquota para o consumidor final, bem como resposta dos setores de que o repasse foi realizado, porém outros fatores impediram a diminuição do preço ao consumidor final; a dinâmica das vendas de produtos desonerados e da produção dos setores contemplados; a dinâmica dos preços para os setores; o aumento da oferta do crédito; os resultados sobre a arrecadação de tributos durante o período de vigência dos decretos; os reflexos na economia pautados em temas econômicos (PIB, inflação, superávit, exportações etc.), com exceção da venda e produção e a dinâmica dos estoques de produtos na indústria e no comércio.

Todos os resultados na economia listados nesse parágrafo estão dispostos em umas das categorias de análise de conteúdo categórico e são ressaltados por enquadramentos sobre informações técnicas do setor governamental (GOTI) e empresarial (EMTI), sobre consumo e produção (DECO), sobre temas econômicos (ECON), sobre a interpretação do mercado para o resultado na economia (MERC); principalmente, e que esses quadros são enfatizados por vozes alinhadas aos quadros verificados, ou seja, vozes em sua maioria do setor governamental, do setor empresarial, do mercado, dos sindicatos, da academia e de instituições financeiras.

Conclui-se que as categorias, enquadramentos e vozes que demonstram, conjuntamente, a prescrição da política fiscal de desoneração do IPI e seus resultados na economia para os jornais pesquisados, tendem a induzir a economia, ou seja, os jornais como agentes indutores da prescrição e dos resultados contribuindo dessa forma para que a performatividade na economia aconteça a partir do modelo de política econômica adotado. Não se verifica a performatividade através dos jornais, mas sim a contribuição desses como indutores na economia através de seus conteúdos, quadros e vozes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa dissertação, realizou-se uma reflexão sobre a produção simbólica realizada pelo campo do jornalismo, e em especial o jornalismo de economia, para a cobertura jornalística sobre a política fiscal de desoneração do IPI adotada pelo governo brasileiro como resposta à crise econômica mundial de 2008. A desoneração aconteceu através da edição de decretos no período de julho de 2008 a junho de 2010 e a análise foi feita nos cadernos dedicados à área econômica nos jornais FSP, ESP, OG e VE desse período. Para tal reflexão utilizou-se a análise de conteúdo categórico, a análise de enquadramento e a análise de vozes do jornalismo como metodologias de pesquisa.

Essa pesquisa procurou responder se os jornais impressos brasileiros trataram a política de desoneração do IPI através de seus conteúdos categóricos, enquadramentos e vozes de modo homogêneo, levando em consideração os campos dos jornalistas e economistas, a análise de conteúdo categórico, a análise de enquadramento e a análise de vozes. Ainda se a produção científica e a produção de matérias jornalísticas refletiram o silêncio do campo dos economistas sobre a política de desoneração do IPI, considerando a interação com o campo dos jornalistas, bem como o jornalismo de economia no Brasil. Finalmente, a pesquisa procurou responder se os jornais demonstraram em suas matérias o efeito prescritivo e ainda o efeito indutivo colaborando para a performatividade da economia através, principalmente, da análise de conteúdo, enquadramento e vozes e da literatura sobre a performatividade na economia.

Para a homogeneidade dos jornais, ou seja, os jornais pesquisados elaborando matérias sobre o tema de pesquisa de maneira homogênea observou-se menor homogeneidade considerando as três metodologias de análise, mesmo havendo similaridade nas matérias publicadas nos quatro jornais, ou seja, os conteúdos categóricos, enquadramentos e vozes provenientes da análise realizada se mostraram com menor homogeneidade quando levada em consideração a posição para maior e menor concentração nas categorias elaboradas para as análises adotadas. Destaca-se para a análise de conteúdo categórica, separadamente, maior concentração para categoria VIII que aborda a dinâmica de consumo e produção dos setores contemplados, posto que tal categoria aborda as principais consequências que se esperava com a adoção da política fiscal de desoneração do IPI, ou seja, estimular a demanda agregada através do aumento do consumo e consequente aumento da produção industrial.

Destaca-se para a análise de enquadramento que, considerando-se critério de maior concentração, na segunda posição está o enquadramento DECO com quadros sobre a Dinâmica da Oferta, da Demanda, da Produção e do Consumo, possuindo, portanto, assunto similar à maior concentração para a análise de conteúdo categórico. Ainda sobre tal análise, sua maior concentração encontra-se no enquadramento GOTI que traz assuntos técnicos do governo.

Para as vozes, observamos a diversificação na elaboração das categorias de vozes utilizadas nas matérias, o que denota que os jornalistas procuraram fontes diversificadas na elaboração das matérias. Contudo, mesmo com a diversificação das categorias de vozes, houve concentração de vozes relacionadas ao empresariado e ao governo. Constatamos que algumas fontes se sobressaíram de maneira separada, e por isso foram relacionadas em categorias próprias como, por exemplo, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro da Fazenda Guido Mantega, e o presidente de entidade de classe, ANFAVEA, Jackson Schneider. Verifica-se em várias matérias, em especial nas que o governo anunciava a desoneração para algum setor ou a prorrogação das desonerações concedidas, a presença de presidentes de entidades de classe e em especial do presidente da ANFAVEA, junto ao Ministro da Fazenda por ocasião desses anúncios. Pontua-se ainda maior protagonismo das entidades de classe em detrimento das indústrias e do comércio e a falta de protagonismo dos sindicatos, dos políticos, das instituições financeiras e dos institutos de pesquisas.

Sobre as vozes presentes na análise de conteúdo categórico, observamos concentração das categorias classificadas como setor empresarial e governamental nas matérias com conteúdo que prescreve a política de desoneração do IPI (I, II e X). E concentração das categorias classificadas como setor empresarial e consultorias nas matérias que demonstram os resultados na economia (VI, VIII, IX, XI, XII, XIV e XV). Para os enquadramentos, levando em consideração os com maior concentração de matérias, constatamos que na categoria DECO há predominância das vozes da categoria CS e das categorias do setor empresarial e na categoria GOTI há predominância de vozes do setor governamental.

No tocante à participação do campo dos economistas, não se notou silêncio total para a produção científica, posto que sobre o tema específico verifica-se 6 produções em instituições variadas entre o período estudado. As citadas produções não abordam todos os temas verificados através da análise de conteúdo categórico, porém abordam temas inseridos nas posições de maior concentração para a análise e temas nas posições com menor concentração também como, por exemplo, o emprego.

Considerando os economistas que assinam a matéria, verifica-se o silêncio desse campo, pois há a assinatura de apenas uma matéria em todo o *corpus*, ou seja, das 453 matérias analisadas, uma foi assinada por um economista conjuntamente com uma jornalista.

Ainda, considerando as análises metodológicas e o campo dos economistas e jornalistas, não se verificou para o tema abordagem relevante sobre economia financeirizada e jornalismo de economia financeirizado, como sugere a revisão de literatura desse trabalho. Não há categoria específica sobre o tema financeiro na análise de conteúdo categórico. Mas há enquadramento específico sobre o mercado financeiro - MERC - bem como categorias de vozes específicas sobre o setor financeiro - CS, IT e IF, especialmente -, mas com poucas matérias e poucas vozes se levarmos em consideração os demais setores da economia presentes no estudo.

Ainda sobre a financeirização da economia, não constatamos produção científica e de matérias jornalísticas sobre temas relacionados ao setor financeiro de maneira direta, abordando, por exemplo, a reação do mercado financeiro para a política de desoneração do IPI.

Em relação à performatividade na economia, para análise de conteúdo categórico com assuntos informativos, foi possível verificar quadros que possuíam efeito prescritivo sobre a política de desoneração do IPI, de maneira técnica, trazendo assuntos como setores contemplados, valores das alíquotas e prazo de vigência dos decretos, ou seja, esses quadros explicavam o fato econômico tecnicamente. Observou-se que todos os jornais pesquisados trabalharam esse tema denotando a importância de comunicar à audiência o que estava propondo o governo. Concomitantemente ao primeiro recorte com efeito prescritivo, verifica-se segundo recorte relacionado aos resultados na economia através da política prescrita, demonstrando efeito indutivo. Esse recorte traz os quadros que identificam as respostas ao postulado econômico como a reação do consumo e produção, especialmente, e ainda sobre temas variados como PIB, emprego, inflação, crédito, arrecadação tributária etc. Considera-se, portanto, que os quadros dos jornais selecionados demonstram efeito prescritivo e efeito indutivo na economia colaborando assim para a performatividade na economia.

Recomenda-se para futuros estudos a análise, levando em consideração a metodologia dessa pesquisa, das demais políticas adotadas pelo governo brasileiro para o período de 2008 a 2010 como, por exemplo: a atuação dos bancos estatais e privados na compra de instituições em crise, a disponibilidade de recursos para o financiamento das exportações, a ampliação de recursos para o Plano SAFRA, o financiamento habitacional destinado aos setores médios, a modificação da tabela do imposto de renda para beneficiar os contribuintes de menor capacidade econômica, entre outros.

Recomenda-se ainda estudo sobre o período de desoneração do IPI no Governo da Presidente Dilma Rousseff e assim verificar qual a abordagem jornalística foi utilizada, comparando as análises de conteúdo categórico, enquadramento e vozes com os resultados encontrados nesse estudo e em especial aos efeitos que colaboram com a performatividade.

Recomenda-se a continuidade de estudos sobre performatividade na economia para diferentes modelos econômicos pautados em resultados que tais modelos produzem na economia, bem como pautados em efeitos que as matérias causam na economia colaborando assim para que a performatividade aconteça.

Portanto, por meio da observação do *corpus* de pesquisa para o período selecionado, verificou-se menor homogeneidade considerando a concentração dos jornais, para cada análise adotada, conforme metodologia de pesquisa. Observou-se também o silêncio do campo dos economistas na produção de matérias jornalísticas e pequena participação do citado campo na produção científica. Constatou-se o efeito de prescrição da política fiscal de desoneração do IPI e o efeito de indução na economia para a política prescrita colaborando, assim, com a performatividade da economia.

REFERÊNCIAS

ABOUCHEID, Saulo C. A política econômica no Brasil no contexto da crise financeira global (2008-2012). Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, UNICAMP, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286496>. Acesso em: 08 jul. 2017.

ABREU, Alzira A. de. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, Alzira A. de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica A. Mídia e Política no Brasil – jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMARAL, Marisa S. Teorias do Imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese de Doutorado, Departamento de Economia, USP, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/pt-br.php>. Acesso em: 08 jul. 2017.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARANTES, Flavio; LOPREATO, Francisco L. C. O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do plano real ao segundo governo Lula. Revista de Economia Contemporânea, v. 21, n. 3, p. 1 -34, set-dez/2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n3/1415-9848-rec-21-03-e172131.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018

Associação Nacional de Jornais (ANJ). Maiores jornais do Brasil. Disponível em <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/> Acesso em: 15 mai. 2017.

BASTOS, Carlos P.; MATTOS, Fernando A. M. de. Crise subprime nos Estados Unidos: A reação do setor público e o impacto sobre o emprego. IPEA, Revista Tempo do Mundo, v. 3 n. 2, abr. 2011. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/120822_rtmv3_portugues02_cap8.pdf Acesso em: 12 dez. 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise Maria. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. Opinião Pública, Campinas, vol. 16, nº 1, Junho, 2010, p. 90-116. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v16n1/a04v16n1.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2017.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. Decretos editados pelo Governo Federal sobre desoneração do IPI para o ano de 2008. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos1/2008>. Acesso em 14 dez. 2016.

_____. Decretos editados pelo Governo Federal sobre desoneração do IPI para o ano de 2009. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos1/2009>. Acesso em 14 dez. 2016.

_____. Decretos editados pelo Governo Federal sobre desoneração do IPI para o ano de 2010. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos1/2010>. Acesso em 14 dez. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luíz C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. Estudos Avançados 23 (66), 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luíz C; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? Revista Economia e Sociedade, Unicamp, v. 21, Número Especial, p. 811-829, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea05.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BELLUZZO, L. G. de M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. Economia e Sociedade, v.4, n.1, p.11-20, Unicamp, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CALDAS, Suely. Jornalismo Econômico. São Paulo, Contexto, 2008.

CAGNIN, Rafael F. O ciclo dos imóveis e o crescimento econômico nos Estados Unidos 2002-2008. Revista Estudos Avançados - Dossiê Crise Internacional II, São Paulo, vol.23 no.66, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a12v2366.pdf> Acesso: 12 dez. 2017.

CAMPOS, Sinara de F. E. As isenções tributárias sobre automóveis para pessoas com deficiência. Dissertação de Mestrado do Programa de Direito, Relações Internacionais e desenvolvimento da PUC/GO, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2856892. Acesso em: 07 jun. 2017.

CARCANHOLO, Marcelo D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. Crítica e Sociedade: revista de cultura política - Dossiê: A crise atual do capitalismo, Uberlândia, v.1, n.3, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/14551/8279> Acesso em: 15 dez. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. Tradução de Ana M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHESNAIS, François. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHIEREGATO, Renato; GOMES, Marliete B.; PEREZ JUNIOR, José H.; OLIVEIRA, Luís. M. de. Manual de Contabilidade Tributária. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. Do original *The political news media*, publicado como capítulo 5 do livro *Governing with the news: the news media as a political institution*. Tradução de Plínio Dentzien, revisão da tradução por Luis Felipe Miguel. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, Brasília, julho a dezembro de 2011, p. 203-247. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a09>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CURVO, Raul M. C. Comparação entre as Grandes Crises Sistêmicas do Sistema Capitalista (1873, 1929 e 2008). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/defesas/01-Raul_Murilo_Chaves_Curvo.pdf. Acesso: 11 jul. 2017.

DOWBOR, Ladislau. Crise financeira sem mistérios. Convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais. *Economia Global e Gestão*, v.1,3 n.3 Lisboa dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/egg/v13n3/v13n3a02.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2017.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Revista Economia e Sociedade*, Unicamp, v. 16, n. 1, p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642824/10376>. Acesso em: 14 mai. 2018.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58. Dec. 1993. Disponível em: http://lctead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/entman_93.pdf Acesso em: 19 abr. 2017.

FANTINATTI, Amanda M. Estímulos Fiscais em um modelo DSGE: Bens duráveis versus bens não duráveis. Dissertação de Mestrado, FGV, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13509>. Acesso em: 03 abr. 2018.

FERNANDES, Orlando A. Dívida Mobiliária Pública e Financeirização da Riqueza: uma análise das singularidades do endividamento mobiliário interno no Brasil. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285682/1/Fernandes_OrlandoAssuncao_D.pdf Acesso em: 18 dez. 2017.

FERRAZ, Fernando C. Crise financeira global: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Economia, UFRJ. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/FernandoFerraz.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

FREGUETE, Lilian M.; NOSSA, Valcemiro; FUNCHAL, Bruno. Responsabilidade Social Corporativa e Desempenho Financeiro das Empresas Brasileiras na Crise de 2008. ANPAD, RAC, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, art. 4, pp. 232-248, Mar./Abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v19n2/1415-6555-rac-19-02-00232.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

FREITAS, Maria C. P. de. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito – Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a11v2366.pdf> Acesso em: 15 jul. 2017.

GENTIL, Denise; HERMANN, Jennifer. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. Economia e sociedade 2017, vol.26, n.3, pp.793-816, Campinas, dez.2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v26n3/1982-3533-ecos-26-03-793.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

GERACY, Igor V. de S. Desonerações do imposto sobre produtos industrializados: impactos sobre o mercado de trabalho. Dissertação de Mestrado, IPEA, Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/igor_vinicius_de_souza_geracy.pdf. Acesso em: 27 set. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de Pesquisa; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2017.

GOFFMAN, Erving. Frame Analysis: an essay on the organization of experience. New York: Harper, 1974. Disponível em: <https://is.muni.cz/el/1423/podzim2013/SOC571E/um/E.Goffman-FrameAnalysis.pdf> Acesso em: 20 mai. 2017.

GRAUPEN, André. G. K. As políticas anticíclicas brasileiras da crise financeira de 2008: uma análise setorial. Dissertação de Mestrado, FGV, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13966>> Acesso em: 17 dez. 2017.

GRÜN, R. A Crise Financeira, a Guerra Cultural e as Transformações do Espaço Econômico Brasileiro em 2009. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol.53, no2, pp.255a297, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n2/01.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. Crise Financeira 2.0: Controlar a Narrativa & Controlar a Desfecho. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 54, no3, pp. 307 a 354, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n3/v54n3a03.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. TRAQUINA, N. (Org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: VEJA, 1999.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In TRAQUINA, N. (Org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: VEJA, 1999.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. O enigma do Capital. São Paulo: Boitempo editorial, 1ª edição, 2011.

HAWKINS, Daniel. ¿Crisis internacional o crisis del capitalismo? Colombia Internacional 71, enero a junio de 2010: 211-23. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n71/n71a10.pdf> Acesso em: 11 jan. 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A crise internacional e possíveis repercussões: primeiras análises. Comunicado da Presidência – número 16, Janeiro de 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5308/1/Comunicado_n16_Crise_an%C3%A1lises.pdf Acesso em: 02 jan. 2018.

_____. Impactos da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de Automóveis. Diretoria de Estudos Macroeconômicos/Dimac - Nota técnica IPEA, número 15, agosto de 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5800/1/NT_n15_Impactos-reducao imposto_Dimac_2009-ago.pdf Acesso: 02 jan. 2018.

JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. O jornalismo econômico e a concepção de mercado: Uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S. Paulo e O Estado de S.Paulo. Brazilian Journalism Research, Volume 1, Number 1, Semester 2, 2008.

JARDIM, Maria C. A Crise Financeira de 2008: Os Discursos e as Estratégias do Governo e dos Fundos de Pensão. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 4, 2013, pp. 901 a 941, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n4/v56n4a06.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

KLÜGER, E. As Sociologias da Ciência Econômica. ANPOCS - Revista BIB, nº 72, p. 101-116, 2º semestre de 2011. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-72/8368-as-sociologias-da-ciencia-economica/file>. Acesso em: 06 nov. 2017.

_____. Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-06022017-113838/>. php Acesso: 06 nov. 2017.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalismo econômico. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

LEBARON, F. Formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. Revista REDD v.4, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/5176> Acesso: 06 nov. 2017.

LENE, Hérica. O jornalismo de economia e a reinvenção do Brasil no final do século XX. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=8. Acesso em: 19 dez. 2016.

_____. O jornalismo de economia no Brasil. Editora UFRB, Cruz das Almas, Bahia, 2013.

LIMA, Venício A. Mídia: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOUREIRO, Maria R. Os economistas no governo: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LUCINDA, Cláudio R. de; PEREIRA, Luan M. S. Efeitos da Política de Redução do IPI sobre o mercado de automóveis novos. ANPEC - Codes: H20, H32 - L11, Área 5 - Economia Do Setor Público, 2017. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i5b800b127b8fe1398f5d2a206f9f9c785.pdf. Acesso em: 21 dez. 2017.

LUKIC, Melina S. R. Extrafiscalidade e Regulação da Economia: as mudanças tributárias nos Governos Lula e Dilma. Revista Sequência, Florianópolis, v.36 n. 71, p. 197-220, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2015v36n71p197/30795>. Acesso em: 03 ago. 2017.

MANTOVANI, Denise M. A cobertura Jornalística do bolsa família – um estudo de caso da interação entre os campos político e jornalístico. Instituto de Ciência Política, UNB, Brasília, 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4169/1/2009_DeniseMariaMantovani.pdf >. Acesso em: 17 dez. 2016.

_____. Eleições 2010: como os enquadramentos e as vozes organizaram os limites da controvérsia do aborto. *Revista Compólitica*, vol. 3, nº 1. Rio de Janeiro, 2013, pp. 71-94. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/57> Acesso em: 12 mar. 2017.

MARCHETTI, D. El análisis sociológico de la producción de información Mediática. *Comunicación y Medios - Instituto de la Comunicación e Imagen de la Universidad de Chile*, nº 18, pp. 19-29, 2008. Disponível: <file:///C:/Users/in960138/Downloads/el%20analisis%20sociologico%20de%20la%20produccion%20de%20informacion%20mediatica.pdf> . Acesso em: 03 ago. 2017.

MARTINEZ, Felipe P.P. Interpretação da Crise Financeira Mundial sob a Perspectiva de David Harvey. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp. Araraquara, 2014. Disponível em: <https://alsafi.ead.unesp.br/handle/11449/123125>. Acesso em: 07 mai. 2017.

MELLO, G. S. Os Derivativos e a Crise Subprime: O capitalismo em sua “quarta dimensão”. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Unicamp, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286069>. Acesso em: 06 mai. 2017.

MENDONÇA, Helder F.; GALVÃO, Délio J. C.; LOURES, Renato V. L. Regulação e transparência: evidências a partir da crise do subprime. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 1, 2011, pp. 23-44. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v15n1/a02v15n1.pdf> Acesso: 23 dez. 2017.

MENDONÇA, Ricardo F.; SIMÕES, Paula G.. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p.187-201, junho 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf> Acesso em: 17 abr. 2017.

MERCADANTE, Aloizio. O Brasil e a Crise: Inflexão Histórica. Senado, Brasília, julho de 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/178952/O%20Brasil%20e%20a%20crise.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 set. 2017.

MIGUEL, Luis F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf> Acesso em: 13 abr. 2017.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v9n3/02.pdf> Acesso em: 31 mai. 2017.

MIRANDA, Elflay. A mundialização financeira frente ao neoliberalismo. Em tese - *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Vol. 2, nº 1 (2), p. 41-51, janeiro-junho/2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13621/12487>. Acesso em: 08 ago. 2017.

MIRANDA, Bernardo P. J. de. Impactos da financeirização sobre a fragilidade micro e macroeconômica: um estudo para a economia brasileira entre os anos de 1995-2012. Tese apresentada ao curso de doutorado em economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=142840. Acesso: 05 abr. 2017.

MOREIRA, Tito B.S.; SOARES, Fernando A.R. A Crise Financeira Internacional e as Políticas Anticíclicas no Brasil. XV Prêmio Tesouro Nacional, TESOURO, Brasília, 2010. Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XVPremio/politica/1pfceXVPTN/Tema_3_1.pdf >. Acesso em: 17 dez. 2016.

MOREIRA, Tito B.S.; CARVALHO JR, Antonio Carlos C. d`A. Interação entre políticas monetária, fiscal e cambial no Brasil: um enfoque sobre a consistência das políticas. *Revista Economia e Desenvolvimento*, UFPB, v. 12, nº 1, 2013. Disponível: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/viewFile/17858/10195>. Acesso em: Acesso: 08 abr. 2018.

NAKANO, Yoshiaki. A Grande Recessão: oportunidade para o Brasil alcançar os países desenvolvidos. *ERA*, São Paulo V. 52 n.2 mar./abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v52n2/v52n2a11.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

NERIS JR, C. FUCIDJI, J. R. A tese de performatividade e o ambiente das ideias: o papel dos modelos formais em economia. *Revista Nova Economia*, v.26, n.1, p.123-146, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v26n1/1980-5381-neco-26-01-00123.pdf> acesso em: 12 nov. 2017.

NERIS JR, Celso; ALMEIDA, Rafael G., FUCIDJI, José. R. Performatividade da ciência econômica: esclarecendo os termos e estabelecendo pontes. 44º Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_I/i1-851ae7f9e68a1c9a1131391446e89123.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

PAULA, Luiz F. de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.31 no.89, Jan./Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf> Acesso em: 12 dez. 2017.

PARPET, Marie France G. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 11, n. 1, pp. 5-44, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/229/225>. Acesso em: 05 out. 2018.

PEDROSO NETO, Antônio J. O espaço dos jornalistas da economia brasileiros: gerações, origem social e dinâmico profissional. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luiz, v.12, n.23, jan/jun. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3587/1607> Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. Jornalismo e despolarização. *Revista Observatório*, vol.01 no.2, Set./Dez. 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1694/8499>. Acesso em: 12 out. 2018.

PEDROSO NETO, Antonio J; UNDURRAGA, Tomás. The Elective Affinity between Elite Journalists and Mainstream Economists in Brazil, *Journalism Studies*, 2017. DOI: 10.1080/1461670X.2017.1334572. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670X.2017.1334572>. Acesso em: 14 out. 2018.

PEREIRA, Luan, M. S. Análises de bem estar da variação do IPI sobre automóveis novos: uma abordagem de apreçamento hedônico em escolha discreta. Dissertação de Mestrado, USP, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-20092017-165813/pt-br.php>. Acesso: 03 abr. 2018.

PORTO, Mauro (2004). Enquadramentos da mídia e política. In: Rubim, Antônio Albino C. (org.) *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.

PULITI, Paula. A financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002). 2009. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-26112009-15315.php> Acesso em: 03 abr. 2017.

_____. História do jornalismo econômico no Brasil: do café ao tempo real. *Líbero*, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 41-50, jan./jun. de 2013. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/233>. Acesso 06 mai. 2017.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

RAMOS, André P. O Brasil diante da crise do subprime: abordagem pós-Keynesiana do conjunto de medidas anticíclicas adotada pelo governo federal brasileiro e o desempenho da economia de 2007 a 2010. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/9258>. Acesso em: 03 abr. 2018.

SALES, Denise G.; SILVA, Suzana F.; FERREIRA, Marcelo M. O impacto da política fiscal de IPI na arrecadação dos tributos Federais. VII ENPPEX - Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campo Mourão - PR, 2011. Disponível em: http://www.fecilcam.br/anais/vii_enppex/PDF/ciencias_contabeis/05-cicont.pdf. Acesso em: 27 abr. 2017.

SANTOS, Angelo de A. F. dos. O blog de Miriam Leitão e a linguagem do jornalismo econômico. Tese (Doutorado em Comunicação), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/89473?locale-attribute=en> Acesso em: 07 abr. 2017.

SANTOS, Luciane Lucas dos. O enquadramento midiático da sustentabilidade e o papel da mídia na assimilação social do consumo sustentável. Trabalho apresentado ao NP Comunicação Científica e Ambiental no Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0933-1.pdf> Acesso em: 17 mai. 2017.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. IPI - Imposto sobre produtos industrializados. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/tributos/ipi>> Acesso em 17 dez. 2016.

SILVA, Diego B. C. da. A consistência da Política Fiscal e Monetária e os efeitos da crise de 2007-2008. Dissertação Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: https://archive.org/details/DissertacaoDiegoBatalhaC.DaSilva_201609. Acesso em: 04 mai. 2017.

SILVA, Fábio. J. F.; FONSECA NETO, Fernando. A. Efeitos da crise financeira de 2008 sobre o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. *Nova Economia*, UFMG, vol.24, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v24n2/0103-6351-neco-24-02-00265.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SIQUEIRA, Fernando de F. Política fiscal e ciclo político no Brasil: uma análise empírica. Dissertação Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-04032016-145414/pt-br.php>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SCHMITZ, Aldo Antônio. Classificação das fontes de notícias. 2011. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-denoticias.pdf> Acesso em 15 abr. 2017.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social crítica. 5. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TORRES, H. T. Entendendo o Subprime. In: Visão do Desenvolvimento n°44. Rio de Janeiro: BNDES, 2008. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimen to/visao/visao_44.pdf Acesso em: 07 jan. 2018.

TRICHES, D.; BERTUSSI, L. A. S. Multicointegração e Sustentabilidade da Política Fiscal no Brasil com Regime de Quebras Estruturais (1997-2015). Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, vol.71 no.3, July/Sept. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v71n3/0034-7140-rbe-71-03-0379.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2018.

TRISTÃO, Marise B.; MUSSE Christina F (2013). O direito à informação e o (ainda restrito) espaço cidadão no Jornalismo Popular impresso. Intercom – RBCC São Paulo, v.36, n.1, p. 39-59, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v36n1/03.pdf> Acesso em: 13 mai. 2017.

TUCHMAN, Gaye. (1999) A Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. TRAQUINA, N. (Org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: VEJA, 1999.

UNDURRAGA, Tomás. Making news of value: exploiting dissonances in economic journalism, Journal of Cultural Economy, 2017. DOI: 10.1080/17530350.2017.1359794. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17530350.2017.1359794>. Acesso em: 14 out. 2018.

XAVIER, Manoela F.S. IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2008.

XAVIER, Rafael da S. A. Desoneração de tributos indiretos e efeitos sobre preços e quantidades. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/Rafael_da_Silva_Acatauassu_Xavier.pdf. Acesso em: 05 abr. 2018

WILBERT, Marcelo D.; SERRANO, André L. M.; GONÇALVES, Rodrigo de S.; ALVES, Laís S. Redução do imposto sobre produtos industrializados e seu efeito sobre a venda de automóveis no Brasil: uma análise do período de 2006 a 2013. Revista Contemporânea de Contabilidade, UFSC, v. 11, n. 24, p. 107-124, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/21758069.2014v11n24p107/28303>. Acesso em: 27 abr. 2017.

ANEXO A

Quadro 5: Relação das matérias dos jornais.

Unidade	Edição	Veículo	Título da Matéria
1	20/08/2008	Folha de São Paulo	Crédito-prêmio do IPI ainda não teve solução
2	22/10/2008	Folha de São Paulo	Indústria da construção pede IPI zero
3	10/12/2008	Folha de São Paulo	Lula convoca Meirelles e Mantega para debater ações
4	12/12/2008	Folha de São Paulo	Pacote de R\$ 8,4 bi tenta evitar recessão
5	12/12/2008	Folha de São Paulo	Cai tributo sobre carro e crédito à pessoa física
6	13/12/2008	Folha de São Paulo	Redução de impostos beneficia importados
7	15/12/2008	Folha de São Paulo	IPI menor impulsiona venda de carros
8	16/12/2008	Folha de São Paulo	Vendas de carro sobem até 50 % após redução do IPI
9	18/12/2008	Folha de São Paulo	Governo reduz a zero IPI de caminhões
10	03/01/2009	Folha de São Paulo	IPI menor impulsiona venda de veículos
11	03/01/2009	Folha de São Paulo	Kombi e compra via WEB terão imposto reduzido
12	07/01/2009	Folha de São Paulo	Queda nos preços de carros “eleva” IPVA
13	08/01/2009	Folha de São Paulo	Lupi quer regulamentar a suspensão de contrato trabalho e prorrogar IPI menor
14	14/01/2009	Folha de São Paulo	Planalto prepara mais cortes de impostos das empresas
15	17/01/2009	Folha de São Paulo	Governo decide reduzir em 50% IPI para jipes
16	22/01/2009	Folha de São Paulo	Material de construção pede IPI zero
17	28/01/2009	Folha de São Paulo	Importadora contesta novo IPI da cerveja
18	03/02/2009	Folha de São Paulo	Materiais de construção podem receber isenção de IPI do Governo
19	04/02/2009	Folha de São Paulo	Paralisação de montadoras já provoca falta de carros
20	18/02/2009	Folha de São Paulo	Com corte do IPI, venda veículos já se aproxima do nível 2008.
21	25/02/2009	Folha de São Paulo	Setor espera novo recuo com volta do IPI
22	03/03/2009	Folha de São Paulo	Venda de carros em fevereiro supera 2008
23	04/03/2009	Folha de São Paulo	Anúncio sobre o IPI só ocorrerá no fim do mês
24	04/03/2009	Folha de São Paulo	Para trabalhadores, isenção beneficia só montadoras.
25	04/03/2009	Folha de São Paulo	IPI menor para carros continua
26	05/03/2009	Folha de São Paulo	Centrais pressionam governo para vincular IPI a emprego
27	06/03/2009	Folha de São Paulo	IPI menor poderá incluir cláusula social, diz ministro.
28	07/03/2009	Folha de São Paulo	Indústria tem pior resultado desde Collor
29	09/03/2009	Folha de São Paulo	Nem redução de IPI anima a venda de caminhões
30	10/03/2009	Folha de São Paulo	Mesmo com produção maior, emprego cai nas montadoras.
31	18/03/2009	Folha de São Paulo	Banco Mundial vê medidas protecionistas no Brasil
32	19/03/2009	Folha de São Paulo	Venda de carro se mantém aquecida e sobe 5,3% na 1ª quinzena do mês.
33	24/03/2009	Folha de São Paulo	IPI menor elevou arrecadação, diz ANFAVE.
34	26/03/2009	Folha de São Paulo	Imposto do cigarro pode subir para compensar desoneração
35	30/03/2009	Folha de São Paulo	Material de construção terá desoneração
36	31/03/2009	Folha de São Paulo	Pacote fiscal desonera produção em R\$ 1,6 bi

37	31/03/2009	Folha de São Paulo	Novo pacote mostra os limites da ação do governo na área fiscal
38	31/03/2009	Folha de São Paulo	Consumo de cigarros cairá, diz especialista.
39	31/03/2009	Folha de São Paulo	Preço do cimento em SP vai recuar 8% com desoneração do IPI, prevê varejo.
40	01/04/2009	Folha de São Paulo	Toyota vê menor impacto em nova queda de IPI
41	01/04/2009	Folha de São Paulo	União prepara novo aumento de tributos sobre cigarros
42	02/04/2009	Folha de São Paulo	Venda de veículos volta a bater recorde
43	02/04/2009	Folha de São Paulo	Indústria reage fevereiro, mas ainda está nos níveis de 2004.
44	03/04/2009	Folha de São Paulo	Lula estuda isentar IPI a “conta-gotas” até dezembro
45	08/04/2009	Folha de São Paulo	Planalto estuda reduzir IPI para geladeira, fogão e máquina de lavar
46	14/04/2009	Folha de São Paulo	Montadoras retomam nível pré-crise
47	15/04/2009	Folha de São Paulo	Geladeira deve ter isenção de IPI por 3 meses
48	16/04/2009	Folha de São Paulo	Redução de impostos para linha branca sai no dia 22.
49	18/04/2009	Folha de São Paulo	Governo reduz IPI de eletrodomésticos
50	20/04/2009	Folha de São Paulo	Redução IPI leva mais clientes às lojas
51	21/04/2009	Folha de São Paulo	Governo estende redução de IPI a mais eletrodomésticos.
52	05/05/2009	Folha de São Paulo	Venda de automóveis recua 9,5% em abril
53	06/05/2009	Folha de São Paulo	Decisão sobre IPI poupa R\$ 2 bi do governo
54	09/05/2009	Folha de São Paulo	Queda na exportação de carros afeta a produção
55	10/05/2009	Folha de São Paulo	Mudou o Natal ou mudou a crise?
56	30/05/2009	Folha de São Paulo	Preço de TV e geladeira pode subir com ICMS antecipado
57	05/06/2009	Folha de São Paulo	Fazenda recomendará a Lula fim da redução IPI
58	06/06/2009	Folha de São Paulo	Jorge diz que é contra prorrogar, de novo, IPI menor para carros
59	06/06/2009	Folha de São Paulo	Redução de IPI deve impulsionar projetos de carros elétricos
60	09/06/2009	Folha de São Paulo	Ministro diz que redução de IPI não será prorrogada
61	11/06/2009	Folha de São Paulo	Lula prorrogará novamente redução do IPI de carros
62	17/06/2009	Folha de São Paulo	Varejo vê falta de eletrodomésticos
63	18/06/2009	Folha de São Paulo	Crise e desoneração reduzem carga tributária
64	18/06/2009	Folha de São Paulo	Governo discute como prorrogar IPI menor
65	18/06/2009	Folha de São Paulo	Isenção de Tributo eleva vendas na construção
66	24/06/2009	Folha de São Paulo	Lula diz dar dinheiro a pobre é melhor que desonerar
67	26/06/2009	Folha de São Paulo	Ajuda a setor de máquinas custará R\$ 600mi
68	27/06/2009	Folha de São Paulo	Redução atual de IPI valerá por mais 3 meses
69	29/06/2009	Folha de São Paulo	Varejo e indústria não repassam corte do IPI
70	30/06/2009	Folha de São Paulo	Pacote reduz juros e amplia desonerações
71	02/07/2009	Folha de São Paulo	Vendas de veículo é recorde no semestre
72	09/07/2009	Folha de São Paulo	Congresso pode fazer governo devolver até R\$ 288 bi a empresas
73	12/07/2009	Folha de São Paulo	Alta no IPI favorece contrabando de cigarro
74	15/07/2009	Folha de São Paulo	Varejo se recupera após 2 meses de queda
75	15/07/2009	Folha de São Paulo	Discussão sobre crédito-prêmio do IPI opõe governo e FIESP.
76	29/07/2009	Folha de São Paulo	Centrais sindicais pressionarão deputados para reduzir

			jornada
77	05/08/2009	Folha de São Paulo	Grandes empresas fazem pressão por crédito do IPI
78	06/08/2009	Folha de São Paulo	Lula deve vetar crédito de IPI a exportador
79	11/08/2009	Folha de São Paulo	Queda na exportação segura retomada das montadoras
80	14/08/2009	Folha de São Paulo	STF impõe derrota a empresas sobre IPI
81	15/08/2009	Folha de São Paulo	Exportador terá 15 anos para devolver crédito do IPI
82	16/08/2009	Folha de São Paulo	Corte de IPI ajuda matriz de montadoras
83	23/08/2009	Folha de São Paulo	Carro importado ganha espaço no mercado
84	29/08/2009	Folha de São Paulo	Lula barra reembolso de crédito de IPI
85	02/09/2009	Folha de São Paulo	Montadoras preveem falta de carros no mês
86	04/09/2009	Folha de São Paulo	Senado aprova desconto maior para dívida do IPI
87	04/09/2009	Folha de São Paulo	Alta no aço e no IPI deve deixar carros mais caros
88	05/09/2009	Folha de São Paulo	Planalto avalia prorrogação de corte no IPI
89	05/09/2009	Folha de São Paulo	Contratações nas montadoras avançam mais em agosto
90	15/09/2009	Folha de São Paulo	Ação fiscal ajudou Estados e municípios
91	23/09/2009	Folha de São Paulo	Exportadores terão juro menor para pagar dívida de crédito IPI
92	30/09/2009	Folha de São Paulo	Com volta do IPI, há espera por alguns modelos de carros
93	02/10/2009	Folha de São Paulo	Venda de carros sobem 20% no último mês de IPI menor
94	03/10/2009	Folha de São Paulo	Setores pedem extensão do IPI menor
95	03/10/2009	Folha de São Paulo	Reajuste nos carros é “questão de tempo”, diz Anfavea
96	11/10/2009	Folha de São Paulo	Lula deve prorrogar a desoneração fogão e geladeira
97	14/10/2009	Folha de São Paulo	IPVA de 2010 cairá entre 10% e 15% em SP
98	14/10/2009	Folha de São Paulo	Débito do crédito-prêmio do IPI terá pagamento facilitado
99	15/10/2009	Folha de São Paulo	Governo sinaliza extensão de IPI menor para linha branca
100	16/10/2009	Folha de São Paulo	Indústria de reciclagem terá isenção de IPI, afirma Minc
101	24/10/2009	Folha de São Paulo	Otimismo dos brasileiros sobre emprego é recorde
102	26/10/2009	Folha de São Paulo	Governo cobra do varejo contrapartida para estender IPI
103	27/10/2009	Folha de São Paulo	Mantega pede empregos para renovar IPI reduzido
104	30/10/2009	Folha de São Paulo	Governo limita IPI menor da linha branca
105	31/10/2009	Folha de São Paulo	Preço de máquina de lavar cai 7,6% com IPI menor, diz FGV.
106	04/11/2009	Folha de São Paulo	Venda de veículos cai quase 5% em outubro como o retorno do IPI
107	15/11/2009	Folha de São Paulo	Governo deverá prorrogar desonerações
108	25/11/2009	Folha de São Paulo	Governo prorroga IPI menor para carro flex
109	25/11/2009	Folha de São Paulo	País está entre os que mais dão incentivo a montadoras
110	26/11/2009	Folha de São Paulo	Governo agora desonera setor de móveis
111	28/11/2009	Folha de São Paulo	IPI menor já vale para móveis em estoque
112	02/12/2009	Folha de São Paulo	Montadoras têm melhor novembro
113	03/12/2009	Folha de São Paulo	Câmara beneficia empresa no crédito do IPI
114	05/12/2009	Folha de São Paulo	Anfavea já prevê produção recorde no ano
115	07/12/2009	Folha de São Paulo	Fabricante de móvel escolar quer manter isenção de IPI
116	10/12/2009	Folha de São Paulo	Governo amplia estímulos e turbina BNDES

117	26/12/2009	Folha de São Paulo	Corte do IPI não vai todo para consumidor
118	26/12/2009	Folha de São Paulo	Governo deve abrir mão de R\$ 1,2 bi de IPI em 2010
119	05/01/2010	Folha de São Paulo	Venda de carros sobe 17% em dezembro
120	06/01/2010	Folha de São Paulo	No Brasil, mercado passou por reviravolta após redução do IPI
121	09/01/2010	Folha de São Paulo	Madeira sobe 8,5% após suspensão de IPI
122	09/01/2010	Folha de São Paulo	Corte do IPI não chega ao consumidor
123	15/01/2010	Folha de São Paulo	Varejo tem avanço de 5,5% até novembro
124	22/01/2010	Folha de São Paulo	Arrecadação bate recorde em dezembro
125	29/01/2010	Folha de São Paulo	IPI menor não será renovado, diz Mantega
126	05/02/2010	Folha de São Paulo	Montadoras elevam estoques para aproveitar IPI reduzido
127	02/03/2010	Folha de São Paulo	Venda de carros bate recorde em fevereiro
128	20/03/2010	Folha de São Paulo	Venda de carros caminha para novo recorde mensal
129	31/03/2010	Folha de São Paulo	Crédito a veículos cresce 11% em fevereiro
130	01/04/2010	Folha de São Paulo	IPI volta, e carro pode subir até R\$ 2.000,00
131	02/04/2010	Folha de São Paulo	Venda de carros novos bate recorde
132	16/04/2010	Folha de São Paulo	IPI menor para material de construção é prorrogado
133	27/04/2010	Folha de São Paulo	Setor de arroz quer incentivo para exportar
134	04/05/2010	Folha de São Paulo	Vendas de veículos novos batem recorde
135	29/05/2010	Folha de São Paulo	Aço deixa carro e geladeira mais caros
136	01/06/2010	Folha de São Paulo	Uso da capacidade instalada da indústria recua após 15 meses
137	09/06/2010	Folha de São Paulo	Fim de incentivos fiscais freia economia no 2º tri
138	28/06/2010	Folha de São Paulo	IPI inibe produção de cigarro, diz estudo
139	10/12/2008	Estadão	Minipacote vai reduzir IR, IOF e IPI
140	12/12/2008	Estadão	Pacote traz renúncia fiscal de R\$ 8,4 bi
141	12/12/2008	Estadão	IPI para montadoras terá redução temporária
142	13/12/2008	Estadão	Feirão de carro já tem corte de IPI
143	14/12/2008	Estadão	Montadora repassa queda de IPI para preços e feirão lota
144	26/12/2008	Estadão	Carro usado encalha nas revendas e preços despencam até 30%
145	03/01/2009	Estadão	Vendas de carros reagem em dezembro
146	08/01/2009	Estadão	Lupi quer prorrogação do corte do IPI para carros
147	03/02/2009	Estadão	Venda de carros novos cresce 1.5% em janeiro
148	10/02/2009	Estadão	Montadoras retomam a produção
149	21/02/2009	Estadão	Arrecadação tem queda real de 8,7% e reduz superávit primário a R\$ 4,3 bi
150	05/03/2009	Estadão	Mantega e Jorge divergem sobre novo corte do IPI.
151	06/03/2009	Estadão	Jorge defende atrelar redução do IPI à garantia emprego.
152	08/03/2009	Estadão	Montadoras puxam a recuperação.
153	10/03/2009	Estadão	Exportação cai 57% e derruba a produção de veículos.
154	12/03/2009	Estadão	Para Volks, manter corte IPI "é mandatório".
155	15/03/2009	Estadão	Indústria ainda acumula estoque excessivo, aponta pesquisa da FGV.
156	20/03/2009	Estadão	Medidas em preparação não foram levadas em conta.

157	22/03/2009	Estadão	Vendas domésticas já esvaziam pátios.
158	28/03/2009	Estadão	Corte de IPI de carro é prorrogado.
159	31/03/2009	Estadão	Cigarro sobe para bancar isenções.
160	31/03/2009	Estadão	Preço de motos deve cair 3%
161	31/03/2009	Estadão	Corte do IPI terá repasse imediato
162	31/03/2009	Estadão	Protestos contra a crise reúnem milhares no país.
163	01/04/2009	Estadão	Peugeot ignora prorrogação do corte do IPI e demite 250.
164	02/04/2009	Estadão	Montadoras têm melhor trimestre da história.
165	07/04/2009	Estadão	Produção de carros deve ter a primeira queda em 6 anos.
166	08/04/2009	Estadão	Governo vai elevar o IPI de bebidas e cortar o de eletrodomésticos
167	08/04/2009	Estadão	Produção da linha branca teve queda de 10%.
168	16/04/2009	Estadão	Corte de IPI da linha branca divide governo.
169	18/04/2009	Estadão	Governo reduz IPI de geladeira, lavadora e fogão.
170	18/04/2009	Estadão	Preços nas lojas cai a partir de hoje.
171	18/04/2009	Estadão	Governo corta IPI de mais itens de construção.
172	19/04/2009	Estadão	Queda arrecadação afeta mais Estados e municípios do que a União,
173	21/04/2009	Estadão	Venda no varejo cresce até 25% com IPI menor.
174	24/04/2009	Estadão	Para analistas, redução de IPI ajuda varejo vender mais.
175	24/04/2009	Estadão	IPI reduzido também ajuda carros de luxo.
176	25/04/2009	Estadão	IPCA-15 vai a 0,36% com aumento do IPI de cigarro.
177	29/04/2009	Estadão	Mantega descarta novos cortes de impostos.
178	30/04/2009	Estadão	Receita cresce mesmo com corte de IPI, diz Anfavea.
179	30/04/2009	Estadão	Mudanças no IPI devem ajudar a inflação a cair.
180	07/05/2009	Estadão	Vendas de material de construção crescem 25%.
181	07/05/2009	Estadão	Governo se livra de esqueleto de R\$ 2 bilhões.
182	12/05/2009	Estadão	Vendas do dia das mães decepcionam.
183	18/05/2009	Estadão	Corte de IPI reanima mercado de trabalho
184	23/05/2009	Estadão	Carro usado se desvaloriza até 40%, mas vendas caem 12,7% em 4 meses.
185	01/06/2009	Estadão	Produção de linha branca volta ao nível pré-crise.
186	07/06/2009	Estadão	A influência da redução do IPI.
187	07/06/2009	Estadão	Consumo vai bancar a recuperação.
188	11/06/2009	Estadão	Governo vai elevar alíquotas do IPI de carros de forma gradual
189	17/06/2009	Estadão	Medidas de socorro levaram a perda de R\$ 10,9 bi na arrecadação.
190	17/06/2009	Estadão	Carros mais vendidos só estarão disponíveis após fim do corte do IPI.
191	18/06/2009	Estadão	Queda da receita e desoneração do IPI.
192	18/06/2009	Estadão	Governo pode ter de cortar gastos.
193	18/06/2009	Estadão	Carga tributária brasileira cai a 38,45% do PIB.
194	20/06/2009	Estadão	Linha branca terá IPI prorrogado.
195	23/06/2009	Estadão	Setor automotivo corta 13 mil vagas.
196	24/06/2009	Estadão	Volta escalonada é saída ideal para IPI.

197	24/06/2009	Estadão	Decisão sobre IPI sai na 2ª feira.
198	24/06/2009	Estadão	Setores desonerados dizem ter repassado redução do IPI.
199	27/06/2009	Estadão	Corte de IPI de carro é prorrogado.
200	28/06/2009	Estadão	Com corte do IPI, indústria repete 2008.
201	30/06/2009	Estadão	Carro novo com IPI reduzido, só até dezembro.
202	02/07/2009	Estadão	Brasil é citado pela isenção do IPI.
203	03/07/2009	Estadão	Indústria volta a crescer, mas ritmo segue lento.
204	09/07/2009	Estadão	Mesmo com IPI menor, preço de eletrodoméstico deve subir.
205	11/07/2009	Estadão	Credito do IPI aprovado pelo Senado não teve aval do governo.
206	12/07/2009	Estadão	Corte de IPI favorece a Argentina.
207	12/07/2009	Estadão	Província de Córdoba é a mais beneficiada.
208	15/07/2009	Estadão	Empresas pedem corte do IPI por mais tempo.
209	29/07/2009	Estadão	Setor automotivo eliminou 47,4 mil vagas na crise.
210	04/08/2009	Estadão	Mantega vai negociar com exportadores crédito do IPI.
211	04/08/2009	Estadão	Venda de veículos cai 4,9% em julho.
212	07/08/2009	Estadão	Vaidade do crédito-prêmio do IPI está para ser julgado pelo STF.
213	07/08/2009	Estadão	Lula deve vetar acordo sobre IPI de exportadores
214	13/08/2009	Estadão	STF começa julgar hoje incentivo para exportador.
215	13/08/2009	Estadão	Nova polêmica: crédito do IPI é subsídio ou não?
216	14/08/2009	Estadão	Governo ganha ação contra exportadores.
217	15/08/2009	Estadão	Exportador poderá parcelar débito.
218	22/08/2009	Estadão	Venda de carros cai pelo segundo mês seguido
219	31/08/2009	Estadão	Comércio faz estoque à espera da volta do IPI.
220	31/08/2009	Estadão	Montadoras divergem sobre IPI.
221	02/09/2009	Estadão	Redução do IPI manteve até 60 mil empregos.
222	04/09/2009	Estadão	Jorge admite prorrogar IPI menor.
223	04/09/2009	Estadão	Outros tributos não compensaram perda com IPI.
224	05/09/2009	Estadão	Fim do IPI leva montadoras a fazer estoque.
225	26/09/2009	Estadão	Fim do IPI reduzido aquece mercado.
226	28/09/2009	Estadão	Volta do IPI provoca corrida às lojas.
227	29/09/2009	Estadão	Fim da isenção do IPI provoca falta de carros.
228	01/10/2009	Estadão	Lojas tentam bancar IPI reduzido.
229	02/10/2009	Estadão	Mercado de carros seguirá aquecido, diz Belini, da Fiat.
230	03/10/2009	Estadão	Governo estuda manter IPI reduzido.
231	08/10/2009	Estadão	Produção de veículos tem queda de 6,7% em setembro.
232	10/10/2009	Estadão	Com as fábricas em plena operação, alguns setores voltam a investir.
233	16/10/2009	Estadão	Reciclados vão ficar isentos do IPI.
234	27/10/2009	Estadão	Redução do IPI pode ser permanente.
235	27/10/2009	Estadão	Mantega cobra empregos e promoções.
236	30/10/2009	Estadão	Linha branca terá 'IPI verde'.
237	30/10/2009	Estadão	Lojas vão bancar descontos negados pelo governo.

238	30/10/2009	Estadão	Indústria quer corte 'perene' do IPI.
239	31/10/2009	Estadão	Vendas de carros recuam 1º mês de volta gradual do IPI.
240	08/11/2009	Estadão	Ministro chama imposto de carro 1.0 de aberração e propõe 'IPI verde'.
241	15/11/2009	Estadão	Rio enfrenta onda de apagões.
242	15/11/2009	Estadão	Mudanças no IPI e FGTS impulsionam setor.
243	25/11/2009	Estadão	Carro flex continua com IPI reduzido.
244	26/11/2009	Estadão	Estados e Municípios arcam com IPI.
245	26/11/2009	Estadão	Reduções do IPI devem ajudar campanha eleitoral.
246	26/11/2009	Estadão	Bahia pede socorro ao BNDES para compensar perda de receita do IPI.
247	01/12/2009	Estadão	Venda de móveis ainda não reage à isenção de IPI.
248	08/12/2009	Estadão	Volta IPI ameaça empregos, alerta OIT.
249	19/12/2009	Estadão	Mercado imobiliário prevê expansão de 8,8%.
250	29/12/2009	Estadão	Montadoras terão 80 lançamentos em 2010.
251	01/01/2010	Estadão	Governo prorroga IPI menor para tratores.
252	05/01/2010	Estadão	Brasil salva o ano de montadoras argentinas.
253	07/01/2010	Estadão	Indústria inicia 2010 em ritmo acelerado.
254	15/01/2010	Estadão	Vendas no comércio têm sétima alta seguida.
255	25/01/2010	Estadão	Segmentos beneficiados por IPI menor lideram vendas de veículos.
256	26/01/2010	Estadão	Volta do IPI não será repassada de imediato.
257	29/01/2010	Estadão	Mantega anuncia o fim do IPI reduzido para carros e eletrodomésticos.
258	30/01/2010	Estadão	Juros reagem a fim do IPI reduzido.
259	02/02/2010	Estadão	Vendas crescem até 250% no último fim semana sem IPI.
260	05/02/2010	Estadão	Com fim do IPI próximo, empresas aceleram promoções.
261	09/02/2010	Estadão	Atraso prejudica quem aproveitou isenção de IPI.
262	18/02/2010	Estadão	Governo abandona programa 'IPI verde'.
263	28/02/2010	Estadão	Março sinaliza com vendas recordes.
264	04/03/2010	Estadão	Corte de IPI não é mais necessário, diz Reze.
265	16/03/2010	Estadão	Com fim do desconto do IPI, falta carro nas lojas.
266	26/03/2010	Estadão	Feirões agitam a última semana com IPI baixo.
267	26/03/2010	Estadão	Tabela do IPI para móveis será simplificada.
268	27/03/2010	Estadão	Governo reduz alíquota de IPI dos móveis de 10% para 5%.
269	30/03/2010	Estadão	Vendas de carros bate recorde e deve passar de 320 mil unidades no mês.
270	01/04/2010	Estadão	Lojas de carros devem manter promoções.
271	02/04/2010	Estadão	Montadoras têm venda recorde em março: 354 mil carros.
272	06/04/2010	Estadão	Lojas mantêm preços dos carros sem repasse do IPI.
273	16/04/2010	Estadão	Governo prorroga redução do IPI para materiais de construção.
274	24/04/2010	Estadão	Redução do IPI terminou no fim de março.
275	04/05/2010	Estadão	Venda de carros cai 21,4%, mas é recorde para abril.
276	08/05/2010	Estadão	Fim da redução de IPI eleva inflação a 0,57%.
277	19/05/2010	Estadão	Receita com IPI de automóveis cresceu 93,2% em um ano.

278	20/05/2010	Estadão	Sem IPI reduzido, venda de automóvel cai 32%.
279	21/05/2010	Estadão	Sem incentivo, preço de carro começa a subir.
280	07/06/2010	Estadão	Queda de vendas não rebaixa Brasil em lista mundial.
281	15/06/2010	Estadão	Indústria pressiona por IPI reduzido para carros flex.
282	17/06/2010	Estadão	Caminhões terão IPI reduzido até dezembro.
283	24/06/2010	Estadão	Governo pode voltar a cortar IPI da linha branca.
284	21/08/2008	O Globo	Peugeot é alvo de ação da Receita e da PF.
285	12/12/2008	O Globo	Afago na classe média.
286	12/12/2008	O Globo	Automóveis populares vão ficar mais baratos.
287	13/12/2008	O Globo	Concessionárias não repassam redução do IPI.
288	15/12/2008	O Globo	Com shoppings cheios, expectativa é que as vendas aumentem até 20%.
289	03/01/2009	O Globo	IPI menor para compra direta das montadoras.
290	06/01/2009	O Globo	Trocar de carro ficou mais caro.
291	08/01/2009	O Globo	Sindicato de SP defende suspensão temporária.
292	28/01/2009	O Globo	Crise reduz a arrecadação de impostos em dezembro.
293	05/03/2009	O Globo	Governo que manutenção do emprego em montadoras para estender IPI menor.
294	11/03/2009	O Globo	Plano habitacional sem isenção IPI.
295	14/03/2009	O Globo	Comércio reage em janeiro e vendas sobem 1,4%, puxadas por liquidações.
296	18/03/2009	O Globo	União vai prorrogar redução do IPI sobre carros em troca de empregos.
297	21/03/2009	O Globo	Cenário atual.
298	22/03/2009	O Globo	Plano prevê desonerações.
299	31/03/2009	O Globo	Mais um alívio no bolso.
300	31/03/2009	O Globo	Souza Cruz: risco de pirataria.
301	31/03/2009	O Globo	Com redução de IPI, venda de carros cresce para 635 mil em três meses.
302	31/03/2009	O Globo	Material de construção custará até 10% menos.
303	01/04/2009	O Globo	Um dia após prorrogação de redução do IPI, Peugeot Citroën demite 250.
304	07/04/2009	O Globo	Menos impostos para geladeira e fogão.
305	19/04/2009	O Globo	Preços de eletrodomésticos estão até 27 % mais baixos com redução do IPI.
306	21/04/2009	O Globo	Após redução de IPI, redes de varejo ampliam as parcelas do crediário.
307	25/04/2009	O Globo	Incrementando o carro na carona do IPI.
308	27/04/2009	O Globo	Ações de varejistas: fôlego é de longo prazo.
309	28/04/2009	O Globo	Queda do IPI faz crescer também venda de TV.
310	04/05/2009	O Globo	Queda do IPI impulsiona venda de eletrodomésticos para Dia das Mães.
311	05/05/2009	O Globo	IPI menor de eletrodomésticos e queda em passagens ajudam a frear inflação.
312	09/05/2009	O Globo	Produção de veículos recua 6,9% em abril.
313	05/06/2009	O Globo	Montadoras esperam corrida às lojas em junho, com o fim do IPI menor.
314	05/06/2009	O Globo	Velhos e encalhados.

315	06/06/2009	O Globo	Ministro defende que redução do IPI para automóveis não seja prorrogado.
316	11/06/2009	O Globo	Lula quer manter IPI reduzido.
317	16/06/2009	O Globo	Faltam geladeiras e lavadoras.
318	20/06/2009	O Globo	Governo prepara incentivos fiscais e linhas de crédito para máquinas.
319	24/06/2009	O Globo	Concessionárias registram aumento de até 25% nas vendas por causa do IPI.
320	25/06/2009	O Globo	IPI de carro menor por até seis meses.
321	26/06/2009	O Globo	Varejo pede prorrogação de IPI reduzido.
322	27/06/2009	O Globo	Governo vai prorrogar por três meses IPI menor de carros e eletrodomésticos.
323	29/06/2009	O Globo	Prorrogação de IPI menor para carros sai hoje.
324	30/06/2009	O Globo	Mais R\$ 8 bi em incentivos.
325	30/06/2009	O Globo	Empresários comemoram medidas, mas setor de máquinas faz ressalvas.
326	01/07/2009	O Globo	Apesar de corte do IPI, preço do pão vai subir.
327	09/07/2009	O Globo	Senado inclui emenda sobre crédito de IPI em programa habitacional.
328	09/07/2009	O Globo	Leite já subiu 28,8% este ano e puxa inflação.
329	11/07/2009	O Globo	Prêmio Indevido.
330	15/07/2009	O Globo	Efeitos do IPI.
331	15/07/2009	O Globo	IPI: governo teme derrota e adia votação da MP.
332	16/07/2009	O Globo	Lula quer que Mantega negocie acordo sobre IPI.
333	03/08/2009	O Globo	Recuperação aditivada.
334	04/08/2009	O Globo	Fazenda quer vetar crédito de IPI para exportadores.
335	05/08/2009	O Globo	Lula decidirá sobre crédito de IPI.
336	06/08/2009	O Globo	Câmara aprova crédito-prêmio de IPI.
337	14/08/2009	O Globo	Vitória da Justiça.
338	14/08/2009	O Globo	Governo vence queda de braço com exportadores.
339	14/08/2009	O Globo	Varejo vendeu mais 1,7% em junho.
340	15/08/2009	O Globo	Piora confiança do consumidor nos EUA.
341	15/08/2009	O Globo	Governo deve oferecer desconto para devolução de crédito-prêmio do IPI.
342	28/08/2009	O Globo	Vendas de automóveis deve cair 14% em agosto, pelo 2º mês seguido.
343	29/08/2009	O Globo	Lula veta lei que ampliava prazo crédito-prêmio do IPI a exportadores.
344	22/09/2009	O Globo	O Natal que importa.
345	28/09/2009	O Globo	Corrida pelo carro novo
346	01/10/2009	O Globo	Último dia de IPI reduzido dobra venda de carro.
347	03/10/2009	O Globo	Pós-IPI.
348	04/10/2009	O Globo	País cresceu até 2,5% no 3º trimestre.
349	08/10/2009	O Globo	Montadoras ameaçam elevar preços por causa de alta nos custos.
350	12/10/2009	O Globo	Pressão por desoneração na linha branca.
351	14/10/2009	O Globo	Linha branca teria IPI intermediário.
352	14/10/2009	O Globo	Desoneração de reciclados.

353	17/10/2009	O Globo	Vendas de carros crescem 26% em outubro, apesar do fim do IPI menor.
354	27/10/2009	O Globo	Novo ou velho incentivo
355	27/10/2009	O Globo	Mantega condiciona redução de IPI na linha branca a mais contratações.
356	28/10/2009	O Globo	Rede de varejo poderá ter mais crédito.
357	29/10/2009	O Globo	No Brasil, incentivos saem de cena.
358	30/10/2009	O Globo	Embrulho verde de natal.
359	30/10/2009	O Globo	Bolsa tem dia de euforia e sobre 5,9%, maior alta desde maio, e dólar cai.
360	04/11/2009	O Globo	Novo IPI eleva em 1,68% preços de carros. Vendas caíram em outubro.
361	06/11/2009	O Globo	A indústria não para.
362	10/11/2009	O Globo	Mesmo com fim IPI, venda de montadoras será recorde.
363	12/11/2009	O Globo	Álcool sobe 10,61% e puxa inflação.
364	22/11/2009	O Globo	Deficientes: sem IPVA mas com muita paciência.
365	24/11/2009	O Globo	Governo avalia reduzir IPI de móveis.
366	25/11/2009	O Globo	Governo prorroga IPI reduzido para carros flex.
367	26/11/2009	O Globo	IPI menor, automóveis em falta.
368	26/11/2009	O Globo	De olho no Natal, governo faz nova redução de IPI, agora para móveis.
369	01/12/2009	O Globo	Governo estuda criação selo que indique a economia dos motores.
370	05/12/2009	O Globo	De carona no IPI.
371	08/12/2009	O Globo	Governo renovará incentivos a máquinas.
372	09/12/2009	O Globo	Sem alívio nos preços.
373	10/12/2009	O Globo	Fazenda: material de construção não subiu.
374	22/12/2009	O Globo	Governo ameaça sustar incentivos a móveis.
375	01/01/2010	O Globo	Veículo comercial: IPI zero é prorrogado.
376	05/01/2010	O Globo	Com IPI menor, venda de carros em 2009 bate recorde e atinge 3 milhões.
377	16/01/2010	O Globo	Governo pode prorrogar desoneração de geladeiras, máquinas de lavar.
378	21/01/2010	O Globo	Governo se arma contra a inflação.
379	30/01/2010	O Globo	Desoneração, só para investimentos.
380	01/02/2010	O Globo	No último fim de semana com o IPI reduzido, vendas sobem 10 a 50%.
381	02/02/2010	O Globo	Fim de IPI menor traz temor de inflação.
382	26/02/2010	O Globo	Efeito IPI.
383	17/03/2010	O Globo	Benefício 'verde' voltará
384	24/03/2010	O Globo	À véspera de alta no IPI, faltam automóveis.
385	27/03/2010	O Globo	Móveis voltam a pagar IPI, mas alíquota cai a 5%.
386	29/03/2010	O Globo	Carros em falta, preços em alta.
387	29/03/2010	O Globo	Ovos, carros e IPI.
388	02/04/2010	O Globo	Mesmo com fim da redução do IPI, empresas vão manter descontos.
389	08/04/2010	O Globo	Montadoras admitem repassar para preços de veículos aumento do aço.

390	16/04/2010	O Globo	Mantega prorroga IPI menor para construção.
391	27/04/2010	O Globo	Sem IPI reduzido, preço de carro sobe até 3,5%, mas vendas batem recorde.
392	01/05/2010	O Globo	Mesmo com IPI, vendas de carros batem recorde.
393	19/05/2010	O Globo	Arrecadação do governo bate recorde: R\$ 70,9bi.
394	17/06/2010	O Globo	Governo estuda regime para dar incentivo a carros elétricos e híbridos.
395	17/06/2010	O Globo	Fisco cobrará imposto de investidor de 15 países incluídos na lista de paraísos.
396	12/12/2008	Valor Econômico	Pacote de R\$ 8,4 bi visa estimular consumo.
397	16/12/2008	Valor Econômico	Estados e municípios vão bancar 35% da renúncia fiscal.
398	16/12/2008	Valor Econômico	Corte de IPI já estimula compra de carro, diz Lula.
399	19/12/2008	Valor Econômico	Governo zera até março de 2009 alíquota de IPI para caminhões.
400	08/01/2009	Valor Econômico	Lupi defende prorrogação do IPI reduzido para carros.
401	03/02/2009	Valor Econômico	Tributos não cumulativos causam mais provisões.
402	25/02/2009	Valor Econômico	Redução de IPI ajuda indústria automobilística
403	05/03/2009	Valor Econômico	Montadoras querem TJLP mais baixa para vender caminhões.
404	05/03/2009	Valor Econômico	Valor de renúncia fiscal ainda é incerto.
405	06/03/2009	Valor Econômico	Ministro recua e já admite prorrogar a redução do IPI.
406	10/03/2009	Valor Econômico	IPI menor gera venda adicional de 80 mil carros.
407	16/03/2009	Valor Econômico	Governo quer contrapartidas para prorrogar isenção de IPI.
408	20/03/2009	Valor Econômico	Massa salarial suaviza queda da arrecadação.
409	27/03/2009	Valor Econômico	Venda de veículos no primeiro trimestre vai superar 2008
410	31/03/2009	Valor Econômico	Medidas já envolvem desoneração de R\$ 3 bi.
411	08/04/2009	Valor Econômico	Brasil usa mercado de IPI para negociar com a Argentina.
412	15/04/2009	Valor Econômico	IPI de "linha branca" deve ser zerado por três meses.
413	17/04/2009	Valor Econômico	Previdência e ajuste de IR reduzem perdas na arrecadação federal.
414	20/04/2009	Valor Econômico	IPI menor deve elevar vendas de linha branca.
415	05/05/2009	Valor Econômico	IPI menor para carros deve ir até junho, mas para construção pode ser estendido.
416	08/06/2009	Valor Econômico	Venda de maio faz varejo reforçar estoque.
417	08/06/2009	Valor Econômico	Bens de construção com corte de IPI vendem até 10% mais.
418	22/06/2009	Valor Econômico	Governo vai elevar gradualmente as alíquotas do IPI para automóveis.
419	30/06/2009	Valor Econômico	Pacote tenta reverter queda em investimento.
420	30/06/2009	Valor Econômico	Governo decide prorrogar corte de IPI por até 6 meses.
421	02/07/2009	Valor Econômico	IPCA sugere que substituição tributária não afeta o repasse da queda de IPI.
422	09/07/2009	Valor Econômico	IPI reduzido influenciou pouco o IPCA
423	16/07/2009	Valor Econômico	Fiesp defende emenda à MP sobre crédito-prêmio do IPI.
424	20/07/2009	Valor Econômico	Exportadores poderão usar crédito-prêmio de IPI para quitar dívidas.
425	21/07/2009	Valor Econômico	Governo reduz em R\$ 3 bilhões a previsão de arrecadação esse ano.
426	03/08/2009	Valor Econômico	Decisão do STF sobre crédito-prêmio do IPI pode sair antes do voto na Câmara.

427	04/08/2009	Valor Econômico	Crédito-prêmio de IPI vai ser julgado pelo Supremo no dia 12.
428	10/08/2009	Valor Econômico	Receita quer mudar regras para compensar tributos.
429	14/08/2009	Valor Econômico	Supremo define que crédito-prêmio de IPI foi extinto em 1990.
430	17/08/2009	Valor Econômico	Compra e venda de crédito-prêmio de IPI deve levar a ações cíveis entre empresas.
431	18/08/2009	Valor Econômico	Preços de materiais de construção sobem, apesar da queda do IPI.
432	19/08/2009	Valor Econômico	China e IPI menor ajudaram PIB em junho, aponta banco.
433	21/08/2009	Valor Econômico	Arrecadação federal de julho tem queda de 5,3% em relação a 2009.
434	26/08/2009	Valor Econômico	Receita rejeita selo de IPI em garrafa de vinho
435	02/09/2009	Valor Econômico	Governo dará desconto em dívida do crédito-prêmio do IPI.
436	17/09/2009	Valor Econômico	Pressão de custos atingirá preços em janeiro.
437	02/10/2009	Valor Econômico	Ministro quer prorrogar IPI menor para eletrodomésticos e construção.
438	09/10/2009	Valor Econômico	Lucro menor e desonerações explicam queda
439	15/10/2009	Valor Econômico	Dívida de crédito-prêmio do IPI será paga em 12 meses se juros.
440	21/10/2009	Valor Econômico	Queda de arrecadação fica mais forte em setembro.
441	28/10/2009	Valor Econômico	Ainda não há decisão sobre IPI, diz Lula.
442	30/10/2009	Valor Econômico	IPI continua menor só para eletrodomésticos “verdes”.
443	24/11/2009	Valor Econômico	Depósitos judiciais interrompem sequência de quedas na arrecadação.
444	25/11/2009	Valor Econômico	Governo prorroga IPI reduzido para carros flex até março de 2010.
445	26/11/2009	Valor Econômico	Governo reduz IPI de móveis até março de 2010.
446	27/11/2009	Valor Econômico	Sem inspeção, carro poluente sobrevive, mesmo com IPI verde.
447	22/01/2010	Valor Econômico	Área econômica só cogita reduzir a Cide
448	03/02/2010	Valor Econômico	Com o fim do IPI reduzido, cenário futuro é de incerteza.
449	24/02/2010	Valor Econômico	Antecipação de tributos puxa receita em janeiro.
450	19/03/2010	Valor Econômico	Com medo de alta na Selic, empresas antecipam IR.
451	31/03/2010	Valor Econômico	Venda recorde de veículos compensa redução de IPI
452	05/04/2010	Valor Econômico	Na crise, quem saiu no lucro foi o comércio varejista.
453	16/04/2010	Valor Econômico	Governo prorroga redução de IPI para materiais de construção.

Fonte: Do autor (2018)